

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

VANDA CORRÊA THOMÉ

**A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS
NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA**

Campos dos Goytacazes - RJ

2018

VANDA CORRÊA THOMÉ

**A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS
NOBAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora Professora D.Sc. Maria Eugênia Ferreira Totti

Campos dos Goytacazes

Marçode 2018

VANDA CORRÊA THOMÉ

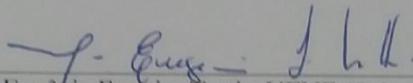
A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS
NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

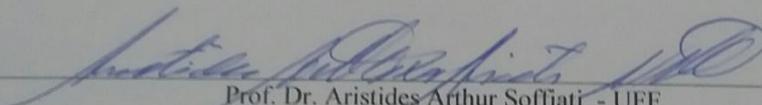
Linha de Pesquisa: Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade.

APROVADA EM: 16/03/2018

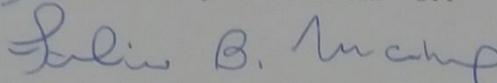
BANCA EXAMINADORA



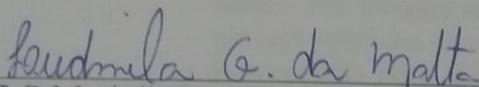
Profª. Drª. Maria Eugênia Ferreira Totti - UENF (Orientadora)



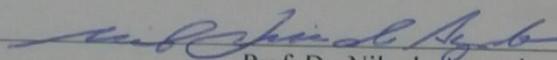
Prof. Dr. Aristides Arthur Soffiati - UFF



Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel - UFF



Profª. Drª. Ludmila Gonçalves da Matta - UCAM



Prof. Dr. Nilo de Azevedo - UENF

Campos dos Goytacazes, 16 de março de 2018.

Dedico este trabalho ao rio Paraíba do Sul“(...) *um caso diferente que marcou num breve tempo meu coração para sempre (...) Foi um rio que passou em minha vida e meu coração se deixou levar*”.

(Paulinho da Viola)

AGRADECIMENTOS

Tão desafiador quanto à escrita da tese é o momento dedicado a agradecer aos que fizeram parte dessa trajetória. É quando a crença no processo solitário se desfaz. E, de novo, se constata o quanto é coletivo o caminhar.

Começo agradecendo aos meus filhos, Rafael e Thales; meus meninos, companheiros de todas as jornadas. Hoje, diferente da época do mestrado, há doze anos, compreendo melhor o sentido de tanto trabalho e das constantes buscas: teóricas e existenciais. O carinho e o apoio mútuo fizeram toda diferença.

Ao Tiago, meu amor, meu amigo. Obrigada por seguir comigo essa estrada. Seu incentivo, amparo, afeto e cuidado, ao longo de todo o processo, foram fundamentais. Não teria o mesmo colorido sem você.

À minha mãe, Magnólia, flor em minha vida! Minha musa inspiradora que ensina pelo exemplo que “*é preciso ter sonho sempre*”: concluiu sua graduação aos 70 anos; sua Pós aos 70 e uns; e segue exercitando, com sabedoria, a prática da psicologia em nossas vidas.

Aos meus irmãos, Vivi, Vanete e Vander; pela certeza do porto seguro em qualquer momento; pelo nosso cotidiano... Sou só gratidão! Vivi, mais uma vez, obrigada pela árdua tarefa de me auxiliar na formatação deste trabalho.

A minha orientadora, Prof.^a Maria Eugênia Ferreira Totti, agradeço pelo acolhimento, pela confiança e por investir em mim. Sua presença amiga, e constante, seu incentivo, competência e gentileza na condução da pesquisa possibilitou resolver as diversas variáveis de contexto com que me deparei. E não foram poucas; muitas lições aprendidas.

Agradeço ao Instituto Federal Fluminense, na figura do ex-reitor Prof. Luiz Augusto Caldas Pereira e da ex-diretora do Campus-Guarus Prof.^a Christiane Menezes Rodrigues, pela gestão democrática e aplicação da prática do universalismo de procedimentos, que me possibilitou concorrer ao edital público para afastamento integral das atividades docentes, entre 2015-2017; fator determinante para a pesquisa de campo.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Em especial, ao Professor Sérgio de Azevedo que por intermédio de sua disciplina, ofertada em 2014/1, tive acesso à obra de Edson Nunes sobre as gramáticas políticas; ponto de partida da tese e fio condutor para a narrativa da relação entre os padrões de interação estado-sociedade e a dinâmica da governança das águas. Também agradeço aos demais professores do PPGSP que,

ao longo do curso, deram contribuições diretas na construção da pesquisa: Prof.^a Joseane de Souza; Prof. Mauro Macedo; Prof. Hugo Borsani; e, Prof. Nilo Azevedo (presente em todas as Bancas para a validação deste trabalho: projeto de tese, qualificação e defesa. Suas sugestões de leitura e comentários foram de grande importância na condução da pesquisa).

Da mesma forma, agradeço as contribuições do Prof. Aristides Arthur Soffiati/UFF; do Prof. Fabrício Barbosa Maciel/UFF; da Prof.^a Ludmila Gonçalves da Matta/UCAM; e, da Prof.^a Matilde de Souza/PUC Minas, pelos apontamentos, ponderações e sugestões por ocasiões das Bancas de projeto de tese, de qualificação e de defesa.

Agradeço ainda, aos Pós-doutorandos Ricardo Ramos Shiota, Sara da Silva Freitas e Carlos Eduardo Santos Pinho pelas análises e sugestões oferecidas em virtude das apresentações dos resultados parciais do trabalho nos eventos do PPGSP/UENF.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ sou grata pela concessão da bolsa de estudos durante o doutorado.

Aos colegas do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense, pela amizade, apoio e trocas contínuas: Ana Carla Pinheiro, André Raeli, Annabelle Modesto, Diego Carvalhar, Fabiana Rodrigues, Fernanda Bastos, Marcus Gomes, Marcus Melo, Moises Machado (in memoriam) e Ubirajara Santiago. Uma turma mais que solidária!

Por fim, agradeço a todos os atores do CBH BPSI que generosamente atenderam ao convite para a aplicação dos instrumentos de pesquisa; em especial à diretoria do colegiado, na pessoa de seu presidente, João Gomes de Siqueira, pela recepção e pela partilha.

“(...) A condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas que dispomos (...). Para combater os problemas que enfrentamos, temos que considerar a liberdade individual um comprometimento social.” (AMARTYA SEN, 2010).

Sumário

LISTA DE SIGLAS	11
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE FIGURAS	19
RESUMO	22
ABSTRACT	23
INTRODUÇÃO	24
Questão Norteadora	26
Objetivos.....	27
Hipótese	28
Referencial Teórico	28
Percurso Metodológico.....	28
CAPÍTULO 1	38
PADRÕES DE INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	38
1.1 Dinâmica da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil e as Quatro Gramáticas.....	38
1.2 Novas Institucionalidades nas Relações Estado-Sociedade e na Gestão das Águas	49
1.3 A Lógica Sistêmica na Governança das Águas e Possibilidade de Ampliação da Gramática.....	56
1.3.1 CBH uma transformação institucional: e a perspectiva de ampliação do repertório da governança dos recursos hídricos no Brasil.....	60
1.3.2 Sistema de participação: possibilidades e limitações	62
1.4 Da Perspectiva da Consolidação do Sistema Participativo ao Risco de Retrocesso	66
1.4.1 Reconfiguração das relações estado-sociedade e a perspectiva da participação social como método de governo	68
1.4.2 Crise de governabilidade e risco de retrocesso na governança das águas	70
1.5 Considerações Finais do Capítulo	75
CAPÍTULO 2	77
A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: TRAJETÓRIA E DESENHO DE PARTILHA	77
2.1 A Trajetória do Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Norte e Noroeste Fluminense e Principais Conflitos Socioambientais Evidenciados.....	77

2.2	Novo modelo de Gestão das Águas e Mobilização Participativa na Bacia do Baixo Paraíba do Sul.....	91
2.3	Desenho de Partilha na Bacia do Paraíba do Sul.....	99
2.3.1	O Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP	101
2.3.2	A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP.....	104
2.3.3	O Desenho institucional do SEGRHI	107
2.3.4	Considerações Finais do Capítulo	107
CAPÍTULO 3.....		108
A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: CARACTERIZAÇÃO E VISIBILIDADE DO PROBLEMA.....		108
3.1	Caracterizando o Recurso: Bacia do Paraíba do Sul	108
3.2	Região Hidrográfica IX: diagnóstico e visibilidade do problema	112
3.3	Considerações Finais do Capítulo	149
CAPÍTULO 4.....		151
GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: ASSIMILANDO AS REGRAS DO JOGO		151
4.1	Processo Participativo no CBH BPSI: arranjo, pressupostos e potencial democrático.	151
4.1.1	CBH BPSI. Quem participa?.....	152
4.1.2	Composição da representação:	156
4.1.3	CBH BPSI. Como se institui?	161
4.2	Considerações Finais do Capítulo	174
CAPÍTULO 5.....		177
GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: CAPACIDADE DELIBERATIVA		177
5.1	Quem e de Onde Fala?.....	178
5.1.1	Perfil dos conselheiros	178
5.1.2	Alternância do poder decisório no CBH BPSI	181
5.2	Como e o quê delibera?	190
5.2.1	Vocalização e articulação com outros níveis de poder e atores relacionados com esta política pública	190
5.2.2	Temas prevalentes	195
5.3	Considerações Finais do Capítulo	209

CAPÍTULO 6	211
GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: A QUE RESULTADO LEVA?	211
6.1 Governança no CBH BPSI e Ambiente Institucional: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública.....	212
6.1.1 Efetividade da lei	212
6.1.2 Importância do tema para a agenda pública	217
6.2 Governança das Águas no CBH BPSI e Capacidade de Gestão: recurso financeiro e qualidade da burocracia	219
6.2.1 Recurso financeiro.....	219
6.2.2 Qualidade da Burocracia	230
6.2.3 Governança no CBH BPSI e Instrumentos de Gestão: situação da implementação dos instrumentos de gestão	232
6.3 Governança no CBH BPSI e Relações Intergovernamentais	238
6.3.1 Articulação com os planejadores [intersetorial e intrasetorial]	238
6.4 Governança no CBH BPSI e Relação Estado-Sociedade.....	246
6.4.1 Qualificação da participação	246
6.4.2 Canais de Participação.....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS	256
ANEXOS	284

LISTA DE SIGLAS

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos

AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANA - Agência Nacional de Águas

APROMEPS - Associação de Produtores Rurais da Margem Esquerda do rio Paraíba do Sul

ASFLUCAN - Associação dos Plantadores de Cana

BH - Bacia Hidrográfica

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CBH - Comitê da Bacia Hidrográfica

CBH BPSI - Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEEIBH - Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas

CEIVAP - Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

CERHI - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CF - Constituição Federal

CLIPA - Complexo Logístico-Industrial do *Porto do Açú*

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNARH - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

CNFCN - Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro

COMPÉ - Comitê dos Afluentes Mineiros do Pomba e Muriaé

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente CT - Câmara Técnica

CONFICT - Conferência de Iniciação Científica

CONPG - Congresso de Pós Graduação

CPDOC/FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

COPPETEC - Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

CT - Câmara Técnica
CTALI - Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais
CTC - Câmara Técnica Consultiva
CTDC - Câmara Técnica de Defesa Civil
CT-IG - Câmara Técnica de Instrumento de Gestão
CTP - Câmara Técnica da Pesca
CTRHEH - Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Equipamentos Hidráulicos
CUTE - CONTA Única do Tesouro
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica
DASP - Departamento de Administração de Serviço Público
DEM - Partido Democratas
DD - Democracia Deliberativa
DNAE - Departamento Nacional de Águas e Energia
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOU - Diário Oficial da União
ECOB - Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
ERJ-Estado do Rio de Janeiro
ETEC - Escritório Técnico do Termo de Cooperação Técnica
FECAM - Fundo Estadual de Controle Ambiental
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FENORTE - Fundação Estadual do Norte Fluminense
FFCBH - Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas
FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMP - Faixas Marginais de Proteção
FUNDENOR - Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense
FUNDRHI - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GAEMA - Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente
GT- Grupo de Trabalho
GT- Foz - Consórcio de Municípios e Usuários da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Gestão Ambiental da Unidade Foz
GTMC - Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IEF - Instituto Estadual de Florestas
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
IP(s) - Instituição Participativa(s)
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQANSF - Índice de Qualidade de Água
MINTER - Ministério do Interior
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MP - Ministério Público
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGA - Observatório da Governança das Águas
ONG - Organização Não Governamental
ONS - Operador Nacional do Sistema
ONU - Organização das Nações Unidas
PAR - Projetos de Alinhamento de Rio
PAOL - Projetos de Alinhamento de Orla de Lagoa ou Laguna
PBH- Planos de Bacia Hidrográfica
PERH - Política Estadual de Recursos Hídricos
PERHI - Plano Estadual de Recursos Hídricos
PDC - Projeto de Decreto Legislativo
PM - Prefeitura Municipal
PMGIRS - Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual de Aplicação

PPGSP - Programa de Pós Graduação em Sociologia Política
PPU - Preço Público Único
PQA - Projeto Qualidade das Águas
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
PROHIDRO - Programa Estadual de Conservação Revitalização de Recursos Hídricos
PRO-PSA - Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais
PROTRATAR - Programa de Tratamento de Águas Residuárias
PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RH - Região Hidrográfica
RI - Regimento Interno
SEA - Secretaria de Estado do Ambiente
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro
SEFAZ - Secretaria Estadual de Fazenda
SEGRHI - Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SEIRHI - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMADS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SEPURB - Secretaria de Política Urbana
SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
SIGA - Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais
SIMERJ - Sistema de Meteorologia do Estado do Rio de Janeiro
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNPS - Sistema Nacional de Participação Social
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRC - Sindicato Rural de Campos
SRH - Secretaria de Recursos Hídricos
SUPBAP - Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCAM - Universidade Cândido Mendes

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UHP - Unidade Hidrológica de Planejamento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fatores de Efetividade Deliberativa e Fontes de Verificação para a Avaliação da Efetividade Deliberativa do CBH BPSI	34
Quadro 2: Modelo Teórico-Analítico Adotado para a Análise da Efetividade Deliberativa do CBH BPSI	36
Quadro 3: Composição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos SINGREH.....	58
Quadro 4: Engenhos na Região Norte e Noroeste Fluminense entre sec. XVIII e XIX	78
Quadro 5: Evolução de áreas cultiváveis a partir do dessecamento da planície campista	82
Quadro 6: Mobilização dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: 1978	86
Quadro 7: Mobilização dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: 1979	87
Quadro 8: Ações Relevantes do CEIVAP desde 1997	102
Quadro 9: Composição Percentual da Plenária do CEIVAP	103
Quadro 10: Composição da Diretoria do CEIVAP no Recorte Temporal Estudado	103
Quadro 11: Atribuições da AGEVAP	105
Quadro 12: Contratos de Gestão da AGEVAP em Vigor	106
Quadro 13: Principais Afluentes do Rio Paraíba do Sul da Margem Esquerda	108
Quadro 14: Principais Afluentes do Rio Paraíba do Sul da Margem Direita	108
Quadro 15: Municípios e Principais Sub-Bacias da Região Hidrográfica IX	118
Quadro 16: População Residente na RH IX	119
Quadro 17: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Inseridos na RH IX	123
Quadro 18: Status da Elaboração do PMSB na RH IX de acordo com o Relatório de Situação do CBH BPSI 2017	126
Quadro 19: Parâmetros Avaliados no Balanço Qualitativo das Águas na RH IX.....	143
Quadro 20: Eventos críticos prováveis nos municípios da RH IX	148
Quadro 21: Atualização das Sub-regiões da RH IX- CBH BPSI em 2017	156
Quadro 22: Segmentos e Setores Representados no Plenário do CBH BPSI.....	158
Quadro 23: Calendário de Atividade do Processo Eleitoral para a Composição Plenária no CBH BPSI	163
Quadro 24: Composição das Plenárias dos CBHs da bacia do Paraíba do Sul	170
Quadro 25: Membros da Plenária no CBH BPSI-PP: 2011-2013/2013-2015/2015-2017	171
Quadro 26: Membros da Plenária no CBH BPSI-U: 2011-2013/2013-2015/2015-2017.....	172
Quadro 27: Membros da Plenária no CBH BPSI-SC: 2011-2013/2013-2015/2015-2017	172

Quadro 28: Representação Plenária no CBH BPSI Biênios: 2011-2013/2013-2015/2015-2017	173
Quadro 29: Perfil dos Conselheiros – Segmento/Faixa Etária/Gênero	178
Quadro 30: Perfil dos Conselheiros – Escolaridade da Amostra	179
Quadro 31: Formação/ Capacitação Específica na Área	180
Quadro 32: Perfil dos Conselheiros – Escolaridade do universo da plenária do CBH BPSI.	181
Quadro 33: Perfil dos Conselheiros – Experiência Prévia em Processo Participativo em CBH antes da atuação no CBH BPSI	181
Quadro 34: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (Jul /2011- Jun /2012)..	183
Quadro 35: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (Jul /2012- Dez/ 2013) .	183
Quadro 36: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2014).....	183
Quadro 37: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2015).....	183
Quadro 38: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2016 a 2017)	183
Quadro 39: Alternância de Poder na Organização Administrativa do CBH BPSI 2011-2017	184
Quadro 40: Atribuições das Câmaras Técnicas Consultivas do CBH BPSI	185
Quadro 41: Composição da CTRHEH – amostra analisada (2015-2017).....	185
Quadro 42: Composição da CTALI – amostra analisada (2015-2017).....	186
Quadro 43: Composição da CTDC.....	186
Quadro 44: Composição da CTP	187
Quadro 45: Perfil da Participação dos Segmentos do CBH BPSI segundo percepção da amostra analisada.....	191
Quadro 46: Articulação com outros níveis de poder: colegiados nos quais o CBH BPSI tem representação	191
Quadro 47: Perfil de participação dos atores da amostra	194
Quadro 48: Temas Prevalentes - Plenária CBH BPSI / 2011-2013	197
Quadro 49: Temas Prevalentes - CTRHEH / 2011-2013	198
Quadro 50: Temas Prevalentes - CTDC / 2011-2013.....	201
Quadro 51: Temas Prevalentes – CTALI / 2011-2013.....	202
Quadro 52: Temas Prevalentes - Plenária CBH BPSI / 2013-2015	203
Quadro 53: Temas Prevalentes na CTRHEH / 2013-2015.....	204
Quadro 54: Temas Prevalentes na CTDC/ 2013 – 2015	205
Quadro 55: Temas Prevalentes – CTALI / 2013-2015.....	205
Quadro 56: Temas Prevalentes – CTP / 2013.....	206

Quadro 57: Temas Prevalentes – Plenária CBH BPSI 2015-2017.....	207
Quadro 58: Temas Prevalentes - CTRHEH / 2015-2017	208
Quadro 59: Temas Prevalentes - CTLI / 2015-2017	209
Quadro 60: Recursos Financeiros da união para a PNRH e para o SINGREH.....	219
Quadro 61: Ações empreendidas pelo CBH BPSI/Canais de Participação 2011-2017	247

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.....	58
Figura 2: Atribuições dos Comitês e Bacia: consultiva, normativa e deliberativa.....	61
Figura 3: Principais Comissões de Saneamento e Órgãos Responsáveis por Estudos e Obras na Baixada Campista	80
Figura 4: Principais Ações executadas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense na Baixada Campista	81
Figura 5: Primeiros Estudos e Convênios Estabelecidos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	94
Figura 6: Tipologia das Instituições Participativas.....	99
Figura 7: Comitês Instalados na Bacia do Rio Paraíba do Sul	101
Figura 8: Organograma da AGEVAP.....	106
Figura 9: Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e Sub-Bacias Afluentes.....	109
Figura 10: Usos dos Recursos da Bacia do Paraíba do Sul	111
Figura 11: População Abastecida pela Bacia do Rio Paraíba do Sul	112
Figura 12: Regiões Hidrográficas do ERJ e respectivos comitês instalados.....	112
Figura 13: RH IX - Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.....	113
Figura 14: RH IX – Área de Abrangência e Principais rios federais que cortam a Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	114
Figura 15: Lagoas e Lagunas no Início do Século XX.....	115
Figura 16: Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	117
Figura 17: Caracterização RH IX: População/ IDHM.....	121
Figura 18: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-.....	121
Figura 19: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e Municípios – 2010	122
Figura 20: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Municípios – 2010	123
Figura 21: Comparativos entre IDHs das RH III, RH IV, RH VII, RH IX e Nacional.....	124
Figura 22: Infraestrutura Sanitária da RH IX / Baixo Paraíba do Sul – Água e Esgoto	125
Figura 23: Consolidado do Abastecimento de Água em 2012, 2013 e 2014	127
Figura 24: Esgotamento sanitário nos municípios da RH IX – 2015	128
Figura 25: Consolidação de Informações Sobre Esgotamento Sanitário 2012 - 2014	128
Figura 26: Índices de atendimento de esgoto na RH IX entre 2013 - 2015	129
Figura 27: Consolidação de informações sobre esgotamento sanitário.....	129

Figura 28: Infraestrutura Sanitária da RH IX / Baixo Paraíba do Sul – Resíduos Sólidos	130
Figura 29: Outorgas e valor arrecadado por finalidade de uso - jan./out -2016.....	131
Figura 30: Outorgas e valor arrecadado por finalidade de uso até outubro de 2017.....	132
Figura 31: Cadastro Ambiental por Finalidade e Município – Consolidado 2017.....	133
Figura 32: Cadastro Ambiental Regularizado por Finalidade e Município – Consolidado 2017	134
Figura 33: Relação de Usuários Outorgados até Outubro de 2016	136
Figura 34: Classificação das Águas Doces.....	137
Figura 35: Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX.....	139
Figura 36: Balanço Hídrico por UHP da RH IX	139
Figura 37: Porcentagem de Utilização das Vazões de Referência e Ambiental.....	140
Figura 38: Mapa das Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX	141
Figura 39: Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX: UCS e RPPN	142
Figura 40: Faixas de Qualidade da Água Segundo Valores Obtidos de IQANSF	143
Figura 41: Estações de Amostragem da Região Hidrográfica IX	144
Figura 42: Porcentagem da Ocorrência dos IQANSF na RH IX 2015-2017	144
Figura 43: Balanço Hídrico Qualitativo da RH IX.....	145
Figura 44: Grau de Comprometimento Qualitativo e Quantitativo das UHP's da RH IX.....	146
Figura 45: Enquadramento dos Rios Federais da Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	147
Figura 46: Vulnerabilidade dos Corpos Hídricos à Inundação.....	149
Figura 47: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2010/2011).....	213
Figura 48: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2012/2015) - Continuação	214
Figura 49: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2016/2017) - Continuação	215
Figura 50: Resultado final da hierarquização dos municípios para o Esgotamento Sanitário.	218
Figura 51: Recurso Financeiro da RH IX – 2011/2012.....	221
Figura 52: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo Uso da Água – 2011/2012.....	222
Figura 53: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo uso da Água - 2011/2012	223
Figura 54: Recurso Financeiro da RH IX – 2012/2013.....	223
Figura 55: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo uso da Água – 2012/2013	224

Figura 56: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo Uso da Água – 2012/2013	224
Figura 57: Recurso Financeiro da RH IX – 2014	224
Figura 58: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2014	225
Figura 59: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2014	225
Figura 60: Recurso Financeiro da RH IX – 2015	226
Figura 61: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2015	226
Figura 62: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2015	227
Figura 63: Recurso Financeiro da RH IX – 2016	227
Figura 64: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2016	227
Figura 65: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2016	228
Figura 66: Recurso Financeiro da RH IX – 2017	228
Figura 67: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2017	229
Figura 68: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2017	229
Figura 69: Evolução do valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água na Região RH IX	230
Figura 70: Histórico da arrecadação da cobrança na Região Hidrográfica IX	230

RESUMO

Esta pesquisa ao debruçar sobre a análise do processo participativo e decisório no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – CBH BPSI, durante o recorte temporal 2011-2017, teve por objetivo refletir sobre a efetividade deste organismo de bacia em promover a governança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro – RH IX do ERJ. Com caráter qualitativo e aplicado a um estudo de caso utilizou como procedimento metodológico uma adaptação do modelo analítico proposto por Cunha (2009). A análise documental e a observação não participante consistiram na técnica primordial para a coleta de dados e, como técnica complementar, o emprego de questionário e entrevista. A teoria democrática deliberativa foi adotada como fundamento teórico por: i) sua aplicação validada em estudos sobre instituições participativas, ii) assimilar o modo como os cidadãos fundamentam racionalmente as regras do jogo democrático e iii) possibilitar a definição de variáveis passíveis de testes empíricos. Buscou-se avaliar a efetividade do colegiado, no sentido deste influenciar, alterar formato ou conteúdo da política pública a que se vincula e contribuir para o debate e articulação em prol da governança dos recursos hídricos na sua área de influência. Os dados possibilitaram avaliar que o CBH BPSI, ainda que apresente limitações associadas ao seu arranjo institucional, ao desenho do sistema e ao contexto em que opera, tem se mostrado uma instituição que tende a ser efetiva na governança das águas na RH IX do ERJ.

Palavras-chave: Governança dos Recursos Hídricos; Processo Participativo; Deliberação Democrática; Efetividade do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

ABSTRACT

This research, when analyzing the participatory and decision-making process in the Baixo Paraíba do Sul and Itabapoana Hydrographic Basin Committee - CBH BPSI, during the 2011-2017 temporal cut, aimed to reflect on the effectiveness of this basin organism in promoting the governance of water resources in Hydrographic Region IX of the State of Rio de Janeiro - RH IX of the ERJ. With qualitative character and applied to a case study, it was used as methodological procedure an adaptation of the analytical model proposed by Cunha (2009). Documentary analysis and non-participant observation consisted of the primordial technique for data collection and, as a complementary technique, the use of a questionnaire and interview. Deliberative democratic theory was adopted as a theoretical foundation by (i) its validated application in studies on participatory institutions, (ii) assimilating citizens' rationale for the rules of democratic play, and (iii) making possible the definition of empirically valid variables. The purpose of this study was to evaluate the effectiveness of the collegiate, in the sense of influencing it, altering the format or content of the public policy to which it is linked, and contributing to the debate and articulation for the governance of water resources in its area of influence. The data allowed to evaluate that CBH BPSI, although presenting limitations associated with its institutional arrangement, the design of the system and the context in which it operates, has shown to be an institution that tends to be effective in water governance in RH IX of ERJ.

Keywords: Governance of Water Resources; Participatory Process; Democratic Deliberation; Effectiveness of the Lower Paraíba do Sul and Itabapoana River Basin Committee.

INTRODUÇÃO

No Brasil, com a redemocratização do Estado, importantes mudanças foram produzidas no processo de elaboração de políticas, firmando novos mecanismos de tomada de decisão e formas inovadoras de interação estado-sociedade (AVRITZER, 2008; ALENCAR, 2014). No campo ambiental, no âmbito da gestão das águas, o modelo de governança participativa se institucionaliza com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH, criado pela Lei 9.433/97 que regulamenta a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. Esta lei estabelece em seus fundamentos um complexo arranjo institucional, expresso pela gestão descentralizada de um recurso natural limitado, de usos múltiplos, domínio público e dotado de valor econômico, a ser implementado de forma participativa a partir da unidade territorial na qual a política se aplica: a bacia hidrográfica¹(BRASIL, 1997).

O Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH, uma das inovações institucionais que integram o sistema, é um instrumento democrático de governança das águas que tem por atribuição a gestão local dos recursos hídricos. Tem poder consultivo, normativo e deliberativo, sendo um espaço de debate e negociação de conflitos em primeira instância (BRASIL, 1997; RIO DE JANEIRO, 1999). Funciona como um campo de disputas de diversos segmentos, com representação do poder público, dos usuários da água e da sociedade civil organizada. Suas deliberações podem refletir de modo direto sobre a (re) distribuição dos recursos hídricos e financeiros e produzir impactos na vida de muitos outros indivíduos (ALMEIDA & CUNHA, 2011; FARIA & RIBEIRO, 2011).

Ao completar 20 anos de criação desse sistema, contudo, a efetividade deste organismo de bacia, e do próprio SINGREH, revelam inúmeros desafios quanto à coordenação dos processos e garantia de articulação na sua operacionalização. Apesar dos avanços, há lacunas para sua efetiva implementação e paradoxos existentes na execução desta política. Compreende-se aqui, que tal processo não é descolado das especificidades da formação e estrutura da sociedade brasileira (HOLANDA, 1936, 2016; FAORO, 1958, 2001, 1994; NUNES, 1997, 2003), nem apartado do processo mais amplo de mudança institucional que

¹A Bacia Hidrográfica - BH, na perspectiva de um estudo hidrológico, é um conjunto de terras drenadas por um corpo d'água principal e seus afluentes, representando a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes. Do ponto de vista do planejamento e gerenciamento ambiental o conceito se amplia, envolvendo o conhecimento da estrutura biofísica, bem como os padrões de uso da terra e suas implicações ambientais. Neste sentido, vários autores ressaltam o uso do conceito como análogo ao de Ecossistema (SCHIAVETTI & CAMARGO, 2002).

perpassa o país, especialmente em termos da relação entre sociedade civil e poder público, que se reproduz no sistema político, no regime jurídico, na cultura, e, na implementação da PNRH.

Nesta análise, busca-se relacionar o conceito de efetividade das Instituições Participativas – IPs, que, para efeito deste trabalho, será adotado a concepção de Cunha (2009), que define efetividade como: “(...) a capacidade das instituições influenciarem, controlarem ou decidirem sobre determinada política (...)”.

Pretende-se aqui avaliar a efetividade do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH BPSI, a partir da análise de seu processo participativo e deliberativo, refletindo sobre o seu potencial democrático e a capacidade deste produzir resultados no sentido de influenciar, alterar formato ou conteúdo da política pública a que se vincula em prol da governança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro – RH IX do ERJ².

Para Avritzer (2011), demonstrar o papel das formas de participação na operacionalidade da democracia é a origem do assim chamado “problema da efetividade”; o qual tem suscitado, cada vez mais, a atenção dos estudiosos da área. Os trabalhos voltados a esta análise, no Brasil, são relativamente recentes, datam de 2002 para cá (DAGNINO, 2002; CUNHA, 2004, 2009; TATAGIBA & TEIXEIRA, 2006; SÁ E SILVA, LOPES & PIRES, 2010; CORTES, 2011; CUNHA, ALMEIDA & RIBEIRO, 2011; PIRES, 2011; WAMPLER, 2011a, 2011b). Esses autores debruçam seus esforços em estratégias metodológicas para avaliar a participação e a influência das IPs sobre o acesso a bens e/ou a algum tipo de serviço público. A governança das “águas” (subtema da pesquisa em curso), um bem público, elemento essencial à vida, é uma questão complexa que envolve os dilemas da ação coletiva e se adequa a esse tipo de esforço metodológico; perpassa múltiplos interesses que permeiam agentes econômicos, valores, formulação de políticas e tomada de decisão, intrinsecamente ligadas a debates acalorados.

² No processo de gestão dos recursos hídricos no território fluminense a Resolução nº18/2006, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos -CERHI-RJ, instituiu a divisão do estado em 10 Regiões Hidrográficas - RHs. Em face do desenvolvimento do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do ERJ - PERHI-RJ, foi identificada a necessidade de correções e ajustes nos limites das RHs com o objetivo de otimizar a gestão e atender ao critério “divisor de águas”. Essa revisão agrupou as RHs IX e X, sendo a nova configuração definida na Resolução CERHI-RJ nº 107, de 22 de maio de 2013. Ver: Mapa e divisão territorial que delimita as Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro nos Anexos I e II da referida Resolução (CERHI, 2013).

Questão Norteadora

Do ponto de vista científico, são recentes os estudos que buscam a investigação das dinâmicas institucionais pela via da análise do processo participativo e capacidade de deliberação, mais ainda nos Comitês de Bacia das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, e inédito, no norte e noroeste fluminense³. Em geral, os estudos se dão principalmente no campo das ciências naturais/biológicas ou limitam-se aos comitês implantados para a gestão de bacias hidrográficas próximas a São Paulo, portanto, em contextos distintos.

Entre as principais razões para a questão da efetividade ter atraído a atenção dos pesquisadores destacam-se: i) uma crescente associação entre participação e políticas públicas [bastante específica do caso brasileiro, onde as tipologias de participação, no pós-88, foram se difundindo em áreas como ambiente, saúde, assistência social, políticas urbanas, entre outras]; e, ii) uma gradual preocupação com o caráter mais teórico em relação ao tema da deliberação, com crescimento da produção da bibliografia internacional sobre as características da democracia deliberativa e, por tabela, com a efetividade da deliberação (AVRITZER, 2011).

Como destacado por Almeida e Cunha (2011):

“(...) A análise do processo deliberativo é relevante por possibilitar conhecer, de modo mais aprofundado, a forma como a deliberação ocorre, quem participa do processo, o modo de inserção dos diferentes sujeitos, os temas sobre os quais debatem e decidem, dentre outros muitos aspectos, que podem demonstrar o conteúdo e o alcance da deliberação. Isso possibilita avaliar em que medida as instituições cumprem suas funções e objetivos no que diz respeito à deliberação acerca da política pública e ao controle público sobre as ações a ela relacionadas” (ALMEIDA & CUNHA in: PIRES, 2011)”.

O elemento deliberativo constitui, assim, um dos aspectos ou “*momentos*” (CUNHA, 2009) do processo participativo. Ao se levar em consideração a deliberação enquanto “*momentos*” é possível pensar a sua efetividade em diferentes cenários da participação (AVRITZER, 2011) buscando entender “*se e em que condições as instituições participativas produzem resultados positivos*” [e] “*quais seriam os resultados positivos legitimamente esperáveis das instituições participativas*” (SÁ E SILVA, 2011; WAMPLER, 2011a).

³Repositório Digital do Portal de Periódico CAPES/MEC (2017). Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

Pires e Vaz (2010), Cortes (2011) e Vaz & Pires (2011), destacam que para indicar resultados mais gerais em relação ao processo, se faz necessário agregar outros elementos, como problemas estruturais ou de contexto.

Dessa forma, na perspectiva de melhor compreender o cenário, a pesquisa traça um paralelo entre as gramáticas políticas que estruturam as relações Estado-Sociedade e o gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, antes de adentrar no estudo de caso propriamente dito.

Ao fim do percurso metodológico, apresentado adiante, busca-se responder a seguinte pergunta de partida: o CBH BPSI tem se mostrado uma instituição efetiva em relação à sua capacidade de deliberação e produção de resultados, no sentido de influenciar, alterar formato ou conteúdo da política pública a que se vincula, contribuir para o debate e a articulação em prol da governança participativa das águas na Região Hidrográfica IX do ERJ?

Objetivos

Tendo em vista que o modelo de governança dos recursos hídricos congrega uma multiplicidade de atores públicos e privados, de interesses divergentes, e sendo o Comitê de Bacia Hidrográfica um organismo de gestão local destes recursos, a presente pesquisa tem por objetivo geral:

Analisar o processo participativo no CBH BPSI, no recorte temporal 2011-2017, verificando as regras que modelam o funcionamento e o formato do seu processo decisório, avaliando a efetividade deste organismo de bacia em produzir resultados, no sentido de influenciar, alterar formato ou conteúdo da política pública a que se vincula, contribuir para o debate e para a articulação em prol da governança participativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do ERJ.

Nessa perspectiva o estudo se guiou pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Delinear a trajetória do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil e no Norte e Noroeste fluminense, no intuito de melhor compreender o contexto da construção da governança das águas na RH IX do ERJ e a capacidade de operacionalização do CBH BPSI;
- b) Analisar as regras que modelam a organização da governança no CBH BPSI;
- c) Analisar o potencial deliberativo do CBH BPSI;

- d) Identificar os resultados produzidos pelo CBH BPSI no espaço temporal 2011-2017, avaliando a efetividade do CBH BPSI na governança participativa dos recursos hídricos na RH IX do ERJ.

Hipótese

A hipótese considerada é que o CBH BPSI tem se mostrado uma instituição que tende a ser efetiva na governança participativa das águas na Região Hidrográfica IX do ERJ, ainda que apresente limitações associadas ao seu arranjo, ao desenho institucional do sistema e ao contexto em que essas instituições operam.

Referencial Teórico

A teoria democrática deliberativa é o arcabouço utilizado para fundamentar a análise dos dados levantados na pesquisa. Optou-se por não tratar os conceitos teóricos em um capítulo específico, mas apresentá-los ao longo da tese, dialogando com os dados empíricos encontrados. Entre os conceitos utilizados no estudo destacam-se: gramáticas políticas, instituição participativa, desenho e arranjo institucional, governança, deliberação pública, e pressupostos da democracia deliberativa.

As interpretações pautaram-se na ótica de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que analisam a aplicação das teorias deliberativas na implementação das políticas públicas no Brasil democrático, e em teóricos deliberacionistas, sub-vertentes das teorias de Jürgen Habermas e John Rawls.

A contribuição teórica para a análise específica de como as instituições e suas regras afetam a maneira do agente interagir e escolher estratégias para lidar com recursos de uso comum aciona a produção de Elinor Ostrom. Para a compreensão da dinâmica das relações estado-sociedade no país agregou-se aspectos da produção acadêmica de intelectuais brasileiros sobre a interpretação do Brasil. Por fim, para buscar entender o funcionamento de suas estruturas, mais especificamente, as possíveis interações relacionadas à implementação da política nacional de recursos hídricos, utilizou-se a obra de Edson Nunes sobre as gramáticas políticas (NUNES, 1997, 2003), tomada como fio condutor para a narrativa.

Percurso Metodológico

Este estudo se insere na linha de pesquisa, Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade e propõe a avaliação da efetividade do processo participativo no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – CBH BPSI, no recorte temporal 2011-2017 [data da instituição do seu regimento interno, período em que passa ser possível o acesso aos dados do colegiado, até o final do último biênio eleitoral elencado].

Do ponto de vista dos seus objetivos, conforme método apontado por Gil (2002), o trabalho tem natureza exploratória-explicativa, assumindo a forma de um estudo de caso (SOUZA, 2014). A opção pelo método se deu por este ser considerado bastante adequado ao se buscar compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2001). Na ciência política este método é relevante na análise de programas e políticas públicas por cinco diferentes aplicações ao menos:

“(...) A mais importante é explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos. (...) Uma segunda aplicação é descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo- mesmo de uma perspectiva jornalística. A quarta aplicação é que a estratégia de estudo de caso pode ser utilizada para explorar aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma “meta-avaliação” – o estudo de um estudo de avaliação” (YIN, 2001).

Com caráter qualitativo, o desenho da pesquisa utiliza como procedimento metodológico preponderante a análise documental [legislações pertinentes, regimento interno, editais de processos eleitorais, atas, notas técnicas, resoluções, boletins informativos, relatórios de gestão e de situação, entre outros documentos produzidos pelo CBH e/ou por sua agência de bacia] e a observação não participante [em reuniões plenárias do colegiado, visita/expedição de monitoramento, encontros estaduais e em eventos correlatos]. Como técnica complementar utilizo emprego de questionário e entrevista individual não estruturada.

A inclusão de procedimento comparativo no estudo foi uma questão inicialmente considerada, e para tanto, buscaremos dados para avaliar e argumentar a relevância deste para a pesquisa. A origem do método comparativo é identificada em John Stuart Mill, o qual desenvolveu o “Método da Concordância e da Diferença” e desde então, sendo reformulado e aperfeiçoado para aplicação em estudos de comportamento e instituições políticas (CUNHA, 2009).

Tendo em vista que comparar é “confrontar uma coisa com outra”, uma questão relevante diz respeito ao que é comparável (SARTORI, 1994). O autor descreve duas formas

de método comparativo que podem ser utilizados: “(...) *elegendo sistemas similares na maior quantidade possível de características, o que os colocaria como iguais, buscando suas diferenças; ou elegendo sistemas muito diferentes em tudo, menos no fenômeno que se investiga*”.

Caso o desenho propusesse comparar o processo deliberativo no CBH BPSI ao longo de uma série temporal, a forma seria a da comparação diacrônica, ou seja: comparação do mesmo caso em momentos diferentes e sucessivos; no entanto, este não é o escopo deste estudo. A ênfase diz respeito à análise qualitativa do arranjo institucional do colegiado, que modela o formato do processo participativo e decisório, para a identificação de variáveis que permitam a classificação da sua efetividade.

Evidenciou-se que, independente de o método comparativo ser ou não adotado, a dimensão da análise é o desenho e o arranjo institucional que organiza a estrutura e o funcionamento do CBH BPSI e seu respectivo processo deliberativo. Desta forma, se estes não foram modificados ao longo do recorte temporal, pouco importa a comparação; o que importa é indagar/relacionar a influência de fatores contextuais ou estruturais que possam explicar sua capacidade de introduzir temas e propostas de ação pública na agenda governamental e a efetividade deliberativa. Desse modo, foi considerado preponderante delinear a trajetória do gerenciamento dos Recursos Hídricos no país e na área de atuação do CBH BPSI, apurando a evolução do texto constitucional, as normativas pertinentes, a mobilização participativa, a caracterização do recurso e diagnóstico de situação da RH IX do ERJ.

Há distintas abordagens/modalidades de avaliação. Arretche (2009), em artigo relativo a tendências no estudo sobre avaliação, chama atenção para o fato que qualquer uma envolve uma concepção de justiça, um conjunto de princípios e de instrumentos de análise a fim de que não se confunda opções pessoais com resultados apresentados. Na perspectiva de analisar a efetividade do CBH BPSI parte-se do pressuposto que deve ser considerado o exame da sua engenharia institucional. Todavia, uma política pública é, em grande parte, um esforço de coordenação de “forças centrífugas” e seu resultado um processo de negociação no qual o desenho original é substancialmente modificado (JOBERT & MULLER, 1987 *apud* ARRETCHÉ, 2009). Neste sentido, observou-se a necessidade de analisar não somente o desenho, mas também o arranjo e o contexto no qual opera, a fim de avaliar com relativa segurança a efetividade da sua implementação em relação ao objeto, aos atores impactados pelo sucesso ou fracasso das deliberações e a realização de seus propósitos. Para tanto, faz-se

necessário a adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade.

O modelo teórico-analítico adotado foi uma adaptação do modelo proposto por Cunha (2009), com ênfase na análise dos fatores de efetividade deliberativa e suas respectivas fontes de verificação (quadro 1). A partir desta referência foi elaborado o quadro 2, que esquematiza o modelo teórico-analítico adotado para este estudo de caso.

O fundamento teórico para o estudo pauta-se na teoria democrática deliberativa que discute *“como a formação de uma esfera pública de discussão ampliada pode contribuir para um sistema democrático marcado pela aproximação entre instâncias formais de governo e espaços informais de discussão entre os cidadãos”* (AVRITZER, 2009). Sua aplicação em estudos sobre instituições participativas também possibilita um melhor entendimento sobre a abordagem dos conflitos [por assimilar o modo como os cidadãos fundamentam racionalmente as regras do jogo democrático] e facilita a definição de variáveis passíveis de testes empíricos (CUNHA, 2009; MARQUES, 2009; AVRITZER, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011; FARIA & RIBEIRO, 2011). Leva-se em conta ainda que:

“(...) a teoria deliberativa recoloca a argumentação como aspecto central no processo de decisões políticas, as atas adquirem especial relevância, pois são os documentos que registram o processo deliberativo, os atos de fala dos participantes, ou seja, os discursos políticos produzidos pelos atores no processo deliberativo que sinalizam posições políticas, conflitos, consensos e propostas (KRÜGER, 1998 apud TATAGIBA, 2002).

A partir do exposto, a pesquisa volta seu olhar para o seguinte itinerário metodológico:

O capítulo 1, “Padrões de Interação Estado-Sociedade e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil” apresenta, em linhas gerais, um paralelo entre a trajetória da gestão das águas no Brasil e as gramáticas políticas que se consolidaram como eixos estruturantes das relações estado-sociedade. Identifica fatores sistêmicos que influenciam o gerenciamento e o tipo de governança adotada pelo projeto político vigente. Focaliza o avanço institucional alcançado ao longo dos anos, a perspectiva de consolidação de um “Sistema de Participação” [que propõe maior grau de aderência e protagonismo da sociedade civil no ciclo desta política pública] e, orisco de retrocesso e “desmonte” do sistema diante da mudança de conjuntura política, econômica e institucional no país, a partir de 2014. Aborda, mais especificamente, os desafios impostos aos CBHs na operacionalização de suas atribuições. Objetiva enfatizar a estreita relação entre a dinâmica de gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil e a gramática política preponderante em cada período histórico.

O capítulo 2, “A Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: trajetória e desenho de partilha”, em sua primeira seção, traça a trajetória do gerenciamento dos recursos hídricos no norte e noroeste fluminense e os principais conflitos socioambientais evidenciados no período que antecedeu o SINGREH e a instituição do CBH BPSI. A segunda seção discorre sobre a construção de um novo modelo de gestão das águas e a respectiva mobilização participativa na região do Baixo Paraíba do Sul. A terceira, e última seção, apresenta a estrutura do desenho de partilha na bacia do Paraíba do Sul.

O capítulo 3, “A Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: caracterização e visibilidade do problema” apresenta a caracterização do recurso da bacia do Paraíba do Sul e o atual diagnóstico de situação da RH IX do ERJ, sob os aspectos físicos, bióticos e socioambientais, no intuito de levantar potencialidades e restrições ao uso dos recursos hídricos associados às demandas. Reúne elementos que se constitui em importante “ferramenta de decisão” para os diversos atores e órgãos gestores envolvidos.

O capítulo 4, “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: assimilando as regras do jogo” examina as regras que definem o processo participativo e a organização da governança no CBH BPSI, verificando os pressupostos da democracia deliberativa adotados pelo colegiado, a partir das seguintes categorias: “Quem participa?” e “Como se institui?”. O intuito do capítulo é analisar a constituição desta instância decisória e seu potencial democrático.

O Capítulo 5 “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: capacidade deliberativa” examina o potencial de deliberação do CBH BPSI a partir das seguintes categorias: “Quem e de onde fala?” [qualidade da participação/perfil dos conselheiros; alternância de poder decisório/situação da plenária e das câmaras técnicas] e “Como e o quê delibera?” [potencial para implementar as deliberações/vocalização e articulação com outros níveis de poder e atores relacionados a essa política pública; e, temas prevalentes]. O foco é identificar pontos positivos e sensíveis que interferem no funcionamento desta arena enquanto campo de disputa de diversos segmentos e pôr em evidência a capacidade do colegiado para deliberar e articular a implementação de suas decisões com outros níveis de poder no sistema e atores relacionados com a gestão dessa política pública.

O capítulo 6, “Governança das Águas na Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: a que resultado leva?” busca demonstrar o tipo de resultado produzido pelo CBH BPSI, nos três biênios estudados, relacionado à dimensão da governança na perspectiva de Lima, Abrucio & Silva (2014). O empenho de investigação no capítulo é identificar resultados

relevantes do CBH BPSI, podendo envolver todos ou alguns dos 22 municípios pertencentes à área de abrangência do colegiado, nas cinco dimensões da governança analisadas: ambiente institucional; capacidade de gestão; instrumento de gestão; relações intergovernamentais; e, interação estado-sociedade.

Em suas “Considerações Finais”, busca responder a questão de partida da pesquisa, avaliando se o CBH BPSI tem se mostrado uma instituição efetiva em relação à capacidade de deliberação e produção de resultados, no sentido de influenciar, alterar formato e/ou conteúdo da política pública a que se vincula e contribuir para o debate e a articulação em prol da governança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do ERJ. Espera-se, também identificar possíveis caminhos para o aperfeiçoamento da interlocução estado-sociedade e fortalecimento da governança participativa das águas, no âmbito do CBH BPSI. Por fim, almeja apontar lacunas observadas na pesquisa e sua relação com a delimitação do escopo do trabalho, o limite da teoria utilizada e/ou a necessidade de trabalhos futuros.

Quanto à categorização das variáveis, a proposta é trabalhar com o menor número de variáveis que caracterize um tipo de atributo, e que tenha referência, na teoria que sustenta a investigação (CUNHA, 2009). As variáveis estão dispostas nos quadros 1 e 2. Estas, segundo Cunha (2009) “*devem ser operativas e úteis para explicar a hipótese (...)*”, sendo medidas por dados qualitativos ou por dados quantitativos.

No presente estudo a “variável dependente” identificada é a efetividade deliberativa, apurada através da análise de “variáveis independentes” [fatores intrassistêmicos e sistêmicos ou intervenientes].

As “variáveis independentes” relacionadas aos fatores intrassistêmicos [um conjunto de fatores relacionados à estrutura institucional e ao processo deliberativo] se subdividem entre variáveis independentes intrassistêmicas endógenas e variáveis independentes intrassistêmicas exógenas.

Entre as variáveis intrassistêmicas endógenas que analisam a participação estão: as regras que modelam o processo participativo, o formato decisório no CBH BPSI e os pressupostos da democracia deliberativa adotados pelo colegiado. Como fator de apuração foram utilizados os seguintes critérios de verificação: modos de inserção, composição da representação e forma de escolha dos representantes para a constituição das instâncias decisórias.

Entre as variáveis intrassistêmicas exógenas que analisam a capacidade de deliberação do CBH BPSI, destacam-se: a qualidade da participação [capacidade de produzir decisões

acerca da política] e o potencial para deliberação pública e inclusiva [vocalização em fóruns diversos e articulação em diferentes instâncias do sistema]. Como fator de apuração destas variáveis foram empregados os seguintes critérios de verificação: perfil dos conselheiros; dinâmica e alternância do poder decisório no CBH BPSI; articulação com diversos níveis de poder e de atores relacionados; e, temas prevalentes.

Outras variáveis independentes [alheias ao arranjo institucional do colegiado], denominadas “variáveis sistêmicas ou intervenientes” e que verificam os fatores ligados ao contexto político e econômico, permeiam todo o estudo sendo, no entanto, objeto tratado, mais especificamente, nos Capítulos 1, 2 e 3 da tese.

A partir dos fatores e fontes de verificação do modelo proposto por Cunha (2009), o método adotado como modelo analítico para a avaliação da efetividade deliberativa do CBH BPSI, apresenta-se esquematizado nos quadros 1 e 2, a seguir:

Quadro 1: Fatores de Efetividade Deliberativa e Fontes de Verificação para a Avaliação da Efetividade Deliberativa do CBH BPSI

Fatores de efetividade deliberativa	Fontes de verificação
<p>Institucionalização</p> <p>Ex.: existência de regimento interno, regularidade das reuniões, formulação do processo eleitoral, tempo de mandato, possibilidade de reeleição.</p>	<p>Lei, regimento interno, edital de processo eleitoral, atas.</p>
<p>Pluralidade da representação e potencial democrático</p> <p>Ex.: método de escolha, tipo de composição das plenárias, diretoria, câmaras técnicas, grupos de trabalho e pressupostos democráticos adotados.</p>	<p>Lei, regimento interno, atas, observação não participante, questionário e entrevista.</p>
<p>Potencial de deliberação pública e inclusiva</p> <p>Ex.: tipo de reuniões, capacidade de vocalização dos segmentos, capacidade de agenda dos segmentos.</p>	<p>Atas das reuniões plenárias e câmaras técnicas [ordinárias e extraordinárias], deliberações, observação não participante, questionário e entrevista.</p>
<p>Capacidade de produzir decisões acerca da política.</p> <p>Ex.: qualidade da representação.</p>	<p>Atas das reuniões plenárias e câmaras técnicas [ordinárias e extraordinárias], resoluções, relatórios, notas técnicas, deliberações, observação não participante, questionário.</p>
<p>Decisão de política pública.</p> <p>Ex.: tipos de decisão, resultados produzidos.</p>	<p>Atas das reuniões plenárias e câmaras técnicas [ordinárias e extraordinárias], resoluções, deliberações, relatórios e notas técnicas, cartas,</p>

	questionário e entrevista.
--	----------------------------

Fonte: Adaptação ao modelo proposto por Cunha (2009).

Quadro 2: Modelo Teórico-Analítico Adotado para a Análise da Efetividade Deliberativa do CBH BPSI

Objetivo do Capítulo	Categoria Analítica	Fator de Apuração	Variáveis Independentes Intrassistêmicas: Endógena e Exógena Variáveis Independentes Sistêmicas: Intervenientes	Fonte de Verificação
Capítulo 1, 2e 3 Delinear a trajetória do gerenciamento dos recursos hídricos no país e na área de atuação do CBH BPSI	Padrões de interação Estado-Sociedade no Brasil Desenho de Partilha na Bacia do PS Caracterização e visibilidade do problema na RH IX do ERJ	Evolução do texto constitucional e normativas pertinentes Caracterização do Recurso da bacia do PS Diagnóstico de Gestão e de Situação na área de influência do CBH BPSI	Variáveis Independentes Sistêmicas: Gramáticas políticas vigentes no período histórico Contexto político, econômico e socioambiental	Fonte documental
Capítulo 4 Analisar as regras que modelam o formato decisório e o potencial para democratizar a participação no CBH BPSI.	Quem Participa?	Critérios de inserção para a participação /(institucionalização) Composição da representação(pluralidade da representação).	Variáveis Independentes Intrassistêmicas Endógenas: Regras que estruturam a organização e funcionamento do CBH BPSI Pressupostos da democracia deliberativa adotados pelo colegiado	Fonte documental Observação não participante
	Como se Institui?	Forma de escolha dos representantes para a constituição das instâncias decisórias(potencial democrático)		
Capítulo 5 Capacidade de deliberativa do CBH BPSI	Quem e de Onde Fala?	Perfil do Conselheiro Alternância do poder decisório no CBH BPSI Vocalização / Articulação com outros níveis de poder e atores relacionados a essa política pública em diferentes instâncias do sistema e Temas prevalentes	Variáveis Independentes Intrassistêmicas Exógenas: Qualidade da participação (capacidade de produzir decisões acerca da política) Potencial para Deliberação Pública e Inclusiva: vocalização/articulação	Fonte documental Observação não participante Questionário
	Como e o quê delibera?			
Capítulo 6 Identificar os resultados produzidos pelo CBH BPSI relacionando à dimensão da governança alcançada	A que resultado leva?	Variável dependente (Efetividade) Resultados produzidos pelo CBH BPSI, no recorte temporal estudado, nas cinco dimensões da governança na perspectiva de Lima, Abrucio &Bezerra e Silva (2014)	Variáveis Sistêmicas e Intrassistêmicas: Ambiente institucional Capacidade de gestão Instrumento de gestão Relações intergovernamentais Interação estado-sociedade.	Fonte documental Observação não participante Questionário Entrevista não estruturada

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em vista que o principal objetivo da pesquisa é avaliar a efetividade deste organismo de bacia em produzir resultados, no sentido de propor, alterar formato e/ou conteúdo da política pública a que se vincula, contribuindo para o debate e articulação em prol da governança participativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do ERJ, julga-se que o desenho da pesquisa proposto atende aos objetivos elencados. Justifica-se também que, pelo exposto, o estudo se mostra relevante e se adequa aos objetivos da linha de pesquisa “Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF.

CAPÍTULO 1

PADRÕES DE INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

O capítulo analisa a dinâmica do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil a partir de um paralelo com a estrutura teórica sobre as gramáticas políticas institucionalizadas no país. Discute o avanço legal alcançado ao longo dos anos, expresso pelo caráter descentralizador estabelecido com a Constituição Cidadã pelo desenho de governança participativa instituído com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Destaca a possibilidade de ampliação do repertório de interação estado-sociedade e a perspectiva de consolidação de uma “arquitetura de participação”: o sistema de participação. Chama atenção, entretanto, para o risco de retrocesso no processo de fortalecimento dos espaços deliberativos e incapacidade de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, nos moldes da governança proposta, diante da mudança de conjuntura política, econômica e institucional no país, a partir de 2014.

1.1 Dinâmica da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil e as Quatro Gramáticas

Nunes (2003), ao distinguir diferentes conjuntos de relações possíveis entre modo de produção, padrões de ação social e instituições políticas formais no Brasil, aponta padrões de relações institucionais entre Estado-Sociedade, aos quais chamou de gramáticas políticas. O autor identificou “quatro gramáticas”, que se consolidaram como eixos estruturantes das relações entre o Estado e a sociedade no país: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

O clientelismo, mecanismo de articulação entre sociedade e sistema político durante a República Velha, já estava presente no país desde o período colonial. Segundo Rolnik, Klintowitz & Iacovini (2011), ainda que discutível, alguns autores consideram que suas raízes tenham origens na formação do próprio Estado absolutista português, com a prática de mediação política através da troca assimétrica de favores, transferida para o Brasil sob a égide dos grandes detentores das terras, na qualidade de donatários do rei.

“[...] sua origem é histórica, determinada pela doação, pelo arrendamento ou pela compra das terras da Coroa que, não dispondo de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-as nas mãos dos particulares, que, embora sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa com o estamento burocrático. Essa partilha do poder torna-se, no Brasil (...) a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reïnham”, (...) mantendo com os cidadãos

relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos” (CHAUI, 2004).

O chamado “patrimonialismo”⁴, outra nomenclatura utilizada para esta categoria de análise, é considerada a gramática na qual o poder político se legitima através de uma forma específica de “dominação tradicional” (WEBER, 2008). Caracteriza-se por uma forma de dominação política com uma burocracia pesada e uma sociedade civil desarticulada, onde a esfera pública e a privada se confundem nas práticas dos governantes (NUNES, 2003); uma prática arraigada na cultura política brasileira. Diferente do modelo inglês, que caminhou em direção à consolidação dos direitos de propriedade e a uma separação racional entre a esfera política e a econômica, o estado herdado de Portugal desconhece a distinção entre o político e o econômico, não apresentando “regras do jogo” estáveis. Estas atendem ao subjetivismo de quem detém o poder: o estamento. Neste sentido, Faoro (1958, 2001) assegura, na obra “*Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*”⁵: “(...) tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará”.

O primeiro texto constitucional brasileiro, outorgado em 1824 (BRASIL, 1824), ainda que estabelecesse extrema centralização política e administrativa, e a garantia do direito de propriedade em sua plenitude, nada mencionava sobre o uso, domínio e regulação das águas. Apresenta-se omissa em relação à tutela ambiental⁶. As decisões governamentais seguem, neste período, cumprindo o repertório do clientelismo/patrimonialismo⁷ quer na construção de barragens, em projetos de irrigação, perfuração de poços ou construção de adutoras.

⁴ Categoria advinda de Weber o qual destaca três tipos puros de dominação na história das sociedades: racional-legal, carismática e tradicional. A última, a tradicional, é legitimada por um comando introduzido culturalmente por regras pré-estabelecidas no costume arraigado, e subdividida em patrimonialista e feudal. No contexto brasileiro, conforme abordado por Faoro (1958, 2001), esta categoria se caracteriza em um modelo onde o governante administra com característica de proprietário do reino e senhor feudal, simultaneamente, tomando decisões subjetivas e baseadas em critérios pessoais.

⁵ Trabalho em que Raymundo Faoro relaciona as mazelas do estado brasileiro à estrutura de poder patrimonialista estamental.

⁶ No período, a temática dos padrões de uso dos recursos naturais e a vulnerabilidade do ser humano diante das ações em torno da questão ambiental não tinha centralidade. A preocupação voltava-se, apenas, para regulamentar as atividades do processo produtivo vigente.

⁷ Tal categoria, como destaca Campante (2003) foi “(...) plasmada historicamente pelo Estado português, posteriormente congelada, transplantada para a colônia americana, reforçada pela transmigração da Corte lusa no início do século XIX e transformada em padrão a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República no Brasil”. Nela o “(...) Estado não assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a calculabilidade (termo caro a Weber, amplamente usado por Faoro) de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades; ao contrário, intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que o controla, o estamento”.

Os recursos hídricos entram na agenda político-administrativa do país em 1860, quando o adensamento da cidade de São Paulo desencadeia problemas relacionados às enchentes e à escassez de água para abastecimento (TOTTI, 2014). Em termos normativos a atenção só aparece em 1890 [66 anos após a outorga da CF 1824] e limitada ao Código Penal (BRASIL, 1890). O código em questão estabelece sanções a quem poluir e inviabilizar os corpos d'água (Art.162); desviar do curso água de uso público ou particular (Art.329); e, realizar obras que obstruam os esgotos e o escoamento das águas (Art.389), como destaca Araújo (2004).

O fato guarda relação com conflitos advindos de sucessivas secas: de 1845 até a tragédia da “Grande Seca”, desencadeada entre 1877-1879; e, entre 1886-1889 (SOUSA, 2009; CAMPOS, 2014). Tais conflitos levaram D.Pedro II a intervir sobre questões relativas às escavações de poços, instalação de cacimbas, construção de barramentos nas nascentes de rios e criar Comissões⁸, entre as quais, a “Comissão da Seca”, formada por uma equipe internacional e multidisciplinar (BRAGA et al, 2015; CAMPOS, 2014).

Data dessa época o primeiro projeto voltado à transposição do Rio São Francisco (SOUSA, 2009; LOUREIRO, TEIXEIRA E FERREIRA, 2014; CAMPOS, 2014).

“A Comissão Imperial existiu por seis meses e deixou um relatório com algumas propostas, como: estradas de ferro (...); construção de um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe; construção de açudes(...) e alternativas para reduzir inundações (...)” (GUERRA, 1981 apud CAMPOS, 2014).

Com a república, em 1889, há a promulgação de uma nova Constituição que estabelece as regras do regime livre e democrático.

“(...) Os primeiros sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotos no Brasil foram criados através de concessões à iniciativa privada, feitas em geral pelos governos estaduais. No período que se estendeu de meados do século XIX ao início do século XX, o Estado brasileiro, ainda incipiente, concedeu, a empresas privadas nas principais cidades, o direito de criar e explorar os principais serviços públicos, entre eles os de saneamento. Em geral, essas empresas eram estrangeiras e, em sua maioria, inglesas. No entanto, a experiência não obteve resultados satisfatórios, sobretudo pela dificuldade de retorno, via tarifas, dos investimentos necessários à expansão das redes, ficando, por isso, restritas aos núcleos centrais inicialmente implantados. Esta precariedade na oferta dos serviços gerou protestos e alimentou revoltas populares (RISI JUNIOR, NOGUEIRA et al, 2002)”.

O novo estatuto, a CF de 1891, não disciplina a dominialidade dos rios, definindo apenas a competência para legislar sobre sua navegação (BRASIL, 1891). O direito de propriedade

⁸ A primeira comissão teve início em 1859, formada por Francisco Freire Alemão, encarregado da seção botânica; Guilherme Schultz de Capanema, da mineralogia e geologia; Manuela de Ferreira Lagos, da zoologia; Giacomio Raja Gabaglia, da astronomia e geografia; e Antônio Gonçalves Dias, da etnografia e narrativa da viagem.

permanece garantido em toda sua plenitude, exceto em casos de desapropriação por necessidade de utilidade pública. A cultura do patrimonialismo subsiste e é a gramática preponderante para atender interesses particulares ou setoriais, ao mediar a “privatização” do uso da água ou em ações assistenciais nos períodos de seca.

“Em decorrência da insatisfação com a qualidade dos serviços prestados pela iniciativa privada, diversos governos estaduais passaram a romper os contratos, encampando os serviços. Este processo deu-se majoritariamente de 1893 até a segunda metade do século XX. Dessa forma, foram constituídos, nos governos estaduais, órgãos de administração direta, na forma de repartições ou inspetorias. Com a Constituição de 1891, ficaram mais definidos os papéis das diferentes esferas de poder, aumentando a capacidade executiva dos governos. Assim, também as prefeituras passaram a criar serviços de água e esgotos (RISI JUNIOR, NOGUEIRA et al, 2002)”.

Através de Saturnino de Brito, em 1905, tem-se o registro de uma das primeiras tentativas para institucionalização da proteção das águas, com visão sistêmica e avançada (VICTORINO, 2003). Nesse período as águas do Tietê já se encontravam condenadas para o abastecimento da cidade de São Paulo, o que contribuiu para essa iniciativa. Por motivos políticos e econômicos o processo de preservação ambiental não ocorreu. Optou-se pela construção do sistema Billings, um dos mais complexos sistemas de abastecimento urbano e geração de energia no Brasil. Pautado na falsa ideia de que a engenharia poderia resolver os problemas relativos à água; o que se assistiu foi o abandono de um rio (TOTTI, 2014).

Com a preocupação de regulamentar as atividades do processo produtivo vigente [agricultura, mineração e produção energia para a industrialização em curso] e normatizar a utilização de recursos naturais, o jurista Alfredo Valladão elabora em 1907 [a pedido do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Affonso Penna] o projeto do Código das Águas. O texto encaminhado ao congresso permanece, no entanto, em tramitação por 27 anos. Ao que consta, devido à inadequabilidade ao dispositivo constitucional em vigor, aos problemas relacionados às secas periódicas no semiárido nordestino e, sobretudo, à gramática vigente no sistema político (BRAGA et al, 2015).

Apesar das mudanças institucionais ocorridas com a república, o clientelismo [seja sob as vestes patrimonialistas ou coronelistas] segue influenciando de forma hegemônica políticas públicas voltadas aos seus interesses, conforme observa Garjulli (2003). Especialmente no semiárido, onde a relação entre clientelas e “caciques” políticos ainda permanecem assentadas fortemente por esse “sistema que regula laços de lealdade pessoais, partidários, compadrios, dentre outras manifestações de proteção política e social de caráter clientelista” (GARJULLI, 2003).

O corporativismo, a segunda gramática tipificada, emerge no Brasil nos anos 30 durante a Era Vargas. O modelo organiza camadas horizontais de categorias profissionais arrumadas em estruturas formais e hierárquicas. Funciona como um poderoso instrumento de controle e sujeição do trabalho ao Estado, com uma estrutura de representação de interesses e elaboração de políticas, em nome da coletividade e do bem-comum, objetivando a intermediação de projetos de um número limitado de grupos e sua eficiência econômica (NUNES, 2003).

O período do entre guerras contribuiu para avultar o papel designado à agricultura e ao protagonismo da classe profissional dos engenheiros na direção das políticas públicas no Brasil. Tais fatos concorreram para a consolidação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (1933-1940), que posteriormente ganhou amplitude nacional como Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS. Ressalta-se a importância destas instituições na nova conjuntura política-institucional: “Projeto de Brasil” (CARNEIRO, 2003). Os projetos de saneamento e drenagem implantados, a partir desse período, inserem-se no contexto de “modernização do Estado” à luz do projeto modernizador da categoria profissional de engenheiros.

No âmbito da regulação hídrica, a Constituição de 1934 assegura medidas legais e administrativas para viabilizar e implementar o Código das Águas, que é, finalmente, editado pelo Decreto Nº 24.643/34. Em seus “Considerando” aponta: i) que o uso das águas no Brasil tem sido regido por legislação obsoleta e em desacordo com as necessidades e interesses da coletividade nacional; ii) a necessidade do poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas; iii) a exigência de medidas que facilitem e garantam o aproveitamento racional da energia hidráulica; iv) a necessidade de reforma dos serviços afetos ao Ministério da Agricultura, estando o Governo aparelhado, por seus órgãos competentes, a ministrar assistência técnica e material, indispensável a consecução de tais objetivos (BRASIL, 1934a).

Juridicamente, a partir da Constituição de 34, o Estado passa a ser capaz de retirar dos proprietários de terras o direito sobre os cursos d’água que margeavam suas propriedades; inserindo no Código das Águas um dispositivo para atender às peculiaridades do semiárido nordestino. No entanto, por ser calcado nos princípios estabelecidos pela I Conferência de Direito Internacional de Haia, ocorrido em 1930, o texto dá ênfase ao aproveitamento hidráulico, o que representava, à época, uma condicionante para o processo industrial (BRAGA *et al*, 2015).

Destaca-se que o Código das Águas foi subdividido em três livros. No Livro I tratou das águas em geral e sua propriedade: regulamentou a dominialidade em águas públicas, comuns

e particulares. No Livro II tratou sobre o seu aproveitamento: assegurou o uso prioritário para o abastecimento das populações; introduziu a ideia inovadora do usuário-pagador, do regime de concessão e de outorga; submeteu o aproveitamento das águas comuns e públicas à inspeção no interesse da saúde e segurança; tratou sobre proibição e sanções quanto à poluição das águas subterrâneas e a inserção do conceito poluidor-pagador. O Livro III tratou das forças hidráulicas e da regulamentação da indústria elétrica: estabeleceu o aproveitamento das quedas de água e sinalização dos usos múltiplos dos recursos hídricos (BRASIL, 1934b).

Como salientado por Braga *et al* (2015), o Código das Águas constitui uma política moderna e complexa para a época. Ainda que sancionado com o objetivo preponderante de regulamentar a apropriação da água como fonte geradora de energia elétrica, apresenta mecanismos com potencial de garantir o acesso público às águas e à utilização sustentável dos recursos hídricos.

A Constituição de 37 (BRASIL, 1937) praticamente repetiu no tocante às águas as disposições do Código em vigor. Importante frisar que a visão nacionalista e centralizadora da Era Vargas acerca dos bens naturais, como a água e minérios, possibilitou a criação de instituições que nortearam e deram suporte operacional a esse dispositivo, e, paralelamente, também contribuiu para a estratégia corporativa, que alocou a arena de regulação dos recursos hídricos no setor energético e modelou a engenharia institucional. Para Sousa *et al* (2009), o corporativismo permanece como o segundo elemento fundador das instituições que regulam os recursos hídricos ainda na contemporaneidade. Os autores destacam que, caso o modelo de regulação não seja adaptado às práticas, usos e modos de vida da população, a tendência é que apenas os atores corporativos [seja no setor de geração de energia, agronegócio, pesca comercial, etc.], obtenham vantagens no momento de instalação do arranjo institucional que regule o acesso e o uso da água.

Da mesma forma que o clientelismo, o corporativismo passa a operar como uma “arma de engenharia política”, dirigido ao controle e intermediação de interesses e ao manejo do fluxo de recursos materiais disponíveis (NUNES, 1997, 2003). Sob o ponto de vista weberiano, “tipos ideais” para a desmobilização e esvaziamento dos conflitos políticos e sociais, que passam a conviver e a se inter-relacionar.

A inter-relação desses mecanismos, clientelismo-corporativismo, para atender interesses político-financeiros e ao controle de fluxo de recursos materiais, ainda vigora e se faz visivelmente presente na narrativa de um conflito que perdura, por aproximadamente dez anos, no interior do estado do Rio de Janeiro, no norte fluminense, em uma localidade do 5º distrito do município de São João da Barra. A contenda tem início com a desapropriação de terras de

agricultores e pescadores, com o direito de propriedade formal comprovada e de outros tantos sem documentação, mas com o exercício de direitos costumeiros em relação ao uso desse território, um conceito discutido na obra de Ostrom⁹. A autora, em artigo originalmente publicado em 1995¹⁰ em parceria com Margaret McKean, destaca que de forma geral tais regimes são extintos por força da legislação por dois caminhos: i) desconsiderando os mesmos [ainda que elaborados e duradouros], através de esforços nacionais de formalização de direitos de propriedade sobre os recursos em questão [situação observada e exemplificada pelas autoras na Indonésia e no Brasil]; e, ii) através de reforma agrária, onde tais regimes de propriedades apesar de legalmente reconhecidos, são transferidos à indivíduos [caso dos enclosures do Reino Unido], ao próprio governo, ou, a uma combinação dos dois [casos observados na Índia e Japão] (McKEAN & OSTROM, 1995, 2001).

A construção do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açú – CLIPA envolve, entre outros conflitos, esse tipo de questão: o do direito à propriedade. Neste caso há um “(...) processo de desapossamento dos pobres e tomada das terras pelas grandes corporações privadas, cunhado pelo geógrafo David Harvey como acumulação por espoliação” (PEDLOWSKI & PY, 2017).

Sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro – CODIN, o governo Sérgio Cabral, aliado a um modelo de regulação alheio às práticas, usos e modos de vida da população, expropria terras da comunidade local em favor do empreendimento, inicialmente capitaneado pelo empresário Eike Batista, projeto conhecido como Porto do Açú (MORAES, 2017). O mecanismo possibilitou a posse da terra pelo grupo

⁹ Cientista política norte-americana, Elinor Ostrom, em 2009, se tornou a primeira mulher a conquistar o Prêmio Nobel de Economia a partir do desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre os bens comuns ou commons; nome científico dado aos bens que são escassos, finitos e cuja utilização por um indivíduo subtrai o montante disponível para os outros [ver em “El Gobierno de los Bienes Comunes” (1990; 2000)]. Até então, Ostrom era desconhecida do chamado “mainstream”, grupo de economistas alinhados com o pensamento tradicional ou ortodoxo (BAIARDI, 2011 *apud* Pereira, Cabral & Pereira, 2015); porém, ao mostrar, a partir de estudo eminentemente experimental e multidisciplinar sobre sistemas autogeridos [em várias partes do mundo e em recortes temporais diversos] como administrar com sucesso uma propriedade comum abriu caminho para uma verdadeira abordagem interdisciplinar. De acordo com o Comitê da Academia Real Sueca, levou a pesquisa em governança econômica da margem à frente das atenções científicas. Ostrom também destaca e reformula o conceito de propriedade comum; e sustenta que esta não se caracteriza por acesso livre a todos, e, sim, aquela que oferece acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns. Aponta o equívoco de Hardin, no clássico ensaio de 1968 sobre a tragédia dos comuns, em que o problema descrito pelo mesmo é a ausência de direitos de propriedade, ou de regime de manejo, e, não o compartilhamento do uso de recursos de uso comum. Tal análise foi validada e, posteriormente, retificada por Hardin em 1994.

¹⁰ Ver em: MCKEAN, Margaret & OSTROM, Elinor “Regimes de Propriedade Comum em Florestas: somente uma relíquia do passado?” In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, p. 79-95, 2001.

EBX/LLX, por um preço irrisório, através de um termo jurídico precário, destituído de transparência e com um modus operandi carregado de intimidação e violência (MORAES, 2011; PEDLOWSKI& PY, 2017).

Esta realidade não é avulsa da história, o fato também guarda semelhança com o que Marx se referiu à expropriação dos “commons”, no Capital: “*terras não cercadas, cujo uso era compatível com o exercício de direitos costumeiros por populações locais*¹¹, permitindo sua sobrevivência”(LAURIOLA, 2009)e que foram expropriadas pela introdução de cerca física e jurídica.

“(...) Por meio deste mecanismo, na Inglaterra do século XVII, iniciou o processo de acumulação primitiva do capital, fundada na criação de riqueza privada à custa da expropriação de direitos das populações locais, permitindo a substituição de um sistema de produção local e diversificado, feito de produções locais e exportação de lã tecida artesanalmente nas residências, pela monocultura capitalista (...)” (LAURIOLA, 2009).

No caso do Açú também se ergueram cercas físicas e jurídicas, introduzidas por meio de mecanismos clientelistas/patrimonialistas-corporativistas, mediando à expropriação de direitos de toda uma comunidade. O sistema de produção local, até então baseado em agricultura familiar diversificada,tornou-se um latifúndio improdutivo.

A pesca artesanal¹², outro sistema produtivo local, também tem sido inviabilizada pelo acesso negado ao manancial, ou, por consequência à salinização do solo e da água; umpassivo ambiental agravado pelo aterro hidráulico construído com areia retirada do litoral (PEDLOWSKI& PY, 2017).

Relevante observar que, diferente do caso referido por Marx, a população do Açú diretamente afetada não se enquadra, sequer, no exército de mão de obra excedente para o empreendimento; não possui requisitos necessários para ser absorvida por essa indústria.

¹¹ Problema de pesquisa que norteou o trabalho de Ostrom, em quase toda a totalidade de suas obras, sendo expresso na seguinte pergunta: “[...] como regulamentar e monitorar o uso de bens que são de todos e ao mesmo tempo não pertencem a ninguém?” (POTEETE; OSTROM; JANSSEN, 2011). Suas pesquisas se caracterizam por buscar soluções econômicas no âmbito privado estudando as instituições e, conseqüentemente, a análise econômica delas; uma performance mais abrangente do que as consideradas pelas formas tradicionais de trocas no mercado.

¹² Situação que vai ao encontro dos resultados encontrados nos estudos de Elinor Ostrom. A autora desafiou o conhecimento convencional demonstrando que propriedades de uso comum [ativos de pesca, áreas madeireiras, entre outras] frequentemente são melhores administradas do que as teorias padrão previam. A visão aceita anteriormente era de que a propriedade comum era, em regra, má gerenciada e, portanto, deveria ser centralmente regulada ou privatizada.

Diante do exposto, constata-se até aqui que, a interação das gramáticas apresentadas como eixo estruturante de relações entre o modo de produção, padrões de ação social e instituições políticas para o controle e intermediação de interesses é uma “arma de engenharia política” de grande eficiência¹³, e, caso se alinhe a uma terceira que priorize interesses de projetos insulados não-inclusivos, a tendência é que o conflito não chegue nem a ser vocalizado pelo segmento em desvantagem; tende a ser sufocado e, antecipadamente, absorvido.

O insulamento burocrático, terceira gramática tipificada por Nunes, pode ser compreendido como um mecanismo de defesa ou de proteção das burocracias públicas contra as interferências ou ingerências externas. Embora tenham ocorrido ações pontuais de insulamento desde o período colonial essas se expandiram, especialmente, no período republicano com a ditadura do “Estado Novo”, entre 1937-1945.

É considerada uma estratégia de mediação para a proteção do núcleo técnico do Estado para driblar a arena controlada pelos partidos políticos ou demais grupos de interesses. Ao contrário do discurso dos seus patrocinadores, Nunes (2003) considera que este modelo “*não é um processo técnico apolítico, pois há competições e coalizões entre grupos e atores fora da área administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos*”.

No âmbito das instituições direcionadas à regulação da água no país, o insulamento burocrático foi estabelecido com a criação do Departamento de Administração de Serviço Público – DASP. Além deste órgão [previsto na Constituição de 1937 e instituído no ano seguinte pelo Decreto-Lei nº 579/38] foi também criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, através do Decreto-Lei nº 1699/39 apenso à gestão dos recursos hídricos. O autoritarismo do regime era um dos elementos de força do DASP e do CNAEE, mas não se pode negar que, conjuntamente, havia uma dimensão organizadora, cooperativa e também competitiva (LASSANCE, 2013).

Consta desse período [Era Vargas] a transformação da diretoria de saneamento da baixada fluminense em Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS¹⁴. O órgão

¹³ No que tange à governança dos recursos hídricos o conceito de eficiência perpassa a relação entre custos e benefícios, onde se busca a minimização do custo total para uma quantidade de produto, ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado. A eficácia é entendida como a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados. Já a efetividade compreende a relação entre os resultados e o objetivo “É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos” (COHEN & FRANCO, 2004 *apud* LIMA, ABRUCIO & BEZERRA E SILVA, 2014).

¹⁴ Criado através do Decreto-Lei Nº 2.367/1940, e posteriormente reorganizado pelo Decreto-Lei nº 8.847/1946.

tinha por finalidade promover, orientar, superintender, estudar, projetar, executar, contratar, fiscalizar e instruir todos os empreendimentos ou assuntos relativos à construção, melhoramento, conservação, modificação e exploração de obras de saneamento e defesa contra inundações (BRASIL, 1940); uma “instituição mítica” da república brasileira (SOFFIATI, 2005).

A regulação tipificada como burocracia insulada era assim controlada por um conjunto de técnicos com expertise em engenharia, que à época voltava-se à produção de energia elétrica e ao seu potencial de irrigação, em virtude do projeto desenvolvimentista do governo. A centralização característica do regime penetra a estrutura desenhada no Código de Águas, alinhando seu mecanismo de funcionamento insulado aos interesses de setores específicos.

Vale ressaltar, nesse tipo de gramática, uma questão importante no âmbito dos recursos hídricos: em uma arena onde predomina o “insulamento burocrático” o papel dos especialistas como árbitros tende a ter uma importância concreta para os diversos atores envolvidos, em virtude da difícil ponderação sobre os projetos concorrentes para os não especialistas (SOUSA *et al*, 2009).

Em uma conjuntura desse tipo, o apoio e a oposição dos demais atores em relação às alternativas possíveis tendem a se basear mais em lealdades externas do que em considerações específicas sobre a política em pauta, por não a dominarem; e, reintroduzindo, assim, incentivos ao clientelismo e ao corporativismo. Observa-se, dessa forma, uma convivência estreita entre as três gramáticas políticas classificadas anteriormente: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático.

O universalismo de procedimentos, a quarta gramática especificada por Nunes, destaca a instauração de procedimentos universalistas na administração pública brasileira também a partir do DASP. O órgão ainda que com característica insulada, reformou a administração nacional através da reestruturação da máquina pública e da implantação de regras formais.

Importante destacar que sua estrutura de abrangência nacional, replicada em âmbito estadual, assegurou capilaridade e poder para reger a administração pública de todo o país (LASSANCE, 2013):

“(...) O que Vargas fez foi utilizar a organização da administração pública como mote consistente para o embate com algumas das elites mais tradicionais da política oligárquica. O mote servia ao propósito de aplicar princípios e normas tidos por universais e também à ideia de separação entre política e administração (Wahrlic, 1983), discurso até hoje muito presente no debate sobre a administração pública. Quebrando o sistema de espólio existente no Brasil, Vargas rompia um elo importante da lógica dos partidos oligárquicos da “República Velha” (Love, 2004). A estratégia tinha apelo modernizador e moralizador e foi peça do discurso

político varguista contra o paroquialismo e o tradicionalismo da política que o precedeu e que a ele se opunha, sistemática e ferozmente” (LASSANCE, 2013).

Ainda que de forma lenta e incremental, foram estabelecidos alguns mecanismos de méritos e um processo de implantação e consolidação [a longo prazo] de formação de um estado nacional moderno e com uma gestão universalista.

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, um novo texto constitucional é sancionado, em 1946, em função da redemocratização do país (BRASIL, 1946). No âmbito da gestão dos recursos hídricos há alteração substancial sobre o domínio hídrico, com tendência de descentralização do poder federal para os estados e municípios possibilitando, ao primeiro, legislar em caráter supletivo e complementar (BRASIL, 1946; BRAGA *et al*, 2015). Entretanto, a centralização da regulação da energia elétrica pela união ficou mantida através do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE.

Com o golpe militar em 64 a centralização é retomada e, no ano seguinte, através da criação do Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE e do Ministério das Minas e Energia- MME, consolida-se a predominância do setor de energia elétrica na gestão das águas. Essa convergência ajuda a explicar o fato da regulamentação do Código das Águas se ater ao longo das décadas, especificamente, ao capítulo referente ao aproveitamento elétrico; não regulamentando os capítulos voltados aos múltiplos usos (BRAGA *et al*, 2015).

Com o acirramento do regime ditatorial o Congresso Nacional promulga uma nova Constituição em 1967. Nela deixa de ser facultado aos estados o direito de legislar sobre a água, mesmo que em caráter supletivo ou complementar à União (BRASIL, 1967).

Não obstante, o padrão de relação estado-sociedade ancorado nas quatro gramáticas passa a operar, simultaneamente, no Brasil. A maior ou menor influência de uma gramática sobre a outra se dá em função: i) da oscilação do regime político e seu desenho institucional mais ou menos autoritário; ii) da força de coalizão; e, iii) da articulação de interesses para a implementação de modelos diferenciados de gestão de políticas públicas.

Somente a partir da realização da “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente” pela Organização das Nações Unidas - ONU, mundialmente conhecida como a Conferência de Estocolmo, em 72, é que há um deslocamento real em direção à descentralização, às práticas mais universalistas e metas de atendimento universal, como o acesso à água potável e esgotamento sanitário. O resultado da Conferência foi uma declaração relacionada à preservação e uso dos recursos naturais, aqui expressado no seu segundo princípio:

“Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento” (ONU, 1972).

No Brasil, os movimentos sociais se acentuam estimulados por fortes razões conjunturais e ideológicas, potencializando a criação de novos sujeitos e atores, ampliando o conceito de cidadania (VIGEVANI, 1989); novas institucionalidades e diferentes performances na interação estado-sociedade emergem.

1.2 Novas Institucionalidades nas Relações Estado-Sociedade e na Gestão das Águas

A década de 70 foi marcada como a precursora na busca de políticas que atuassem de forma mais consistente no reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. No caso do Brasil, a política ambiental se desenvolveu de forma tardia, se comparada às demais políticas setoriais brasileiras e, basicamente, em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista; visto que, a visão governamental era que a proteção ambiental não deveria sacrificar o desenvolvimento econômico (SOUSA, 2005).

“Nessa época, o desenvolvimento do país tinha como uma de suas bases o investimento público nas áreas de petróleo, energia, siderurgia e infra-estrutura, associado aos capitais privados investidos nas indústrias de transformação, que viabilizavam a industrialização por substituição de importações. Na década de 1960, porém, esse modelo de desenvolvimento foi sendo redefinido e, ao final da década, em função da poluição gerada por tais atividades, demandas ambientais começaram a surgir” (BREDARIOL, 2001).

Em meio à ebulição de diversos movimentos sociais, à efervescência da sociedade civil organizada e às pressões externas frente à preocupação com a qualidade ambiental, um paradoxo apresenta-se no país a partir da Conferência de Estocolmo em 1972: o Brasil tem papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam, no aumento das restrições ambientais, uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento (TOTTI, 2014).

Nesse período, não havia uma ação coordenada de governo ou uma entidade gestora da questão ambiental¹⁵. A legislação que dava base a essa política era formada pelos códigos de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967). A gestão das águas seguia de forma

¹⁵A norma que regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, LEI Nº 6.938, só foi sancionada em 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981).

fragmentada e centralizada. Fragmentada em função de cada setor [energia elétrica, agricultura, saneamento, etc.] realizar seu próprio planejamento e medidas; e, centralizada em decorrência dos governos estaduais e federal definirem a política sem que houvesse a participação dos governos municipais, dos usuários da água e da sociedade civil no processo (ABERS & JORGE, 2005).

No ano de 1976, em virtude do agravamento da degradação dos rios da região metropolitana de São Paulo, firmou-se um acordo pioneiro entre este estado e o Ministério de Minas e Energia. Em razão da interação profícua da experiência foi proposta a criação de um Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH, a fim de promover o uso racional das águas dos rios de domínio da União (TOTTI, 2014). Data assim, da segunda metade da década de 70, o início do processo para modificar a política setorial e centralizadora da gestão pública das águas no Brasil.

Tendo por referência a Conferência de Estocolmo em 1972, o processo foi fortalecido pelos acordos resultantes da primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em Mar Del Plata em 1977, que em suas recomendações adota a premissa que: *“todos os povos, quaisquer que sejam seu estágio de desenvolvimento e suas condições econômicas e sociais, têm direito ao acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas”* (ONU, 1977). Seu “Plano de Ação”, considerado o documento referencial mais completo sobre recursos hídricos, permaneceu em evidência até a elaboração do Capítulo 18 da Agenda 21, em 1992 (BRITO, 2008).

A partir da Conferência de Mar del Plata a água passa ser definida como “um bem comum”. O documento lança as bases para o planejamento e gestão dos recursos hídricos, introduzindo a noção de equidade, princípio fundamental do processo da governança (VARGAS, 2000). O plano de ação sustenta a necessidade do planejamento para o uso eficiente da água e que cada país deve promover políticas públicas de acesso à água e saneamento básico, a toda população, até 1990. Também declara a década de 80 como a “Década Internacional do Fornecimento de Água Potável e do Saneamento” (RIBEIRO, 2008).

“(…) Os investimentos para a Década Internacional da Água somaram cerca de 100 bilhões de dólares, destinados a prover cerca de 1,3 bilhão de habitantes da Terra com água potável de qualidade e cerca de 750 milhões com saneamento básico. Além disso, foram financiados diversos estudos sobre recursos hídricos no mundo e produzidos relatórios nacionais sobre a situação da água” (RIBEIRO, 2008).

No intuito de atender às exigências de organismos de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o meio ambiente passa a fazer parte dos estudos de viabilidade de empreendimentos causadores de poluição ou de degradação ambiental, sendo este agora incluído nos planos de desenvolvimento do país (TOTTI, 2014).

Nesse sentido, setores técnicos do próprio governo, vinculados ao MME, contribuíram para que o Congresso Nacional aprovasse, dentre as diretrizes estabelecidas no III Plano de Desenvolvimento [1980-1985], a decisão de que o país deveria patrocinar o estabelecimento de uma Política Nacional de Recursos Hídricos (BRAGA *et al*, 2015). A reforma do sistema de gestão de recursos hídricos brasileiro começa a tomar corpo.

Em 1983, com a criação da comissão da ONU para levantar os principais problemas ambientais do planeta e sugerir estratégias para preservação do meio ambiente foi produzido um documento, posteriormente publicado em 1987, conhecido como Relatório Brundtland. Este recomenda que, para o alcance dos objetivos propostos, a forma de desenvolvimento a ser praticado deveria se pautar no desenvolvimento sustentável (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

No mesmo ano de criação da comissão da ONU é realizado em Brasília o Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos, promovido pelos seguintes atores institucionais: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE/ Ministério de Minas e Energia – MME; Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA/ Ministério do Interior – MINTER; e, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ/ Secretaria de Planejamento - SEPLAN. Ainda que suas conclusões mantivessem o viés conservador é desencadeado, em 1983, o debate sobre o gerenciamento dos recursos hídricos em âmbito nacional; representando o início da discussão da temática com vários outros órgãos gestores de recursos hídricos (BRAGA *et al*, 2015).

No campo das mobilizações sociais, diversos movimentos se ampliam e buscam conseguir compelir ao Estado, ou parte de seus segmentos e agentes, a necessidade do diálogo e do atendimento de suas reivindicações; em especial os movimentos ligados à ecologia, mulheres e igrejas; questionando a centralização e distribuição do poder e avançando ideias de autonomia local, autogestão, novas formas de vida comunitária e modelo econômico

(VIGEVANI, 1989; JACOBI, 2003). Estas ideias são associadas à construção teórica de Ostrom (1990) no sentido de alçar a cooperação como perspectiva para a ação coletiva¹⁶.

Em 1986, o Ministério de Minas e Energia - MME cria um Grupo de Trabalho - GT, que inclui a participação de órgãos e entidades federais e estaduais, com vistas à construção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O GT recomenda a instituição desse sistema de gestão em todos os entes federados. O Estado de São Paulo, já em processo de reestruturação do setor, deflagra a discussão sobre a necessidade de tratar a questão sob múltiplos aspectos, não somente no campo tecnocrático, mas abrangendo outras esferas e interesses da sociedade.

No ano seguinte, em 1987, por ocasião do VII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, sob a liderança de Flávio Terra Barth, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH ratifica, manifestando-se através da Carta de Salvador, a necessidade da criação do SINGREH e do aperfeiçoamento da legislação, a fim de contemplar o uso múltiplo dos recursos hídricos e o desenvolvimento tecnológico (ABRH, 1987).

A partir da força política destes atores e de grupos de pressão da Bacia do Rio Piracicaba é promulgado um decreto estadual que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, embrião dos demais sistemas de gerenciamento de recursos hídricos no país (BRAGA *et al*, 2015). Começa a ser posto em prática no Brasil uma das recomendações da Conferência de Mar del Plata, elaborada há uma década atrás: a gestão participativa das águas.

A atuação da sociedade civil organizada nesse processo levou a Constituição Federal de 1988, no seu Art.21, inciso XIX, estabelecer a competência da união para instituir o SINGREH (BRASIL, 1988), diferenciando a gestão dos recursos hídricos do setor ambiental e assegurando uma dinâmica institucional própria.

A dominialidade das águas passa a ser então dividida entre a União, os Estados e o Distrito Federal. No entanto, a regulamentação dessa matéria só tem início em 1991, com

¹⁶ Ver também: “Trabalho em Parceria: ação coletiva, bens comuns e auto-organização” (POTEETE, OSTROM & JANSSEN, 2001), e o artigo “Gestão Social e Governing the Commons: a cooperação como elo de convergência” (PEREIRA, CABRAL & PEREIRA, 2015), que analisa a cooperação como atributo valorativo e como um elo entre a abordagem de Elinor Ostrom e os estudos acerca dos temas da gestão social. O valor cooperação pode ser entendido como parte do “(...) processo que envolve a interação humana na busca por respostas e soluções para seus problemas comuns, realizando objetivos comuns, produzindo resultados através de empreendimentos coletivos fundamentados em interesses comuns”. O texto destaca o rol de possibilidades que a cooperação oferece para a compreensão do autogoverno e aspectos relevantes entre a gestão social e a abordagem neoinstitucionalista, da qual Ostrom faz parte.

encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei dispendo sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e a regulamentação do SINGREH, tendo como relator o Deputado Fábio Feldmann¹⁷ (ANA, 2002).

O Estado de São Paulo, como já exposto, em processo mais avançado para a gestão desses recursos, não ficou na dependência do desfecho federal; instituiu sua própria política para os recursos hídricos sob seu domínio, editando a Lei nº 7.663/91. Esta lei estabeleceu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (TOTTI, 2014).

A política pública instituída pelo estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1991) se antecipou, assim, aos princípios adotados nas Declarações sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, ocorridos em 1992, na Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, e, na 3º Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - 3º CNUMAD, conhecida como ECO 92; reconhecendo a água como recurso vulnerável e finito, dotado de valor econômico, gestão descentralizada e participativa.

Outros sistemas foram sendocriados, adotando tais princípios, por meio de legislação específica nos estados: Ceará [1992]; Distrito Federal [1993]; Santa Catarina e Rio Grande do Sul [1994]; Sergipe e Bahia [1995]; Rio Grande do Norte e Paraíba [1996]. Estes sistemas estaduais foram regulamentados antes mesmo do sistema nacional ser instituído em 1997 (ABRUCIO & OLIVEIRA, 2017; BRAGA *et al.*, 2015).

Nesse contexto, advém um novo modelo de regulação dos recursos hídricos para o país, em que se questiona: o modo de abordagem e a forma de gestão; a localização dos centros decisórios; o foco das políticas; a unidade de referência a ser adotada; e, os atores a serem considerados e incluídos no processo (CAMPOS & FRACALANZA, 2010).

¹⁷Pioneiro na pauta parlamentar sobre meio ambiente no Brasil. Articulador da "frente verde parlamentar", responsável pela criação do capítulo dedicado ao meio ambiente da Constituição Federal de 88 [considerado uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo]. Desde a década de 1970 atua como militante do movimento ambientalista; sendo eleito, em 1986, como deputado federal por São Paulo, à época filiado ao PSDB [eleito para três mandatos: 1987-1990, 1991-1994, 1995-1998]. Entre seus principais projetos de lei aprovados destacam-se o projeto que trata da redução de emissão de poluentes por veículos automotores, em 1993; a "Lei da Mata Atlântica" [após 14 anos em tramitação], aprovada em 2006; a Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999; a Lei de Acesso Público à Informação, aprovada em 2003. Foi relator da Convenção sobre Biodiversidade e da Lei Antitruste, em 1994; relator da Política Nacional de Recursos Hídricos, aprovada em 1997; da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010 [após 18 anos de tramitação]. Há 27 anos, aproximadamente, a proposta de lei para a proteção das cavernas está no congresso; segundo Feldmann, esta não sai por oposição das mineradoras. Fora do parlamento, desde o fim da década de 90, considera que na política nacional não há mais lugar para candidatos de opinião, só para "candidatos de máquina" e "candidatos do dinheiro". Ele se autodenomina um outsider na política (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1994; REPOSITÓRIO DIGITAL DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Tornou-se evidente,então, que era fundamental abordar a questão da governabilidade¹⁸ e da governança¹⁹.

Santos (1997) destaca uma primeira geração de análises sobre governabilidade entre o final da década de 60 e meados dos anos 70; aponta os trabalhos de Huntington [entre 1965, 1968 e 1975] que interpreta a crise de governabilidade como fruto dos excessos da participação e sobrecarga de demandas. Para Huntington:

“(...) o funcionamento adequado dos sistemas políticos depende do equilíbrio entre as instituições de input, agregadoras de interesses - sobretudo os partidos políticos - e as instituições governamentais de output, que regulam e implementam as políticas públicas. Quando no contexto das democracias consolidadas surge uma onda de participação, segue-se, em resposta, um aumento da atividade governamental, acompanhado de sobrecarga no governo, falência de outputs e deslegitimação da autoridade, com subsequente enfraquecimento das instituições políticas. Estas últimas, contudo, por serem fortes, adaptáveis e coerentes, acabam por absorver, dentro de limites, as tensões e pressões por participação, conseguindo preservar-se até o arrefecimento da onda de participação. Nas democracias recentes, por sua vez, a incorporação política de grupos sociais antes excluídos conduz a essas mesmas consequências, sem que haja, contudo, instituições consolidadas, capazes de suportar a pressão sobre o sistema político. Na verdade, mais do que se haver com a debilidade das instituições preexistentes, as democracias não-consolidadas terão de enfrentar o desafio de criar ou recriar instituições políticas”.

O “remédio huntingtoniano” para a sobrecarga de demandas sobre o sistema político de países em desenvolvimento está no reforço da autoridade governamental; no predomínio do executivo no processo decisório e no insulamento burocrático, como meio de controlar a participação social, garantir a eficácia e a racionalidade das políticas públicas. A ênfase, como se vê, é a ordem, não a democracia. Terapia atualmente adotada, ao que parece, no sistema brasileiro.

Enquanto a governabilidade tem uma dimensão essencialmente estatal, vinculada ao sistema político-institucional, a governança engloba a sociedade como um todo.

Diniz (1996) e Santos (1997) enfatizam que a concepção de governabilidade e governança ganhou destaque no Brasil nos anos 90, a partir de trabalhos e reflexões conduzidas

¹⁸Santos (1997) destaca uma primeira geração de análises sobre governabilidade nos trabalhos de Huntington, entre o final da década de 60 e meados dos anos 70 [1965; 1968; 1975].

¹⁹ Para Bevir (2004 *apud* RONCONI, 2008), o sistema de governança deriva em parte da ideia de que a efetividade das instituições políticas depende da incorporação dos “*stakeholders*” dentro dos processos de decisão. Não significa apenas reforma do Estado nos aspectos financeiros e administrativos; implica em articulação das dimensões econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica da gestão pública (NOGUEIRA, 1995).

por agências internacionais de financiamento [principalmente pelo Banco Mundial] que passam a introduzir o conceito de boa governança como parte do critério de empréstimo para países em desenvolvimento. Assim, o Brasil incorpora ajustes econômicos, de corte neoliberal, ajuste estrutural e políticas sociais compensatórias dando início a reforma do Estado (RONCONI, 2008, 2011).

Neste contexto, o termo governança está associado à noção de good governance ou good government, conceitos polissêmicos, inseridos no ideário da globalização e do neoliberalismo, com o discurso de aprofundar o conhecimento das condições que garantam um Estado eficiente (GONÇALVES, 2006). Sob essa concepção criou-se instrumentos de regulação social, a partir do “fracasso” das experiências socialistas e da eclosão dos movimentos sociais na América Latina²⁰, buscando uma nova relação estado-sociedade, através de “parcerias”, divisão de responsabilidades e de “participação concedida”, para promover o “envolvimento”, o “empoderamento” dos indivíduos e o alcance dos objetivos previstos pelas políticas e projetos (VENEZIANO, 2005; GALVÃO, 2008; SÁ REGO, 2012).

Concomitantemente, na ótica de outra corrente [sob ponto de vista neossocialista], termos como participação e cidadania também deflagraram debates, porém em uma perspectiva crítica em relação ao sistema. O conceito de governança para esse campo é requisito indispensável de um desenvolvimento sustentável, incorporando à noção de desenvolvimento a perspectiva de Amartya Sen (2010, 2011), para o qual a participação é parte constitutiva do desenvolvimento; assim, como a necessidade de relação intrínseca entre crescimento econômico, equidade social e direitos.

Neste sentido o conceito de governança não se restringe a aspectos gerenciais e administrativos, nem somente à questão da eficácia; opera em um plano mais amplo: governança como rede²¹ (BEVIR e RHODES, 2001 *apud* RONCONI, 2008). Este é também um campo abordado por Boschi (1999), em sua análise de experiências locais de governos que

²⁰ Diferentes movimentos sociais (rurais, urbanos, étnicos) eclodem na cena política latino-americana (Galvão, 2008): o “MST” [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra] no Brasil; os “Piqueteiros”, na Argentina; os “Movimentos Indígenas”, na Bolívia, Peru, Equador e México. A novidade desses movimentos reside na conjunção desses elementos em um contexto marcado pelo neoliberalismo.

²¹ Definida como redes interorganizacionais caracterizadas pela confiança e adequação mútua e expressam o enfraquecimento das reformas gerenciais enraizadas na competição.

propiciam a participação popular na produção de políticas públicas ou que neutralizam a vigência de práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos²².

Há, assim, duas correntes em disputa. Na narrativa neoliberal “(...) a governança consiste em assegurar um setor público revitalizado e eficiente baseado em mercados, competição e técnicas administrativas importadas do setor privado”. Em contrapartida, na narrativa da governança como redes, “(...) a governança é definida como redes interorganizacionais, isto é, um conjunto complexo de instituições e ligações institucionais (...)pautada na cooperação e partilha”(BEVIR e RHODES, 2001 apud RONCONI, 2008).

Passa a ser central o desenvolvimento de um novo desenho institucional e a definição de qual papel o estado irá desempenhar neste novo cenário.

No âmbito da governança dos recursos hídricos os discursos assumiram significados distintos, mas ambos confluíram e geraram órgãos baseados em instrumentos de democracia participativa: os conselhos de política. Os CBHs são exemplos desta categoria.

No SINGREH a governança das águas envolve a articulação de vários órgãos e Instituições Participativas –IPs; espaços em que a participação opera de forma dual: ora concedida, ora de forma constitutiva; abrangendo, em seu desenho, distintos níveis de poder e uma pluralidade de atores (figura 1).

1.3 A Lógica Sistêmica na Governança das Águas e Possibilidade de Ampliação da Gramática

No Brasil, ao longo do século XX, observa-se a transformação de *um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda, em um dos países com o maior número de práticas participativas* (AVRITZER, 2003; 2008). Conforme destaca Ciconello (2008), um celeiro de iniciativas e de ideias no que diz respeito à ampliação da participação de cidadãos e cidadãs nas decisões públicas:

“(...) para além do voto, têm ao seu alcance uma pluralidade de instâncias e de mecanismos de alargamento da esfera pública, normatizados e inseridos dentro

²² O autor analisa experiências de gestão pública participativa em estudo comparativo entre administrações municipais de Belo Horizonte e Salvador, no período de 1993 a 1996, a partir das respectivas IPs: Planos Diretor, Orçamento Participativo e Conselhos Deliberativo-Consultivos. Ver: BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. In: DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 42, n.4, 1999.

da burocracia estatal, por pressão de organizações da sociedade civil” (CICONELLO, 2008).

A Constituição de 88 consagra o princípio da participação nas políticas públicas para além de iniciativa/mobilização popular e referendo-plebiscito e novos arranjos são desenvolvidos, amparados e institucionalizados dentro dos marcos das democracias representativas (AVRITZER, 2011).

A participação move-se da categoria protesto e reivindicação no período pré-abertura democrática, década de 70 e 80, para um cunho institucional, a partir da década de 90, com foco junto ao aparato político-administrativo e em formas de participação propositiva da sociedade civil (JACOBI, 2003; JACOBI & BARBI, 2007; AVRITZER, 2011; SANTOS, 2016).

O novo modelo de regulação dos recursos hídricos estabelecido no país em 1997 tem a participação como um dos principais fundamentos da política; articulando, em tese, a gramática do universalismo de procedimentos a partir das instituições participativas.

Entende-se aqui como Instituições Participativas - IPs “as formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre política” (AVRITZER, 2008; 2011). Entre as formas geradas pela democratização brasileira, o autor destaca três desenhos institucionais e seus principais exemplos: i) desenho participativo de baixo para cima: orçamento participativo; ii) processo de partilha do poder: conselhos de políticas; e, iii) processo de ratificação pública: planos diretores municipais.

O desenho institucional do SINGREH é, dessa forma, categorizado como partilha de poder; um mecanismo de tomada de decisão considerado como uma forma inovadora de interação estado-sociedade para a gestão dos recursos hídricos.

Apresenta-se como um sistema sofisticado, constituído por um conjunto de organizações [governamentais e não-governamentais] para possibilitar a governança das águas no país de forma descentralizada e participativa, representando uma mudança de paradigma (BRAGA *et al*, 2015). É composto por organismos que formulam e implementam a política de recursos hídricos, com atuação em três níveis: nacional, estadual e de bacia hidrográfica como demonstra a figura 1 a seguir.

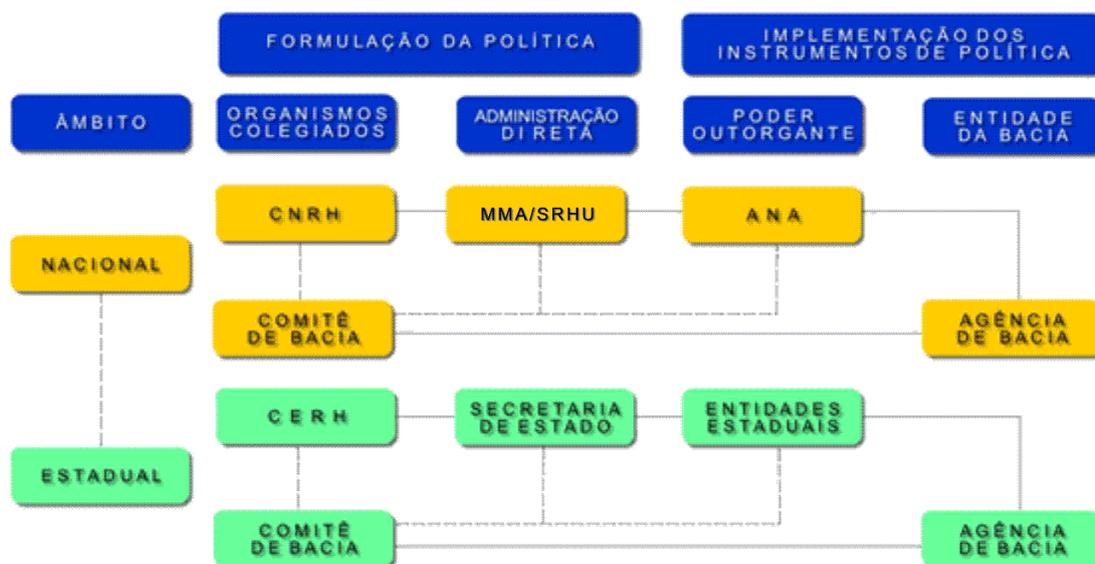


Figura 1: Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH

Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2007)

Em linhas gerais, cumpre as seguintes funções: implementar a PNRH; planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos; coordenar a gestão integrada das águas; e, arbitrar administrativamente os conflitos pelo uso dos recursos hídricos, conforme apresenta o quadro 3.

Quadro 3: Composição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos SINGREH

Entidade	Atribuição
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH	Órgão colegiado máximo do SINGREH, constituído pelo poder público, usuários e sociedade civil. Responsável por subsidiar a formulação da política nacional de recursos hídricos e arbitrar os conflitos de uso dos recursos em última instância.
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA – SRHU/MMA	Entidade federal encarregada de propor a formulação da PNRH, acompanhar, monitorar sua implementação e atuar como secretaria executiva do CNRH.
Agência Nacional de Águas – ANA ²³	Autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, que assume as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União, anteriormente exercida pela

²³ Criada pela Lei Federal nº 9.984/2000. É conduzida por uma Diretoria Colegiada composta por cinco membros: um diretor-presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República e sabatinados pelo Senado Federal, com mandatos não simultâneos de quatro anos. Atualmente os integrantes são: Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente, nomeado em 15 de janeiro de 2010 e reconduzido ao cargo em 15 de janeiro de 2014. Fim do mandato: 15 de janeiro de 2018. João Gilberto Lotufo Conejo, reconduzido em 15 de janeiro de 2014. Fim do mandato: 15 de janeiro de 2018. Gisela Damm Forattini, nomeada em 16 de janeiro de 2014. Fim do mandato: 16 de janeiro de 2018. Ney Maranhão, nomeado em 16 de julho de 2015. Fim do mandato: 29 de julho de 2019. Ricardo Medeiros de Andrade, nomeado em 06 de julho de 2017. Fim do mandato: 11 de julho de 2021 (ANA, 2017a).

	SRHU/MMA. Coordena a implementação do SINGREH (operacionalização dos instrumentos técnicos e institucionais de gestão) em todo território nacional. Cabe a ela a regulação dos serviços de irrigação em regime de concessão e de adução do uso da água bruta nos corpos hídricos de domínio da união por intermédio da outorga de direito e fiscalização dos recursos hídricos. Com a aprovação da Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, cabe à ANA a fiscalização da segurança das barragens de usos múltiplos por ela outorgada ²⁴ .
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH	Órgão colegiado estadual constituído pelo poder público, usuários e sociedade civil. Responsável por subsidiar a formulação da política estadual de recursos hídricos e arbitrar os conflitos de uso dos recursos em âmbito do estado.
Órgão Estadual	Entidade coordenadora da implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Regula, outorga e fiscaliza a utilização de recursos hídricos que estão sob a jurisdição estadual.
Agência de Água/ Delegatária	Unidade executiva de apoio ao comitê de bacia. Fornece ao mesmo suporte administrativo, técnico e econômico. Responsável por manter o balanço hídrico atualizado, o cadastro de usuários, aplicar recursos da cobrança pelo uso, gerir o sistema de informações e elaborar o Plano de Bacia.
Comitê de Bacia	Órgão colegiado responsável por promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; dirimir conflitos relativos ao uso da água, em primeira instância; aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos, estabelecer mecanismos de cobrança e propor os valores a serem cobrados pelo uso. Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo de interesse coletivo.

Fonte: Bragaet al (2015)

Este modelo de governança aponta a decisão do país de enfrentar o desafio de equacionar a demanda crescente de água para atender ao crescimento urbano, industrial, e agrícola; os conflitos gerados pelos usos múltiplos; e, o avanço da degradação ambiental (BRAGAet al, 2015), combinando descentralização²⁵ com a instituição de mecanismos

²⁴A Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB (lei nº 12.334/2010) define a ANA como instituição responsável por fiscalizar a segurança de barragens de acumulação de água localizadas em rios de domínio da União para as quais emitiu outorga, com exceção daquelas utilizadas para a geração de energia elétrica. Além disso, é atribuição da ANA organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), assim como promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens e coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens. Todos os empreendedores de barragens fiscalizadas pela ANA devem obedecer a Resolução ANA nº 236/2017, que estabelece a periodicidade, qualificação técnica e conteúdo do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência (ANA, 2017b).

²⁵ Na década de 80 avulta a ocorrência de reformas do tipo descentralizador em um número expressivo de países. A partir de perspectivas políticas distintas se produziu, ao longo da década seguinte, um grande consenso em

participativos. O modelo introduz a lógica sistêmica no setor (ABRUCIO & FRANZESE, 2013) e suscita a possibilidade de ampliar a gramática da conformação política brasileira: o sistema de participação social.

1.3.1 CBH uma transformação institucional: e a perspectiva de ampliação do repertório da governança dos recursos hídricos no Brasil

O novo marco regulatório dos recursos hídricos se consubstancia e incorpora além dos princípios da descentralização, integração e participação outros fundamentos políticos; com o entendimento da água como um bem público, dotado de valor econômico e devendo ser compartilhado com o propósito de atender aos múltiplos interesses. Visão que passa, impreterivelmente, pela estruturação de arranjos institucionais e estabelecimento de regras que definam direitos, regulem processos decisórios, institua mecanismos para a mediação de conflitos, cooperação e/ou construção de consensos.

A bacia hidrográfica torna-se a unidade territorial para a implementação desta política, em lugar das divisões político-administrativas; resultando em importantes mudanças na concepção do manejo dos recursos hídricos e nas gramáticas vigentes.

O Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH, uma inovação institucional que integra a estrutura, é um colegiado que, entre seus objetivos, busca articular a atuação das entidades intervenientes para garantir a pluralidade de interesses na definição do destino a ser dado aos recursos hídricos (ANA, 2011). Cabe ao CBH arbitrar conflitos em primeira instância; aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos, desde sua definição, elaboração de projetos, sugestão de providências, cumprimento de metas e controle da eficácia; assim como, o estabelecimento de mecanismos de cobrança pelo uso; sugestão de valores; critérios de rateio de custo das obras e a universalização das informações produzidas sobre os recursos hídricos (BRASIL, 1997; SOARES, 2008).

Legalmente possui poder consultivo, normativo e deliberativo [em âmbito regional], conforme demonstrado na figura 2, a seguir, tendo representação do poder público [nos três

torno da descentralização. De 75 países, em via de desenvolvimento ou em economias de transição, 63 implementaram reformas nas quais teria ocorrido um processo de transferência de poder político para os governos locais (DILLINGER, 1995 *apud* ARRETCHÉ, 1996). Em trabalho que analisa o processo de descentralização no Brasil, “Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização” (ARRETCHÉ, 2011), a autora argumenta que condições econômicas são necessárias, mas, não suficientes para o sucesso de uma política descentralizadora. Destaca, como estrutura básica, a capacidade administrativa: recursos materiais e organizacionais; considerados requisitos mínimos para assumir a gestão da política.

níveis de governo]; dos usuários de água; e, da sociedade civil organizada (RIO DE JANEIRO, 1999). Reflete, assim, em sua composição diferenças que abrangem aspectos sociais, culturais, hidrológicos e políticos sendo espaço de debates e negociação.

Dessa forma, os Comitês de Bacia passam a desempenhar um papel estratégico no processo de intervenção governamental, uma vez que são os responsáveis por propor e promover debates das questões relacionadas aos mecanismos de cobrança, precificação e destinos dos recursos arrecadados (BRASIL, 1997).

Atribuições	Deliberativas	Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água.
		Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e conseqüentemente: - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos; - diretrizes e critérios gerais para cobrança; e - condições de operação de reservatórios, visando a garantir os usos múltiplos.
		Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos.
		Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.
	Propositivas	Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.
		Indicar a Agência de Água para aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente.
		Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente.
		Escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes.
		Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água.
		Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos.
	Consultivas	Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.
		Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.

Figura 2: Atribuições dos Comitês e Bacia: consultiva, normativa e deliberativa

Fonte: ANA (2011)

Tais espaços constituem-se o que Rolnik, Klintowitz&Iacovini (2011) definiram como “campos de experimentação política”, que tem na oportunidade de democratizar a gestão pública a possibilidade de reconstruir o tecido político e social esgarçado ao longo dos vários anos. Aproxima-se de uma forma de organização política denominada democracia

deliberativa - DD²⁶, onde a participação e a racionalidade comunicativa são elementos fundamentais na construção deste processo, permitindo a incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas.

Tomando a construção teórica da DD, neste modelo podem ser observados quatro elementos principais: i) transcendência de uma concepção agregativa centrada no voto; ii) identificação da racionalidade política com mudança e justificação de preferências; iii) presunção do princípio da inclusão; e iv) busca por instituições capazes de efetivar as “preferências dos indivíduos por formas amplas de discussão” (HABERMAS,1997). Este último, considerado o centro do cânone democrático deliberativo para Avritzer (2009) e compatível com a transformação institucional regulamentada pela Lei das Águas.

Na nova concepção de gestão de recursos hídricos cabe a esses organismos colegiados, muito mais que a posição de usuários/consumidores (GARJULLI, 2003); e sim, atores políticos com atribuições para intervir na definição da política pública a qual, inevitavelmente, possui uma clara interface com o modelo de desenvolvimento. É uma forma de diálogo entre estado e sociedade, diferente da participação baseada em manifestações coletivas ou individuais, protestos ou passeatas, como já anteriormente destacado (AVRITZER, 2008; ALENCAR, 2014).

1.3.2 Sistema de participação: possibilidades e limitações

Diante do avanço legal e institucional alcançado, em mais de duas décadas da Constituição Cidadã, havia certa perspectiva de ampliação da esfera pública e de expansão do sistema de participação como política de estado. Tal sistema, aos moldes da democracia comunicativa proposta por Habermas, e respectivas subvertentes, seria a materialização dos mecanismos de participação fluindo e se capilarizando ao longo de todo o processo do ciclo de política: construção da agenda, formulação, planejamento, implementação e avaliação.

Tinha-se, contudo, a percepção de que havia um grau de desarticulação entre os canais de participação; assim, aose vislumbrar a possibilidade de uma nova dinâmica de interação estado-sociedade [que remete ao enriquecimento do debate público em favor de uma maior

²⁶ Democracia Deliberativa: modelo de democracia alicerçada nas ideias de Habermas, para o qual as decisões políticas serão legítimas se forem baseadas, além do voto, numa vontade pública concebida democraticamente em estruturas denominadas de “esfera pública”. Na democracia deliberativa a legitimidade das decisões políticas resulta de processos de discussão, orientados por alguns princípios, entre os quais estão a inclusão e a igualdade de participação (MARQUES, 2009).

auto-organização social nos moldes do projeto habermasiano], vislumbra-se a ampliação da gramática política.

A possibilidade da expansão da gramática capaz de efetivar as “*preferências dos indivíduos por formas amplas de discussão*” (HABERMAS, 1997), com novos padrões de interação entre modo de produção, ação social e instituições políticas formais no país, se mostra compatível com a transformação institucional ao longo do tempo. Também pode ser conciliada com a interpretação de Nunes (1997, 2003) quando afirma que “(...) *as instituições formais podem operar numa variedade de modos (...)*”; tendo o autor analisado quatro principais que definiam a relação estado-sociedade no Brasil em determinado recorte temporal.

A ideia de uma nova arquitetura de “*relações possíveis*” ou de interação Estado-Sociedade surge na década de 2000, em torno da necessidade de um balanço a respeito da qualidade dos processos participativos construídos na redemocratização da sociedade brasileira. Justifica-se no sentido em que o modelo, em tese, conduz a uma rearticulação do estado-sociedade sem negar nenhum dos dois eixos ou antagonizá-los, mas possibilitar uma influência direta da sociedade para a ampliação da esfera pública em direção ao princípio da autonomia e da liberdade [um repertório a ser construído]. Nesta perspectiva, Walzer (1995 *apud* CUNILL GRAU, 1998) salienta que negar o Estado fortaleceria, no máximo, a sociedade mercantil; e, proclamar oposição ao Estado contribuiria, apenas, para criar vulnerabilidades quanto às relações de poder geradas na sociedade civil, e, que somente o Estado pode desafiar.

Neste período o campo democrático popular aponta a necessidade de pensar como os canais de participação poderiam se articular melhor; não só quanto à heterogeneidade, mas também quanto à qualidade, pois era observado um grau de desarticulação vultoso neste processo (PONTUAL *apud* LAVALLE & SZWAKO, 2014). Em 2003, apesar da expectativa em torno da chegada ao poder de um grupo político com forte relação com os movimentos sociais, a mudança na correlação de forças para tornar os canais de participação mais efetivos, no entanto, não se configurou (AVRITZER, 2016). Inúmeras dificuldades conjunturais se sucederam ocasionando alterações no projeto político voltado à mobilização social.

O foco volta-se para a necessidade de compor uma base parlamentar sólida no congresso, à adaptação ao presidencialismo de coalizão e à manutenção da governabilidade. Esse processo cria uma série de fraturas no poder, envolvendo toda sua base de apoio, culminando com a deflagração de uma crise política concomitante a uma crise econômica

estabelecida. A estratégia adotada para processar o conflito ficou conhecida por “mensalão²⁷”, o que levou a uma desarticulação no campo democrático e a percepção da fragmentação dos canais de participação (AVRITZER, 2016).

Ainda assim, no campo da governança participativa, o governo reforçou institucionalmente esta política quando assina a Medida Provisória - MP 103/2003 (AVRITZER, 2014a). O dispositivo atribui à Secretaria Geral da Presidência “(...) o papel de articulação com as entidades da sociedade civil e criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do poder executivo na elaboração da agenda futura do Presidente da República” (BRASIL, 2003).

Em 2005, contabilizavam-se 5.425 Conselhos de Saúde; 5.036 Conselhos de Assistência Social; 5.010 Conselhos de Educação e 3.948 Conselhos da Criança e Adolescente, citando apenas as quatro áreas com maior número de Conselhos. Entre 2004 a 2009 foram realizadas mais de 203 audiências públicas e 420 ouvidorias [do poder executivo federal, ouvidorias gerais dos estados, do legislativo e judiciário no Brasil] (CORTES, 2011; IPEA, 2011, 2012, 2013a; ALENCAR, 2014). Quanto as Conferências Nacionais foram realizadas em torno de 110, das quais, 74 entre 2003-2010 (AVRITZER, 2012). Uma política considerada exitosa pelos atores da sociedade civil (AVRITZER, 2014b).

No âmbito dos recursos hídricos, em 2003, podiam ser contabilizados 24 estados e mais o distrito federal como políticas estaduais instauradas; processo que alcançou a totalidade das unidades federativas em 2006, com a PERH instituída no estado de Roraima (BRAGA *et al*, 2015).

Em relação aos CBHs houve também aumento considerável²⁸. Em 1997 haviam 29 CBHs instituídos em rios de domínio estadual; em 2003, 91. No período 2003-2006, aproximadamente 50 CBHs foram criados. Em 2011 contabilizava-se 164, conforme demonstrado na Figura 3.

²⁷Mensalão: nome dado ao escândalo de corrupção política, mediante compra de votos de parlamentares e que neste caso específico repercutiu na imprensa a partir de 2004.

²⁸Abers & Jorge (2005) questionam em artigo publicado na Revista Ambiente & Sociedade “Por que os comitês de bacia estão sendo criados”.

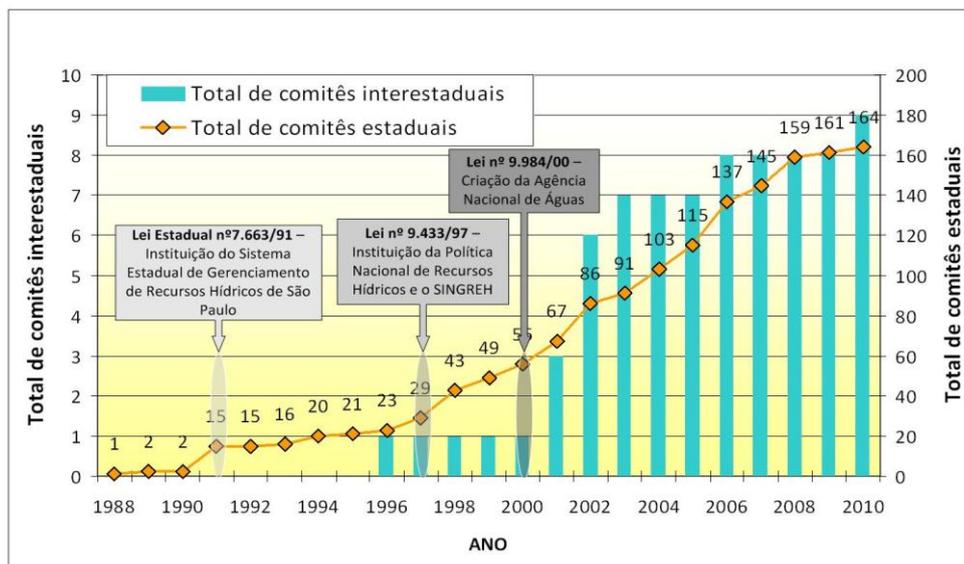


Figura 3: Evolução da Criação de CBHs no Brasil no Período de 1988 a 2010

Fonte: ANA (2011)

Em 2015, estavam instituídos 206 CBHs estaduais, além dos 09 CBHs de rios federais em funcionamento. Em março de 2017 a Agência Nacional de Águas apontava o total de 232 comitês (ANA, 2017a); já em novembro, do mesmo ano, o Observatório da Governança das Águas – OGA totalizou em seu levantamento 244 Comitês de Bacia no Brasil (OGA, 2017).

Ainda que espaços de participação tenham se ampliado e a prática de diálogo com a sociedade expandida, subsistem limitações para a incorporação e a efetividade das IPs (AVRITZER, 2011) para que as mesmas sejam capazes, na perspectiva de Habermas (1997), de efetivar as “preferências dos indivíduos por formas amplas de discussão”.

Pontual, ao discorrer sobre a qualidade e dificuldades de implementação das Instituições Participativas, de forma geral, analisa que:

“(…) Nem sempre os conselhos se comunicavam com as conferências; existiam conselhos que mantinham pouca articulação entre si, conferências ainda muito fragmentadas tematicamente e audiências públicas, mecanismo muito utilizado com graus muito diferentes de legitimidade” (PONTUAL apud LAVALLE & SZWAKO, 2014).

Essa realidade é da mesma forma observada no âmbito da política nacional e estadual de recursos hídricos. Ainda assim, sem dúvida, as interfaces socioestatais se materializaram em um amplo leque e envolvendo diversos formatos²⁹ (ALENCAR, 2014; IPEA, 2014).

²⁹Ouvidorias, reuniões com grupos de interesse, sítios de internet, sala de situação, audiências públicas, audiências, entre outros (IPEA, 2014).

1.4 Da Perspectiva da Consolidação do Sistema Participativo ao Risco de Retrocesso

A retomada da discussão sobre uma “arquitetura de participação” com melhor articulação intergovernamental entre os diversos canais existentes, só ocorre no fim do segundo governo Lula. No período, o debate girava em torno da necessidade de institucionalização do conjunto de políticas sociais desenvolvidas durante os oito anos de mandato, ou seja, em torno da “Consolidação das Leis Sociais” como política de Estado, aos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (PONTUAL *apud* LAVALLE & SZWAKO, 2014). Essa formulação, no entanto, também não conseguiu avançar.

Uma análise de conjuntura feita, pelo próprio governo, concluiu ser difícil aprovar no Congresso um “projeto de Consolidação das Leis Sociais”, naquele momento, em função da disputa eleitoral a caminho. Assim, a discussão sobre o sistema de participação, mais uma vez, retrocede.

Entretanto, a partir de 2010, se observa um novo giro sobre a questão da participação no país (SÁ E SILVA, 2011; IPEA, 2013b, 2014) passando esta a ser interpretada como uma intervenção social periódica e planejada, a fim de fluir ao longo de todo o processo do ciclo de política (OLIVEIRA, 2013; ALENCAR, 2014).

Importa destacar, que cada IP tem competência específica nos processos de governo e que cada uma se relaciona de forma mais ou menos estreita com fases diversas dos processos de política pública (ALENCAR, 2014), variando na sua capacidade de mediar conflitos e democratizar a gestão (MILANI, 2008). Estas variações estão diretamente relacionadas ao seu formato e ao contexto de organização da sociedade civil concernente à presença de atores políticos capazes de apoiar esses processos participativos, como aponta Avritzer (2003; 2008). No que tange ao sistema de recursos hídricos, tais variações de capacidades são encontradas no bojo de suas arenas participativas: comitês de bacia hidrográfica e conselhos de recursos hídricos, nas distintas esferas da administração pública.

O acesso às informações, a transparência nos critérios para a inclusão dos participantes e o investimento na qualificação (GUTMANN & THOMPSON, 2009) são fundamentais para aprofundar a democratização das deliberações e tornar mais provável o investimento dos atores e a permanência no processo (JACOBI & BARBI, 2007; EMPINOTTI, JACOBI, FRACALANZA & BUJAK, 2017).

A cooperação entre os membros é outro fator de fortalecimento destes organismos (SANTOS, 2016), implicando especialmente o segmento “sociedade civil” pelo maior custo de transação que este apresenta. Concorre para a permanência dos atores no processo a

percepção de que o arranjo tenha capacidade de atender aos diversos pleitos e setores e que assegure o acesso às informações necessárias; princípio básico do processo participativo.

No caso específico da IP em estudo, as questões preponderantes observadas, envolvem: as regras adotadas para a operação do sistema hidráulico; mecanismos de drenagem e irrigação que afetam a produção rural [agricultura e pecuária] e acesso aos estoques piscosos; direito de outorga e licenciamento de empreendimentos; construção de barragens e/ou transposições para geração de energia, processos industriais e segurança hídrica; saneamento e ações de proteção, conservação, revitalização e despoluição dos mananciais; acesso aos financiamentos e aos recursos para a viabilização de projetos diversos, entre outras.

Como já afirmado, a continuidade da participação é baseada, primordialmente, na confiança e na percepção da eficácia da instituição como veículo efetivo para mudança na forma de gestão proposta por esse modelo (OSTROM, 2000). Há, porém, outras tantas razões que envolvem a motivação e participação dos atores.

Aberbach, Rockman e Putnam, em pesquisa conduzida em 1981 em diversos países³⁰ (LOTTA, 2012) destacam como fator de grande influência no processo participativo o hibridismo entre política e burocracia. Os autores demonstram que tem se tornado cada vez mais tênue a separação entre funções políticas e administrativas, evidenciando-se a burocratização da política e politização da burocracia.

O formato tem consequências institucionais em mão dupla, à medida que políticos passam a considerar, cada vez mais, aspectos técnicos em suas decisões e escolhas e, as decisões dos burocratas não são, necessariamente, apenas técnicas; permitindo margem para negociação, acordos e busca de consenso (LOTTA, 2012).

Esse hibridismo, também característico do desenho do SINGREH, pode apresentar idiosincrasias. Tal peculiaridade tem potencial para amplificar gramáticas clientelistas e corporativistas, não sendo raro observar, na atual conjuntura do país, situações em que:

“ (...) a sociedade civil (empresários) tende a capturar os políticos em prol dos interesses das empresas (...), fazendo com que as decisões políticas sejam predominantes em relação à tecnocracia do Estado. Em outras palavras, é o ponto de excessiva regulação da política, onde o Estado esbarra num comportamento

³⁰ O estudo compara duas poderosas elites do estado moderno [políticos partidários eleitos e burocratas profissionais] em sete países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suécia, Itália e Holanda; foram questionados 700 burocratas e 660 políticos no intuito de entender como seus objetivos, atitudes e ambições diferem em contextos culturais. De acordo com os resultados, a descoberta mais significativa dos autores é que “(...) os mundos dessas duas elites se sobrepõem muito mais nos Estados Unidos do que na Europa. Mas todos os burocratas e políticos do Ocidente usam viseiras especiais e cada uma tem virtudes especiais”. Em uma política bem ordenada, concluem os autores, “os políticos articulam os sonhos da sociedade e os burocratas levam-nos cautelosamente à terra”.

tipicamente clientelista.(...) é resultado de uma crescimento exagerado da burocracia a ponto de atingir as decisões dos agentes políticos” (BLOG DO CIVITARESE, 2016a).

A idiosincrasia, do mesmo modo, pode ser visualizada ao politizar a gestão“(…) quando um ator político é indicado a um conselho de uma autarquia (…) para ganhar apoio [e] dispõe de cadeiras (…) para determinados partidos políticos(…)”(BLOG DO CIVITARESE, 2016b).

Assim, burocratas participando ativamente na formulação de políticas públicas e políticos cada vez mais envolvidos com questões técnicas certamente produzem consequências substanciais sobre o arranjo institucional (CAPELLA, 2006; LOTTA, 2012; ALENCAR, 2014); movimentos que afetam as performances socioestatais, a arquitetura de participação e o resultado produzido.

1.4.1 Reconfiguração das relações estado-sociedade e a perspectiva da participação social como método de governo

Ao longo dos últimos 30 anos foram instituídos diferentes espaços formais de participação nos âmbitos federal, estadual e municipal. Contudo, a integração entre as instituições de participação social precisa ser construída, reconfigurada e sistematizada (JACOBI, 2003; CICONELLO, 2008; MILANI, 2008; LAVALLE & SZWAKO, 2014; SUNDERMANN, PEREIRA, ALVES & BRITO, 2016). Seu aperfeiçoamento, a partir da articulação e trabalho conjunto, tende a contribuir para a democratização dos processos de política pública, incrementar a capacidade técnica e produzir conhecimento mais robusto acerca das necessidades da população. A democratização desses processos, a produção de conhecimento e a melhoria da capacidade das IPs passa, impreterivelmente, pelo acesso às informações; um princípio que mesmo previsto na constituição de 88 permaneceu até 2011 sem regulamentação específica³¹, dificultando a accountability, e que as ações fossem acompanhadas de forma mais transparente.

Neste sentido, mas não somente, a ideia de um sistema de participação foi mais uma vez recuperada em 2012, no final do primeiro mandato do governo Dilma [terceiro mandato

³¹Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

sucessivo do mesmo grupo político] e colocada em debate durante o I Seminário Nacional de Participação Social.

No seminário foram reunidos distintos setores de movimento social, ONGs e Institutos de pesquisa, entre outros. No desenrolar da discussão, chegou-se ao entendimento que o sistema precisaria ser a expressão de uma Política Nacional de Participação Social - PNPS³².

Segundo Pontual (LAVALLE & SZWAKO, 2014), apesar da enorme diversificação das IPs, o governo precisava dar um duplo salto de qualidade: i) apostar na consolidação dos canais de participação sociais já instituídos; e, ii) transformar a participação social em uma política de Estado.

A premissa era que o sistema de participação social fosse construído coletivamente em um processo de debate amplo com a sociedade civil e, internamente, com o governo, a fim de que a maioria governamental comprasse a ideia da participação social como uma prática estruturante das políticas e assim vingasse a proposta do sistema (PONTUAL *apud* LAVALLE & SZWAKO, 2014).

Na falta de apoio político e na tentativa de dar resposta “às ruas”³³, com o propósito de restituir governabilidade, o governo Dilma instituiu, durante a “Arena de Participação Social”[um evento que reuniu cerca de 2.500 pessoas em Brasília] a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, regulamentados através do Decreto Presidencial 8.243 de 23 de maio de 2014.

A norma propunha consolidar conquistas que a sociedade brasileira aspira desde as lutas pela redemocratização e que recrudesceram durante as manifestações de junho de 2013, quer seja: maior participação e influência nas decisões de governo.

Para Cruz (2014) a adoção da participação como estratégia de governo, naquele momento, expressou a tentativa de recuperar o apoio popular perdido, mostrar-se menos insulado, mais aberto ao diálogo e às demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil. Vale lembrar que uma das principais críticas ao governo Dilma, em meio aos protestos de 2013, era o fato de não ser sensível às demandas desses setores (GOHN, 2014).

Em tese a PNPS buscava orientar os órgãos e entidades da administração pública federal para melhor utilização das diversas instâncias e mecanismos de participação já existentes; o que segundo seus defensores permitiria maior grau de aderência social às políticas públicas,

³² PNPS: conjunto de diretrizes e de orientações institucionalizadas que deixam claro o compromisso do Estado em promover a participação social. (PONTUAL *apud* LAVALLE & SZWAKO, 2014).

³³ Manifestações de junho de 2013 no Brasil (GOHN, 2014).

concorrendo para o aumento da transparência e da eficácia da administração pública (ABRAHÃO, 2014).

Assim, ao instituir a PNPS e o SNPS, em maio de 2014, o governo aponta na direção de uma democracia deliberacionista, mas com o claro interesse de arrefecer o clamor das ruas, suplantar a crise política e resgatar a governabilidade.

1.4.2 Crise de governabilidade e risco de retrocesso na governança das águas

Imediatamente após a norma ter sido sancionada empreendeu-se forte reação pela mídia, conduzido por importante jornal do país (AVRITZER, 2014a), que em sua seção de opinião publicou:

“A presidente Dilma Rousseff quer modificar o sistema brasileiro de governo. Desistiu da Assembleia Constituinte para a reforma política - ideia nascida de supetão ante as manifestações de junho passado e que felizmente nem chegou a sair do casulo - e agora tenta por decreto mudar a ordem constitucional” (ESTADÃO, 2014).

Em geral noticiavam-se os riscos de criação de um “poder paralelo” exercido pelos conselhos de políticas públicas e que, o “Decreto Bolivariano³⁴”, representaria uma tentativa de extinguir a democracia por meio de ordem unilateral da Presidenta da República.

Cunha Filho & Guimarães Filho (2015) argumentam que jornalistas, juristas e intelectuais ao atacarem [através de blogs, jornais e revistas] a PNPS instituída não explicitam, com base factual ou concreta, o motivo de associar a ideia de participação direta aos regimes ditatoriais mencionados.

Defendem que a norma aprofunda o regime democrático, não cria novos cargos, nem novos gastos e, sobretudo, estabelece que o processo de discussão seja assegurado. Uma decisão política crucial, em um momento que o país enfrentava uma crise econômica e apontava caminhar para um modelo de gestão mais conservador em relação à interação com a sociedade³⁵.

No espaço de uma semana, inúmeras propostas de decretos legislativos foram apresentadas por partidos de espectro político de centro-direita para a derrubada do decreto

³⁴O termo provém do nome do general venezuelano do século XIX Simón Bolívar que liderou os movimentos de independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington, doutrina macroeconômica ditada por economistas do FMI e do Banco Mundial (GOMBATA, 2014).

³⁵ Jessé Souza (2017) em sua interpretação sobre a crise brasileira atual considera que a mesma é *também e antes de tudo uma crise de ideias*. Ver: A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato – RJ: Leya, 2017.

presidencial. Destaca-se o Projeto de Decreto Legislativo - PDC 1491/14³⁶, encaminhado pelo partido Democratas – DEM. O argumento do autor, e do respectivo relator, para cancelar a aplicação da norma editada, era que esta teria extrapolado seu poder regulamentador, quebrando o equilíbrio entre os poderes (MENDONÇA FILHO & CAIADO, 2014).

De um lado, a interpretação de que o governo estaria ditando rumos bolivarianos para o país, esvaziando as instituições representativas e retirando poder do congresso nacional; de outro, a narrativa que a regulamentação da PNPS apenas colocava no papel regras informais utilizadas, desde a redemocratização, pelos movimentos sociais, e regras formais, editadas no governo Lula através da Lei 10.683/03, que articulavam a atuação conjunta entre a sociedade civil e a administração pública federal (AVRITZER, 2014a; CUNHA FILHO & GUIMARÃES FILHO, 2015).

Em artigo que examina a asserção de que o Decreto n. 8.243/14 esvazia as instâncias representativas da democracia brasileira, Cunha Filho & Guimarães Filho (2015), consideram que:

“(...) a instituição de mecanismos de participação direta da população no processo decisório é não apenas viável do ponto de vista político, mas também desejável, pois aumenta a representatividade do regime. As críticas ao Sistema, ainda que bastante ácidas e incisivas, não trazem quaisquer evidências concretas de suas proposições. (...) o Decreto deve ser criticado por ter sido demasiadamente tímido na instituição de mecanismos de participação social, ou seja, deve ser criticado por ter avançado pouco em prol da democracia direta no Brasil”
CUNHA FILHO & GUIMARÃES FILHO (2015).

Os autores indagam ainda: *“(...) de onde vem tamanho desconforto com a ideia de participação social? Quais são as origens desta desconfiança e deste temor ao povo?”*

O cerne do conflito, ao que parece, está em submeter programas e políticas da administração pública direta e indireta à apreciação de entidades da sociedade civil com assento em conselhos e comissões de políticas públicas [aqui se inclui a PNRH].

Formalmente, a PNPS estabelece um mecanismo mais normativo por meio do qual o governo se dispõe a ouvir as demandas e propostas da sociedade civil. Neste sentido o diálogo

³⁶ Em 28.10.2014 o plenário da Câmara, com o apoio dos partidos da base PMDB e PP, rejeitou o decreto presidencial que criava a Política Nacional de Participação Social [o qual fortalecia a atuação dos conselhos populares na administração pública]. Somente o PT, o PCdoB, o Psol e parte da bancada do Pros se opuseram ao Projeto de Decreto Legislativo - PDC 1491/14, de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), tendo como relator o Senador Ronaldo Caiado. Com a aprovação na câmara federal seguiu para apreciação no Senado (SF – nº 147/2014), Encontra-se pronto para ser pautado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2014).

com a sociedade se apresenta como política de Estado, e não mais uma política de governo (BRASIL, 2014) na medida em que convoca organizações civis e cidadãos para participarem da definição das políticas públicas.

Para Bresser-Pereira (2014), a reação negativa de setores da sociedade ao decreto que define a política de participação social do governo demonstra a determinação destes segmentos em limitar a qualidade da democracia brasileira. Aponta para a perda do caráter razoavelmente participativo, que já tem, para ser apenas liberal.

Aguiar (2011) ao revisar proposições de alguns autores que contribuíram para a construção teórica da democracia [como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, James Madison, Stuart Mill, Vilfredo Pareto e Joseph Schumpeter] e vivenciaram períodos de ascensão das massas, avalia que todos eles formularam conjecturas externando a dúvida na possibilidade de a multidão se governar. Em todas as narrativas se encontram argumentos que buscam limitar a participação das pessoas nos processos decisórios, seja associados ao elitismo, ao preconceito ou à própria disputa entre classes³⁷.

Notando, Aguiar sustenta que “*a teoria democrática se reinventou na modernidade tendo em relevo o medo das massas – e todos seus correlatos, como o terror, a aversão e o desprezo*” (AGUIAR, 2011). Considera que a teoria democrática moderna evoluiu levando, paradoxalmente consigo, percepções “*demofóbicas*”³⁸, ou seja, a aversão à ideia de inclusão das massas populares no processo decisório.

Para a autora, esta perspectiva pode ser também observada na linha de pensamento da teoria contemporânea da democracia, tematizando a limitação das experiências coletivas de existência e a complexidade do governo do “grande número”. Mais uma vez o “povo” se constituindo como “o sujeito problemático da democracia”.

Nessa concepção, a participação deve limitar-se apenas à escolha periódica dos líderes políticos. Sendo a democracia entendida como método político de escolha desses representantes onde o nível de participação não deve crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático funcionando.

³⁷ Neste sentido, Souza (2017) sustenta que a luta de classes por privilégios e distinções construiu alianças e preconceitos que esclarecem o padrão histórico nas lutas políticas no Brasil moderno.

³⁸ O termo demofobia pretende designar o medo ou desprezo que o *demos* [e equivalentes como povo, massas, multidões] inspirou nos pensadores modernos que formularam questões pertinentes à democracia (AGUIAR, 2011).

A PNPS trouxe, dessa forma, o tema participação de volta ao debate no período histórico em que o valor vigente não era mais [parecia não ser] a eficiência apenas, mas, o processo participativo em si (LOUREIRO & ABRUCIO, 2012).

Neste processo, assegurara ampla participação e o debate é fundamental e vai ao encontro da visão de teóricos deliberacionistas, sub-vertentes da teoria de Habermas (1997) e Rawls (2007), como: James Bohman, Joshua Cohen, Gutmann & Thompson, Sheyla Benhabib, entre outros, reunidos na publicação de Marques (2009). No entendimento destes autores não cabe somente ao governo definir agenda e gerar demandas [a partir de organismos técnicos apartados da interferência de outras organizações] conforme expressa a gramática do insulamento burocrático descrito por Nunes.

Contudo, com a aprovação na câmara do PDC 1491/14 sustentando a PNPS e o SNPS (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014), e por tabela a garantia da presença dos Conselhos Populares em todo ciclo de política, a ideia de participação como método de governo/política de estado ficou enfraquecida (IPEA, 2012; LAVALLE & SZWAKO, 2014). O fato enfraquece consequentemente o controle social; precariza o diálogo entre governo e movimentos sociais; e, o alinhamento das políticas públicas às demandas desses.

Arrefece, neste período, mais uma vez, a possibilidade do estabelecimento de uma gramática mais afeita ao repertório da democracia deliberacionista. Volta-se o debate para os limites da participação. Na política de recursos hídricos esta é uma questão pujante e contraditória e que perpassa o próprio entendimento do conceito de sociedade civil.

Na operacionalização do SINGREH as competências requeridas ao processo participativo são complexas. Diz respeito ao escopo necessário para propor, aprovar, elaborar, ratificar/ou implementar ações conjuntas de gestão dos instrumentos da política que envolvem decisões sobre manejo de comportas, transposição de rios, construção de barragens, despoluição de mananciais e, em última instância, a modelo de desenvolvimento.

Para os que comungam da premissa da democracia elitista a ausência de um escopo de conhecimento específico traz contratempos ao processo. Para essa parcela, a ampla participação cria barreiras quanto à implementação da política e desferiu um aspecto incisivo: a preocupação de que funcione como uma forma de "pressão" das organizações da sociedade civil sobre as agências de governo, gestores, parlamentares e os demais segmentos; o que, inclusive, foi utilizado como justificativa pelos proponentes do Decreto Legislativo - PDC 1491/14 para sustar a PNPS [como se esse não fosse um princípio legítimo].

Bresser-Pereira ao defender os mecanismos da democracia participativa assegurados pela PNPS questiona: “(...) desde quando ouvir os cidadãos é ser vítima de pressão? Ao

contrário, a democracia participativa é uma forma de se contrabalançar a pressão antidemocrática dos lobbies na defesa de pleitos que geralmente conflitam com o interesse público (BRESSER-PEREIRA, 2014)”.

O ponto de vista aqui adotado é feito aos teóricos deliberacionistas e à produção de cientistas do IPEA das duas últimas décadas; segundo os quais, o aumento dos canais de participação, além de ser um direito constitucional estabelecido, aumenta a informação e é pedagógico. Defendem que seu efeito educativo, pode sim, aumentar a capacidade de resposta do estado (IPEA, 2010) seja na gestão efetiva dos recursos hídricos ou na implementação das demais políticas públicas: saúde, educação, produção de energia, segurança alimentar, etc (JACOBI & BARBI, 2008).

Como no período da redemocratização do país, onde princípios e contradições manifestados trouxeram impactos sobre a ação dos governos na produção de políticas públicas, a atual mudança de conjuntura no Brasil [econômica, política e institucional] traz inúmeros desafios na operacionalização dos sistemas de políticas (GOMIDE & PIRES, 2014; IPEA, 2014).

A participação como método de governo/política de estado, uma reconfiguração das relações estado-sociedade que apontava a possibilidade de um novo repertório [ou para uma quinta gramática] não chegou a se consubstanciar devido ao conflito político deflagrado, o aprofundamento de uma crise econômica, e o espectro de uma crise institucional desencadeada. Até a finalização do presente texto a votação da PDC 1491/14 não ascendeu à agenda decisional do Senado. Em tese, o Sistema Nacional de Participação Social continua em vigor; mas, ao que parece, é letra morta.

Além da percepção de um governo em disputa [destacando-se o convívio conflituoso entre os interesses do agronegócio, mineração, pesca industrial e artesanal, da indústria petrolífera, agricultura familiar e, ainda, a questão fundiária, ambiental e do uso do território], observa-se a ausência de intersetorialidade das políticas públicas, associada a uma crise de representação e de desarticulação dos movimentos e redes da sociedade civil. Um cenário temerário e um grande risco de retrocesso, ao se considerar a necessidade de uma “*sociedade civil ativa como algo fundamental para a consolidação da democracia*” (PINHEIRO *apud* RAMOS, 2005).

Na prática, a hipótese demofóbica da democracia (AGUIAR, 2011) está sendo evidenciada, “*(...) saltam aos olhos o desconforto com a ideia de participação social* (CUNHA FILHO & GUIMARÃES FILHO, 2015)”. Um desafio, a mais, imposto aos organismos de bacia na operacionalização dos sistemas de políticas a que estão vinculados.

1.5 Considerações Finais do Capítulo

Ao distinguir diferentes conjuntos de relações possíveis entre modo de produção, padrões de ação social e instituições políticas formais no Brasil, a partir da estrutura teórica desenvolvida por Nunes (2003), podemos apontar o avanço legal e institucional alcançado ao longo dos anos na relação estado-sociedade e na dinâmica da governança das águas, aqui focalizada. No entanto, apesar da instauração de procedimentos universalistas na administração pública e dos diversos arranjos institucionais posteriormente criados, visando o co-gestão de recursos de uso comum, o empoderamento das comunidades locais e capacitação para a participação qualificada nos processos de gestão (OSTROM, 2000), reverberam as gramáticas do clientelismo, do corporativismo e do insulamento burocrático; padrões ainda hegemônicos nas interações socioeconômicas no país, e, que interferem fortemente na governança dos recursos hídricos no Brasil.

Reconhece-se que, para além da criação das chamadas “instituições híbridas” formadas, em parte, por representantes do estado e, em parte, por representantes da sociedade civil, há necessidade da “atualização” dessa interação. Há emergência na vocalização de novos repertórios e de um upgrade nos processos de mobilização e organização popular, visto que a mudança de conjuntura vivenciada a partir de 2014 vai de encontro à adoção da participação social como uma gramática a ser legitimada.

Dado que o SINGREH e o SEGRHI preconizam um formato de “gestão participativa”, o que se demanda, portanto, é um aprofundamento da democracia para que se propicie um ambiente institucional que assegure a implementação desses sistemas que reúnem, a um só tempo, elementos da democracia representativa e da democracia direta: a democracia deliberativa.

O atual cenário, contudo, é diferente do que ressaltado por Almeida (2011) sobre a transformação da estrutura da representação e dos grupos de interesses no período da redemocratização. A lógica de legitimidade autoritária e excludente vem ganhando força na vida política do país.

De uma agenda que tentava imprimir um welfare state, no Brasil dos anos 80, passamos ao neoliberalismo dos anos 90³⁹, caracterizado por um hibridismo entre a expansão do mercado e um Estado forte (ARAÚJO *apud* CHARLEAUX, 2017).

³⁹Governo Collor [1990-1992]; FHC [1995-2003] e, Lula [2003-2010].

Ao longo dos anos 2000 temos assistido o capital se acumulando na iniciativa privada [e não mais no Estado] e ao acirramento de um discurso liberal [apenas], pautando em um mercado forte e um Estado mínimo.

Tal discurso tem sido interpretado de forma heterodoxa no país, unindo partidos tradicionais, líderes religiosos e a elite rentista e ruralista, propondo a “regulação visível” do mercado e de costumes; gerando incertezas sobre regras anteriormente estabelecidas. Não há, de fato, nada consolidado. Como informa Jessé Souza (2017), *“a primeira coisa a se fazer quando se reflete sobre um objeto confuso e multifacetado como o mundo social é perceber as hierarquias de questões mais importantes a serem esclarecidas”*.

Assim, a questão que se coloca é: Qual é a regra do jogo?

CAPÍTULO 2.

A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: TRAJETÓRIA E DESENHO DE PARTILHA

Como discutido no Capítulo 1, a redemocratização do Estado brasileiro produziu mudanças no processo de elaboração de políticas, instituindo inovações nos mecanismos de tomada de decisão e interação estado-sociedade. Na esfera estadual o modelo de governança participativa das águas no Rio de Janeiro foi implantado em 1999, regulamentando o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHI, por meio da Lei 3.239 que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - PERH, um desdobramento da PNRH/SINGREH nesta instância (RIO DE JANEIRO, 1999).

O capítulo 2, ao se debruçar sobre a “Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: trajetória e desenho de partilha”, em sua primeira seção, traça a trajetória do gerenciamento das águas no norte e noroeste fluminense, e, os principais conflitos socioambientais evidenciados no período que antecede a PNRH. A segunda seção discorre sobre a construção de um novo modelo de gestão das águas e a respectiva mobilização participativa na região do Baixo Paraíba do Sul. Na terceira e última seção, apresenta o desenho de partilha em torno da alocação de bens e recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul.

2.1 A Trajetória do Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Norte e Noroeste Fluminense e Principais Conflitos Socioambientais Evidenciados

No decorrer de sua história, a região do Baixo Paraíba do Sul tem vivenciado diversos problemas socioambientais sendo o gerenciamento dos recursos hídricos⁴⁰ uma das principais

⁴⁰ A periodização proposta por Soffiati sobre a trajetória da Gestão Hídrica na Região Norte e Noroeste Fluminense contempla quatro fases (SOFFIATI, 2018). A primeira fase diz respeito à “intervenção dos Jesuítas” entre os Sec. XVII e XVIII, no cenário alagadiço na Baixada dos Goytacazes, com o propósito de criação de gado para abastecer as necessidades da cidade do Rio de Janeiro. A segunda, diz respeito à “aristocracia rural”, durante o Sec. XIX; neste cenário havia uma grande concentração de água nos cursos naturais e nas lagoas, além da lentidão no escoamento hídrico limitando a atividade agropecuária. O período corresponde à abertura dos canais para transporte de mercadorias e drenagem de áreas pantanosas em prol da agroindústria canavieira. A 3ª fase, já no Sec XX, diz respeito à “intervenção das Comissões de Saneamento e do DNOS”, no primeiro momento, mitigando os riscos da saúde pública e da economia local e, posteriormente, diante do desequilíbrio ambiental e o cenário de escassez, redirecionando a função dos canais também para a irrigação. Paralelamente, consta deste período o início da “mobilização participativa” na bacia do Baixo Paraíba do Sul [década de 70 e 80]. A última e atual fase classificada por Soffiati corresponde ao período da “extinção do DNOS e instituição dos Comitês de Bacias”, e, mais especificamente da “instalação do CBH BPSI”, em 2009 (SOFFIATI, 2017a; 2017b; 2017c; 2017d).

questões, abarcando drenagem de lagoas⁴¹, charcos e brejos com vistas à ampliação da “fronteira agropecuária” e à expansão da indústria sucroalcooleira (SOFFIATI, 2009; TOTTI, AZEVEDO, SOUSA & COUTINHO, 2014), e, mais recentemente, ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, de mineração, da indústria de petróleo e gás e, à implantação do complexo portuário do Açú (GANTOS et al, 2016; PEDLOWSKI & PY, 2017; DITTY, 2017).

Segundo Lamego (1945) a baixada campista no fim do sec. XVIII, ainda pantanosa, passa a ser considerada local estratégico para cultura agrícola. A região adentra o sec. XIX com a agroindústria canavieira em crescimento, eliminando praticamente outras formas de uso do espaço. Há “(...) *extraordinária expansão da indústria açucareira na região de Campos, durante os séculos dezoito e dezenove*” (LAMEGO, 1945), como demonstrado no quadro 4.

Quadro 4: Engenhos na Região Norte e Noroeste Fluminense entre sec. XVIII e XIX

Anos	Engenhos
1737	34
1750	50
1769	55
1778	113
1783	278
1819	400
1828	700

Fonte: Lamego (1945)

Soffiati (2005) destaca que, nos moldes das experiências europeias de modernização, o setor dominante da economia norte fluminense estrutura seu projeto de desenvolvimento na domesticação do espaço, dando início em 1845 à execução do canal Campos-Macaé⁴². A

⁴¹ A primeira grande intervenção hidráulica registrada na região data de 1688 com a abertura do Canal do Furado, à época com 20 km de extensão e em torno de 10 a 20m de largura. A obra de engenharia empreendida pelo então capitão José de Barcelos Machado, permitia o escoamento das águas defluentes da lagoa Feia e de outros ecossistemas lagunares para o mar, sempre que a cota do espelho d'água da lagoa Feia atingisse 5m (SOFFIATI, 2009).

⁴² Consta de 1794 o primeiro registro de proposição para a construção do canal Campos-Macaé, atribuída ao bispo Azeredo Coutinho. Em 1837 sua construção foi autorizada, por Decreto Provincial, e iniciado os trabalhos, com mão-de-obra escrava, entre 1844/1845. O canal foi inaugurado em 1861, interligando as bacias do Paraíba do Sul, da lagoa Feia e do Macaé numa extensão de 96 km, com largura próxima de 11m e profundidade média de 1,30m (BIDEGAIN, BIZERRIL & SOFFIATI, 2002; CARNEIRO, 2003).

pretensão inicial era ligar Campos à baía de Guanabara para o transporte de mercadorias por via fluvial [substituindo a operação de cargas no porto de São João Barra, com foz perigosa, por um ancoradouro em Macaé]. Posteriormente, o canal foi direcionado ao dessecamento de áreas pantanosas da região, fluência das águas estagnadas, controle das epidemias e aumento da área produtiva (BIDEGAIN, BIZERRIL & SOFFIATI, 2002).

Assim, a abertura do canal⁴³ “dá o tom de modernidade” no modelo de gerenciamento dos recursos hídricos no Baixo Paraíba do Sul. A incorporação de terras passa a ser política prioritária [padrão predominante durante toda a República Velha⁴⁴] transformando brejos, pântanos, lagoas e lagunas em áreas agregadas ao sistema produtivo das propriedades particulares (CARNEIRO, 2003).

A transformação do espaço na região norte-fluminense evidencia, assim, o aspecto antropocêntrico da concepção de progresso (SOFFIATI, 2005). O autor sobreleva, no discurso proferido por Nilo Peçanha, em 1913 no Senado da República, a presunção da “*superção da geografia física*” [limitada a estudar a fisionomia “natural” do espaço] e da “*geografia política*” [ocupada com o traçado das fronteiras nacionais e com a defesa dos Estados] pela “*geografia humana*” [empenhada em moldar o espaço pelo homem e para o homem].

Tal concepção estimulou a criação de sucessivas comissões de saneamento [mais de oito no período entre 1883-1933] e de órgãos responsáveis por estudos e obras em vários pontos da planície, afinados a interesses econômicos hegemônicos, e, com as mudanças no sistema de pensamento e práticas sociais, advindas dos estudos sobre os microrganismos e da nova forma de abordagem dos problemas relacionados à saúde, a partir da “revolução pasteuriana” (CARNEIRO, 2003; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Identificou-se nas águas estagnadas um obstáculo a ser vencido. Sanear passa a significar, além de avanço na luta contra as enfermidades que deterioravam a saúde do povo brasileiro, o caminho do progresso. Assim, a política pública e o pensamento social no Brasil passam a ser marcados por uma ideologia de preceito higienista e por uma gramática afeita ao

⁴³Sua construção resultou no dessecamento de dezenas de lagoas, entre as quais: do Osório, do Coelho, do Pessanha, do Sítio Velho, do Barsedo, da Travagem, Campo da Cidade, Cinza, Piabanha, do Paulo, do Morcego, da Capivara, do Anil, do Carmo, da Mandiquera, do Moreno, do Campo Novo, do Engenho Velho, Suja e da Taboa. Para Ribeyrolles esse fato representava uma porção insignificante dos ecossistemas lagunares da região que seria “(...) num futuro próximo, uma terra salubre, de culturas variadas, mais opulentas do que a terra lombarda, onde tão bem se sabe secar lagoas” (RIBEYROLLES 1980, apud SOFFIATI, 2005).

⁴⁴ Também denominada como Primeira República, se estende de 1889 até 1930, quando Vargas, através de um Golpe de Estado inicia um novo período político.

corporativismo, que irá se consolidar durante a “Era Vargas” no chamado “Estado Higienista” (MELLO & VOGEL, 2017).

A figura 3 apresenta as principais Comissões instituídas no período na Baixada Campista. O modelo tem por fundamento “a tríplice aliança” (VALPASSOS, 2004; 2006) formada na época⁴⁵ por médicos sanitaristas, engenheiros hidráulicos e intelectuais como categorias corporativas.

Entidades responsáveis por estudos e obras hidráulicas a partir de 1894

Entidade	Subordinação	Período
Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro	Governo Fluminense	1894 - 1901
Comissão do Porto de São João da Barra e Baixada do Nordeste do Estado do Rio de Janeiro	Inspetoria Federal de portos, costas e vias navegáveis	1912
Comissão do canal de Campos dos Goytacazes a Macaé	Inspetoria Federal de portos, costas e vias navegáveis	1918 - 1925
Comissão de Estudos e Obras contra as inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz	Inspetoria Federal de portos, costas e vias navegáveis	1925 - 1928
Escritório Saturnino de Brito	Governo Fluminense Diretoria de obras públicas	1925 - 1930
Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense	Governo Federal	1933 - 1940
Dep. Nacional de Obras de Saneamento – DNOS	Governo Federal	1940 – 1989

Fonte: Adaptado de BIDEGAIN; BIZERRIL; SOFFIATI NETO, 2002.

Figura 3: Principais Comissões de Saneamento e Órgãos Responsáveis por Estudos e Obras na Baixada Campista

Fonte: Bidegain, Bizerril & Soffiati Neto (2002) *apud* Vargas, Werneck & Ferreira (2008).

Com o propósito de inventariar a documentação produzida pelas comissões anteriores e formular um programa que possibilitasse a incorporação de terras ao processo produtivo e o saneamento da Baixada Campista [mitigando os riscos da economia local e da saúde pública], em julho de 1933, já durante o Estado Novo, é criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Frente aos resultados obtidos pela comissão, sob a direção de Hildebrando de Araújo Góes, esta é promovida, em 1936, à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense

⁴⁵ Cabe lembrar que a cidade do Rio de Janeiro era a capital do Brasil, no período de 1763 – 1960, razão do foco político-administrativo na região.

sendoresponsável pela realização de diversas obras na região, conforme apresentado na figura4.

“Da ação concertada desses profissionais da sociedade urbana, muitos deles funcionários públicos, resultou uma das maiores, mais extensas, mais estruturadas e persistentes políticas do Estado brasileiro voltada para a tarefa do saneamento urbano e rural do País” (VALPASSOS, 2006).

Obra	Extensão (km)
Limpeza de cursos d'água	800
Conservação de cursos d'água	865
Construção manual de cursos d'água	320
Dragagem de canais	19
Construção de dique de alvenaria	15,5
Construção de dique de terra	7,6

Figura 4: Principais Ações executadas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense na Baixada Campista

Fonte: Bidegain; Bizerril& Soffiati Neto (2002)apud VARGAS, WERNECK & FERREIRA, (2008).

Por sua vez, a então Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense é transformada pelo Decreto-Lei nº 2.367/40 em Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, ampliando seu campo de ação para todo o território nacional e com uma regulação agora tipificada como burocracia insulada.

O texto legal delega um amplo espectro de atribuições ao órgão (BRASI, 1940), ficando o mesmo responsável pela: i) política nacional de saneamento [rural e urbano]; ii) defesa contra inundações; iii) controle de enchentes; iv) combate na erradicação de doenças; v) recuperação de áreas para aproveitamento agrícola, instalação de indústrias e fábricas, entre outras.

“Da sua criação até 1950, o DNOS, promoveu um grande número de obras, que impressionavam tanto pela quantidade, quanto pela complexidade das mesmas, podendo ser denominadas como verdadeiramente faraônicas tais sejam: 18 km de diques de alvenaria de pedra argamassa na margem direita do rio Paraíba do Sul, entre Itereré e a cidade de Campos dos Goytacazes; 26 km de dique de terra à jusante da cidade; dragagem de 221 km de canais; e a construção do canal das Flechas, ligando a Lagoa Feia ao oceano atlântico, com seus 13 km de extensão, e 120 m de largura, que substituiu o escoamento natural realizado pelos rios da Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho, e do Furado, que confluíam para o Rio Iguaçu” (BIDEGAIN; BIZERRIL & SOFFIATI NETO, 2002; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Em 1962, o órgão passa por reestruturação transformando-se em autarquia pela Lei nº

4.089/62. Agora, dotada de autonomia financeira e administrativa, esta autarquia chega a ser considerada uma “instituição mítica da república brasileira” (SOFFIATI, 2005).

“As proezas do DNOS acabaram por transformá-lo numa instituição mítica que fazia jus a verdadeiros gestos de reverência. Em sua ara, foi depositada a oferenda da Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962. Por ela, o DNOS era transformado em autarquia com autonomia financeira e administrativa. Para subsidiá-lo de recursos financeiros, criou-se o Fundo Nacional de Obras e Saneamento. O DNOS adquiriu o direito de cobrar uma contribuição pela valorização dos imóveis beneficiados por suas obras e serviços, bem como pela prestação de serviços de irrigação executados ou administrados por ele. Podia também vender a areia extraída dos trabalhos de dragagem e arrendar seus bens patrimoniais ou bens de domínio público sob sua administração. O artigo 46 da lei em apreço dá bem a dimensão do poder conferido ao DNOS: Pertencem à União e ficam sob a jurisdição do DNOS, que poderá aforá-los ou aliená-los, os acréscimos de terrenos de marinha resultantes de obras realizadas pelo DNOS, bem como os recuperados nas margens dos rios, canais e lagoas, que por qualquer título não estejam no domínio particular. Assim, o órgão chegou quase a atuar como força paralela dentro do Estado” (SOFFIATI, 2005).

Apesar da área de atuação do DNOS abranger todo o território brasileiro foi na Baixada dos Goytacazes (RJ), sua área piloto, que a ação do órgão foi mais proeminente. O DNOS realizou uma série de modificações na dinâmica hídrica da região com o propósito de atender, sobretudo, as demandas das usinas de açúcar: canalizou curso de rios [Macabu, da Prata e Ururaí]; emparedou o baixo curso do Rio Paraíba do Sul [com diques para contenção de enchentes]; interligou as bacias do Paraíba do Sul e da Lagoa Feia; abriu cerca de 1.400 quilômetros de canais; construiu pontes de concreto armado e drenou incontáveis brejos e lagoas (CARNEIRO, 2003). O conjunto dessas ações promoveu um significativo aumento da área produtiva no município com reflexos nos censos agropecuários, como demonstra o quadro 5, a seguir:

Quadro 5: Evolução de áreas cultiváveis a partir do dessecamento da planície campista

Período	Área cultivada	Produção
Década 1920	< 3000 ha	73.000 t
1920-1960	76.000 ha	1.966.330 t
Década 1970	127.000 ha	4.357.028 t

Fonte: Adaptação texto de Carneiro (2003).

Esse aumento da área produtiva canavieira através do dessecamento do território estendeu-se até meados de 70, e foi potencializado com a pulverização fundiária de pequenos produtores induzidos à especialização da produção de cana [em detrimento de outras

lavouras] subordinando assim a agricultura familiar às usinas.

O ápice produtivo ocorreu devido à concentração das diversas políticas agrícolas direcionadas à produção industrial de açúcar e álcool, em função do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL (CARNEIRO, 2003). Diante de tais intervenções e decisões políticas o panorama socioambiental se degradou ocasionando impactos na economia regional.

“De terras úmidas, pantanosas, com inúmeras lagoas permanentes e temporárias, a Baixada Campista passou a ter terras ressecadas e em alguns locais salinizadas, sobretudo nos períodos de baixa pluviosidade, sem água suficiente para suprir as necessidades do novo modelo agrícola baseado na irrigação” (CARNEIRO, 2003).

Mesmo diante do desequilíbrio ambiental evidente, usineiros e produtores de cana atribuíam a “crise agrícola” ao recrudescimento dos períodos secos (CARNEIRO, 2003), e, passam a exercer pressão para a difusão de uma nova prática de apropriação dos recursos hídricos dispostos na região: a irrigação.

Para promover a irrigação das áreas cultiváveis e atender ao aumento da demanda pela água outras modificações no território setornaram prementes. Conforme projeto de governo adotado, foi imputado ao Estado, via IAA e DNOS, a responsabilidade pela “modernização” da infraestrutura desse setor, patrocinando a irrigação para determinado segmento de produtores.

O redirecionamento da função dos canais [estrutura hidráulica construída anteriormente para drenagem] é agora também voltado para a irrigação. A nova demanda potencializa a disputa pelo recurso hídrico e o conflito pela água envolvendo produtores de cana, usineiros e pescadores ganha, finalmente, visibilidade.

“Eclode (...) a partir desse momento, um conflito de pouca visibilidade social: a contradição histórica entre as intervenções do DNOS, a serviço dos interesses dos atores ligados à agroindústria açucareira, e as necessidades do segmento dos pescadores. Ao contrário da perspectiva dominante, que identificava a água como entrave ao desenvolvimento, os pescadores tinham na manutenção das lagoas uma condição fundamental para a reprodução de seus modos de vida, organização do trabalho e subsistência.” (CARNEIRO, 2003).

Interesses diversos e atores distintos estão envolvidos na demanda pela apropriação desse recurso, agora escasso, e conflitos são deflagrados na região; tais fatos ocorrem no momento da ascensão do paradigma ecológico e da emergência e ampliação de movimentos sociais no país.

No âmbito regional emergem uma série de questionamentos da comunidade científica, de ambientalistas e do próprio Departamento de Recursos Naturais Renováveis, ligado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, sobre as consequências das obras

realizadas pelo DNOS.

Coube ao engenheiro Acir Campos [diretor regional do DNOS à época], saírem defesa da instituição, destacando a importância do órgão no combate às epidemias como a “(...) cólera em 1854, (...) tifo em 1878 e a malária e impaludismo crônico, além das inundações cíclicas e periódicas [que] tornavam toda região inaproveitáveis [e] insalubre ao homem ou qualquer vida animal” (CAMPOS, 1976 apud SOFFIATI, 2005). No entanto, para além das ações hercúleas encampadas pelo DNOS no passado, a ordem artificial sintonizada, corporativamente, com os interesses das usinas de açúcar se revelou em desalinho com a sustentabilidade ambiental (SOFFIATI, 2005), fato atestado com o passar do tempo.

O Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN, dessa maneira, sob a liderança do seu principal articulador, põe em evidência a questão do desequilíbrio ambiental regional desencadeado pelas intervenções do DNOS⁴⁶; isso suscitou uma série de debates envolvendo os mais diversos atores: representantes do próprio DNOS; órgãos estatais do meio ambiente; líderes sindicais; técnicos de associações ligadas à agroindústria; proprietários rurais; parlamentares; mídia; autoridades científicas [como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC]; e, o segmento social mais vulnerável e diretamente afetado: os pescadores de águas doce e salobra da região (SOFFIATI, 2005; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Com a decisão do DNOS incorporar a rede de canais da baixada, lagoa Feia e lagoa do Campelo à estrutura agropecuária e agroindustrial [de forma definitiva], o conflito é acirrado⁴⁷ e os pescadores partem para o enfrentamento (CARNEIRO, 2003; VALPASSOS, 2004; SOFFIATI, 2005).

“Secularmente instalados em Ponta Grossa dos Fidalgos, às margens da Lagoa Feia; em Mundéus, junto à lagoa do Campelo; e no Farol de São Tomé e adjacências, os pescadores vivem até hoje de uma atividade extrativista, praticada em moldes artesanais, para fins de subsistência ou de comercialização.

⁴⁶A Lagoa Feia, a segunda maior lagoa de água doce do país, sofreu efeitos diretos e indiretos com as obras de engenharia sanitária. A macrodrenagem realizada pelo DNOS, associada aos diques construídos por produtores rurais levou, em menos de um século, o encolhimento deste corpo lacustre de 370 km² para cerca de 160 km². O processo também causou mudanças nas técnicas tradicionais da pesca artesanal, realizada no arraial de Ponta Grossa dos Fidalgos (VALPASSOS, 2006).

⁴⁷A intenção do DNOS era concluir um canal submerso no leito da lagoa Feia que iria ligar o rio Ururá e o rio Macabú - os dois maiores afluentes da lagoa - mais o canal de Tocos, que desemboca numa enseada dentro da lagoa Feia, com um canal central que iria até o canal das Flechas, por onde a lagoa Feia escoava para o mar. Com essa obra o DNOS poderia, através da operação das comportas no canal das Flechas controlar, de forma mais “eficiente”, os níveis d’água da lagoa. Na visão dos pescadores, seria o fim da atividade de pesca (CARNEIRO, 2003).

Dependentes dos ciclos da natureza e atingidos pelas obras do órgão federal, os pescadores, de certa forma, continuam excluídos dos grandes projetos da modernidade e sempre se mostraram imunes ao caráter mítico do DNOS. Enquanto as fontes de sua atividade econômica suportaram, eles coexistiram com as ações do órgão. No entanto, quando se decidiu incorporar definitivamente a Lagoa Feia, a rede de canais da baixada e a Lagoa do Campelo à estrutura agropecuária e agroindustrial, os pescadores se sublevaram”(SOFFIATI, 2005).

O primeiro confronto sobreveio em Ponta Grossa dos Fidalgos em setembro de 1978, envolvendo cerca de 600 pessoas, entre pescadores e população local distribuídos em aproximadamente 100 embarcações que paralisaram uma draga flutuante do DNOS. Esta draga faria a remoção de um controle hidráulico natural, conhecido como “durinho da valeta”. De acordo com os manifestantes, o fenômeno era o que mantinha o nível d’água da lagoa e sua retirada levaria ao dessecamento total da mesma; com a mobilização protagonizada pela comunidade local a ação foi interrompida (CARNEIRO, 2003; VALPASSOS, 2004; SOFFIATI, 2005; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Uma novamanifestação, em outubro do mesmo ano, ocorre diante da determinação do DNOS reconstruir um dique-estrada, destruído anteriormente por pescadores do Furado. Estes alegavam que o dique, ao impedir o fluxo das águas e a ligação entre o rio Laranjeiras e o Quitunguta, afetaria os peixes e camarões no Lagamar; “(...) *As palavras do pescador revelaram-se proféticas, pois no dia 20 de outubro ocorreu a mortandade de 4 toneladas de peixes no Lagamar, em função da concentração de vinhoto, produzido pelas usinas da região* (VALPASSOS, 2004).

O fato ganhou repercussão nacional e implicou na vinda do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para equacionar a questão. O local, desde então, ficou conhecido como “Buraco do Ministro” (CARNEIRO, 2003; SOFFIATI, 2005; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008).

Entre os compromissos assumidos pelo Ministro, em visita ocorrida em 01/11/78, estavam: a proibição das usinas lançarem vinhoto nos rios da região; a construção de uma ponte sobre o canal de Quitunguta [possibilitando a abertura do dique]; e, a demarcação das áreas da Lagoa Feia, a fim de evitar a apropriação das terras lacustres por parte dos fazendeiros.

O processo de negociação para cessar o despejo de vinhoto nos rios foi iniciado. O canal de Quitunguta foi reaberto três dias após a visita. Todavia, a demarcação da área da Lagoa Feia, a qual envolvia uma série de questões de origem política, jurídica e administrativa só se consubstanciou em 2011; ou seja, após 33 anos decorridos (PMCG, 2011).

O quadro sinóptico elaborado por Valpassos (2004) apresenta a cronologia e principais desdobramentos da mobilização dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, às margens da Lagoa Feia, entre setembro a novembro de 1978. Este é reproduzido no quadro 6, a seguir:

Quadro 6: Mobilização dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: 1978

Mês/Ano	Acontecimentos
Setembro/78	Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos se organizaram para impedir a continuidade dos trabalhos da draga que prestava serviços ao DNOS.
	O DNOS entrega o caso às autoridades de segurança e solicita a proteção da polícia militar, a fim de garantir a continuidade da construção do canal submerso.
	Pescadores são convidados a prestar esclarecimentos sobre a paralisação, porém os mesmos não comparecem à delegacia da polícia federal em Campos.
	Convencidos de que não seriam detidos, os pescadores prestam depoimento, onde argumentam que estavam defendendo a Lagoa.
	Os operadores da draga começam a desmontá-la.
Outubro/78	Os membros do CNFCN reúnem-se para elaborar um documento alertando sobre os riscos das obras de macrodrenagem para os ecossistemas “asmáticos” da região.
	Em visita a Campos, o candidato da república João Baptista Figueiredo recebe, em mãos, o documento elaborado pelo CNFCN sobre a Lagoa Feia.
	O documento é entregue ao delegado Rubson Fioravante e se anuncia seu envio a todos os órgãos ambientais do país.
	O CNFCN inicia uma campanha de coleta de assinaturas para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros.
	O DNOS determina a reconstrução de um dique-estrada entre os rios Quitinguta e Laranjeiras, revoltando os pescadores de São Tomé, que chegam ao local dispostos a destruir o dique, mas são dissuadidos pelo vereador Russo Peixeiro.
	O procurador Gilson da Silva Moraes move uma ação judicial contra os pescadores.
	É anunciada a visita à cidade de Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel dos reis, para debater os problemas entre os pescadores e o DNOS.
	O chefe da residência do DNOS em Campos, Neif Camis, declara à imprensa que o objetivo das obras do Departamento na Lagoa Feia era prolongar sua existência, e não o contrário.
Novembro/78	Rangel Reis promete aos pescadores a proibição do lançamento de vinhoto das usinas nos rios da região, a reabertura do canal de Quitinguta e a demarcação da área da Lagoa Feia.
	Iniciada negociação com as usinas da região. O canal de Quitinguta é reaberto. Porém, a demarcação da área da Lagoa feia é postergada.
	Neif Camis garante aos pescadores que o Durinho da Valeta não seria violado. Mas, nesse mesmo dia são retomadas as obras de construção do canal submerso.

Fonte: Valpassos (2004)

Em meado de outubro de 1979 recrudescer o conflito em Ponta Grossa dos Fidalgos; os

manifestantes argumentam que o DNOS trabalha para os fazendeiros:

“(...) construindo diques, para proteger as terras conquistadas, caso ocorressem enchentes. Além de impedir um possível retorno das águas, a construção dos diques acarretava o desmatamento da vegetação das margens da Lagoa, o que prejudicava a desova da ictiofauna” (VALPASSOS, 2004).

Frente à situação [quadro 7], os pescadores se mobilizam para interromper a construção do canal submerso, em curso, que tem por objetivo interligar o rio Ururá, o Macabu e o Canal de Tocos ao Canal da Flecha. Segundo esses atores, o mesmo estaria ocasionando o recuo das águas.

Quadro 7: Mobilização dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: 1979

Mês/Ano	Acontecimentos
Outubro/79	Após um recuo das águas da Lagoa Feia, os pescadores organizam um segundo levante contra a draga, mas são dissuadidos pelo delegado Fioravante.
	Em Ponta Grossa dos Fidalgos é realizada uma reunião pública onde fica decidido que, se os trabalhos da draga não forem suspensos até o dia 22, será realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.
	Os pescadores paralisam a draga pela segunda vez.
	A draga permanece paralisada. No povoado os pescadores discutem as possíveis causas para o recuo das águas.
	O Diretor Regional do DNOS chega a Campos e afirma que o único objetivo do Departamento é preservar a Lagoa Feia, reconhecendo que não conseguiria convencer os pescadores com argumentos técnicos, decide manter a draga paralisada até a instalação das comportas do Canal das Flechas.

Fonte: Valpassos (2004)

A participação do poder público no início do conflito foi tímida, à medida que envolvia interesses de vereadores beneficiários nas obras implementadas pelo DNOS (CARNEIRO, 2003; VALPASSOS, 2004; SOFFIATI, 2005). Entretanto, com os desdobramentos dos fatos e diante da visibilidade nacional alcançada pelo movimento, a câmara de vereadores de Campos dos Goytacazes instalou uma Comissão Especial para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia e buscar soluções para os problemas que ocorriam em torno das obras de engenharia realizadas. Essa iniciativa resultou em um encontro entre a Comissão do Legislativo e o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos, em 25 de outubro de 1979.

“Com a visita de Acir Campos, as obras referentes à construção do canal submerso foram suspensas até a conclusão da instalação das comportas no Canal das Flechas. Mesmo após esse prazo, no entanto, não houve a retomada dos trabalhos da draga na Lagoa Feia. (...) A partir do momento em que foram suspensas as obras do canal submerso, o DNOS pôde continuar a instalação das comportas no Canal das Flechas, e a luta dos pescadores e ambientalistas para conter o avanço das terras dos fazendeiros voltou a situar-se apenas no plano jurídico(...)” (VALPASSOS, 2004).

Em agosto de 1980 um novo embate transcorre; agora o conflito se dá em Mundéus, na Lagoa do Campelo. Pescadores arrancaram as comportas instaladas no Valão da Cataia, para controlar o fluxo de água entre a lagoa e o rio Paraíba do Sul.

Interessava aos pescadores a manutenção do canal aberto, “(...) pois junto com a água do rio vinham os peixes, melhorando significativamente o rendimento da pesca na lagoa do Campelo” (CARNEIRO, 2003). Já aos proprietários rurais interessava o controle das comportas para evitar inundação das lavouras. Importante ressaltar que “(...) a expansão da atividade agrícola na área do entorno da lagoa do Campelo se deu após as obras do DNOS, enquanto a pesca, por sua vez, é uma atividade tradicional na localidade de Mundéus” (CARNEIRO, 2003).

O DNOS chegou a acionar a Polícia Federal e o 56º Batalhão de Infantaria arrolando os participantes destes episódios (CARNEIRO, 2003; VALPASSOS, 2004; SOFFIATI, 2005; VARGAS, WERNECK & FERREIRA, 2008). Mas, ao fim das investigações o parecer da Polícia Federal foi favorável aos pescadores:

“(...) vemos três movimentos dissociados entre si, surgidos da necessidade dos pescadores garantirem sua sobrevivência; em Barra do Furado, eles reivindicam, principalmente, condições propícias para o pescadeo de camarão; em Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores defendem a manutenção de cota suficiente para garantir a pesca do robalo e de outras espécies subaquáticas; na Lagoa do Campelo, eles estão preocupados com o seu secamento, em virtude das obras lá realizadas” (SOFFIATI, 2005).

A comissão da câmara dos vereadores de Campos também concluiu pela procedência das denúncias de invasão do leito da lagoa Feia, e que esta contava com a anuência do DNOS. Somada às sucessivas denúncias de pescadores, de ambientalistas e de alguns parlamentares, o DNOS sofreu duas fissuras: i) biólogos da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA constatam o desequilíbrio ambiental⁴⁸, acarretado por erros de projeto nas obras empreendidas pelo órgão; e, ii) o IAA constata que a rede de canais executada não mais atende ao maior pleito da economia agroindustrial sucroalcooleira: a irrigação.

Buscando recobrar sua credibilidade e força política, o DNOS apostou ainda na

⁴⁸Em outubro de 1979, as biólogas Dorothy Sue Dunn de Araújo e Norma Crud Maciel, ambas da FEEMA, efetuaram uma análise do material relativo ao projeto do DNOS na Baixada Campista, tomando por base os estudos feitos pela Engenharia Gallioli, e condenaram tais projetos. (ARAÚJO & MACIEL, 1979 *apud* SOFFIATI, 2005).

construção de um terminal pesqueiro na Foz do Canal da Flecha⁴⁹ [também conhecido como Furado]. De acordo com Soffiati (2005):“(...) *Rios de dinheiro foram consumidos nessa obra suntuosa (...)*” que, no entanto, não foi concluída”.

A dimensão ambiental, imposta pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, passa a exigir Estudos de Impacto Ambiental - EIA para obras [já realizadas ou por realizar] em prol da defesa do patrimônio natural. Assim, sem aptidão orçamentária de outrora, com sua base de sustentação [proprietários rurais e usineiros] manifestando sinais de enfraquecimento político; sob constrangimentos instituídos pelas novas normas; e, diante das críticas recorrentes sobre as idiosincrasias ocasionadas no território, e, pela ineficiência na gestão, a situação do DNOS se agrava ao longo da década de 80.

No período, em plena ascensão do neoliberalismo no país, Fernando Collor de Melo assume o poder no planalto central como o primeiro presidente eleito, em 30 anos, com um novo paradigma de eficiência. Com a proposta de redimensionar o papel do Estado, e sua máquina administrativa, inclui em seu pacote de medidas a extinção do DNOS e do IAA.

“Inspirado, de um lado, por um novo paradigma de eficiência que concebia as estruturas menores como mais capazes de executar as mesmas tarefas empregando menos recursos e, de outro, por uma nova concepção de Estado, que deveria manter sua intervenção apenas nas esferas onde ele seria estritamente necessário (ou seja, a estratégia da desestatização considerada como um “fim” em si), o governo promoveu uma ampla e acelerada reforma administrativa, “idealizada estritamente” pelos quadros do poder executivo e implementada exclusivamente por medidas provisórias. No bojo dessa “reforma”, o governo extinguiu cinco autarquias, entre elas o DNOS e o IAA, duas instituições-chave para o setor agroindustrial campista há muitos anos” (CARNEIRO, 2003).

Com a extinção do DNOS, através do Decreto Nº 99.240 de 07 de maio de 1990 (BRASIL, 1990), um vácuo institucional se instala e novos conflitos são desencadeados. Vargas, Werneck & Ferreira (2008), observam: “(...) *surgia um órfão, do qual todos desejavam as benesses, mas ninguém assumia a tutela*”. Os autores observam que a “lei vigente” era a vontade dos que possuíam maior capacidade de articulação, e destacam a fala do então presidente da organização não governamental Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN, que constata: “Ruim com o DNOS, pior sem ele. Agora não temos nem a quem recorrer”.

(...) Estapulverização do poder não permitiu mais a eficiência do passado,

⁴⁹ Canal artificial que serve como principal sangradouro da lagoa Feia no mar. Situa-se quase que totalmente no município de Campos dos Goytacazes, entretanto sua extremidade sudeste na Barra do Furado serve como limite com o município de Quissamã.

mas também não significou a vitória de pescadores e de pequenos proprietários rurais, estes segundos originados de projetos de assentamento promovidos pelo Movimento dos Sem-Terra, com interveniência do INCRA. Os interesses hegemônicos continuaram a prevalecer sobre a economia pesqueira e sobre a visão dos ecologistas. Os conflitos sociais continuaram a eclodir, embora não mais com o mesmo grau de organização e visibilidade verificado em fins da década de 1970 e início da década de 1980(SOFFIATI, 2011).

Com a extinção do DNOS e a fragilidade institucional resultante, se amplia o controle das estruturas hidráulicas por parte dos proprietários rurais e de usinas.

“Com o abandono das estruturas hidráulicas e da manutenção dos canais, as condições, já precárias, do sistema hidráulico se agravaram rapidamente. Nos períodos de seca, quando o rio Paraíba do Sul tem o seu nível d’água bastante baixo, diversas captações que alimentam os canais ficam desafogadas, comprometendo o abastecimento das propriedades rurais. A forte redução da oferta de água para os canais tem também como conseqüência imediata o aumento do nível da poluição hídrica, já que os canais são receptores do lixo e do esgoto lançados na área urbana de Campos. Os proprietários rurais e as usinas, carentes de água para a irrigação e para a operação das unidades fabris, buscam elevar o nível d’água dos canais, construindo pequenas barragens. Essas barreiras interceptam o já pequeno fluxo de água, prejudicando todos os outros usuários localizados a jusante. Tais soluções individuais disseminam os conflitos por água por praticamente toda a região drenada pelos canais” (CARNEIRO, 2003).

Uma vez que nem a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Infraestrutura, nem a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA e nem o poder público municipal assumiram a manutenção das estruturas hidráulicas e canais existentes na região, a iniciativa privada se viu estimulada a agir por conta própria (CARNEIRO, 2003; TOTTI, AZEVEDO, SOUSA & COUTINHO, 2014).

Diante da menor disponibilidade hídrica, fato constatado pelo Sistema de Meteorologia do Estado do Rio de Janeiro – SIMERJ (MARQUES, et al, 2001 *apud* CARNEIRO, 2003) e na ausência de um órgão mediador, proprietários rurais e usineiros passam a recorrer a iniciativas individuais para conseguir água e se apropriam da operacionalização das comportas, controlando os cursos d’água conforme seus interesses (SOFFIATI, 2005).

Em consequência de tais desdobramentos, ao longo da década de 90, eclodem outros conflitos envolvendo pescadores, proprietários rurais e assentados do Movimento dos Sem-Terra, especialmente nas localidades do Buraco do Ministro, na confluência do Canal do Quitunguta com o Canal da Flecha e, no Valão da Cataia, em sua ligação com o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia. Estes “novos” e constantes embates, no entanto, não logram a projeção de outrora.

“(...)a institucionalização do conflito é o que os produtores, majoritariamente, buscam evitar. De um modo geral, os irrigantes procuram esquivar-se de interferências tidas como “externas”. Leia-se aí interferências do

poder público, seja da SERLA, do IBAMA, poder judiciário ou Prefeitura. Preferencialmente optam por tentar resolver as disputas informalmente, como “bons vizinhos”. A vantagem dessa solução informal ou extra-institucional das controvérsias é a possibilidade de deixar em aberto que cada usuário possa eventualmente fazer também um barramento conforme a sua conveniência. Busca-se manter, portanto, as intervenções “individuais” em sigilo, mesmo quando causam prejuízos a si próprios. Afinal, muitas vezes a vítima é vilã em outra oportunidade” (CARNEIRO, 2003).

A percepção dos impactos negativos do padrão clientelista/patrimonialista-corporativista sobre a apropriação e controle dos recursos hídricos e hidráulicos da região, anteriormente pantanosa [vivenciando na atualidade seca e escassez] suscitou segmentos favoráveis à condução democrática destes recursos, capitaneados por membros do “Escritório Técnico do Termo de Cooperação Técnica” - ETEC⁵⁰, a saírem em defesa de uma gestão em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável⁵¹.

Tem início, a mobilização para um modo de gestão afeito aos fundamentos propostos pela PNRH em estruturação: a água como um bem de domínio público, de disponibilidade limitada, dotado de valor social e ecológico, devendo ser assegurado seus usos múltiplos e a participação de diversos atores no seu gerenciamento.

2.2 Novo modelo de Gestão das Águas e Mobilização Participativa na Bacia do Baixo Paraíba do Sul

O conceito de desenvolvimento sustentável introduzido pelo relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum publicado em 1987, considera que “*as necessidades da geração atual não devem comprometer a habilidade das gerações futuras prover as suas*” (ONU, 1987) e, a partir dessa agenda uma série de acordos, nacionais e internacionais, foram estabelecidos pela manutenção do equilíbrio dinâmico do planeta.

No Rio de Janeiro durante a ECO-92 foram aprovados cinco documentos com o propósito de serem utilizados como instrumentos de referência para políticas, programas

⁵⁰ O Escritório Técnico do Termo de Cooperação Técnica - ETEC resultou da articulação entre o órgão gestor estadual e as prefeituras municipais, com participação de técnicos e de algumas representações de usuários, mas sem maior expressividade de segmentos sociais tradicionalmente excluídos dos processos de gestão ambiental (SOUZA *et al.*, 2007).

⁵¹ Há que ser registrado que, em 1995, na bacia do Itabapoana sob a coordenação da UFF, foi estabelecido um convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em que se articulava uma proposta pioneira de gestão em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável: o Projeto Managé. Este projeto objetivava subsidiar, por meio de pesquisas, propostas e ações, o desenvolvimento sustentado da região da Bacia em questão, integrada por 18 municípios envolvendo os Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (BARROS *apud* REPOSITÓRIO DIGITAL UFF, 2017).

eprojetos que os governos, empresas ou organizações da sociedade venham desenvolver (ONU, 1992), quais sejam: i) Convenção sobre Diversidade Biológica⁵²; ii) Convenção sobre Mudança de Clima⁵³; iii) Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵⁴; iv) Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de todos os tipos de Florestas⁵⁵; v) Agenda 21⁵⁶.

A alteração da oferta de água tem profundas consequências econômicas e sociais conforme discutido na seção anterior, desta feita, estes documentos visam auxiliar o estabelecimento de linhas de ação para a preservação das espécies existentes; para minimizar as mudanças climáticas de origem antrópica; para promover um meio ambiente saudável; e, para garantir oferta de água, em quantidade e qualidade; um fator fundamental para a manutenção dos ecossistemas (SALATI, LEMOS & SALATI, 2006). Contudo, a formulação e implementação dessas novas políticas públicas, que desde a década de 80 vem reformulando seus princípios e práticas, é um processo longo e complexo. No âmbito dos recursos hídricos implica inúmeras particularidades geográficas, jurídicas, políticas, culturais, sociais e de dominialidade.

Neste contexto, com a aprovação da Lei das Águas no final da década de 90, o governo federal passa a incentivar ações para implementação de uma renovação política-institucional. Ratifica-se que alguns estados brasileiros, como São Paulo, Ceará, Rio Grande

⁵²A Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992, tem por objetivos: a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

⁵³ A Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, também conhecida como UNFCCC ou Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC). É um tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Foi firmado por quase todos os países do mundo e tem como objetivo a estabilização da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera (ONU, 1992a).

⁵⁴ A Declaração ratificou os princípios estabelecidos na Declaração da Conferência da ONU de 72 e formulou 27 princípios básicos para o desenvolvimento sustentável, a dignidade humana, o meio ambiente e as obrigações dos Estados em matéria de direitos ambientais dos seres humanos (ONU, 1992b).

⁵⁵ A Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de todos os tipos de Florestas tem por objetivo contribuir para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas e para fornecer para as suas funções e usos múltiplos e complementares (ONU, 1992c).

⁵⁶ Agenda 21 é um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais (ONU, 1992d; Agenda 21, 2004; MMA, 2006).

do Norte, Rio Grande do Sul, e Pernambuco, se mostravam adiantados, com suas leis estaduais aprovadas. Na bacia do Paraíba do Sul, no entanto, observava-se grande heterogeneidade no processo.

Enquanto a mobilização em São Paulo, iniciada na década de 70, já tinha resultado na regulamentação da lei em 1991, os outros dois estados encontravam-se com uma dinâmica mais lenta. Minas Gerais, com o processo paralisado em 1994, só veio aprovar a lei estadual cinco anos mais tarde [em 1999]. O ERJ, ainda que já tivesse iniciado a mobilização necessária para a sua aplicação, também só instituiu a PERH neste período.

Todavia, no fim da década de 90, após a regulamentação das respectivas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos dos três estados: São Paulo⁵⁷, Minas Gerais⁵⁸ e Rio de Janeiro⁵⁹, a bacia passa a ser foco de uma série de estudos e convênios (figura 5). Um dos convênios estabelecidos envolveu os três entes federados na execução do “Programa de Investimento para a Gestão Integrada e Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul” visando à recuperação ambiental da bacia (MMA/CEIVAP, 2000).

No âmbito do ERJ, outros estudos/projetos foram desenvolvidos pela SRH/MMA, MPO/SEPURB, PNUB e BIRD em articulação com o CEIVAP⁶⁰, com a SEMADS, a SERLA, e, executados pela UFRJ/COPPE/Laboratório de Hidrologia (MMA/CEIVAP, 2000). Destacam-se: o “Diagnóstico dos Diagnósticos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul” [1998], o “Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica – PQA/RJ” e o “Projeto Estadual de Investimentos da Bacia do Rio Paraíba do Sul-RJ” [1999].

O “Projeto Preparatório para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Paraíba do Sul/ Programa de Mobilização Participativa e Estratégia de Aplicação” (MMA, SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MUNDIAL, COPPE/UFRJ, 2000) buscou incentivar e dar suporte às prefeituras, serviços de saneamento, indústrias e organizações civis para a organização em torno da proteção, conservação e recuperação ambiental da bacia do Paraíba do Sul.

A concepção de mobilização adotada pelo projeto elencou três frentes: i) transformar notadamente os diagnósticos do PQA Paraíba do Sul, em informação pública, informando e

⁵⁷ Lei nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991.

⁵⁸ Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999.

⁵⁹ Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999.

⁶⁰ Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP [criado pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22/03/96].

sensibilizando os principais atores locais/regionais quanto à gravidade dos problemas da bacia e quanto à importância da sua participação para a recuperação da mesma; ii) divulgar e incentivar alternativas concretas de mobilização, através da participação direta, ativa e permanente em sistema de gestão estadual e federal, como o CEIVAP, consórcios intermunicipais, associação de usuários e cooperativas, ou em parcerias público-privado para ações específicas; e, iii) conforme interesse regional, criar comitê de sub-bacia.

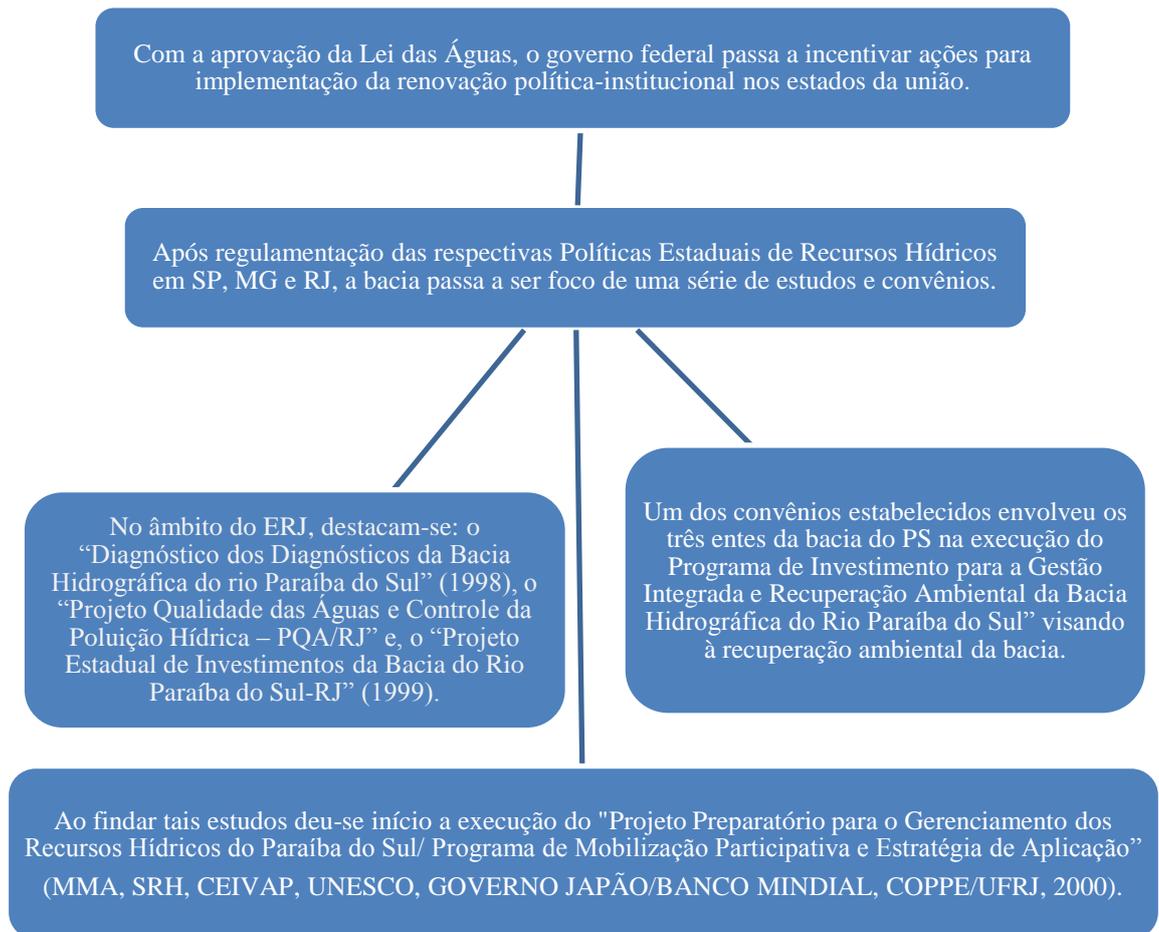


Figura 5: Primeiros Estudos e Convênios Estabelecidos na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor apud MMA, SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MINDIAL, COPPE/UFRJ (2000).

No trecho final da bacia do Paraíba do Sul [uma das unidades hidrográficas-piloto definidas]atores sociais se articularam, inicialmente, através de um consórcio denominado Consórcio de Municípios e Usuários da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Gestão Ambiental da Unidade Foz ou, como ficou mais conhecido, GT-Foz⁶¹.

⁶¹ O Processo de mobilização Pró Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul teve início no ano de 2000 através de um movimento articulado pelas representações da região da foz do rio Paraíba do Sul e

O GT - Foz era composto, no período, por oito municípios do Norte Fluminense [Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra] e, por três do Noroeste Fluminense [Aperibé, Cambuci e Itaocara].

A estratégia adotada pelos atores foi, no primeiro momento, focar na capacitação de seus membros de modo a tornar-se um multiplicador regional do processo de renovação dos modos de gestão das águas. De acordo com dados do relatório de implementação do Programa de Mobilização Participativa (MMA, SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MUNDIAL, COPPE/UFRJ, 2000) a região da Foz apresentava-se como a unidade hidrográfica com maior dificuldade de acesso à informação quanto ao processo de mudança em curso; não existindo, até então, nenhum canal eficaz de divulgação de informações na região.

Sendo assim, o grupo decidiu que só após a fase de informação e capacitação é que passaria à discussão sobre as necessidades, as modalidades e os objetivos de criação de um organismo regional para a Foz do rio Paraíba do Sul⁶².

A mobilização local se intensificou entre 2001 e 2003, momento em que o país passou por um período de seca extrema [antes do evento crítico de 2014], resultando em mudanças nas regras operativas do sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul pela ANA⁶³.

Não obstante a aprovação da Lei 4.247/2003⁶⁴ regulamentando a cobrança pelo uso da água, e o início da arrecadação pelo Estado em 2004, havia inoperância do poder público estadual no processo de criação dos organismos de bacia (SÁ REGO, 2012).

pelo Grupo de Trabalho da Foz (GT-Foz), em prol da criação de um organismo para o gerenciamento de recursos hídricos locais (CERHI, 2008b).

⁶² A estratégia de continuidade do programa de mobilização na região da Foz apoiava-se na consolidação e ampliação do Grupo de Trabalho, através da realização de cursos de capacitação elaborados em função da demanda local (MMA, SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MUNDIAL, COPPE/UFRJ, 2000).

⁶³ As regras adotadas para a operação do sistema hidráulico do Rio Paraíba do Sul, até 2003, eram estabelecidas pela Portaria DNAEE n° 022/1977 e pelo Decreto n° 81.436/1978 que regularizavam a vazão afluente em 250 m³/s em Santa Cecília, no ponto da transposição para a Bacia do rio Guandu, além de minimizar as cheias anuais do Vale do Paraíba (FREITAS, 2004). Em 2003, já sob o a coordenação da ANA, as regras de vazão foram redefinidas pela Resolução 211/2003, passando a vazão afluente para 190 m³/s (BRASIL, 2003). Com a crise hídrica de 2014 novas reduções temporárias foram “sucessivamente” estabelecidas.

⁶⁴ Lei Estadual 4.247 de 16 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências (INEA, 2017).

Em 2002, integrado por 11 prefeituras locais, além de empresários, representantes da sociedade civil e ONGs, o Consórcio em vigor visa a gestão ambiental das bacias dos rios Macaé, Macabu e das Lagoas de Cima, Feia e Zona Costeira adjacente.

Neste período, o GT-Foz se organiza no intuito de mediar os conflitos gerados pela operação privada da infraestrutura hídrica deixada pelo DNOS, como também, representar interesses da região no gerenciamento dos canais e, em ações na Foz do Paraíba do Sul e outras áreas da bacia hidrográfica (TOTTI & CARVALHO, 2007). O GT-Foz conta agora em sua composição com 17 consorciados, tendo a participação de municípios, empresas usuárias de água e organizações civis (COPPETEC, 2006).

Entre suas metas destaca-se a proposta de dar mais agilidade às ações de intervenção na foz do Paraíba do Sul, com recursos oriundos de cotas a serem pagas pelos sócios e recursos de fundos afins. No entanto, o organismo não se fortalece enquanto entidade executora de projetos, visto que a proposta de rateio das cotas entre os municípios partícipes não se efetiva, esvaziando o processo (TOTTI, 2014). Assim, a ação sofre descontinuidade por problemas relacionados ao custeio. Contudo, o grupo continua participando ativamente da comissão pró-comitê de bacia, bem como apoia a realização de audiências públicas, parte integrante do processo de elaboração do Caderno que compõe o Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul pelo Lab.Hid./COPPE/UFRJ (AGEVAP, 2007; CEIVAP, 2007). Só na segunda metade da década de 2000, com novos atores agregados⁶⁵, o processo de criação dos organismos de bacia é revigorado.

Em virtude dos problemas recorrentes e diante dos anseios na resolução dos conflitos pelo uso da água na região é demandado um espaço de negociação [permanentemente aberto] para a representação de interesses dos atores sociais da foz do Paraíba do Sul (CERHI, 2008b). O GT agora denominado Comissão Pró-Comitê do Baixo Paraíba do Sul, formado por pesquisadores ligados às universidades locais, movimentos ambientalistas e usuários em articulação com atores políticos do poder público municipal consegue estruturar um ambiente

⁶⁵Dentre os principais atores locais no processo de criação do CBH na RH IX tiveram grande protagonismo a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF [Professores Elias Fernandes de Souza e Maria Eugênia Feteira Totti]; a Universidade Federal Fluminense – UFF [Professor Aristides Arthur Soffiati]; a Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense – FUNDENOR [Sr. Paulo Jorge]; o Sindicato Rural de Campos [Sr. José do Amaral Ribeiro Gomes]; a Associação dos Plantadores de Cana – ASFLUCAN [Sr. Zenilson Amaral Coutinho]; a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN [Sr. Luiz Mario Concebida]; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campos [Carlos Ronald Macabu]; e, Instituto Estadual do Ambiente – INEA [Alan Carlos Vieira Vargas], que em sessão solene em 21/11/17 foram homenageados pela atual gestão (CBH BPSI, 2017).

favorável à criação de um comitê de bacia para o trecho do Baixo Paraíba do Sul (TOTTI, AZEVEDO, SOUSA & COUTINHO, 2014).

Em 2008, com reconhecimento e apoio do Instituto Estadual do Ambiente – INEA⁶⁶, a comissão de articulação e mobilização realiza reuniões e visitas técnicas com representantes de diferentes segmentos do poder público, usuários da água e da sociedade civil organizada, nos municípios do Norte e Noroeste fluminense com a proposta levar conhecimento específico relativo à política nacional de recursos hídricos e a importância da criação e funcionamento de um comitê de bacia (TOTTI, 2014).

Em 19 de novembro de 2008, o Pró-Comitê encaminha à Câmara Técnica de Instrumento de Gestão – CT/IG do CERHI, a “Proposta para Instituição do Comitê da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul - Região Hidrográfica IX”⁶⁷. Entre as justificativas dos atores locais destacava-se que:

“[na] ausência de um Comitê, quem perde é a região, que fica alijada da participação nas assembleias e reuniões do CEIVAP e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, uma vez que a representação da região nestas reuniões se faz através de atores setoriais, de forma isolada, que comparecem mais para receber os informes do que para levar as discussões, demandas e problemas da região em referência e considerando que Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP em seu Regimento Interno, aprovado em 03 de dezembro de 2007, Art. 6º, Inciso II, parágrafo primeiro, que estabelece critérios de elegibilidade de usuários e sociedade civil, que diz: “§ 1º As indicações dos representantes titulares e suplentes dos segmentos referidos nas alíneas “c” e “d” do inciso 11 do caput deste artigo serão feitas por seus pares integrantes dos comitês de bacias afluentes, quando houver, ou em processos que considerem a representação das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, atendendo a composição abaixo, respeitando a Resolução CNRH nO5/2000, em especial as determinações dos seus artigos 8º e 14” (TOTTI, 2008; CERHI-RJ, 2008b).

Assim, aproximadamente após uma década de articulação, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI, através da Resolução nº 36, de 03/12/08 (CERHI-RJ, 2008a) delibera favoravelmente à constituição do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do

⁶⁶ A criação do INEA pela Lei Estadual 5.101 de 04 e 3 outubro de 2007, implicou na extinção da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA, da Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF, com a consequente transferência de suas competências e atribuições: a execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais (INEA, 2017).

⁶⁷ Constante no Processo Administrativo nº E-07/102.664/2008 da CT-IG / CERHI (CERHI, 2008b).

Baixo Paraíba do Sul. No ano seguinte, em 03 de março de 2009, o CBH-BPS⁶⁸ é instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720 (RIO DE JANEIRO, 2009).

Como observado, a implantação de um CBH é um sistema complexo. Envolve diversos desafios para além das limitações de caráter físico, tais como dimensão territorial e diversidade de ambientes. Abarca intensas implicações de cunho econômico e político; além da necessidade do desenvolvimento de estratégias voltadas para a identificação e articulação de atores-chave nos diversos municípios integrantes da bacia (TOTTI, 2014; RIO DE JANEIRO, 2009).

Cumprir destacar que durante o período em que transcorreu o início da mobilização participativa visando à criação do CBH do Baixo Paraíba até sua regulamentação, em 2009, o ERJ vivenciou quatro pleitos para governador de estado e de prefeito municipal, respectivamente, envolvendo disputa de grupos partidários e de interesses distintos nos diversos municípios da bacia; o que também ajuda explicitar a dificuldade envolvida nesse processo de mudança institucional.

Além disso, Sá Rego (2012) salienta que a inexistência dos comitês e respectivas agências, possibilitavam ao órgão gestor, ou seja, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA⁶⁹ o total controle sobre a gestão dos recursos obtidos com a cobrança. Essa centralização de poder, pela SERLA e pelo poder executivo estadual, foi criticada à época por diversos CBHs já instalados, e pelo próprio CERHI, uma vez que contrariava o espírito da lei federal e enfraquecia os colegiados.

“Segundo Portela e Braga (2007), a legislação contrariou o espírito da lei federal, pois centralizou o poder nas mãos da SERLA e do Poder Executivo estadual; estabeleceu um mecanismo de retenção dos recursos da cobrança, que se transformou num instrumento de arrecadação, e, não, de gestão, usado para manter a instituição e financiar a implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos. Onde não havia Comitê formado, a SERLA aplicava, diretamente, as verbas em ações de conservação dos recursos hídricos, mediante aprovação do CERHI; ou seja, ao órgão gestor não interessava acelerar o processo de formação e de implantação do funcionamento dos Comitês. Assim, o governo do estado não precisava investir recursos próprios na implantação da Política de Recursos Hídricos, mas aplicava aqueles originados da cobrança, de multas ou de compensações ambientais. Além disso, dissociava a cobrança das diretrizes dos planos de recursos hídricos e reduzia a menos de 50% o montante a ser aplicado na bacia de origem” (SÁ REGO, 2012).

⁶⁸Em 25 de fevereiro de 2016 foi dada nova redação através do Decreto Estadual nº 45.584, incluindo Itabapoana no âmbito de atuação deste organismo que passa a ser denominado Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH BPSI (RIO DE JANEIRO, 2016).

⁶⁹ A Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA foi criada pelo Decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, e transformada em Fundação por meio da Lei nº 1.671, de 21 de junho de 1990.

Não se pode esquecer que os princípios que regem essa nova forma de gerenciamento implicam em profunda mudança na concepção e prática de gestão e governança, e que o fortalecimento e sucesso na operacionalização de tais estruturas dependem de força/indução em mão dupla. Tanto oriunda de “cima para baixo”, como de força/indução oriunda de “baixo para cima” (MMA, SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MUNDIAL, COPPE/UFRJ, 2000).

2.3 Desenho de Partilha na Bacia do Paraíba do Sul

Em um Estado democrático é esperado que a política compreenda um elenco de ações que visem a mediação pacífica de conflitos (SCHMITTER, 1965) em torno da alocação de bens e recursos públicos e, que por sua vez, se estruture através de regras e procedimentos que possibilitem a expressão destes conflitos, a produção de acordos e decisões que vinculem todos os envolvidos (HABERMAS, 1997; RUA & ROMANINI, 2013); configura-se assim a importância do desenho institucional⁷⁰.

Dado que os desenhos não são neutros (figura 6), suas escolhas e variações incidem diretamente na atuação das IPs, produzindo, consequências para os resultados da participação (FARIA & RIBEIRO, 2011). Como visto no capítulo anterior, o desenho institucional do CBH é categorizado como partilha de poder (AVRITZER, 2008) e, sua estrutura de oportunidades e perfil dos participantes, guarda similaridades à tipologia encontrada nos Conselhos de Política de forma geral.

Tipologia das IPs			
		OPs	Conselhos
		Mobilizada	Autônoma
Estrutura de oportunidades	Tipo de participação	Regulamentados pelo projeto político do governo	Regulamentados por lei
	Campo institucional	Predominantemente benefícios seletivos	Predominantemente bens públicos
	Tipo de decisão política	Descentralizada	Centralizada
Configuração organizacional		Descentralizada	Centralizada
Perfil (médio)		Renda e escolaridade abaixo da média (principalmente nas rodadas iniciais)	Renda e escolaridade superiores à média da população local

Figura 6: Tipologia das Instituições Participativas

Fonte: Borba (2011)

⁷⁰Conjunto de regras específicas que modelam uma determinada forma institucional visando promover determinados efeitos num contexto em particular (VAZ, 2011; CUNHA, 2009).

Do montante à jusante da bacia do PS, essa partilha inclui sete comitês instalados, envolvendo três estados da federação (figura 7). Destes, 01 está localizado em SP: o CBH Paraíba do Sul - Trecho Paulista [1994]⁷¹; 02 em MG: Comitê dos Afluentes Mineiros do Preto e Paraibuna [2001]⁷² e Comitê dos Afluentes Mineiros do Pomba e Muriaé - COMPÉ [2001]⁷³; e, 04 localizados no RJ: Comitê Piabanha [2003]⁷⁴, CBH Rio Dois Rios [2003]⁷⁵, CBH Médio Paraíba do Sul [2008]⁷⁶, e, por fim, o CBH BPS [2009], objeto deste estudo de caso, atualmente denominado CBH BPSI⁷⁷ (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2017).

Esse processo de implementação de novos modos de gestão integrada, como enfatizado, ocorreu em uma conjuntura de ampla transformação da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, traduzidas, na Lei das Águas de 1997 e legislações complementares. É considerada a bacia piloto pela ANA para a implementação do novo sistema de gestão em bacias nacionais.

Por se tratar de uma bacia nacional, ou seja, seu rio principal percorrer mais de um estado (CF, 1988) a jurisdição da bacia do Paraíba do Sul é federal, denotando a coexistência de organismos que devem exercer suas competências de forma integrada. Sem dúvida um sistema complexo de gestão, “(...) *uma vez que compreende sistemas independentes, em*

⁷¹O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CBH-PS, no trecho paulista, foi fundado em 1994. Tem sua sede no município de Taubaté/ SP (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

⁷² O Comitê dos Afluentes Mineiros do Preto e Paraibuna foi aprovado pelo Decreto nº. 41.578/2001, com alteração na redação pelo Decreto nº. 44.199/2005. Tem sua sede em Juiz de Fora/MG (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

⁷³ O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé - COMPÉ foi regulamentado pelo Decreto nº. 41.578/2001, com alteração na redação pelo Decreto nº. 44.290/2006. Tem sua sede em Cataguases / MG (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

⁷⁴O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto foi aprovado em 2003 e ratificado pelo Decreto Estadual nº 38.235/2005. Em 2015, nova redação pelo Decreto Estadual nº 45.461. Tem sua sede no município de Petrópolis/RJ (CEIVAP, 2017).

⁷⁵O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios foi aprovado em 2003, ratificado pelo Decreto Estadual nº 41.472/2008. Em 2015, nova redação pelo Decreto Estadual nº 45.460. Tem sua sede no município de Nova Friburgo/RJ (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

⁷⁶O CBH-Médio Paraíba do Sul foi aprovado em 2008 e ratificado pelo Decreto Estadual nº 41.475/2008. Em 2015, nova redação pelo Decreto Estadual nº 45.466. Tem sua sede no município de Volta Redonda/RJ (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

⁷⁷O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 41.720/2009, posteriormente denominado CBH BPSI, tem sua sede no município de Campos dos Goytacazes (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

termos de dinâmica jurídico-institucional, mas interdependentes no seu conteúdo e aplicação” (SERRICCHIO; CALAES; FORMIGA-JOHNSSON; LIMA; ANDRADE, 2005).

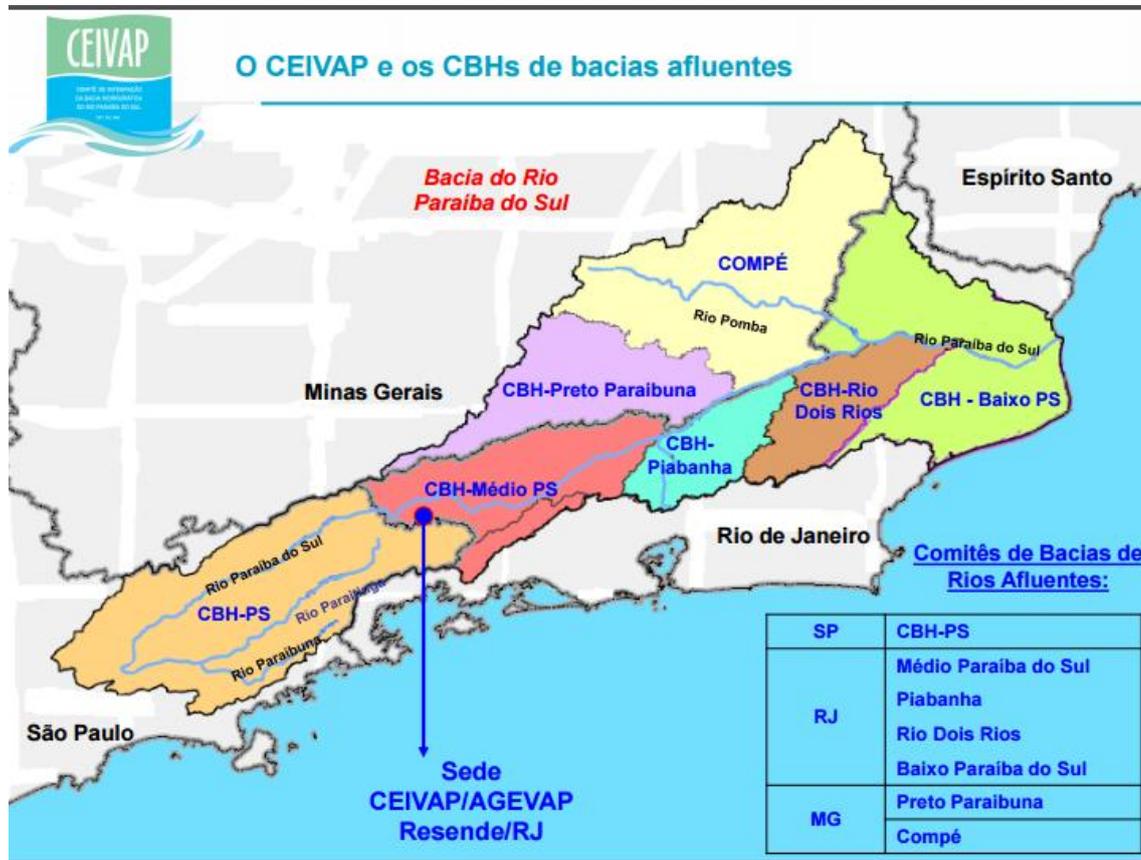


Figura 7: Comitês Instalados na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Fonte:Repositório Digital do CEIVAP (2017)

2.3.1 O Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Agovernança das águas na bacia do rio Paraíba do Sul precisa ser articulada com todos os CBHs da sua área de abrangência [os 04 CBHs fluminenses, 02 mineiros e 01 Paulista]. Essa articulação é feita através de um comitê de integração: o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP⁷⁸. Uma instância privilegiada de integração das ações, instituições e dos organismos que operam em toda a

⁷⁸ O CEIVAP foi criado pelo Decreto Federal nº 1842, de 22 de março de 1996. A denominação CEIVAP atribuída ao comitê de integração da bacia do rio Paraíba do Sul, no contexto das reformas atuais, é um reconhecimento dos esforços empreendidos pelo colegiado que o precedeu o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEEIVAP, criado em 1979; uma iniciativa do governo federal em planejamento de bacias hidrográficas. A fase ativa do CEEIVAP, essencialmente dedicada a estudos e propostas visando o uso múltiplo e racional dos recursos hídricos, se estendeu até meados da década de 1980, quando ele passou praticamente a ter uma existência simbólica (CEIVAP, 1999 *apud* SERRICCHIO; CALAES; FORMIGA-JOHNSSON; LIMA; ANDRADE, 2005). Em 2008, tem sua área de abrangência e nomenclatura alterada pelo Decreto Federal 6.591 de 01/10/08 (Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

extensão da bacia, cumprindo ações relevantes (quadro 8), onde coexistem comitês sob jurisdição federal e estadual, além dos órgãos gestores federais e estaduais que devem compartilhar as suas competências de forma integrada.

Dessa forma, além das atribuições elencadas na Lei das Águas, inerente a totalidade dos CBHs, cabe ao CEIVAP suscitar a integração e articulação entre a União, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, municípios e organismos congêneres de sub-bacia; promover a viabilidade técnica e econômico-financeira de programas de investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado; e, possibilitar a articulação interestadual de modo a garantir que as iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação sejam partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades que vierem a ser estabelecidas para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (BRASIL, 1996; Repositório Digital do CEIVAP, 2017).

Quadro 8: Ações Relevantes do CEIVAP desde 1997

- Implantação pioneira, no Brasil, da cobrança pelo uso da água, satisfazendo todas as exigências legais; cujos critérios e valores a serem cobrados já foram aprovados pelo plenário do CEIVAP, na reunião de 06/12/2001 (Deliberação CEIVAP 08/01);
- Aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, contendo o Programa de Investimentos para aplicação de recursos da ordem de R\$ 62 milhões, arrecadados com a cobrança pelo uso da água, de 2003 a 2010;
- Criação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Paraíba do Sul para exercer as funções de Agência da Bacia via contrato de gestão com a ANA;
- Viabilização de recursos de diversas fontes para ações de recuperação ambiental e melhoria da disponibilidade de água da bacia;
- Difusão de informações, através de cursos de capacitação em gestão de recursos hídricos e de capacitação em elaboração de projetos, realizados em diversos municípios da bacia, em parceria com a Agência Nacional de Águas - ANA;
- Implementação de 13 programas de educação ambiental e mobilização social, em vários municípios da bacia, viabilizados com recursos da cobrança pelo uso da água;
- Desenvolvimento de atividades permanentes de comunicação social e institucional.
- Lançado o Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR), em 30/06/17. Iniciativa do Comitê para aportar recursos para implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios, visando à melhoria da qualidade das águas na bacia do rio Paraíba do Sul. Para a fase I do programa serão disponibilizados R\$ 19 milhões, previstos no Plano de Aplicação Plurianual do CEIVAP, que investe os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba.

Fonte: Repositório Digital CEIVAP (2017)

Este colegiado teve sua área de abrangência e nomenclatura modificada, em 2008, quando passa a abranger 184 cidades: no estado de Minas Gerais [88], no Rio de Janeiro [57] e São Paulo [39]. Sua plenária é formada por 60 membros titulares [e respectivos suplentes], sendo [03] três da União e [19] dezenove de cada estado [SP, RJ e MG] da bacia do Paraíba do Sul. A secretaria executiva do CEIVAP, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP garante os meios para seu funcionamento e coloca em prática suas decisões.

Os integrantes são eleitos em fóruns democráticos, nas diversas regiões que compõem a bacia, sua conformação [diferentemente dos CBHs das RHs fluminenses] não é paritária (quadro 9), abrindo brechas para assimetrias diversas. As reuniões ordinárias ocorrem duas vezes por ano; e as extraordinárias, quando convocadas pelo seu presidente ou por um terço, no mínimo, dos membros em exercício.

Quadro 9: Composição Percentual da Plenária do CEIVAP

Percentual	Composição Plenária
40%	Representantes dos Usuários de Água
35%	Poder Público
25%	Organizações Cívicas.

Fonte: Repositório Digital CEIVAP (2017)

A Diretoria é formada pelo presidente, vice-presidente e secretário-executivo, escolhidos bienalmente pelos membros (quadro 10). Anteriormente era assessorada por três Câmaras Técnicas encarregadas de promover as discussões técnicas e preparar o processo de tomada de decisões: CT-Institucional, CT-Planejamento e Investimento e CT-Educação Ambiental. Com a alteração do regimento, aprovada em 03/12/2007, o CEIVAP passou a contar apenas com uma Câmara Técnica Consultiva – CTC, instituída no dia 24/04/2008 e Grupos de Trabalho – GTs. A CTC possui 19 membros e mandato de 2 anos.

Quadro 10: Composição da Diretoria do CEIVAP no Recorte Temporal Estudado

2009-2011	<p>- Presidência: Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos – Representante do Poder Público / Secretária de Estado do Ambiente do Governo do Rio de Janeiro/RJ;</p> <p>- Vice-presidência: Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel - Representante da Sociedade Civil / Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP;</p> <p>- Secretaria-executiva: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas - Representante dos Usuários/ Energisa Soluções S.A./MG;</p>
2011-2013	<p>- Presidência: Edson de Oliveira Giriboni – Representante do Poder público / Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo – SP;</p>

	<p>- Vice-presidência: Marília Carvalho de Melo – Representante do Poder Público/ Instituto Mineiro de Gestão das Águas/MG (IGAM) – MG;</p> <p>- Secretaria-executiva: Alexandre Nascimento da Silveira - Representante dos Usuários / Light Energia S.A./RJ.</p>
2013-2015	<p>- Presidência: Danilo Vieira Júnior – Representante do Poder Público / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD/MG) - MG</p> <p>- Vice-presidência: Vera Lúcia Teixeira – Representante da Sociedade Civil / ONG O Nosso Vale! A Nossa Vida/RJ;</p> <p>- Secretaria-executiva: Tarcísio José de Souza e Silva - Representante dos Usuários / Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP) Regional São José dos Campos - SP;</p>
2015-2017	<p>- Presidência: André Corrêa – Representante do Poder Público / Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro/RJ/ Deputado Estadual ERJ- RJ;</p> <p>- Vice-presidência: Rutnei Morato Erica - Representante da Sociedade Civil / Amigos da Pedra da Mina/SP;</p> <p>- Secretaria-executiva: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – Representante dos Usuários / Setor Elétrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul (Serpasul)/ Energisa SA/MG;</p>
2017- 2019	<p>- Presidência: Mônica Porto – Representante do Poder Público / Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - SP</p> <p>- Vice-presidência: Matheus Machado Cremonese – Representante da Sociedade Civil / ONG Programa de Educação Ambiental (PREA/MG) - MG</p> <p>- Secretaria-executiva: Eduardo Schlaepfer Ribeiro Dantas – Representante dos Usuários/ Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) - RJ.</p>

Fonte: Repositório Digital do CEIVAP (2017)

A fim de operacionalizar suas decisões e cumprir a incumbência de uma Secretaria Executiva constituiu-se um escritório técnico, em 2000, o ETEC, contando com suporte material produzido e sistematizado pelo Projeto de Cooperação Brasil-França: acervo bibliográfico, fotográfico e iconográfico (SERRICCHIO; CALAES; FORMIGA-JOHNSSON; LIMA; ANDRADE, 2005). O Escritório à época era formado por seis técnicos e prestou suporte ao CEIVAP até 2004, ano de criação da AGEVAP.

2.3.2 A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP

A AGEVAP⁷⁹, inicialmente constituída para exercer função de secretaria executiva do CEIVAP passa a poder exercer também funções relativas à Agência de Bacia, a partir da edição da Medida Provisória nº 165/04, posteriormente convertida na Lei nº 10.881/04, e do

⁷⁹ Em 20 de junho de 2002, a deliberação CEIVAP nº 12/02 aprova a criação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP.

estabelecimento do Contrato de Gestão. Como apresentado no Quadro 11, passa a exercer as funções com base definida no Art. 44 da Lei 9433/97.

Quadro 11: Atribuições da AGEVAP

- Manter o balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos, o cadastro dos seus usuários e gerir o Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Bacia;
- Analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos da cobrança pelo uso da água e acompanhar a sua administração financeira;
- Promover os estudos necessários para a gestão, elaborar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e submetê-lo à apreciação do CEIVAP;
- Apoiar técnica, administrativa e operacionalmente os órgãos e entidades, públicas ou privadas, relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, visando à gestão integrada, descentralizada e participativa; e incentivar e orientar o uso racional dos recursos hídricos;
- Apoiar tecnicamente os municípios e os usuários da água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul na preparação e implementação de ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, inclusive na prevenção de calamidades públicas ocasionadas por eventos hidrológicos críticos (enchentes e secas), de origem natural, decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos ou agravados pelo uso inadequado do solo;
- Celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução das suas competências;
- Executar outras ações e atividades compatíveis com os seus objetivos sociais, que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Fonte: Repositório Digital do CEIVAP (2017)

O CEIVAP, por não ter personalidade jurídica, não pode contratar funcionários e realizar aquisição de material necessário ao exercício da gestão de recursos hídricos do rio Paraíba do Sul. O estabelecimento de Contrato de Gestão com a ANA possibilitou a AGEVAP exercer funções de uma Agência de Bacia que, na prática a habilita a receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e investi-los segundo o plano de investimentos aprovado pelo CBH. Tal estatuto é considerado um dos principais pilares para à estruturação plena do sistema de gestão da bacia do Paraíba do Sul (BRASIL, 2004; SERRICCHIO *et al*, 2005).

A AGEVAP possui personalidade jurídica de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos. É administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Até 2009 somente seus associados compunham sua Assembleia Geral. Com a alteração no estatuto, aprovado em 30/03/2009, os associados podem ou não ser membros do CEIVAP.



Figura 8: Organograma da AGEVAP

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é formada por cinco membros, um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro, um Diretor de Recursos Hídricos, um Diretor de Planejamento Estratégico e uma Diretora de Relações Institucionais.

Atualmente a AGEVAP possui cinco Contratos de Gestão em curso, conforme apresentado no quadro 12, a seguir:

Quadro 12: Contratos de Gestão da AGEVAP em Vigor

1º	CEIVAP/ANA x AGEVAP Nº 014/2004	1º Contrato de Gestão visando o exercício das funções de competência da Agência de Águas, com a interveniência do CEIVAP.
2º	INEAxAGEVAP Nº 01/2010	2º Contrato de Gestão visando exercer a função de Agência de Bacia de quatro Comitês afluentes ao rio Paraíba do Sul: - CBH Médio Paraíba do Sul, - Comitê Piabanha - CBH Rio Dois Rios - CBH BPSI
3º	INEAx AGEVAP Nº 03/2010	3º Contrato de Gestão visando atuação da AGEVAP, com a interveniência do comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – CBH Guandu, para o exercício de funções de competência da agência de água nesta bacia.
4º	IGAM x AGEVAP Nº 01/2014	4º Contrato de Gestão visando atendimento aos Comitês de Bacias dos Afluentes Mineiros dos rios Preto e Paraibuna, com a interveniência do CBH Preto Paraibuna.
5º	IGAM x AGEVAP Nº 02/2014	5º Contrato de Gestão visando atendimento aos Comitês de Bacias dos Afluentes Mineiros dos rios Pomba e Muriaé, com interveniência do CBH COMPÉ.

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

Em função do disposto na Resolução nº 59, de 02 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, a AGEVAP teve o prazo da delegação de competência para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul validado até 30 de junho de 2016 e, posteriormente, pela Resolução CBH BPSI nº13/2015 de 14 de agosto de 2015, renovado até 31/12/2020 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

2.3.3 O Desenho institucional do SEGRHI

O desenho institucional do SEGRHI demonstra as forças indutoras envolvidas e as respectivas atribuições relativas ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos no ERJ. É importante para a análise da efetividade do CBH BPSI conhecer o modo como o Estado se organiza em termos de domínio das águas (CERHI, 2002, 2006): as responsabilidades, competências e limites de ação.

O desenho de partilha assim se estrutura através de regras e procedimentos que visam o processamento dos conflitos, a produção de acordos e decisões que, em teoria, vinculem todos os envolvidos [aos moldes da democracia comunicativa de Habermas (1997)], configurando a importância do desenho institucional.

Para uma melhor fluidez do texto, optou-se por apresentar este desenho Anexo I, da presente tese, a fim de demonstrar tais forças indutoras envolvidas e respectivas atribuições, relativas ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão e governança das águas no ERJ.

2.3.4 Considerações Finais do Capítulo

O capítulo 2 ao discorrer sobre a construção da governança das águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana apresentou a trajetória do gerenciamento das águas no norte e noroeste fluminense e os principais conflitos socioambientais evidenciados no período que antecedeu a PNRH e a PERH. Apresentou a estruturação da mobilização participativa na região do Baixo Paraíba do Sul, refletindo sobre a construção de um novo modelo de gestão das águas e seu desenho de partilha, em torno da alocação de bens e recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: CARACTERIZAÇÃO E VISIBILIDADE DO PROBLEMA

O capítulo apresenta a caracterização da bacia do Paraíba do Sul e retrata o atual diagnóstico de situação da RH IX do ERJ, sob os aspectos físicos, bióticos e socioambientais, identificando as potencialidades e restrições ao uso dos recursos hídricos, associados às demandas atuais. Reúne elementos que se constitui em importante “ferramenta de decisão” para os diversos atores e órgãos gestores envolvidos.

3.1 Caracterizando o Recurso: Bacia do Paraíba do Sul

O rio Paraíba do Sul nasce na serra da Bocaina, em São Paulo, formado pela união dos rios Paraibuna [com nascente no município de Cunha] e Paraitinga [com nascente no município de Areas] a 1800 metros de altitude (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017). Seu curso segue fazendo limite entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e desagua no oceano atlântico, no norte fluminense, depois de percorrer aproximadamente 1.150 km (ANA, 2017d). Sua foz está localizada entre os municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana⁸⁰.

Quadro 13: Principais Afluentes do Rio Paraíba do Sul da Margem Esquerda

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Paraibuna: seu curso corre em território mineiro uma extensão de 180 km. Entre seus afluentes merecem destaque os rios do Peixe e Preto. O Paraibuna banha a cidade de Juiz de Fora;- Pomba: possui 300 km de curso, tendo sua foz próxima a Itaocara, no limite entre os trechos médio e baixo Paraíba;- Muriaé: com 250 km de extensão, seu curso inferior, em território fluminense, apresenta características de rio de planície. |
|---|

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 14: Principais Afluentes do Rio Paraíba do Sul da Margem Direita

⁸⁰Conforme destacado por Soffiati (2014), partindo da premissa geológica, Alberto Lamego foi o primeiro estudioso a buscar uma interpretação para a formação desse sistema hídrico. Segundo Lamego a restinga que hoje se estende do Cabo de São Tomé à praia de Manguinhos [a maior do ERJ] bloqueou cursos d'água que desciam da unidade de tabuleiro à margem esquerda do Paraíba do Sul, originando inúmeras lagoas. No interior da planície aluvial as lagoas foram formadas principalmente pela sedimentação da baía Feia. Nas restingas, o processo de transgressão-regressão marinha também constituiu lagoas paralelas e perpendiculares à costa. “(...) O processo alternado de transgressões-regressões propiciou não apenas a formação da planície aluvial como também da grande parte da restinga entre o Cabo de São Tomé e a foz do Córrego de Manguinhos” (...) “A constituição da planície deltaica fluviomarinha do rio Paraíba do Sul ensejou a formação de lagoas de tabuleiro, de planície aluvial e de restinga”.

Sua ocupação ocorreu, em geral, de modo predatório ao longo de diversos ciclos econômicos como o da mineração, do café, da cana-de-açúcar e do ciclo industrial levando ao estado de degradação ambiental em que a bacia se encontra (SERRICCHIO; CALAES; FORMIGA-JOHNSSON; LIMA; ANDRADE, 2005; TOTTI, 2008; TOTTI & SOFFIATI, 2014). O destaque no cenário nacional se dá por estar localizada entre os maiores polos industriais e populacionais do país, que corresponde a 40% do PIB nacional (CORRÊA, 2017).

Os principais usos das suas águas estão relacionados ao abastecimento, à diluição de esgotos, à irrigação, à geração de energia hidrelétrica e atividades industriais. A pesca como atividade econômica é praticada em poucos trechos da bacia. Outros usos, não consuntivos, tais como turismo e lazer, ainda que tenha grande potencial de desenvolvimento, têm menor expressão. A bacia não apresenta potencial favorável ao transporte hidroviário.

Importante destacar que simultaneamente às obras realizadas entre 1930 a 1960, no norte e noroeste fluminense, foram construídas barragens no trecho sul do rio que modificaram seu comportamento hidráulico-sedimentológico. O sistema Paraíba do Sul/Guandu, construído na década de 50, composto pelos subsistemas Paraíba e Lajes para suprir, de energia elétrica e água, a cidade do Rio de Janeiro é o maior usuário de águas da bacia, um fator de grande impacto no baixo curso do Paraíba do Sul.

A transposição, através do bombeamento em Santa Cecília, reduz as vazões líquidas em mais de 60 %, no trecho a jusante a partir do município de Barra do Piraí. Dessa forma, o rio Paraíba do Sul, no norte e noroeste fluminense, é totalmente dependente dos afluentes que nascem em Minas Gerais (SIQUEIRA, 2016).

Não obstante, com novas transposições em curso o cenário de disponibilidade de água se agrava. Uma já em operação, para atender o estado de São Paulo [transposição de águas na vazão de 5 m³/s do rio Jaguari, importante afluente do rio Paraíba do Sul, para o sistema Cantareira visando o abastecimento humano e aos demais usos múltiplos pela macro metrópole paulista] e outra em função da construção de uma termoelétrica em Itaocara, torna esse recurso ainda mais escasso na RH IX (SIQUEIRA, 2016).

Em período de estiagem, ou quando não respeitados os limites de captação, o mar invade o leito do rio que sem pressão para empurrar a “língua salina”, causa danos ao solo, ao abastecimento e à economia local. Para Barbosa, Abrantes e Filho (2016) estamos assistindo ao “naufrágio do delta”, em que a “(...) crise da água e da poluição do rio Paraíba do Sul está provocando uma “guerra hídrica” entre os Estados e os municípios da bacia hidrográfica do rio mais importante da Região Sudeste”.



Figura 10: Usos dos Recursos da Bacia do Paraíba do Sul

Fonte: JornalO Dia (2015)

Dos 52 municípios diretamente banhados pelo rio Paraíba do Sul, 28 captam água diretamente deste manancial. (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2017). Suas águas abastecem, aproximadamente, 17 milhões de pessoas: destas, em torno de 8 milhões estão localizadas na própria área de abrangência da bacia, nos estados de SP, MG e RJ (IBGE, 2010 *apud* Repositório Digital do CEIVAP, 2014) e outras 9,5 milhões servidas por águas transportadas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ, através da transposição para o Rio

Guandu (figura 11).

ESTADOS		População
SÃO PAULO		3.797.930
MINAS GERAIS		1.490.274
RIO DE JANEIRO	Bacia do Paraíba do Sul	2.898.690
	Região Metropolitana RJ (Transposição para Guandu)	9.447.407
TOTAL		17.634.301
População do ERJ abastecida pelo rio Paraíba do Sul		12.346.097
População total do ERJ		16.369.179
Porcentagem da população do ERJ abastecida pelo Paraíba do Sul		75%

Figura 11: População Abastecida pela Bacia do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Print Screen do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2014).

Na área da bacia em território fluminense, suas águas são distribuídas em quatro Regiões Hidrográficas: RH III – Médio Paraíba do Sul; RH IV – Piabanha; RH VII – Rio Dois Rios; e RH IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, demonstrando a importância e o grau de dependência deste manancial e do recurso compartilhado.

A figura 12, a seguir, apresenta, respectivamente, a divisão do Estado por Regiões Hidrográficas [que correspondem às áreas de CBHs instalados] e a divisão de Governo do ERJ.

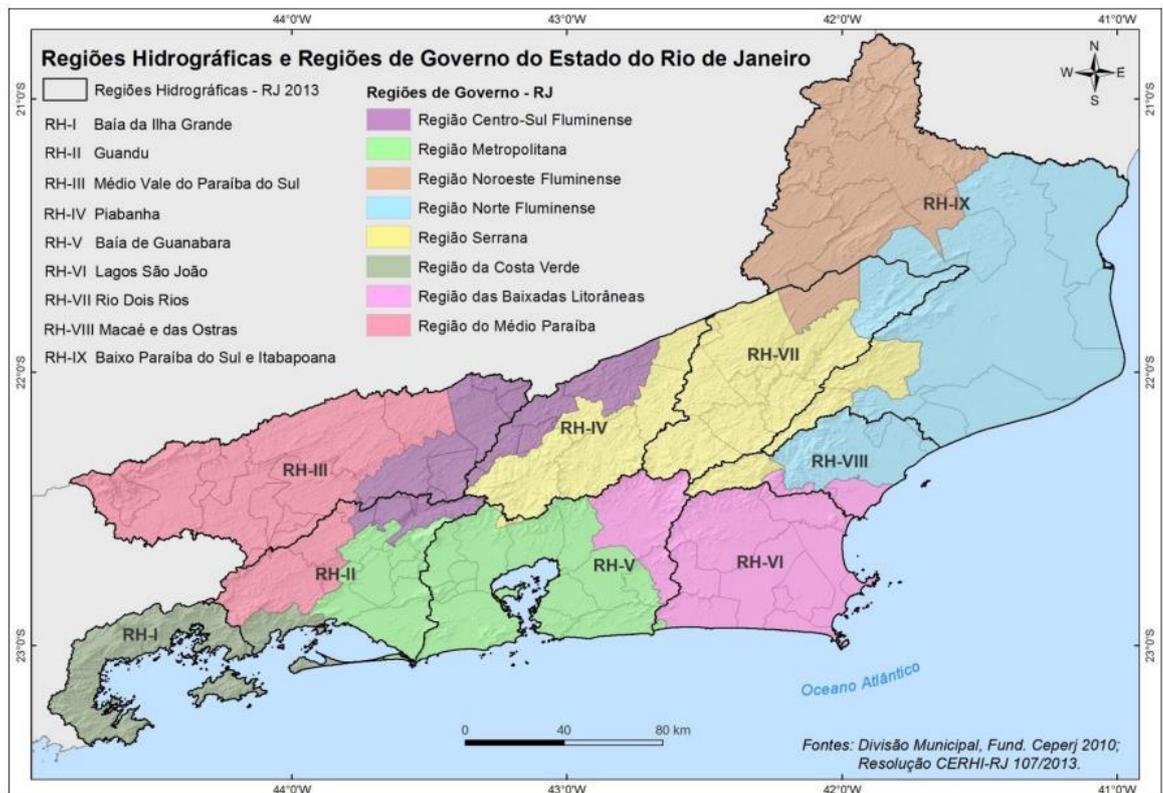


Figura 12: Regiões Hidrográficas do ERJ e respectivos comitês instalados

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

3.2 Região Hidrográfica IX: diagnóstico e visibilidade do problema

A RH IX (figuras 13 e 14) focada neste estudo de caso, corresponde à área de atuação do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana-CBH BPSI que recentemente passou por alteração em seu território, definida pela Resolução Nº 107/2013 do CERHI/RJ. A resolução incorporou a RH X [Itabapoana] à sua área de abrangência e integrou, totalmente, o município de Macaé

RH VIII[CBH Macaé e das Ostras], a fim de aperfeiçoar a gestão das águas no território fluminense(RIO DE JANEIRO, 2013)⁸¹.

Atualmente a RH IX abrange 22 municípios, sendo 08 pertencentes à Mesorregião Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra; 13 municípios pertencentes à Mesorregião Noroeste Fluminense: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai; e, 02 municípios concernentes à Mesorregião do Centro Fluminense: Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, como indica a figura 13:

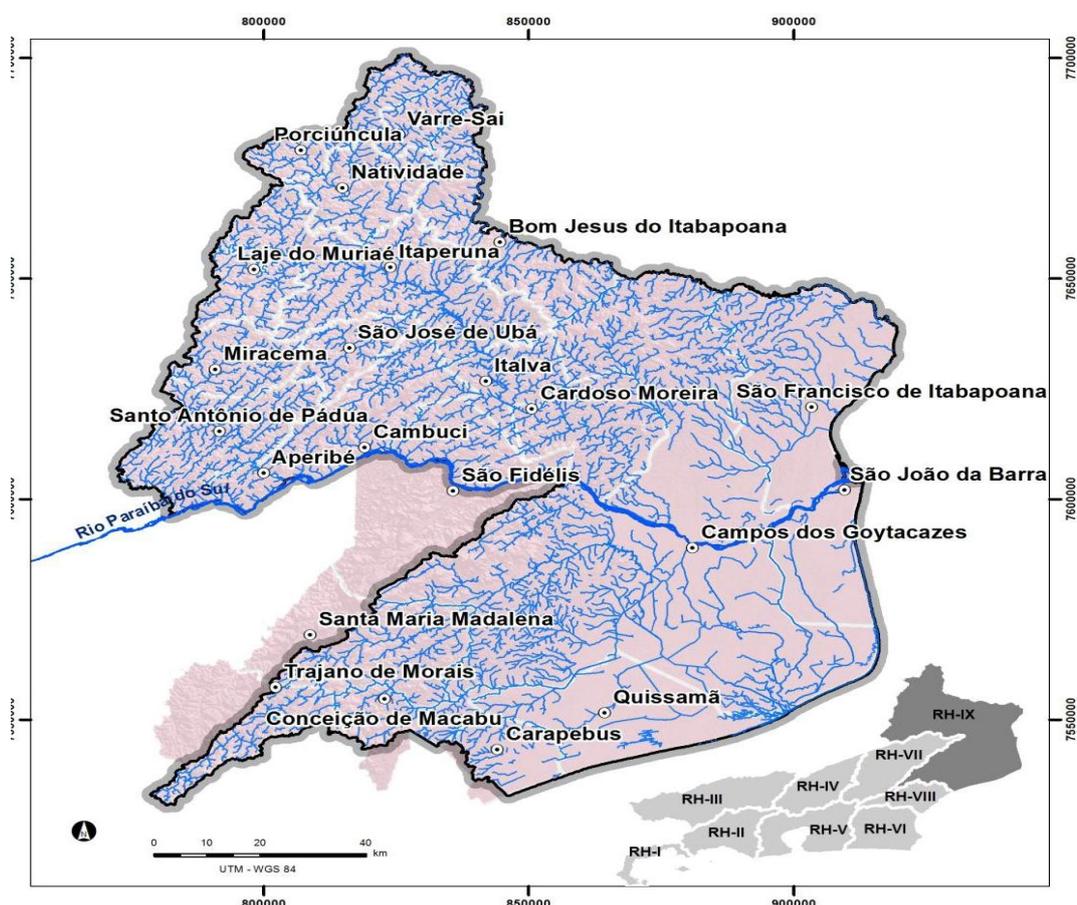


Figura 13: RH IX - Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2014)

⁸¹ O primeiro PERHI-RJ identificou a necessidade de ajustes nas RHs definidas pela resolução anterior CERHI nº 18, de 08 de novembro de 2006.

O território abriga (figura 14), além do trecho final do Paraíba do Sul, outros rios de domínio federal como o Pomba, o Muriaé e o rio Itabapoana (CERHI, 2013; (SOFFIATI, 2014).

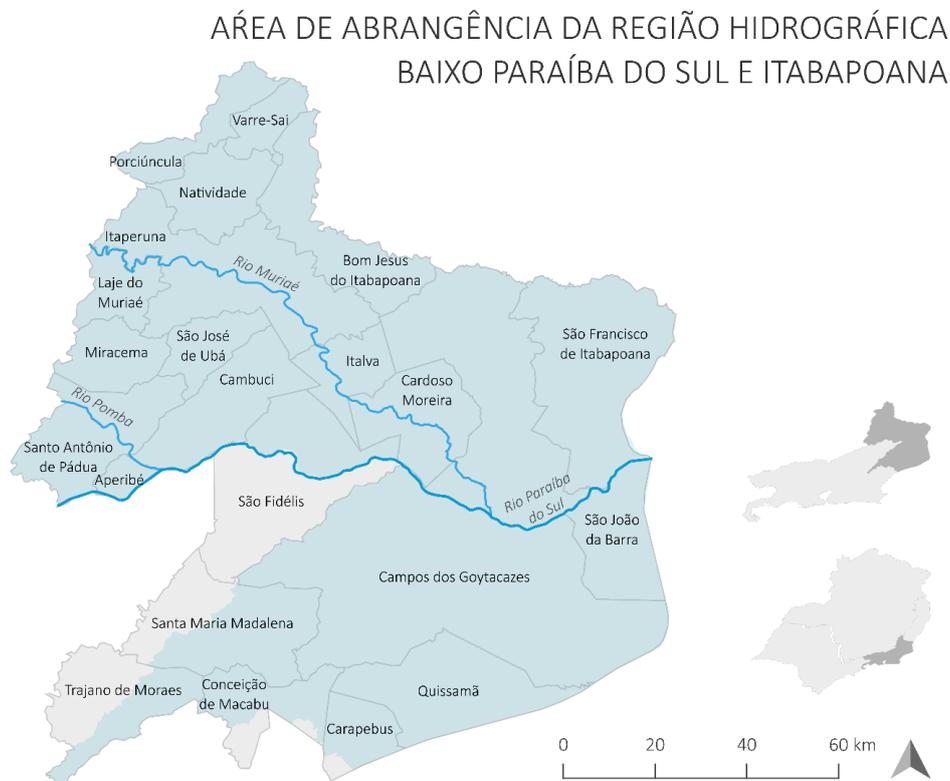


Figura 14: RH IX – Área de Abrangência e Principais rios federais que cortam a Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

A RH IX também conta com diversas lagoas⁸² ainda que tantas, outrora mapeadas por Alberto Lamego em 1954 (Figura 15), já tenham sido drenadas⁸³. De acordo com os dados do perfil traçado pelo Projeto Planúgua⁸⁴ que, em 2002, focalizou lagoas existentes na bacia hidrográfica da Lagoa Feia e entre a foz dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, só no sistema lagunar do Norte Fluminense, foram identificadas 132 lagoas. (BIDEGAIN, BIZERRIL & SOFFIATI, 2002).

⁸² Entre as principais lagoas da RH IX destacam-se: Lagoa Feia, Lagoa de Cima, Lagoa do Vigário, Lagoa do Campelo, Lagoa das Pedras, Lagoa da Saudade, Lagoa do Taí, Lagoa da Ribeira, Lagoa de Carapebus, Grussaí e Iquipari.

⁸³ De acordo com imagem do Satélite Landsat8, de 01/08/2015, o grau de drenagem da Baixada dos Goytacazes é exorbitante se comparado ao mapa traçado por Alberto Lamego, em 1954 (SOFFIATI *apud* MORAES, 2015).

⁸⁴ Projeto desenvolvido pela SEMADS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela GTZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica, em 2002.

A região do Baixo Paraíba do Sul possui ainda, como anteriormente citado, um intrincado e complexo conjunto de canais artificiais⁸⁵ [com cerca de 1500 Km] que, através de comportas, regulam o fluxo de entrada de água nas lagoas, áreas brejosas e alagadiças e demais corpos hídricos, ribeirões e córregos (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH BPSI, 2017; OBSERVATÓRIO SOBERANIA AMBIENTAL⁸⁶, 2017); sendo fonte de água para a agropecuária na região e de diversos conflitos entre produtores rurais, pescadores e demais usuários destes “territórios fluviais” (CHRYSOSTOMO, 2009), espaços que demandam permanentes esforços para o seu controle e utilização.

A RHIX é a maior do ERJem extensão territorial, perfazendo 11.831Km²; sendo também a mais desflorestada⁸⁷(figura 16), com apenas 10% de cobertura florestal, em relação às demais que possuem entre 24 a 90% (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

Ao mesmo tempo, na região associada à foz do rio Paraíba do Sul e à restinga de Jurubatiba, constitui-se em espaço de enorme importância para a conservação da biodiversidade, concentrando 94% da classe cordões arenosos, 64% da restinga e 11% dos mangues do estado. Em seu delta, na altura de Atafona e Gargaú, fica localizado um dos mais importantes manguezais de todo o Estado do Rio de Janeiro (CBH-BPSI, 2016).

O uso do solo é caracterizado pela ocupação de plantações de cana-de-açúcar (12%) e pastagens (63%) que associado ao corte, à queimada frequente e, aos menores índices de chuva anual [compatível com característica semiárida] resulta em áreas muito pouco produtivas e condizentes com um território degradado. Apesar de a agricultura extensiva ser a principal atividade na porção inferior da bacia é a pecuária a maior responsável por grande parte dos desmatamentos e erosão dos solos Ovalle et al. (2013). Ainda que este setor represente apenas 1% da atividade econômica total, ocupa, como dito, mais de 60% das terras

⁸⁵ Principais canais da RH IX: Canal Coqueiros, Canal São Bento (Canal Andreza), Canal do Vigário, Canal Jesus, Canal da Flecha, Canal Cambaiba.

⁸⁶ O Observatório Soberania Ambiental é ferramenta aglutinadora de dados socioambientais das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense, Santa Maria Madalena e Trajano de Morais (FERREIRA & SALLLES, 2017).

⁸⁷ Levando em conta a classificação do cartógrafo Couto Reis, de 1785, (SOFFIATI 2017a) veremos que a região, atualmente denominada de RH IX, constitui-se geologicamente de três distintos terrenos: o primeiro, composto pela restinga e pela planície aluvial [terras arenosas e argilosas da baixada] formando uma grande planície fluviomarinha; o segundo corresponde aos tabuleiros [terrenos baixos, ondulados e desprovidos de pedras]; o terceiro corresponde à zona serrana, ou seja, a serra do mar conhecida regionalmente com o nome de Imbé. Importante destacar que na área da planície fluviomarinha as florestas não estavam presentes devido a uma excessiva umidade. Neste sentido, há que se relativizar a questão do desmatamento concernente ao dito desflorestamento.

da bacia (O uso do solo é caracterizado pela ocupação de plantações de cana-de-açúcar (12%) e pastagens (63%) que associado ao corte, à queimada frequente e, aos menores índices de chuva anual [compatível com característica semiárida] resulta em áreas muito pouco produtivas e condizentes com um território degradado. Apesar de a agricultura extensiva ser a principal atividade na porção inferior da bacia é a pecuária a maior responsável por grande parte dos desmatamentos e erosão dos solos Ovalle et al. (2013). Ainda que este setor represente apenas 1% da atividade econômica total, ocupa, como dito, mais de 60% das terras da bacia (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2014).

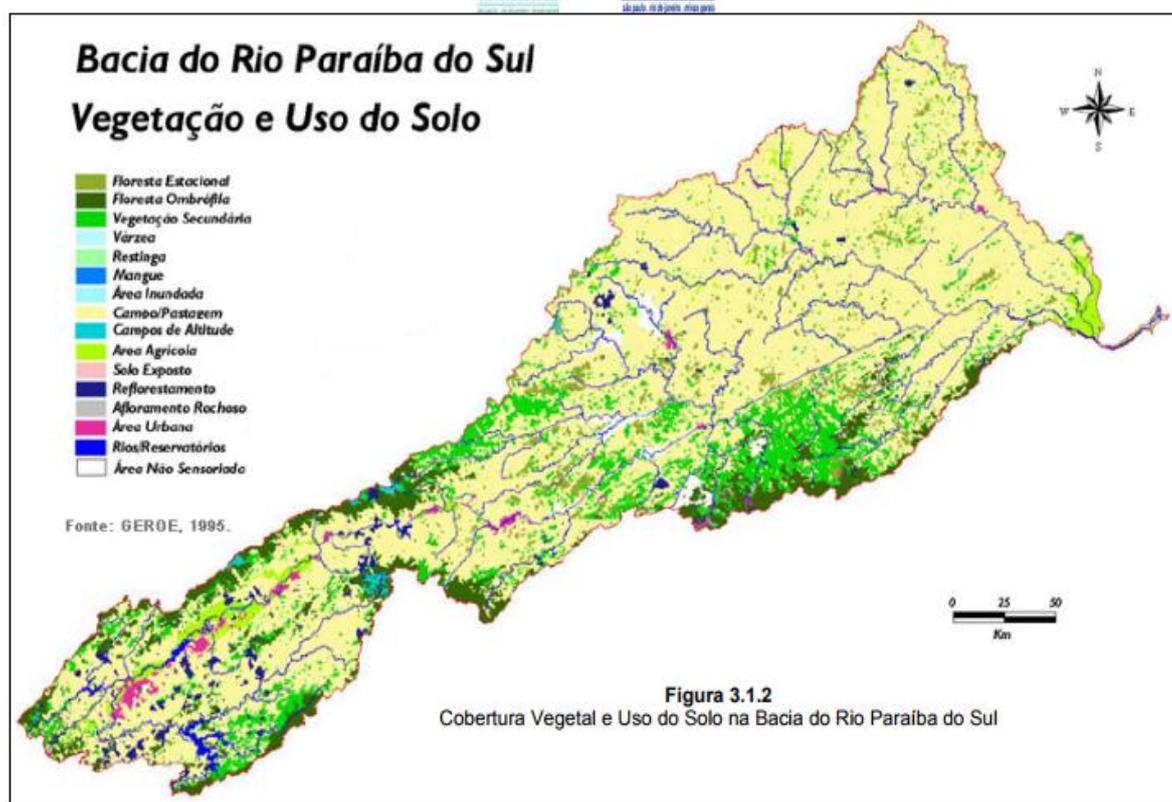


Figura 16: Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP (2007)

A vulnerabilidade é agravada pelo fato do Baixo Paraíba do Sul ser o trecho mais a jusante de regiões fortemente urbanizadas e com graves problemas de saneamento (TOTTI & SOFFIATI, 2014). A qualidade da água é reduzida por receber enorme carga de efluentes industriais e de cerca de 1 bilhão de litros de esgoto doméstico lançados, na sua maior parte “in natura, diariamente em seu leito.

Além dessas, outras atividades consuntivas somam-se aos principais impactantes deste recurso na região como: a indústria sucroalcooleira; a indústria de laticínios; a fruticultura; e, a extração mineral para a produção de blocos cerâmicos e rochas ornamentais.

Devido à existência de jazidas minerais e aos incentivos fiscais para instalação de indústrias do setor, a área litorânea do norte fluminense passou a abrigar grandes empresas associadas à cadeia produtiva de petróleo e gás. Com as instalações do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú - CLIPA, do Complexo Logístico e Industrial do Farol Barra do Furado e das atividades decorrentes do Pré-Sal problemas relativos à disponibilidade, distribuição e qualidade da água vem ganhando visibilidade.

Não bastasse o panorama apresentado, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2015) apontam que devido a permanente e acelerada degradação da floresta amazônica e a quase extinção da Mata Atlântica, o transporte de umidade para as partes mais ao sul do continente está sendo comprometido. Há possibilidade de, num cenário futuro, a região sudeste do Brasil se tornar desértica. Segundo o estudo, além da diminuição da umidade, partículas geradas nos processos de queimadas impedem a formação de chuvas (BARBOSA, ABRANTES E FILHO, 2016).

A intensificação da exploração dos recursos hídricos e o grau de vulnerabilidade e dependência regional com o rio Paraíba do Sul dá visibilidade à necessidade do gerenciamento do uso múltiplo das águas da RH IX, que envolve municípios e sub-bacias inseridos integralmente ou parcialmente no território, conforme apresenta o quadro 15, adiante.

Quadro 15: Municípios e Principais Sub-Bacias da Região Hidrográfica IX

	Municípios: 22	Principais Sub-Bacias Hidrográficas: 32
Municípios totalmente inseridos na Bacia: 17	Aperibé	Bacia do Muriaé
	Bom Jesus do Itabapoana	Bacia do Pomba
	Cambuci	Bacia do Pirapetinga
	Campos dos Goytacazes	Bacia do Córrego do Novato e Adjacentes
	Cardoso Moreira	Bacia do Rio do Colégio, Pequenas Bacias da Margem Direita e Esquerda do Baixo
	Italva	Paraíba do Sul
	Itaperuna	Bacia do Jacaré,
	Laje do Muriaé	Bacia do Campelo
	Miracema	Bacia do Cacimbas
	Natividade	

	Porciúncula Quissamã Santo Antônio de Pádua São Francisco do Itabapoana São João da Barra São José de Ubá Varre-Sai	Bacia do Muritiba Bacia do Coutinho Bacia do Grussaí Bacia do Iquipari Bacia do Açú Bacia do Pau Fincado Bacia do Nicolau Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco Bacia do Imbé Bacia do Córrego do Imbé Bacia do Prata Bacia do Macabu Bacia do São Miguel Bacia do Arrozal Bacia da Ribeira Bacia do Carapebus Bacia do Itabapoana Bacia do Guaxindiba Bacia do Buena Bacia do Baixa do Arroz Bacia do Guriri
Municípios parcialmente inseridos na Bacia: 05	Carapebus Conceição de Macabu Santa Maria Madalena São Fidélis Trajano de Moraes	

Fonte: RIO DE JANEIRO (2016)

A população estimada da RH IX, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), é de 922.583 habitantes (quadro 16).

Quadro 16: População Residente na RH IX

Municípios	Pop. 2010	Pop. 2016
Aperibé	10.213	10.213
Bom Jesus do Itabapoana	35.411	36.031
Cambuci	14.827	14.862
Campos dos Goytacazes*	463.731	463.731
Carapebus	13.359	14.408
Cardoso Moreira	12.600	12.599

Conceição de Macabú	21.211	21.844
Italva	14.063	14.405
Itaperuna	95.841	98.004
Laje do Muriaé	7.487	7.385
Miracema	26.846	26.786
Natividade	15.082	15.069
Porciúncula	17.760	18.188
Quissamã	20.242	21.806
Santa Maria Madalena	10.321	10.282
Santo Antônio de Pádua	40.589	41.035
São Fidélis	37.543	37.717
São Francisco de Itabapoana	41.354	41.397
São João da Barra	32.747	33.951
São José de Ubá**	7.003	7.143
Trajano de Moraes	10.289	10.347
Varre-Sai	9.475	9.861
Total	922.583	945.033

Fonte: IBGE Cidades @ (2016)

*Maior população da bacia

**Menor população da bacia

Abarcando municípios de três mesorregiões: Mesorregião Norte Fluminense, Mesorregião Noroeste Fluminense e Mesorregião do Centro Fluminensea RH IX apresenta IDH⁸⁸ e demais padrões socioeconômicos distintos. Na média possui um IDHM⁸⁹ de 0,691 (figura 17),

⁸⁸O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é, uma medida que aponta o progresso a longo prazo em três dimensões básicas: renda, educação e saúde, oferecendo um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH varia de 0 a 1, considerando que quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano do município. Há 5 faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800). Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, pretende ser uma medida geral e sintética sobre o desenvolvimento humano, porém não esgota todos os seus aspectos (SEBRAE, 2015; PNUD, 2017).

⁸⁹ O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, em 1998. O IDH-M levantado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos, considera indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. O IDH Municipal varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município.

classificado como desenvolvimento médio (figura 18); resultado que mascara disparidades do conjunto deste território.

Caracterização						
População (hab) - IBGE 2010:	Urbana	731110	Rural	133081	Total	864191
População (hab) - IBGE 2015:	Urbana	---	Rural	---	Total	897430
Densidade demográfica - 2013	1010.57	hab/km ²				
IDHM 2010	0.691		PIB per capita 2013 (R\$/hab)		47031.16	
IDHM - Renda 2010	0.680	IDHM - Longevidade 2010	0.805	IDHM - Educação 2010	0.604	

Figura 17: Caracterização RH IX: População/ IDHM

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

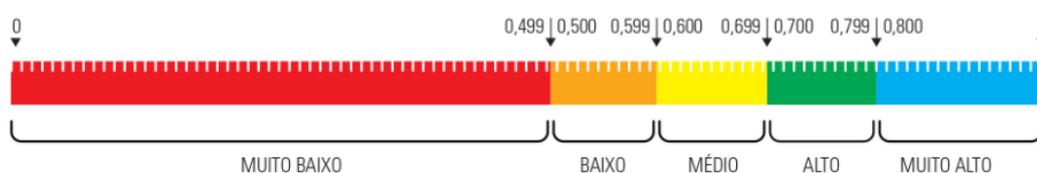


Figura 18: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense (SEBRAE, 2015).

Em relação ao Noroeste Fluminense no ano de 2000 (figura 19), Natividade foi o município com o IDHM mais elevado [0,626], seguido de Bom Jesus do Itabapoana [0,625] que, em 2010, alcançou o IDHM mais alto entre os municípios da região noroeste (SEBRAE, 2015).

Já o IDHM mais baixo, em 2000, correspondeu ao município de Varre-Sai [0,522]. No Censo de 2010 o mais baixo ficou com São José de Ubá, o quinto pior IDH do estado e o quarto pior índice de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas [14,71%] no ERJ.



Figura 19: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e Municípios – 2010

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense (SEBRAE, 2015).

Quanto aos municípios do Norte Fluminense (figura 20) inseridos na RH IX, Campos dos Goytacazes apresentou os melhores índices tanto em 2000, como no censo de 2010. Carapebus e Quissamã pularam da faixa de desenvolvimento baixo, em 2000, para o nível alto, em 2010. Esse desempenho indica melhorias sociais, ainda que se encontre abaixo da média do estado que é de 0,761.

Os municípios com os índices mais baixos no norte fluminense (figura 17 e quadro 20) são: Cardoso Moreira [0,648, o quarto mais baixo da RH IX] e São Francisco de Itabapoana, o segundo pior IDH [com 0,639] e o maior percentual de população extremamente pobre do ERJ [10,86%], conformedados do Atlas do Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (PNUD, 2013).

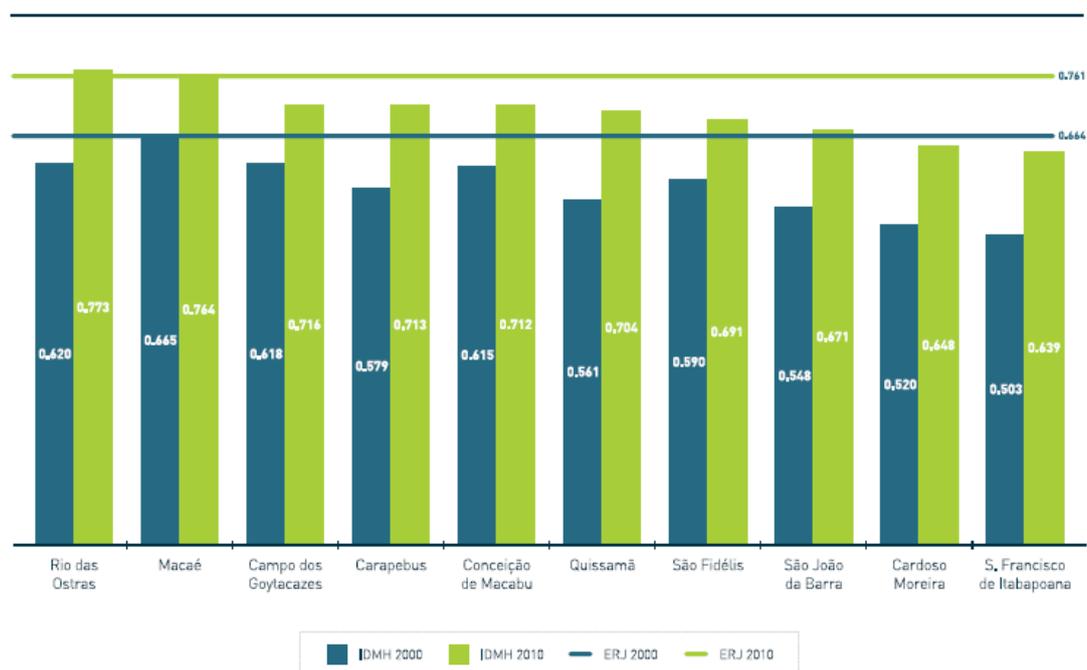


Figura 20: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Municípios – 2010

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense (SEBRAE, 2015).

Quadro 17: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Inseridos na RH IX

Municípios	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Saúde (2010)	IDHM Educação (2010)
Aperibé	0,692	0,670	0,785	0,631
Bom Jesus do Itabapoana	0,732	0,723	0,819	0,662
Cambuci	0,691	0,672	0,809	0,608
Campos dos Goytacazes	0,716	0,715	0,830	0,619
Carapebus	0,713	0,699	0,805	0,644
Cardoso Moreira	0,648	0,653	0,782	0,534
Conceição de Macabu	0,712	0,698	0,806	0,642
Italva	0,688	0,692	0,792	0,595
Itaperuna	0,730	0,716	0,837	0,649
Laje do Muriaé	0,668	0,649	0,800	0,575
Miracema	0,713	0,696	0,805	0,646
Natividade	0,730	0,707	0,806	0,683
Porciúncula	0,697	0,698	0,802	0,606
Quissamã	0,704	0,698	0,821	0,610

Santa Maria Madalena	0,668	0,672	0,797	0,556
Santo Antônio de Pádua	0,718	0,709	0,806	0,648
São Fidélis	0,691	0,685	0,787	0,611
São Francisco de Itabapoana	0,639	0,618	0,791	0,533
São João da Barra	0,671	0,686	0,800	0,551
São José de Ubá	0,652	0,633	0,798	0,548
Trajano de Moraes	0,667	0,668	0,813	0,547
Varre-Sai	0,659	0,636	0,810	0,555

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ONU, 2013) *apud* Repositório Digital da AGEVAP, 2016).

No comparativo entre o IDH médio da RH IX e o IDH médio do Brasil e das demais RHs fluminenses pertencentes à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (figura 21), observa-se que o IDH médio da RH IX se encontra abaixo do IDH nacional, da RH III (Médio Paraíba)⁹⁰ e da RH VII (Rio Dois Rios)⁹¹; estando acima apenas do IDH médio da RH IV (Piabanha)⁹².

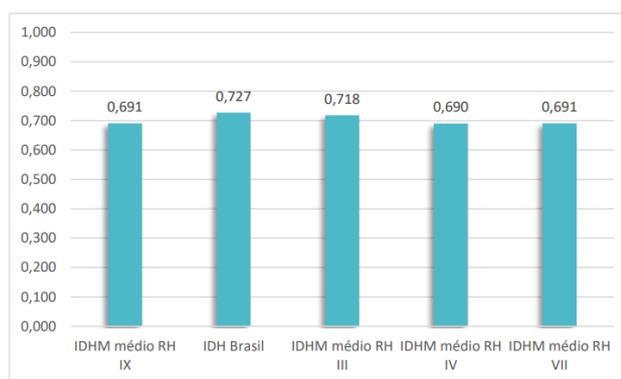


Figura 21: Comparativos entre IDHs das RH III, RH IV, RH VII, RH IX e Nacional.

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2016).

⁹⁰Faz parte da RH-III: os municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores e Comendador Levy Gasparian, inseridos integralmente na Região Hidrográfica, e, ainda, os municípios de Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes, inseridos parcialmente (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

⁹¹Faz parte da RH-VII: os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto, inseridos integralmente na Região, e, ainda, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Fidélis e Trajano de Moraes (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

⁹²Faz parte da RH IV-Piabanha: os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, inseridos integralmente, e, ainda, os municípios de Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, inseridos parcialmente (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

Em relação ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB⁹³, um importante instrumento para o setor de saneamento, definido pela Lei Federal nº 11.445/2007⁹⁴, os dados do Sistema Nacional de Infraestrutura Sanitária⁹⁵ – SNIS (2015), indicam que dos 22 municípios da Bacia do Baixo Paraíba do Sul, apenas 14 contam com PMSB / Água e Esgoto (figura 22). No entanto, de acordo com o Relatório de Situação do CBH BPSI 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017), os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e Trajano de Moraes concluíram seu PMSB, neste intervalo. Os municípios de Carapebus, Conceição de Macabú e Miracema, ainda prescindem deste instrumento (quadro 18).

Indicadores do SNIS - Sistema Nacional de Infraestrutura Sanitária			
2015 ▼			
Água SNIS - 2014		Esgoto SNIS - 2014	
Municípios com plano de saneamento básico		Municípios com plano de saneamento básico	
Aperibé, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, São José de Ubá, Varre-Sai,		Aperibé, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, São José de Ubá, Varre-Sai,	
IN055_AE - Índice de atendimento total de água (%)	88.58	IN056_AE - Índice de atendimento total de esgoto (%)	60.57
IN023_AE - Índice de atendimento urbano de água (%)	93.88	IN015_AE - Índice de coleta de esgoto (%)	54.97
IN049_AE - Índice de perdas na distribuição	44.50	IN016_AE - Índice de tratamento de esgoto	66.67
IN022_AE - Consumo médio per capita de água (l/hab/dia)	138.62	Esgoto médio per capita de água (l/hab/dia)	---
AG005 - Extensão da rede de água (km)	754.42	IN021_AE - Extensão da rede de esgoto por ligação (m/lig)	13.69
AG006 - Volume de água produzida (1.000 m ³ /ano)	18596.83	ES005 - Volume de esgoto coletado (1.000 m ³ /ano)	6930.94

Figura 22: Infraestrutura Sanitária da RH IX / Baixo Paraíba do Sul – Água e Esgoto

Fonte: SNIS (2015)

⁹³ Os Planos Municipais de Saneamento Básico têm como objetivo principal dotar os municípios de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes, que possam garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade, através de metas definidas em um processo participativo. O plano define metas de curto, médio e longo prazo para o setor englobando as seguintes vertentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Fonte: Relatório de Situação CBH BPSI 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

⁹⁴ A Lei Federal nº 11.445/2007 impõe o PMSB como condição para validar contratos de delegação dos serviços de saneamento, estabelecidos entre municípios e companhias estaduais ou com a iniciativa privada. O PMSB também pode se caracterizar como pré-requisito para acessar financiamentos federais, cujos programas valorizam ou até mesmo requerem a existência de um plano diretor de saneamento para a obtenção do recurso. A elaboração do PMSB é obrigatória em qualquer das alternativas institucionais para prestação dos serviços de saneamento. Fonte: Relatório de Situação CBH BPSI 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

⁹⁵ Por um longo período a grande dificuldade do setor de saneamento era conseguir consolidar as informações de todos os municípios brasileiros. Nesse sentido, em 1996, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. O SNIS, maior e mais importante banco de dados do setor saneamento brasileiro, se baseia em um banco administrado na esfera federal, que contém informações de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água, de esgotos e de manejo de resíduos sólidos. Para os serviços de água e de esgotos, os dados são atualizados anualmente desde o ano de referência 1995. A vigésima edição do “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos”, referente ao ano de 2014 e publicada em 2015, é a publicação mais recente do SNIS referente a esses serviços (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2016).

Dados do Relatório de Situação - 2017 da RH IX demonstram o atual status dos Planos Municipais de Saneamento. De acordo com este relatório, 19 municípios contam com PMSB concluídos (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

Quadro 18: Status da Elaboração do PMSB na RH IX de acordo com o Relatório de Situação do CBH BPSI 2017

Município	Status PMSB
Aperibé	Concluído
Bom Jesus do Itabapoana	Concluído
Cambuci	Concluído
Campos dos Goytacazes	Concluído
Carapebus	Não possui
Cardoso Moreira	Concluído
Conceição de Macabu	Não possui
Italva	Concluído
Itaperuna	Concluído
Laje do Muriaé	Concluído
Miracema	Não possui
Natividade	Concluído
Porciúncula	Concluído
Quissamã	Concluído
Santa Maria Madalena	Concluído
Santo Antônio de Pádua	Concluído
São Fidélis	Concluído
São Francisco de Itabapoana	Concluído
São João da Barra	Concluído
São José de Ubá	Concluído
Trajano de Moraes	Concluído
Varre-Sai	Concluído

Fonte: REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP (2017)

Especificamente em relação ao abastecimento de água na RH IX, o índice de atendimento total cresceu ao longo dos anos, em paralelo ao crescimento populacional, a saber: 83,18% em 2012; 85,4% em 2013; e, 85,83% em 2014.

O consumo per capita de água também aumentou de 133,95 l/hab.dia, em 2012, para 138,59 l/hab.dia, em 2013 e 141,06 l/hab.dia, em 2014[mas se mantém abaixo da média nacional].

Atualmente a média de consumo per capita de água no Brasil é de 165,3 litros por habitante ao dia. Em 2014, este valor correspondia a 162l/hab.dia⁹⁶.

Já o índice de perdas na rede⁹⁷, apesar de ter apresentado redução em 2012 para 2013 [40,20%, para 39,57%] retrocedeu em 2014 [39,77%], como aponta a figura 23, e se mantém alto [acima da média brasileira], indicando a necessidade de investimentos para esse tipo de falha de distribuição(REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017).

Ano	População total dos municípios (hab)	População total urbana dos municípios (hab)	População total atendida (hab)	População urbana atendida com abastecimento de água	Consumo per capita (l/hab.dia)	Índice de atendimento total	Índice de atendimento urbano	Índice de perdas na rede
2012	972.558	814.005	808.965	730.438	133,95	83,18%	89,73%	40,20%
2013	959.014	802.225	819.623	739.779	138,59	85,47%	92,22%	39,57%
2014	964.411	806.867	827.788	743.676	141,06	85,83%	92,17%	39,77%

Figura 23: Consolidado do Abastecimento de Água em 2012, 2013 e 2014

Fonte: SNIS - 2016 (REPOSITÓRIO DIGITAL DAAGEVAP, 2016).

Quanto ao índice de atendimento de esgoto,apesar de ter aumentado ao longo dos anos, os índices de coleta e tratamento permanecem um passivo histórico⁹⁸. Dados do SNIS (2017) sobre o “índice de coleta de esgoto”, “índice de tratamento de esgoto” e, “índice de

⁹⁶A região Sudeste apresenta o maior média de consumo per capita de água no Brasil com o índice de 192, l/hab.dia. O menor foi o Nordeste com 125,3 l/hab.dia. Em 2014, o Sudeste continuou como maior índice 187,9 l/hab.dia e o Nordeste se manteve como o menor com 118,9 l/hab.dia. Segundo dados da ONU, 110 litros/dia é a quantidade de água suficiente para atender as necessidades básicas de uma pessoa (SNIS, 2015).

⁹⁷No Brasil, a cada 100 litros de água coletados e tratados apenas 63 litros são consumidos. Ou seja, 37% da água é perdida: por vazamentos, roubos/ ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas no consumo de água, resultando no prejuízo de R\$ 8 bilhões/ano. A soma do volume de água perdida por ano nos sistemas de distribuição das cidades daria para encher 06 (seis) sistemas Cantareira. Fontes: Estudo Trata Brasil “Perdas de Água: Desafios ao Avanço do Saneamento Básico e à Escassez Hídrica – 2015 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017).

⁹⁸ No país apenas 50,3% da população tem acesso à coleta de esgoto [o que corresponde a dizer que mais de 100 milhões de brasileiros não tem acesso a este serviço].Cerca de 3,5 milhões de pessoas, nas 100 maiores cidades do país, despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis. 47% das obras de esgoto do PAC monitoradas estão em situação inadequada. Apenas 39% de lá para cá foram concluídas; apenas 12% se encontram em situação adequada. Fontes: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015); Estudo Trata Brasil “Ociosidade das Redes de Esgoto” – 2015 e Censo Escolar - 2014 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017).

esgototratado referido à água consumida”na RH IX apontam que, a cobertura, ainda que aquém do desejável, está acima da média nacional⁹⁹. As figuras 24, 25 e 26 consolidam as informações de esgotamento sanitário da região.

	POPULAÇÃO (hab)		VOLUMES DE ESGOTO (L.000 m³/ano)						
	População total atendida com esgotamento sanitário	População urbana atendida com esgotamento sanitário	Colerado	Tratado	Bruto importado	Bruto exportado	Importado tratado nas instalações do importador	Exportado tratado nas instalações do importador	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
4	30.394	33.500	2.720,00	0,00	0,00	3.487,00	0,00	0,00	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
0	437.000	369.972	10.885,96	10.885,96	0,00	0,00	0,00	0,00	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
1	91.300	24.282	1.288,00	591,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	5.495	1.398	77,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	24.577	25.865	1.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	11.991	10.840	395,66	118,69	0,00	0,00	0,00	0,00	
9	14.124	1.420	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0	14.574	6.762	241,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	5.877	5.910	105,00	104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	31.551	31.551	2.952,00	29,52	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	29.805	32.798	1.758,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	21.060	494	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	27.134	3.546	263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
L	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	
0	744.882	548.338	22.612	11.729	0	3.487	0	0,00	

*N) – Não informado
 **Valores calculados com base nas informações retiradas do SNIS.
 Fonte: SNIS, 2017.

Figura 24: Esgotamento sanitário nos municípios da RH IX – 2015

Fonte: SNIS - 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017)

Ano	População total dos municípios (hab)	População total urbana dos municípios (hab)	População total atendida com esgotamento sanitário (hab)	População urbana atendida com esgotamento sanitário (hab)	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água	Índice de coleta	Índice de tratamento	Índice de esgoto tratado referido à água consumida
2012	965.403	807.881	370.176	366.404	38,34%	45,35%	34,81%	51,70%	18,00%
2013	959.014	802.225	453.652	447.355	47,30%	55,76%	38,30%	59,41%	22,75%
2014	964.411	806.867	532.433	515.435	55,21%	63,88%	52,66%	60,32%	31,76%

Figura 25: Consolidação de Informações Sobre Esgotamento Sanitário 2012 - 2014

Fonte: REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP (2016)

⁹⁹ Somente 42,67% dos esgotos do país são tratados. A média das 100 maiores cidades brasileiras em tratamento dos esgotos foi de 50,26%. Apenas 10 delas tratam acima de 80% de seus esgotos (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017).

Os índices de coleta e tratamento sofreram um acréscimo no recorte analisado, de 59,41% para 60,32%, considerando que a população também aumentou ao longo do período (figuras 26 e 27).

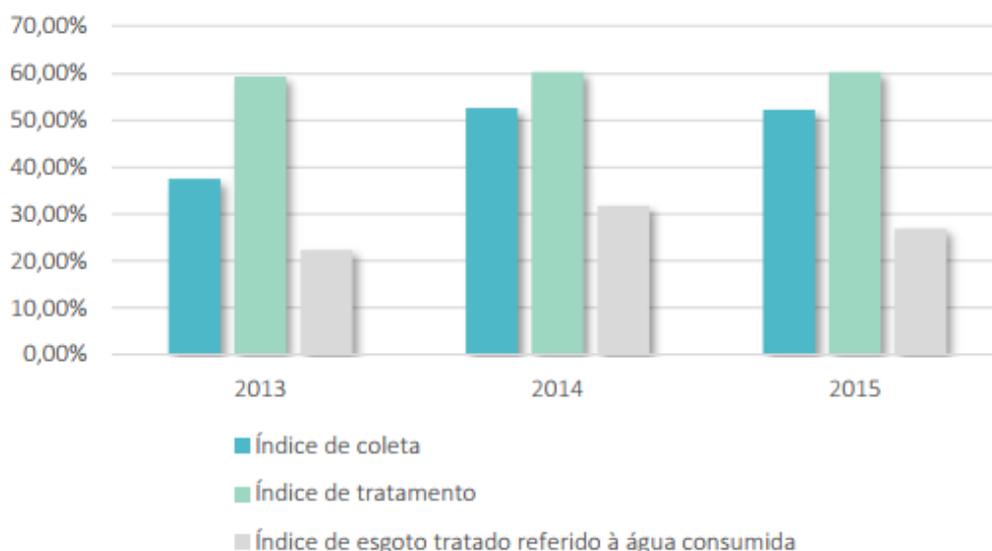


Figura 26: Índices de atendimento de esgoto na RH IX entre 2013 - 2015

Fonte: REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP (2017)

Ano	População total dos municípios (hab)	População total urbana dos municípios (hab)	População total atendida com esgotamento sanitário (hab)	População urbana atendida com esgotamento sanitário (hab)	Índice de coleta	Índice de tratamento	Índice de esgoto tratado referido à água consumida
2013	959.014	802.225	453.652	447.355	37,54%	59,41%	22,30%
2014	964.411	806.867	532.433	515.435	52,66%	60,32%	31,76%
2015	969.622	811.297	555.488	539.482	52,30%	60,32%	26,92%

Figura 27: Consolidação de informações sobre esgotamento sanitário

Fonte: Relatório de Situação CBH BPSI - 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP 2017)

Em relação ao Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PMGIRS, somente 16 municípios da bacia apresentam Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos (SNIS, 2014 *apud* REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017), conforme disposto na Figura 28 a seguir.

Resíduos SNIS - 2014		
Municípios com PMGIRS		
Aperibé, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, Varre-Sai,		
IN015_RS - Índice de atendimento total de lixo (%)	?	98.34
IN016_RS - Índice de coleta de lixo (%)	?	99.79
UP007/UP025 - Quantidade de RDO e RPU produzida (t/ano)	?	225285.80
IN030_RS - Índice de coleta seletiva de lixo (%)	?	42.41
IN028_RS - Geração per capita (kg/hab/dia)	?	0.82

Figura 28: Infraestrutura Sanitária da RH IX / Baixo Paraíba do Sul – Resíduos Sólidos
 Fonte: SNIS - 2017 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017)

Segundo a Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010), a partir de 2014, o governo federal deixaria de liberar recursos destinados a investimentos na área de resíduos sólidos, caso estado e municípios não apresentassem os seus respectivos planos de gestão. Os prazos, porém, foram prorrogados; e, segue em tramitação, na câmara dos deputados, o Projeto de Lei 2289/2015, aprovado no senado, determinando que: até 31/07/18 capitais e regiões metropolitanas devem se adequar; até 31/07/19 finda o prazo para municípios com população superior a 100 mil habitantes; até 31/07/20 é o prazo limite para municípios com população entre 50 a 100 mil; e, 31/07/21 para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes que necessitam equacionar a questão dos resíduos sólidos.

Para Grimberg (2016 *apud* AGÊNCIA BRASIL, 2016), coordenadora de Resíduos Sólidos do Instituto Pólis a prorrogação é um desserviço e não contribui para avançar na perspectiva de mudança de padrão da gestão e destinação dos resíduos. Em sua visão o problema deveria ser tratado com a atuação do ministério público promovendo Termos de Ajustamento de Conduta – TAC junto aos municípios, discutindo com os gestores e estabelecendo metas.

Na RH IX, os municípios de Bom Jesus do Itabapoana [pop. 36.031], Quissamã [pop.21.806], Santa Maria Madalena [pop.10.282], São Fidélis [pop.37.717] e Trajano de Moraes [pop.10.347] necessitam elaborar seu PMGIRS até 2021; caso contrário perderão os repasses de recursos destinados a investimentos na área de resíduos sólidos.

A fim de equacionar o lançamento de efluentes nos corpos hídricos [uma das principais causas de deterioração da qualidade da água dos rios], a Lei Estadual 5.237/2008 instituiu a obrigatoriedade de se aplicar, no mínimo, 70% dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de Saneamento, em coleta e tratamento de efluentes urbanos, até que se tenha atingido 80% de coleta e tratamento do esgoto na bacia (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2016).

É importante, como observado por Nosaki (2007), salientar que a maioria desses investimentos em saneamento tem sido voltada para a universalização do abastecimento de água, pois tem efeito político maior que a coleta e tratamento de esgoto; decisão polêmica.

Mesmo com a privatização, essa tendência não foi alterada, uma vez que água torna-se cada vez mais valorizada à medida que se torna escassa: "(...) se não há tratamento do esgoto, há contaminação das fontes hídricas, conferindo maior valor ao bem escasso; deste modo, os investimentos da iniciativa privada priorizam as redes de abastecimento de água, não a coleta e tratamento de esgoto" (DANTAS et al, 2012); uma lógica perversa.

Na RH IX, aproximadamente 63% de toda cobrança dos usos da água é proveniente do setor de Saneamento (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017). O mesmo setor consome quase a totalidade dos recursos arrecadados no âmbito estadual, como indicam as figuras 29 e 30, a seguir:

Finalidade	Outorgas	Valor arrecadado
Aquicultura	1	R\$ 57,33
Criação Animal	0	R\$ 0,00
Indústria	11	R\$ 72.676,28
Irrigação	5	R\$ 18.572,79
Mineração	0	R\$ 0,00
Outro	12	R\$ 22.025,23
Saneamento	16	R\$ 267.498,23
Termoelétrica	0	R\$ 0,00
Total	45	R\$ 380.829,86

Figura 29: Outorgas e valor arrecadado por finalidade de uso - jan./out -2016.

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2016)

Finalidade	Outorgas	Valor arrecadado	Percentual do total arrecadado
Aquicultura	1	R\$ 114,66	0,01%
Criação Animal	0	R\$ 0,00	0,00%
Indústria	11	R\$ 152.439,37	17,23%
Irrigação	4	R\$ 1.424,55	0,16%
Mineração	0	R\$ 0,00	0,00%
Outro	14	R\$ 176.287,50	19,93%
Saneamento	16	R\$ 554.423,42	62,67%
Termoelétrica	0	R\$ 0,00	0,00%
Total	46	R\$ 884.689,50	100,00%

Figura 30: Outorgas e valor arrecadado por finalidade de uso até outubro de 2017.

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

O cadastro de usuário é a base de dados que reflete o conjunto de usuários de recursos hídricos de uma região; parte integrante do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. É a partir dele que os principais instrumentos da gestão da PERH são embasados [como a outorga, cobrança, enquadramento dos corpos de água e Plano de Bacia]; é dinâmico, pois o direito de uso de recurso hídrico tem prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo. Tem como objetivo principal registrar e sistematizar informações referentes aos usuários das águas superficiais e subterrâneas em uma determinada região ou bacia hidrográfica.

Classificam-se como usuário de água pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que captam, consomem ou despejam água nos rios, córregos, lagos ou aquíferos, como empresas de saneamento, indústrias, agricultores, pecuaristas, piscicultores, mineradores, comerciantes, usuários domésticos, entre outros.

Na RH IX, até o mês de outubro de 2017, constavam 4.667 empreendimentos cadastrados, no âmbito estadual (figura 31), incluindo usos significantes e insignificantes¹⁰⁰ [626 usuários cadastros a mais em relação ao ano de 2016].

¹⁰⁰ Na Bacia do Paraíba do Sul, no trecho fluminense, corresponde para captação de água superficial, aquele com vazão inferior a 0,4 litros por segundo e volume máximo diário de 34.560 litros. Para captação subterrânea com volume máximo diário de 5.000 litros, exceção setor agropecuário em que é mantido o mesmo volume de água superficial. (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2010).

Desse total, 1.203 já tiveram suas declarações aprovadas pelo órgão gestor (figura 32), por isso receberam o número do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, isto é, encontram-se regularizadas [em 2016 eram 958]. Os demais ainda não estão com o cadastro regularizado (figura 27).

Quanto à finalidade do cadastro e distribuição por município, a maior quantidade de declarações está identificada para a finalidade “Outro”, com 2.772 declarações [alguns estão nesta categoria por apresentarem mais de uma finalidade para as captações e lançamentos]. O município que possui maior número de declarações na RH IX é Campos dos Goytacazes com 1.444 declarações, conforme demonstra a figura 31 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2017).

Municípios	Abastecimento Público	Aquicultura	Criação Animal	Esgotamento Sanitário	Indústria	Irrigação	Mineração	Termoelétrica	Outro	Total
Aperibé	1	0	26	1	1	28	4	0	33	94
Bom Jesus do Itabapoana	2	2	7	1	10	28	4	0	88	142
Cambuci	1	1	146	1	2	509	13	0	19	692
Campos dos Goytacazes	2	0	15	0	209	91	28	1	1098	1444
Carapebus	1	0	0	0	1	6	0	0	5	13
Cardoso Moreira	1	0	3	1	1	5	8	0	9	28
Conceição de Macabu	1	2	3	0	1	3	1	0	8	19
Italva	1	0	0	1	1	12	0	0	8	23
Itaperuna	3	1	26	0	17	34	11	0	330	422
Laje do Muriaé	1	3	2	1	0	5	3	0	4	19
Miracema	2	2	13	0	5	5	0	0	91	118
Natividade	1	1	76	1	1	23	1	0	22	126
Porciúncula	1	1	7	1	2	20	0	0	127	159
Quissamã	1	0	1	0	3	11	0	0	10	26
Santa Maria Madalena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Antônio de Pádua	4	4	18	0	119	9	9	0	43	206
São Fidélis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco de Itabapoana	1	1	6	0	1	84	1	1	494	589
São João da Barra	6	0	0	2	23	99	0	0	37	167
São José de Ubá	1	0	4	0	0	11	2	0	16	34
Trajano de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varre-Sai	2	0	8	0	1	5	0	0	330	346
Trajano de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	33	18	361	10	398	988	85	2	2772	4667

Figura 31: Cadastro Ambiental por Finalidade e Município – Consolidado 2017

Fonte: CNARH (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2017)

Municípios	Abastecimento Público	Aquicultura	Criação Animal	Esgotamento Sanitário	Indústria	Irrigação	Mineração	Termoelétrica	Outro	Total
Aperibé	1	0	1	1	0	5	2	0	5	15
Bom Jesus do Itabapoana	1	1	1	1	6	12	4	0	13	39
Cambuci	1	0	1	1	1	16	5	0	2	27
Campos dos Goytacazes	1	0	0	0	45	49	11	1	662	769
Carapebus	1	0	0	0	1	3	0	0	4	9
Cardoso Moreira	1	0	0	1	0	4	5	0	2	13
Conceição de Macabu	1	0	2	0	1	0	1	0	5	10
Italva	1	0	0	1	1	2	0	0	3	8
Itaperuna	3	1	2	0	10	3	4	0	44	67
Laje do Muriaé	1	1	1	1	0	3	2	0	1	10
Miracema	2	0	1	0	2	0	0	0	8	13
Natividade	1	0	0	1	1	3	0	0	6	12
Porciúncula	1	1	1	1	0	0	0	0	5	9
Quissamã	1	0	0	0	1	1	0	0	8	11
Santa Maria Madalena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Antônio de Pádua	3	2	1	0	57	3	7	0	23	96
São Fidélis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco de Itabapoana	1	0	3	0	1	25	0	1	15	46
São João da Barra	3	0	0	1	11	4	0	0	20	39
São José de Ubá	1	0	0	0	0	2	1	0	2	6
Trajano de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varre-Sai	2	0	0	0	0	0	0	0	2	4
Trajano de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	27	6	14	9	138	135	42	2	830	1203

Figura 32: Cadastro Ambiental Regularizado por Finalidade e Município – Consolidado 2017

Fonte: CNARH (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2017)

A partir de 06 de novembro de 2017 passou a ser implementado um novo sistema, elaborado pela ANA¹⁰¹, para regular os pedidos de outorga para uso de águas da União e de águas subterrâneas e superficiais do Estado do Rio de Janeiro, além de outros estados não inseridos na bacia do rio Paraíba do Sul (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

¹⁰¹ A ferramenta, chamada de Sistema Federal de Regulação e Usos (REGLA), pretende tornar mais ágil o processo de solicitação e análise dos pedidos de outorga na ANA: “(...) Os pedidos de regularização podem ser realizados online por interferência, como captação, lançamento, barramento, etc., e, na maior parte das finalidades, sem a necessidade de envio de documentos em papel. A partir das informações apresentadas pelo usuário de recursos hídricos, o REGLA estimará a quantidade de água que o empreendimento precisará. Havendo aceitação desses valores, dependendo do nível de comprometimento do corpo hídrico e do porte/tipo do empreendimento, o REGLA fará o processamento eletrônico da solicitação de outorga, publicando o resultado em apenas poucas semanas. Não havendo concordância do usuário de recursos hídricos sobre a quantidade de água estimada pelo REGLA, o usuário será instado a fornecer informações mais detalhadas do seu empreendimento e a sua solicitação de outorga será submetida ao processo manual. Sendo parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, o REGLA permite ao usuário: a) Solicitar a regularização dos usos de recursos hídricos a partir do registro de interferências nos corpos de água de domínio da União; b) Acompanhar a tramitação do seu processo de outorga; c) Ser, eventualmente, notificado a apresentar informações complementares; e d) Administrar diversas solicitações de outorga simultaneamente. A outorga é publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. As declarações de uso insignificante e de reserva hídrica, autorizações de perfuração de poços tubulares e demais atos são publicados nos Boletins de Serviço do INEA” (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

As águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, só podem ser legalmente objeto de uso após outorga¹⁰². A RH IX, até outubro de 2016, contabilizava 45 usuários cadastrados, regularizados e outorgados, ou seja, cobrados pelo uso da água (figura 33).

Razão Social	CNARH	Finalidade	Cota 2016
Águas do Paraíba S.A - Rh Ix	330005023808	Saneamento	R\$ 112.375,55
Cedae Cambucl	330005031908	Saneamento	R\$ 7.063,92
Cedae Cardoso Moreira	330005017905	Saneamento	R\$ 324,98
Cedae Miracema	330005058776	Saneamento	R\$ 1.802,71
Cedae Natividade	330005018634	Saneamento	R\$ 674,84
Cedae Porciúncula	330005018804	Saneamento	R\$ 1.792,84
Cedae São João da Barra	330005017662	Saneamento	R\$ 51.987,72
Cedae Trajano de Moraes	330006996630	Saneamento	R\$ 5.195,94
Cipel de Pádua Indústria de Papéis Ltda	330005048207	Indústria	R\$ 2.829,41
Fernando Sousa de Carvalho Britto	330005071284	Irrigação	R\$ 130,54
Lix Minas-Rio Logística C.E.S.A - São João da Barra	330005559716	Indústria	R\$ 949,00
Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A	330005195927	Outro	R\$ 207,12
J S Piscicultura Adilson Araújo de Souza	330005243913	Aquicultura	R\$ 57,33
Lix Minas-Rio Logística C.E. S.A - Campos Goytacazes	330005768471	Outro	R\$ 5.147,60
Alcool Química Canabrava Ltda	330005345163	Indústria	R\$ 22.181,60
Autopista Fluminense S/A	330005526893	Outro	R\$ 1.179,29
Autopista Fluminense S/A	330005556962	Outro	R\$ 170,99
Lix Operações Portuárias S.A.	330005559716	Irrigação	R\$ 16.842,97
Cedae Carapebus	330006862196	Saneamento	R\$ 3.361,30
Cedae Quissamã	330006862005	Saneamento	R\$ 16.143,43
Helio Martins Hotelaria e Agropecuária	330005792429	Outro	R\$ 198,14
Indústria e Comércio Apolo Ltda	330006099077	Outro	R\$ 18,52
Flecha S.A. Turismo, Comércio e Indústria	330005995451	Outro	R\$ 711,70
Osx Construção Naval S/A	330006016988	Outro	R\$ 10.283,12
Cia Açucareira Paraíso	330005034087	Indústria	R\$ 38.047,32
Silvio Pinto Neto	330005034834	Irrigação	R\$ 348,50
Alcides Guimarães Venâncio	330005266026	Irrigação	R\$ 516,38

¹⁰² A outorga é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo. No caso de corpos d'água de domínio federal, compete à ANA outorgar o direito de uso dos recursos hídricos (Lei Federal nº 9.984/2000), bem como emitir outorga preventiva, declaração de reserva de disponibilidade hídrica para fins de aproveitamentos hidrelétricos e consequente conversão em outorga de direito de uso de recursos hídricos (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017).

María Carlota D.B. Araújo	330005266107	Irrigação	R\$ 734,40
A A Borges Aguas, Bebidas, Mineradora, Engarrafadora Ltda	330006578633	Indústria	R\$ 1.711,75
Betumes Itabira Concreto e Asfalto Ltda	330006751602	Indústria	R\$ 1.005,74
Lix Açú Operações Portuárias S.A.	330007236965	Outro	R\$ 3.689,28
Flexibras Tubos Flexíveis Ltda	330007391693	Indústria	R\$ 1.317,60
Prefeitura Municipal de São João da Barra	330007690097	Saneamento	R\$ 6.854,40
Prefeitura Municipal de São João da Barra	330007689838	Saneamento	R\$ 5.256,00
Petrobras Transporte S/A - Tecab - RH VIII	330005088764	Indústria	R\$ 2.777,94
Fmc Technologies do Brasil Ltda - Macaé	330005048541	Indústria	R\$ 1.105,68
Nov Flexibles Equipamentos E Serviços Ltda.	330007591862	Indústria	R\$ 299,67
Tecnosol Comercio e Serviços Ltda.	330007978600	Outro	R\$ 53,80
Wartsila Brasil Ltda	330008534250	Indústria	R\$ 450,57
União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda.	330008651052	Outro	R\$ 62,40
Ultracanaã Macaé Locações e Transportes Ltda	330009298127	Outro	R\$ 303,27
Cedae Varre-Sai	330005096430	Saneamento	R\$ 43.533,52
Aguas Do Paraíba S.A - Rh X	330005057613	Saneamento	R\$ 4.214,94
Cedae Bom Jesus de Itabapoana	330005023808	Saneamento	R\$ 4.994,48
Cedae Sao Franc. de Itabapoana	330007080000	Saneamento	R\$ 1.921,66
Total			R\$ 380.829,86

Figura 33: Relação de Usuários Outorgados até Outubro de 2016

Fonte: CNARH (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2016)

Em outubro de 2017, última atualização disponível (AGEVAP, 2017), o sistema de cobrança estadual da Região Hidrográfica IX apurou 46 empreendimentos¹⁰³, somando R\$ 884.689,50 de valores nominais de cobrança em 2017.

O cadastro tem por objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

No intuito de assegurar que a qualidade da água seja compatível com o respectivo uso destinado, a PNRH e a PERH estabelecem, como um dos seus instrumentos, o enquadramento dos corpos d'água em classes¹⁰⁴.

¹⁰³ No ano corrente foram excluídos do cadastro 03 usuários, a saber: LLX Minas-Rio Logística CE S/A – Campos Gpytacazes; LLX Açú Operações Portuárias S/A (irrigação); e, LLX Açú Operações Portuárias S/A (outro). Em contrapartida, 04 novos usuários foram outorgados em 2017: Porto do Açú Operações S/A; Porto do Açú Operações S/A (Cantéirópolis); Ferroport Logística Comercial Exportadora S/A e Pedreira Pronta Entrega.

As águas doces são classificadas em cinco definições (classe especial e classes de 1 a 4). A mais restritiva é a Classe Especial, cujo uso destina-se ao abastecimento humano e à proteção do equilíbrio de comunidades aquáticas em unidades de conservação. A menos restritiva é a Classe 4, cujo uso destina-se à navegação e à harmonia paisagística (figura 34).

Usos	Classes Águas Doces				
	Classe Especial	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
Abastecimento humano	Desinfecção	Tratamento simplificado	Tratamento convencional	Tratamento convencional ou avançado	-
Proteção das comunidades aquáticas	Unidades de Conservação de Proteção Integral	Terras Indígenas	Fora de áreas protegidas	-	-
Recreação	-	Contato direto	Contato direto	Contato secundário	-
Irrigação	-	Hortaliças e frutas ingeridas cruas	Hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto	Culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras	-
Aquicultura e pesca	-	-	Sim	Pesca amadora	-
Dessedentação de animais	-	-	-	Sim	-
Navegação	-	-	-	-	Sim
Harmonia paisagística	-	-	-	-	Sim

Figura 34: Classificação das Águas Doces

Fonte: Resolução nº 357/2005 (CONAMA, 2005).

Como legislação complementar à Resolução nº 357/2005, o CONAMA publicou outra Resolução, a nº 430, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, buscando diminuir o impacto negativo sobre os corpos hídricos.

¹⁰⁴ O enquadramento dos corpos d'água deve obedecer aos parâmetros descritos na Resolução nº 357 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e sobre as diretrizes para o seu enquadramento.

A inobservância é considerada crime ambiental previsto na lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Quanto a situação da quantidade e qualidade das águas da bacia do Baixo Paraíba do Sul, para proceder o “Balanço Quantitativo e Qualitativo”, a RH IX é subdividida em nove Unidades Hidrológicas de Planejamento –UHPs¹⁰⁵(figura 34). A finalidade é determinar a disponibilidade hídrica e a demanda de uso de recursos hídricos por unidade, visando o planejamento sustentável dos recursos hídricos.

O balanço quantitativo é calculado através da diferença entre a disponibilidade hídrica e o somatório das demandas das diversas finalidades de uso dos recursos hídricos presentes na bacia.

O cálculo da disponibilidade hídrica, no estado do Rio de Janeiro, é definido pela Portaria SERLA nº 567, de 07 de maio de 2007, na qual é utilizada como vazão de referência o índice Q7,10, ou seja, a vazão mínima de 7 dias de duração e 10 anos de tempo de recorrência.

De acordo com essa portaria a vazão ambiental mínima¹⁰⁶ a ser mantida no corpo hídrico é considerada como 50% da Q7,10.

Já as demandas são calculadas tendo por base: as outorgas concedidas, o cadastro dos usuários e as estimativas de consumo por finalidade de uso [abastecimento urbano, industrial, agrícola, mineração e dessedentação animal, etc.].

A figura 35, a seguir, indica a UHP referida no Balanço Hídrico calculado.

¹⁰⁵ Na elaboração do PERHI as regiões hidrográficas foram divididas em UHPs. Uma UHP reúne regiões de características hidrológicas semelhantes, podendo assim englobar um rio principal ou trecho desse rio. Para os casos em que há intervenções humanas como, por exemplo, transposições, definiu-se a área a montante da interferência como uma UHP diferente.

¹⁰⁶ A vazão ambiental mínima é definida como a qualidade, a quantidade e a duração do escoamento necessário para manter as funções, processos e resistência dos ecossistemas aquáticos que produz produtos e serviços para a sociedade (SERLA, 2007).

UHP	Nome UHP
IX-a1	Rio Pirapetinga, afluentes Margem Esquerda Paraíba do Sul
IX-a2	Valão d'Anta, afluentes Margem Esquerda Paraíba do Sul
IX-b	Rio Imbé
IX-c	Rio Macabu
IX-d	Lagoa Feia / Sistema Macaé-Campos
IX-e	Rio Pomba
IX-f	Rio Muriaé
IX-g	Sistema Vigário / Brejos - foz Paraíba do Sul (Margem Esquerda)
IX-h	Rio Itabapoana

Figura 35: Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

O Balanço hídrico por UHP, as demandas setoriais e o saldo hídrico total, da Região Hidrográfica IX está representado na figura 36, a seguir:

UHP	Q _{7,10} (m ³ /s)	Demandas (m ³ /s)					Total	Balanço Hídrico (m ³ /s)
		Abastec. Humano	Indústria	Mineração	Agricultura	Criação Animal		
IX-a1	0,5	-	0,0690	-	0,0199	0,0094	0,0983	0,4017
IX-a2	1,5	0,0073	-	0,0690	0,0055	0,0227	0,1045	1,3955
IX-b	5,1	-	-	-	0,0156	0,0266	0,0422	5,0578
IX-c	5,4	0,0157	-	-	0,0099	0,0244	0,0500	5,3500
IX-d	-	0,5083	9,5543	0,0620	0,0212	0,0911	10,2369	-
IX-e	1,71	0,0474	0,0643	-	0,1625	0,0462	0,3204	1,3896
IX-f	4,5	0,1117	1,5018	1,2409	0,4741	0,1736	3,5020	0,9980
IX-g	-	0,0330	0,0080	-	0,0403	0,0466	0,1279	-
IX-h	5,6	0,0265	-	0,0172	0,0424	0,0670	0,1531	5,4469

Figura 36: Balanço Hídrico por UHP da RH IX

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

Legenda:

IX - a1= Margem esquerda [Rio Pirapetinga]

IX - a2= Margem esquerda [Valão da Anta]

IX - b = Rio Imbé

IX - c = Rio Macabú

IX - d = Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé

IX - e = Rio Pomba

IX - f = Rio Muriaé

IX - g = Sistema Vigário-Foz

IX - h = Rio Itabapoana

Os percentuais de utilização das vazões de referência e ambiental (figura 37) estão assim dispostos na RH IX:

UHP	Q _{7,10} (m ³ /s)	Vazão ambiental (m ³ /s)	Demanda total (m ³ /s)	Demanda / Q _{7,10}	Demanda / Vazão Ambiental
IX-a1	0,50	0,25	0,10	19,66%	39,32%
IX-a2	1,50	0,75	0,10	6,97%	13,93%
IX-b	5,10	2,55	0,04	0,83%	1,66%
IX-c	5,40	2,70	0,05	0,93%	1,85%
IX-d	-	-	10,24	-	-
IX-e	1,71	0,86	0,32	18,74%	37,47%
IX-f	4,50	2,25	3,50	77,82%	155,65%
IX-g	-	-	0,13	-	-
IX-h	5,60	2,80	0,15	2,73%	5,47%

Figura 37: Porcentagem de Utilização das Vazões de Referência e Ambiental

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

Legenda:

IX - a1= Margem esquerda [Rio Pirapetinga]

IX - a2= Margem esquerda [Valão da Anta]

IX - b = Rio Imbé

IX - c = Rio Macabú

IX - d = Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé

IX - e = Rio Pomba

IX - f = Rio Muriaé

IX - g = Sistema Vigário-Foz

IX - h = Rio Itabapoana

A partir da relação entre a vazão de demanda e a disponibilidade hídrica (Q_{7,10}), observa-se o nível de comprometimento da RH IX.

Observa-se, na figura 37, que há carência de dados disponíveis relativo às UHPs IX-d [relativo à Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé] e IX-g [correspondente ao Sistema Vigário/Foz].

Entre as UHPs da RH IX (figura 37 e 38), destaca-se a UHP IX-f [Sub-região do Muriaé] como a de maior comprometimento de sua disponibilidade hídrica, utilizando quase 78% de sua Q_{7,10}.

O percentual de utilização da vazão de referência e ambiental na UHP IX-f é 155,65% maior que a vazão ambiental, ou seja, mais de uma vez e meia sua vazão ambiental, indicando grave comprometimento na disponibilidade hídrica.

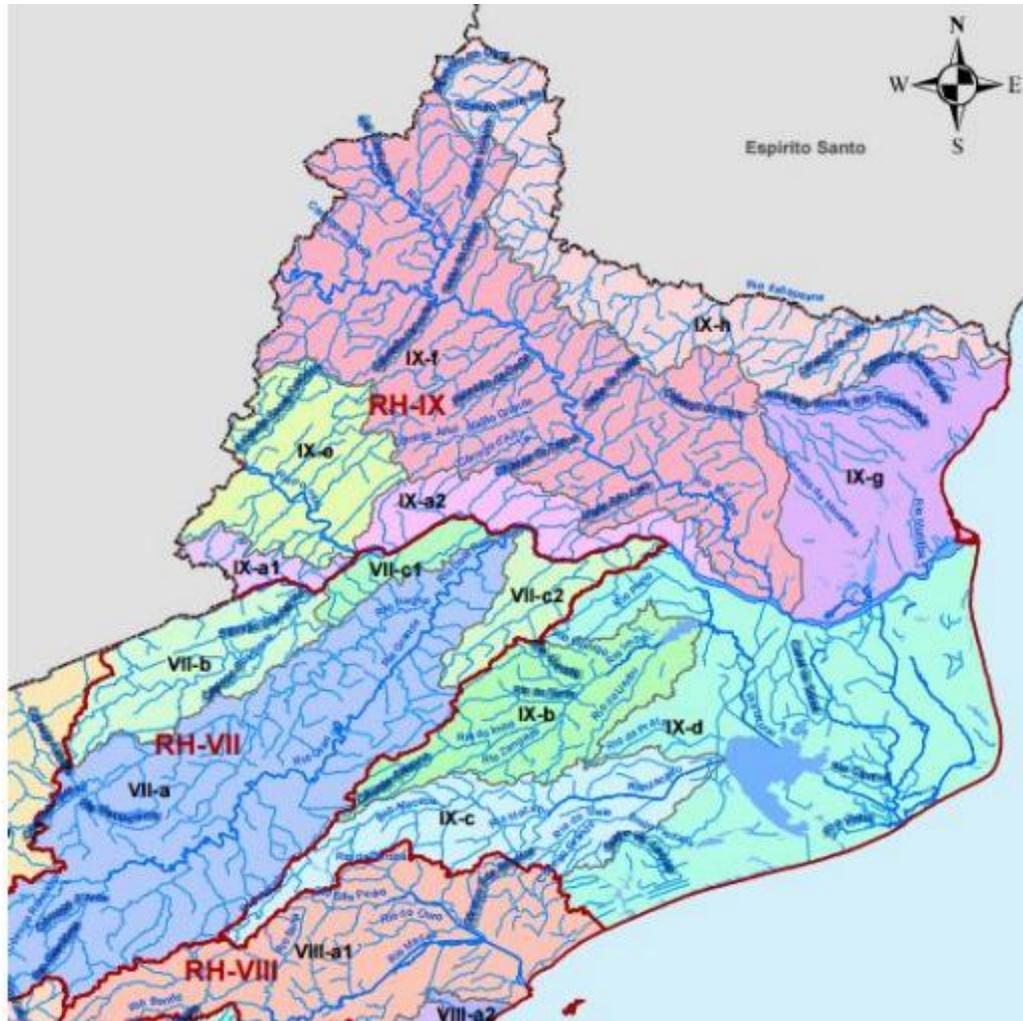


Figura 38: Mapa das Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

Legenda:

- IX - a1= Margem esquerda [Rio Pirapetinga]
- IX - a2= Margem esquerda [Valão da Anta]
- IX - b = Rio Imbé
- IX - c = Rio Macabú
- IX - d = Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé
- IX - e = Rio Pomba
- IX - f = Rio Muriaé
- IX - g = Sistema Vigário-Foz
- IX - h = Rio Itabapoana

A RH – IX possui 04 Unidades de Conservação – UCs estaduais, 01 UC federal e, 01 Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN¹⁰⁷, como demonstrado na figura 39 (INEA, 2017).

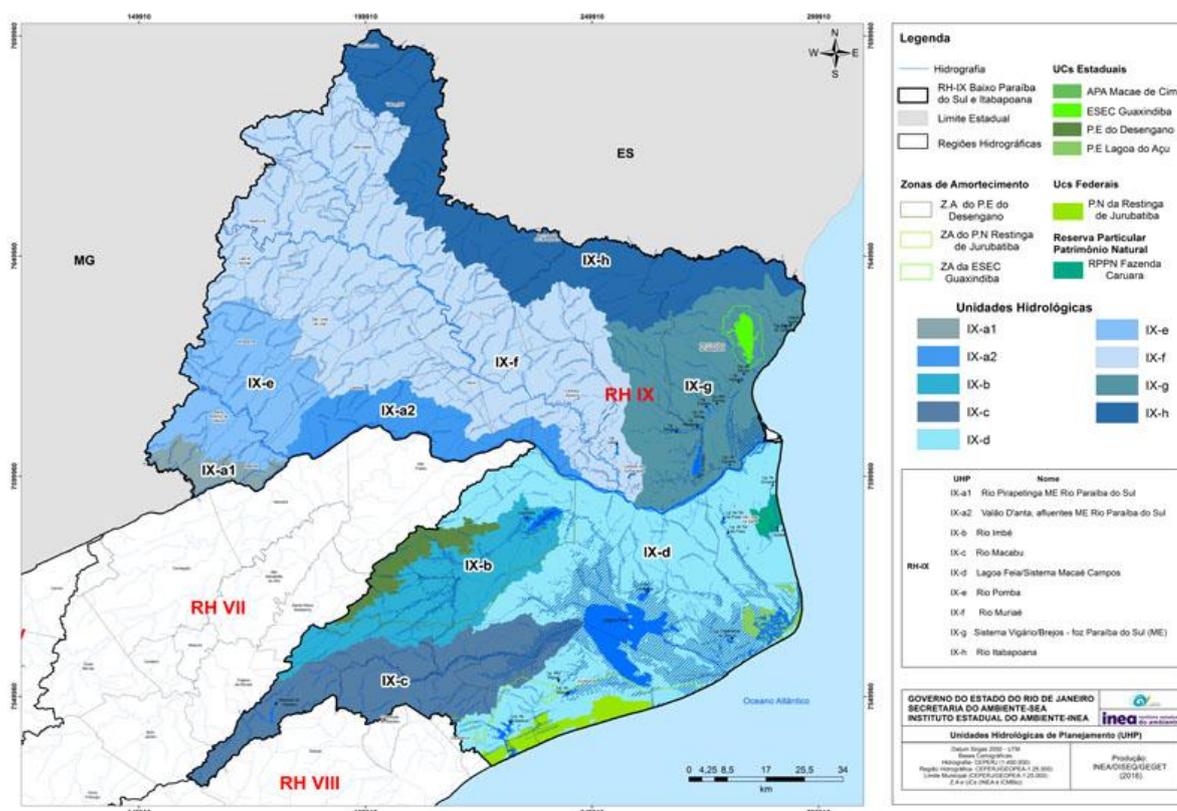


Figura 39: Unidades Hidrológicas de Planejamento da RH IX: UCS e RPPN

Fonte: Repositório Digital do INEA (2017)

No entanto, segundo o Observatório de Soberania Ambiental (2016), com a elaboração em 2012 do Projeto Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, a RH IX foi beneficiada com novas UCs, pelo Programa de Apoio às Unidades de Conservação Municipais – Pro UC; totalizando

¹⁰⁷A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma categoria de Unidade de Conservação particular criada em área privada, por ato voluntário do proprietário, em caráter perpétuo, instituída pelo poder público. Como depende da vontade do proprietário, é ele quem define o tamanho da área a ser instituída como RPPN. Benefícios ao proprietário de RPPN: Direito de propriedade preservado; Isenção de Imposto Territorial Rural – ITR, referente à área reconhecida como RPPN; Prioridade de análise dos projetos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA; Preferência na análise de pedidos de crédito agrícola junto a instituições de crédito em propriedades que contiverem RPPN em seus perímetros; Maiores possibilidades de apoio dos órgãos governamentais para fiscalização e proteção da área, por ser uma Unidade de Conservação; Possibilidade de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da RPPN; Participação na Associação de Proprietários de Reservas Particulares e na Confederação Nacional de RPPN.

107.375,50ha de Áreas Protegidas criadas sob a forma de UCs na RH IX com o apoio do Pro UC no período de 2009 a 2015¹⁰⁸.

Em relação ao balanço qualitativo das águas, o monitoramento realizado pelo INEA retrata a qualidade dos corpos hídricos por meio da aplicação do Índice de Qualidade de Água (IQANSF) que valora os resultados das nove características mais representativas (quadro 19), a seguir:

Quadro 19: Parâmetros Avaliados no Balanço Qualitativo das Águas na RH IX

Parâmetros avaliados
Oxigênio Dissolvido (OD)
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)
Fósforo Total (PT)
Nitrogênio Nitrato (NO ₃)
Potencial Hidrogeniônico (pH)
Turbidez (T)
Sólidos Dissolvidos Totais (RNFT)
Temperatura da Água e do Ar
Coliformes Termotolerantes

Fonte: Repositório Digital do INEA (2017)

A partir dos resultados obtidos pelo cálculo do IQANSF, os níveis de qualidade de água são classificados nas seguintes faixas (figura 40):

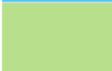
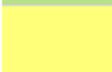
Faixas	Categoria de Resultados	IQA_{NSF}	Significado
	Excelente	$100 \geq IQA \geq 90$	Águas apropriadas para tratamento convencional visando o abastecimento público
	Boa	$90 > IQA \geq 70$	
	Média	$70 > IQA \geq 50$	
	Ruim	$50 > IQA \geq 25$	Águas impróprias para tratamento convencional visando abastecimento público, sendo necessários tratamentos mais avançados
	Muito Ruim	$25 > IQA \geq 0$	

Figura 40: Faixas de Qualidade da Água Segundo Valores Obtidos de IQANSF

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2016)

¹⁰⁸ Ver relação de UCs criadas pelo PORO-UC em: <https://soberaniaambiental.blogspot.com/2016/03/Programa-de-Apoio-as-Unidades-de-Conservacao-Municipais-ProUC-RJ-Norte-e-Noroeste-Fluminense.html>.

Na RH IX a qualidade da água é monitorada pelo INEA através de 17 estações de amostragem, conforme demonstra a figura 41. Parte destas estações estão concentradas nas lagoas da região; outras, localizadas nos rios Pomba, Muriaé, Itabapoana e Paraíba do Sul.

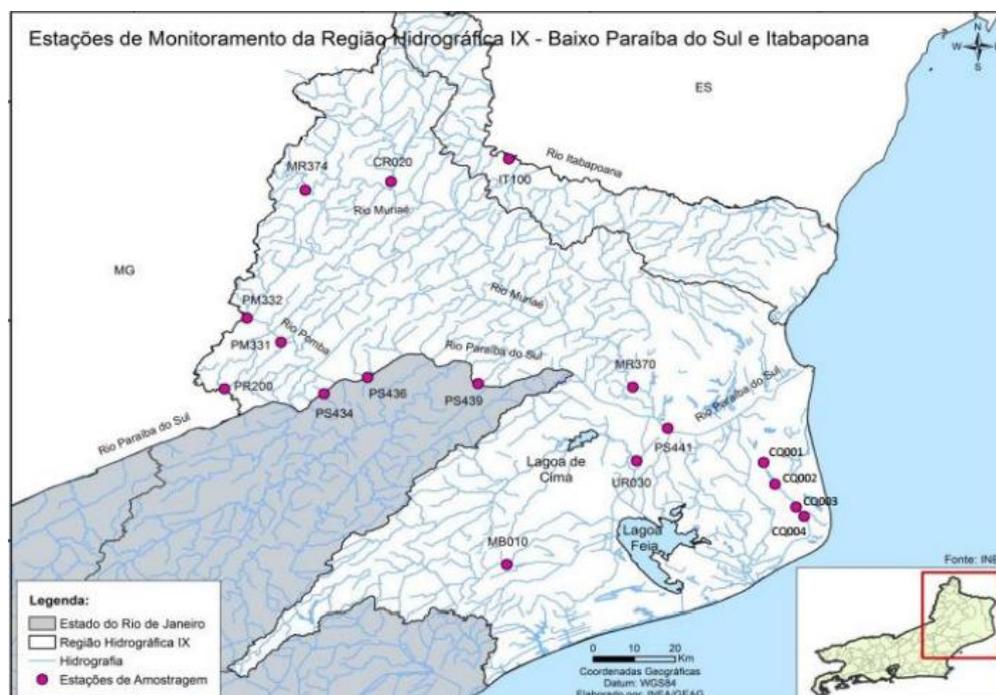


Figura 41: Estações de Amostragem da Região Hidrográfica IX

Fonte: Boletim da Qualidade das Águas da Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2017).

De acordo com o histórico dos índices de qualidade da água, entre 2015 a 2017, o monitoramento do INEA aponta que a qualidade da água se situou entre as faixas ruim, média e boa, exceto no ano de 2017. No ano de 2017 (figura 42) não houve nenhuma ocorrência da faixa ruim [no entanto, os dados se referem aos até o mês de julho, momento do fechamento do relatório].

Classificação	Ano		
	2015	2016	2017
Excelente	0,00%	0,00%	0,00%
Boa	25,81%	27,91%	27,78%
Média	64,52%	60,47%	72,22%
Ruim	9,68%	11,63%	0,00%
Muito ruim	0,00%	0,00%	0,00%

Figura 42: Porcentagem da Ocorrência dos IQANSF na RH IX 2015-2017

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2017)

A menor faixa de classificação evidenciada ruim, no recorte 2015-2017, foi no canal Quitungute [com IQA 37.8 em novembro/2015], significando águas impróprias para tratamento convencional visando abastecimento público (figura 40). Situação também observada em São Fidelis e Pádua, em 2016, com IQA abaixo de 50 (AGEVAP, 2017).

Ao se calcular o balanço hídrico qualitativo, compara-se a vazão de diluição com a disponibilidade hídrica (Q7,10). A relação entre estes índices demonstra o comprometimento das águas para a diluição da carga orgânica biodegradável lançada. Valores superiores a 100% indicam que o rio não possui capacidade para diluir a carga orgânica (figura 43).

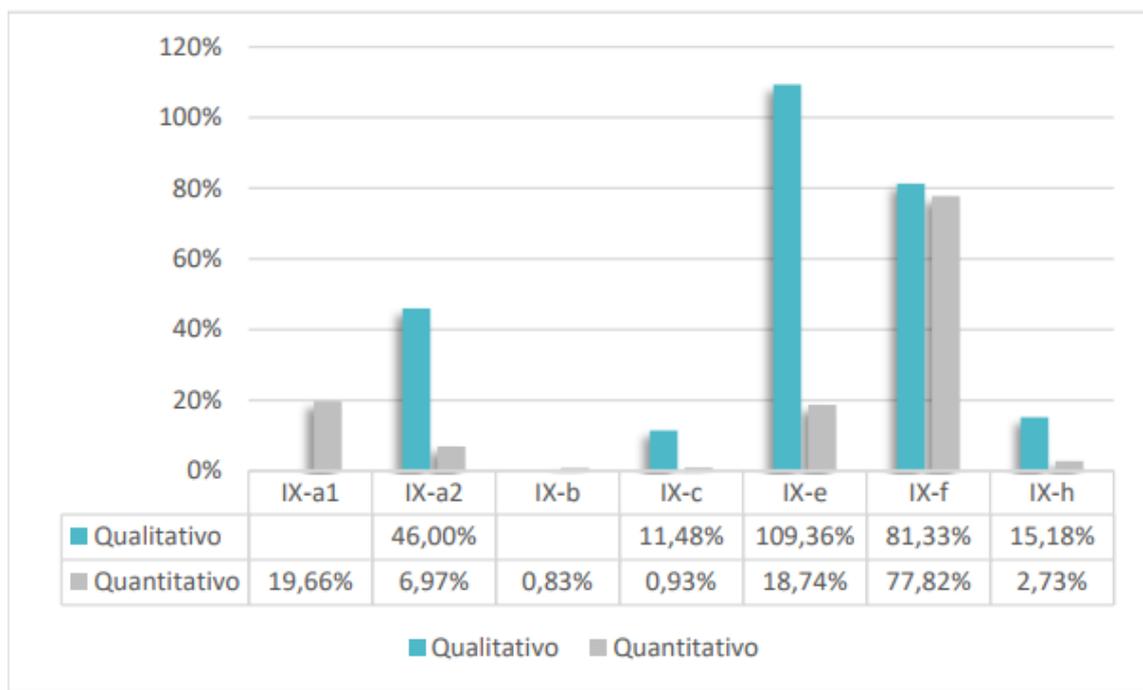


Figura 43: Balanço Hídrico Qualitativo da RH IX

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (COPPETEC, 2014; REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014)

Legenda:

IX - a1= Margem esquerda [Rio Pirapetinga]

IX - a2= Margem esquerda [Valão da Anta]

IX - b = Rio Imbé

IX - c = Rio Macabú

IX - d = Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé

IX - e = Rio Pomba

IX - f = Rio Muriaé

IX - g = Sistema Vigário-Foz

IX - h = Rio Itabapoana

Um resumo do quadro de comprometimento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos de cada UHP da Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, pode ser

visualizado na figura 44, a seguir (através dos indicadores “Demanda/Q7,10” [para a quantidade de água], e “Vazão de diluição/Q7,10” [para a qualidade]). Percebe-se que nas UHPs, que possuem dados, o ponto de maior gravidade é o da qualidade da água.

UHP	Disponibilidade Q _{7,10} (m ³ /s)	DBO Lançado (Kg/dia)	Vazão de Diluição (m ³ /s)	Balanco hidrico qualitativo (m ³ /s)	Vazão de diluição / Q _{7,10}
IX-a1	0,50	-	-	-	-
IX-a2	1,50	371,01	0,69	0,81	46,00%
IX-b	5,10	-	-	-	-
IX-c	5,40	336,10	0,62	4,78	11,48%
IX-d	-	9.537,51	17,66	-	-
IX-e	1,71	1.008,69	1,87	-0,16	109,36%
IX-f	4,50	1.978,92	3,66	0,84	81,33%
IX-g	-	499,10	0,92	-	-
IX-h	5,60	460,47	0,85	0,75	15,18%

Figura 44: Grau de Comprometimento Qualitativo e Quantitativo das UHP's da RH IX

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (REPOSITÓRIO DIGITAL DO INEA, 2014).

Legenda:

IX - a1= Margem esquerda [Rio Pirapetinga]

IX - a2= Margem esquerda [Valão da Anta]

IX - b = Rio Imbé

IX - c = Rio Macabú

IX - d = Lagoa Feia/ Sistema Campos-Macaé

IX - e = Rio Pomba

IX - f = Rio Muriaé

IX - g = Sistema Vigário-Foz

IX - h = Rio Itabapoana

Na figuras 43 e 44 percebemos que, das regiões avaliadas, as UHPs IX-e [Rio Pomba] e IX-f [Rio Muriaé] estão altamente comprometidas qualitativamente.

A situação mais grave ocorre na UHP IX-e, onde a vazão necessária para diluir toda a carga lançada é maior que sua disponibilidade.

O resultado indica uma provável carência nos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da região e a necessidade de investimentos no setor.

A determinação do balanço hídrico é uma estimativa realizada com os dados disponíveis para que órgãos gestores e demais entes do sistema, como o CBH BPSI, possam respaldar suas deliberações e ações.

O enquadramento dos corpos de água em classes é um instrumento importante de planejamento. A Portaria GM/086¹⁰⁹, de 04 de junho de 1981, anterior à Resolução CONAMA n° 20¹¹⁰ de 1986, e da própria PNRH e PERH, já havia realizado o enquadramento dos trechos dos rios de domínio federal inseridos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (ANA, 2017c). Até o momento não foi proposto o enquadramento dos rios de domínio estadual para a Região de abrangência do CBH BPSI.

O trecho federal é considerado Classe 2, conforme o Artigo 42 da Resolução CONAMA n° 357¹¹¹ (CONAMA, 2005). A figura 45 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2016), no entanto, classifica o trecho final como Classe 3, o que se configura como um retrocesso.

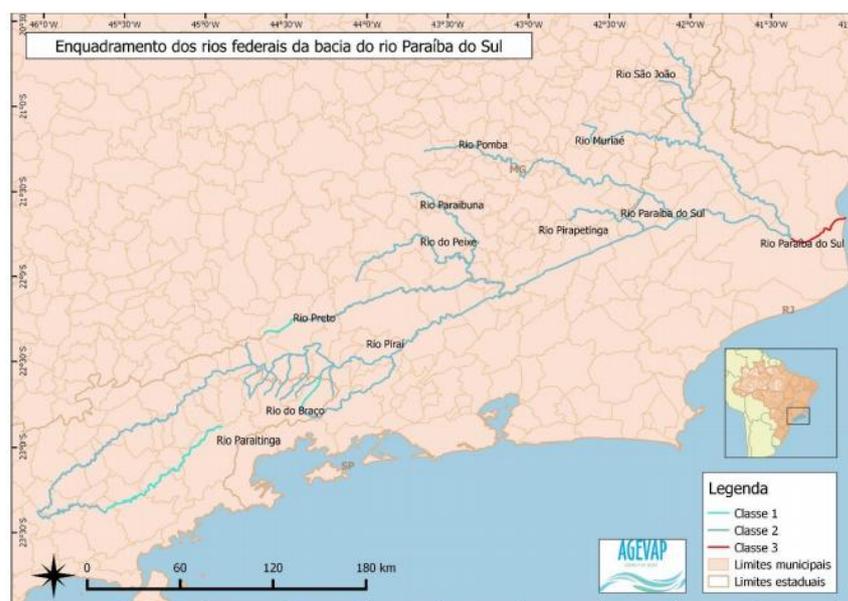


Figura 45: Enquadramento dos Rios Federais da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2016)

¹⁰⁹ A Portaria MINTER n. 86, de 4 de junho de 1981 enquadra os cursos d'água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

¹¹⁰ A Resolução CONAMA n° 20 de 1986 estabelece a classificação das águas doces, salinas e salobras do Território Nacional. São classificadas, segundo seus usos preponderantes, em nove classes: Águas Doces (Classe Especial; Classe I, Classe II, Classe III e Classe IV); Águas Salinas (Classe V e Classe VI); Águas Salinas (Classe VII e Classe VIII).

¹¹¹ A Resolução CONAMA n° 357, de 17 de março de 2005 dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

No que tange aos eventos críticos¹¹², a defesa civil do ERJ relaciona os seguintes eventos identificados como prováveis para os municípios da RH IX (quadro 20):

Quadro 20: Eventos críticos prováveis nos municípios da RH IX

Município	Eventos Críticos
Aperibé	Alagamentos, enchentes, enxurradas, granizos e vendavais ou tempestades
Bom Jesus do Itabapoana	Alagamentos, deslizamentos enchentes, enxurradas e estiagens
Cambuci	Deslizamentos, enchentes, granizos, incêndios florestais e vendavais ou tempestades
Campos dos Goytacazes	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
Carapebus	Alagamentos, enchentes, enxurradas, estiagens e incêndios florestais
Cardoso Moreira	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
Conceição de Macabu	Alagamentos, enchentes, estiagens, incêndios florestais e vendavais ou tempestades
Italva	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
Itaperuna	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
Laje do Muriaé	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
Miracema	Alagamentos, deslizamentos, enxurradas, estiagens e vendavais ou tempestades
Natividade	Deslizamentos, enchentes, enxurradas, estiagens e incêndios florestais
Porciúncula	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, estiagens, incêndios florestais
Quissamã	Alagamentos, enchentes, estiagens, incêndios florestais e vendavais ou tempestades
Santa Maria Madalena	Deslizamentos, enchentes, enxurradas, incêndios florestais e quedas, tombamentos ou rolamento de rochas
Santo Antônio de Pádua	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, enxurradas e estiagens
São Fidélis	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, estiagens e vendavais ou tempestades
São Francisco de Itabapoana	Alagamentos, deslizamentos, enchentes, estiagens e secas
São João da Barra	Alagamentos, enchentes, erosão fluvial, erosão marinha e vendavais muito intensos ou ciclones extratropicais
São José de Ubá	Deslizamentos, enxurradas, estiagens, granizos e vendavais ou tempestades
Trajano de Moraes	Deslizamentos, enchentes, granizos, incêndios florestais e vendavais ou tempestades
Varre-Sai	Deslizamentos, enchentes, enxurradas, estiagens e vendavais ou tempestades

Fonte: Repositório Digital da AGEVAP (2016)

Dados do Relatório de Situação 2016 (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2016) constata ser grande a ocorrência e vulnerabilidade à inundação na RH IX.

¹¹² Acontecimentos, naturais ou não, que impactam ou podem impactar significativamente a bacia hidrográfica, provocando distúrbios aos habitantes e à economia local como: inundações, deslizamentos, acidentes ambientais, entre outros.

A figura 46, a seguir, mostra a presença de corpos hídricos com vulnerabilidade alta e média na RH IX. Os municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira e São Fidélis são os mais afetados pelas ocorrências de inundação.

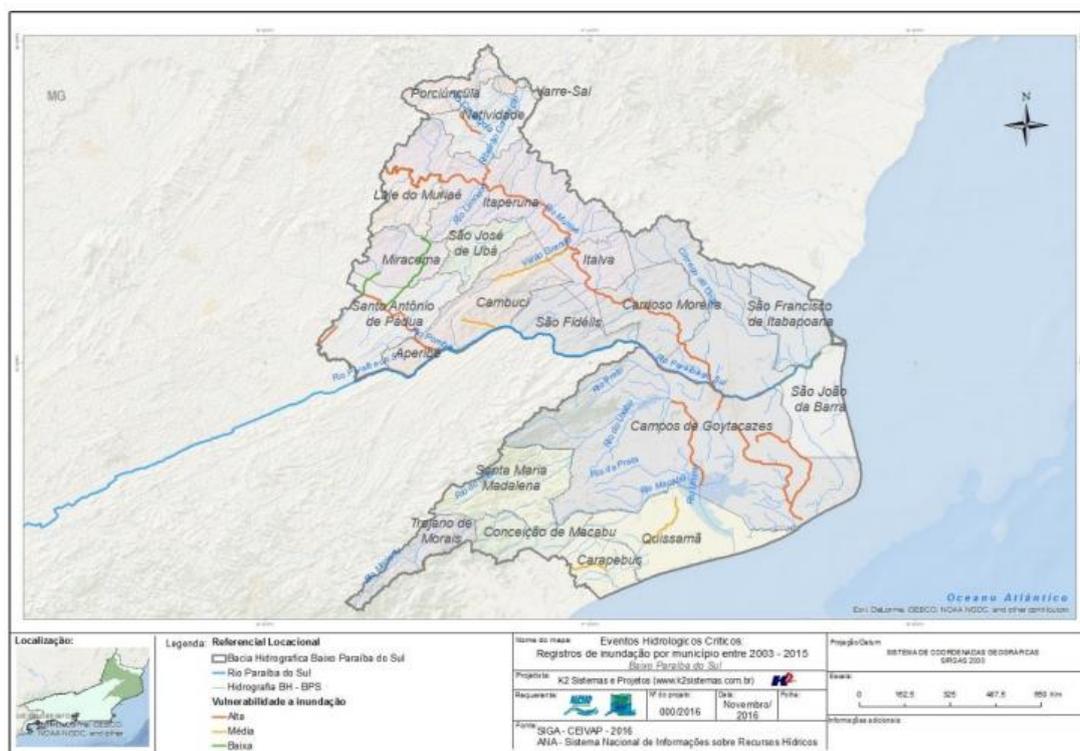


Figura 46: Vulnerabilidade dos Corpos Hídricos à Inundação

Fonte: Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (ANA, 2016; REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2016).

3.3 Considerações Finais do Capítulo

O capítulo 3 ao apresentar a caracterização dos recursos hídricos e a vulnerabilidade da bacia aponta as ações a serem respaldadas na tomada de decisão do Comitê de Bacia e dos órgãos gestores. Frente à caracterização apresentada é fundamental o desenvolvimento e implementação de projetos e ações, de curto, médio e longo prazo, voltados ao progresso da gestão e melhoria dos recursos hídricos desta região.

Estes projetos e ações devem contemplar a identificação e preservação de nascentes; reflorestamento; desenvolvimento de sistemas de esgotamento sanitário; manejo correto de resíduos sólidos; auxílio à comunidade acadêmica no desenvolvimento de trabalhos na região; mobilização social das comunidades visando à educação ambiental e, ação conjunta Estado-Sociedade para o uso sustentável dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Dessa forma, o foco dos próximos capítulos [Capítulo 4 e 5], será por em evidência o grau de institucionalização e a capacidade do CBH BPSI para a deliberação e implementação da governança participativa dos recursos hídricos na RH IX, analisando as regras que modelam o funcionamento deste colegiado, qualidade da participação, potencial democratizante e a capacidade de deliberação dos seus segmentos.

CAPÍTULO 4

GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: ASSIMILANDO AS REGRAS DO JOGO

O capítulo 4 “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: assimilando as regras do jogo” examina o processo participativo no CBH BPSI a partir de seu arranjo institucional, no recorte temporal 2011-2017, tendo como fundamento conceitual a teoria democrática deliberativa¹¹³. O conceito pressupõe que as ações e decisões coletivas sobre o exercício do poder, além de viáveis, são imprescindíveis para a legitimidade da governança. Examinar em que condições institucionais esse processo se operacionaliza é o que se buscou responder aqui, relacionando a operacionalização das categorias investigadas no colegiado aos seguintes postulados teóricos-normativos da democracia deliberativa: igualdade de participação; publicização; reciprocidade/razoabilidade; liberdade; provisoriedade; conclusividade; autonomia e accountability.

Embora as variáveis não predeterminem os níveis da participação, explicam suas variações (ALMEIDA & CUNHA, 2011; FARIA & RIBEIRO, 2011) e tendem a interferir na capacidade de processar conflitos e contradições entre os interesses dos atores e resultados políticos encontrados.

4.1 Processo Participativo no CBH BPSI: arranjo, pressupostos e potencial democrático.

O CBH BPSI é uma das inovações ocorridas na história política brasileira, consequência das mudanças institucionais do pós 88. Sua criação [assim como os demais CBHs] ocorreu mediante indução e articulação da sociedade civil, ainda que tenha o Estado como responsável por sua efetivação. A literatura que modela esta IP enfatiza a relevância do desenho institucional¹¹⁴ para o alcance dos resultados democráticos e deliberativos. Aposta neste desenho como um preditor importante do desempenho das IPs (FARIA & RIBEIRO, 2011), à medida que as regras que estruturam a participação e a deliberação podem restringi-las ou favorecê-las.

Como descrito por Faria (2007), Cunha (2009), Almeida & Cunha (2011) há várias

¹¹³ Conceito focado nos processos comunicativos de formação da opinião e da vontade que precedem o voto. O consentimento e o voto não desaparecem (é claro) e, sim, ganham interpretação mais refinada do que no modelo agregativo (CHAMBERS, 2003; 2009).

¹¹⁴ Regras utilizadas para determinar quem e o que está incluído em situações de decisão; como se estrutura a informação; quais as ações podem ser tomadas e em que sequência; e, como as ações individuais serão agregadas e transformadas em decisões coletivas (LEVI, 1991 *apud* LUCHMANN, 2008).

condições e processos inerentes às IPs passíveis de análise. O presente tópico analisa as regras que definem o processo de participação e a organização da governança no CBH BPSI, a partir do modelo analítico proposto no quadro 2, apresentado no percurso metodológico, considerando as seguintes categorias e fatores de apuração, respectivamente: Quem participa? [composição da representação dos “Segmentos” e Setores”] e Como se institui? [critérios de inserção para a participação e forma de escolha dos representantes para a constituição das instâncias decisórias].

O esforço empreendido nesta seção é relacionar a operacionalização das categorias observadas no CBH BPSI aos postulados teórico-normativos da democracia deliberativa [variáveis independentes endógenas], quais sejam: igualdade de participação/inclusão deliberativa; publicização; reciprocidade/razoabilidade; liberdade; provisoriedade; conclusividade; autonomia, e, accountability].

As fontes de verificação foram a Lei de Criação do CBH BPSI¹¹⁵, o Regimento Interno¹¹⁶ e suas respectivas alterações, além, dos editais dos processos eleitorais. Tais documentos possibilitaram vislumbrar as condições normativas do colegiado e seu potencial democrático. A observação não participante contribuiu para a melhor compreensão dos dados secundários levantados e análise do arranjo e ambiente informal; um instrumento relevante para a análise explicativa.

4.1.1 CBH BPSI. Quem participa?

O processo de escolha dos membros do CBH BPSI se dá a partir de edital público convocando entidades interessadas a participarem do processo eleitoral para preenchimento de vagas do plenário do comitê, conforme apresentado nos quadros 21 e 22.

O Decreto de criação do CBH BPSI determina que compete ao colegiado constituir e gerir seu regimento, e as modificações necessárias, o que aponta para dois pressupostos da DD: “autonomia” e “provisoriamente”.

¹¹⁵ O Decreto Estadual nº 41.720 de 03 de março de 2009 instituiu o Comitê do Baixo Paraíba do Sul - CBH BPSI (RIO DE JANEIRO, 2009); este foi, posteriormente, alterado pelo Decreto nº 45.584, em 25 de fevereiro de 2016, que inclui o município de Bom Jesus do Itabapoana na área de abrangência do comitê; passando o mesmo a ser denominado Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH BPSI (RIO DE JANEIRO, 2016).

¹¹⁶ O Regimento Interno do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana é o documento que consolida o conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o seu funcionamento. Aprovado em 21 de junho de 2011 sofreu sua primeira alteração em 15 de agosto de 2013. Uma nova reformulação foi aprovada em reunião extraordinária, ocorrida em 29 de setembro de 2017, conforme a pauta da carta circular nº 060/2017. Tais versões estão disponíveis em: <<http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/regimento-interno.php>>(CBHBPSI, 2017).

O pressuposto da autonomia implica que as opiniões e preferências dos participantes sejam determinadas por eles mesmos e não por circunstâncias e relações de subordinação (COHEN, 1997, 2009). Uma “(...) condição que possibilita e encoraja a formação deliberativa de preferências e o exercício das capacidades deliberativas” (ALMEIDA & CUNHA, 2011). Enquanto que o princípio da provisoriedade compreende que as regras, o modo de aplicação e os resultados dos processos deliberativos podem ser contestados e modificados (BENHABIB, 1996, 2009; GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011).

Importa destacar que as disposições devem obedecer, no entanto, às diretrizes das Leis Estaduais 3.239/1999¹¹⁷ e 4.247/2003¹¹⁸; e, a Lei Federal 9.433/1997. Tal observância condiz com o princípio da “reciprocidade/razoabilidade”¹¹⁹, na perspectiva da visão de “sistema” proposto para essa política pública e com a hierarquia do ordenamento jurídico em geral.

Ao longo dos dois primeiros anos de funcionamento do colegiado [2009-2011] os membros empossados estruturaram e aprovaram [em 21 de junho de 2011] o Regimento Interno – RI do CBH BPSI (CBH BPSI, 2011); documento que sofreu sua primeira modificação em 2013 (CBH BPSI, 2013; COPETEC, 2014), como já apontado, devido à alteração na divisão hidrográfica do ERJ [estabelecida pela Resolução CERHI nº 107/13¹²⁰] e em atendimento às recomendações do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERHI¹²¹.

¹¹⁷ A Lei 3.239/1999 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do ERJ.

¹¹⁸ A Lei Estadual 4.247/2003 institui a cobrança pelos usos dos recursos hídricos de domínio estadual.

¹¹⁹ De acordo com o princípio da reciprocidade/razoabilidade “(...) Os participantes reconhecem-se e respeitam-se mutuamente como agentes morais e, por isso, devem uns aos outros as justificações pelas leis que os obrigam mutuamente e pelas políticas públicas que eles promulgam coletivamente” (BOHMAN, 1996; COHEN, 1997; GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009; BENHABIB, 2007 *apud* MARQUES, 2009).

¹²⁰ A Resolução CERHI nº 107/13 aprova nova definição das regiões hidrográficas do ERJ. Neste sentido, para fins de gestão de Recursos Hídricos, o território passa a ser dividido em nove RHs, sendo extinta a RH X Itabapoana. Esta Resolução revoga a CERHI Nº 18 de 08 de novembro de 2006 que estipulava dez RHs para o ERJ.

¹²¹ Durante a elaboração do PERHI-RJ, foi realizada uma revisão dos limites coincidentes com divisores de águas e divisas municipais, com o objetivo de atender ao critério de divisor de águas. Esta revisão além de resultar na Resolução CERHI-RJ nº 107, de 22 de maio de 2013, determinou ajustes e atualizações nos limites coincidentes com divisores das bacias desses rios; ajustes para coincidir com ruas ou bairros em perímetros urbanos e também alterou o Limite entre RH-VIII (Macaé e das Ostras) e as vizinhas RH-VI (Lagos São João) e RH-IX (Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana) - inclusão de toda a bacia do canal dos Medeiros na RH-VI, e, colocando parte do município de Rio das Ostras nesta RH; além da extensão e ajustes do limite da RH-VIII com a RH-IX, colocando todo o município de Macaé somente na RH-VIII (COPPETEC, 2014).

A reorganização normativa das regras que modelam o funcionamento do CBH BPSI se adequa à própria condição de inovação institucional desse espaço e corresponde, além do princípio da provisoriedade, ao pressuposto da “accountability”¹²².

Todavia, a modificação do RI também criou não-conformidades ao processo de partilha na política de gestão de recursos hídricos na RH IX, em função do déficit de conclusividade¹²³ e de razoabilidade/reciprocidade¹²⁴ da instância estadual [ainda que a necessidade da adequação do RI tenha sido provocada por esta mesma instância de poder]. A “inação” do executivo estadual para editar o decreto ratificando a norma CERHI gerou um vácuo institucional em relação ao pertencimento do município de Bom Jesus de Itabapoana, visto que a RH X foi extinta e este ente municipal não foi incorporado formalmente à RH IX do ERJ.

A discrepância de ação entre as instâncias do sistema [demora do governo estadual sancionar decreto de incorporação do município de Bom Jesus de Itabapoana à RH IX] impossibilitou a habilitação do referido município ao processo eleitoral no âmbito desta RH por dois biênios [2013-2015 e 2015-2017], negligenciado o princípio de igualdade de participação e de inclusão deliberativa. Situação traduzida em desvantagem socioeconômica para o município à medida que, uma vez inapto, não pode acessar recursos/projetos advindos da cobrança do uso da água.

Ao longo da observação não participante pode ser evidenciada a articulação da plenária do CBH BPSI, no sentido de exigir um posicionamento da instância superior a fim se corrigir a idiosincrasia e promover a igualdade de participação e inclusão deliberativa de Bom Jesus de Itabapoana no sistema. Fez-se presente, nos debates e atas, o entendimento que tal pauta precisava entrar na agenda decisional do governo estadual, determinando a conclusividade da ação no SEGRHI.

¹²²O termo “accountability” é primeiramente entendido como prestação de contas; no entanto, também engloba reivindicações sobre uma atividade que se julga deficiente. Um mecanismo para assegurar o fornecimento de informações claras e de forma acessível; “(...) processo no qual uma política pública é articulada, explicada e, mais importante, justificada publicamente” (CHAMBERS, 2003, 2009).

¹²³O princípio da conclusividade considera que “(...) a deliberação deve gerar decisão racionalmente motivada, decorrente de razões que são convincentes para todos” (COHEN, 1997; ARAUJO, 2004; ALMEIDA & CUNHA, 2011).

¹²⁴ O pressuposto da razoabilidade estipula que as razões devem ser compreendidas, consideradas e potencialmente aceitas ou compartilhadas com os demais (MARQUES, 2009).

Contudo, somente após várias rodadas de argumentação deliberativa [2013-2016], o CBH BPSI alcança efetividade na questão. Em 2016 o governo ratifica a resolução CERHI, dando nova redação à lei de criação do CBH BPSI, através do Decreto 45.584 de 25.02.16.

Diante do novo cenário, mais uma vez, o CBH BPSI se articula para reformular o RI, tendo seu processo finalizado [aprovado em plenária] em setembro de 2017. Neste aspecto, os pressupostos da autonomia¹²⁵ e liberdade¹²⁶ (MANIN, 2007; COHEN, 1997, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011) foram operacionalizados; o colegiado exerce a accountability (GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009; CHAMBERS, 2003, 2009; MARQUES, 2009), pauta sua agenda e alcança conclusividade (COHEN, 1997, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011), observando o princípio da reciprocidade (BOHMAN, 1996, 2009; BENHABIB, 1996; 2009; COHEN, 1997, 2009; GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009, ALMEIDA & CUNHA, 2011).

Dado que a provisoriedade é um dos princípios da teoria democrática deliberativa que estabelece que *“as regras que organizam os fóruns deliberativos devem ser passíveis de formulação e alteração pelos próprios participantes do processo”* (BENHABIB, 1996, 2009; GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009) ratifica-se que foi o status da provisoriedade a chave para dar resposta à questão.

Para Gutman & Thompson (2002, 2009):

“(...) Oferecer razões que os outros podem racionalmente aceitar implica acatar as razões que os outros oferecem nesse mesmo espírito. Ao menos para uma certa variedade de pontos de vista ao qual se opõem, os cidadãos poderiam reconhecer a possibilidade de que um ponto de vista rejeitado possa mostrar-se correto no futuro. Esse reconhecimento possui implicações não só como no modo como os cidadãos deveriam tratar seus oponentes, mas também sobre a maneira como entendem seus próprios pontos de vista”(GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009).

Nesta particularidade, tais princípios foram operacionalizados à medida que o colegiado reconheceu a legitimidade das demandas, pautou a agenda, abriu o debate e deliberou alteração em seu RI [em 29 de setembro de 2017] para compatibilizá-lo a um novo cenário, possibilitando com isso a igualdade de acesso, do respectivo ente, ao exercício do poder

¹²⁵ O pressuposto da autonomia implica que as opiniões e preferências dos participantes sejam determinadas por eles mesmos e não por circunstâncias e relações de subordinação (COHEN 1997, 2009).

¹²⁶ O pressuposto da liberdade determina que devem ser assegurados os princípios fundamentais de opinião, de expressão e de associação; e as propostas não devem ser constrangidas pela autoridade de normas e requerimentos dados a priori (COHEN, 1997, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011).

político e de influência política sobre os recursos hídricos na RH IX. Essa deliberação amplia, de fato, a possibilidade de participação e representação regional dos usuários, poder público e sociedade civil na sub-região da bacia.

Em seu Art. 8º, no parágrafo 2º, o RI determina que as vagas previstas sejam ocupadas, sempre que possível, buscando o equilíbrio de representação das seguintes sub-regiões (quadro 21): Sub-região do Rio Pomba; Sub-região do Rio Muriaé; Sub-região da Lagoa Feia; Sub-região rio Paraíba do Sul, anteriormente denominada São Bento; e, “Sub-região do Itabapoana”, até então denominada Guaxindiba (CBH BPSI, 2017).

No parágrafo 1º do mesmo artigo, passa a ser assegurado ainda que, em caso de vacância, a ocupação da vaga por outra representação possa ocorrer, desde que por um ator do mesmo segmento, e, sob aprovação da plenária. A decisão demonstra a disposição do CBH BPSI em estimular a ampliação da participação, a partilha do poder de decisão entre os atores e minimizar a vacância de assentos.

Quadro 21: Atualização das Sub-regiões da RH IX- CBH BPSI em 2017

Sub-região do Pomba	Cambuci, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Miracema e São Fidélis.
Sub-região do Muriaé	Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Varre-sai, Itaperuna, Italva, São José de Ubá, Cardoso Moreira.
Sub-região da Lagoa Feia	Campos dos Goytacazes, Quissamã, Santa Maria Madalena, Carapebus, Macaé, Conceição de Macabú e Trajano de Moraes.
Sub-região rio Paraíba do Sul	Campos dos Goytacazes e São João da Barra.
Sub-região do Itabapoana	Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e Bom Jesus do Itabapoana.

Fonte: CBH CBPSI (2017)

4.1.2 Composição da representação:

Foram considerados os seguintes postulados teórico-normativos da DD [variáveis independentes endógenas] para a análise desta subcategoria: i) Igualdade de participação; e, ii) Publicização.

i) Igualdade de participação (inclusão/paridade):

A Igualdade de participação é um princípio que afiança a representação de todos os atores de uma comunidade política igual oportunidade para o exercício do poder ou para

exercer influência política sobre quem o pratica (COHEN, 1997, 2009; GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009).

O RI do CBH BPSI assegura a igualdade de participação entre os “segmentos” do poder público, usuários da água e sociedade civil organizada¹²⁷ (CBH-BPSI, 2011, 2013, 2017). Nesse aspecto o pressuposto da igualdade é observado, à medida que a inclusão dos entes é tripartite e facultada paridade de voz e de voto entre os representantes dos segmentos que disputam o recurso [uso múltiplo das águas] e o exercício do poder político ou [de] influência política sobre o mesmo.

Todo o trecho fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul contempla esse quesito; característica que tem outra conformação no trecho mineiro e paulista. Este perfil aponta para um maior potencial democrático do colegiado, em termos de inclusão/paridade, a partir de análise comparada com os demais comitês dos outros dois entes federativos (quadro 23).

No entanto, se levarmos em conta, não somente a perspectiva dos “Segmentos”, mas também a perspectiva dos “Setores” que disputam os assentos disponíveis e os múltiplos usos das águas constatamos que: o desenho proposto pelo CBH BPSI não incorpora todos os impactados no processo participativo.

Do que estamos falando? A conformação da plenária do CBH BPSI é composta por trinta membros titulares, pertencentes aos três segmentos, e seus respectivos suplentes, totalizando 60 assentos, distribuídos entre os setores relacionados no quadro 22.

Reconhece-se que a conformação predispõe à pluralidade (DAHL, 2001) envolvendo a necessidade de articulação com os diversos níveis de poder e de atores para a formulação e implementação das ações. Todavia, ainda que esta pluralidade de atores esteja presente no processo, ao analisarmos o arranjo no âmbito dos “Setores” e a disposição das vagas ofertadas, verifica-se no segmento “Usuário” a hegemonia do “uso consuntivo”¹²⁸ sobre o “não consuntivo”¹²⁹.

Dentre os usos consuntivos, por sua vez, o setor agropecuário prepondera sobre os demais. Enquanto este setor consuntivo tem duas representações asseguradas, outro, não

¹²⁷ O conceito de sociedade civil e as distintas matrizes teóricas serão discutidos na próxima subseção.

¹²⁸ Usos consuntivos referem-se aos usos que retiram a água da sua fonte natural diminuindo sua disponibilidade, espacial e temporariamente. Ex.: irrigação, abastecimento público, dessedentação de animais, processos industriais.

¹²⁹ Usos não consuntivos referem-se aos usos que retornam à fonte de suprimento, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade. Ex.: hidroeletricidade, navegação, recreação, piscicultura.

consuntivo, reúne cinco diferentes atores, com interesses distintos, em um mesmo subgrupo [pesca artesanal, pesca industrial, transporte hidroviário, turismo e lazer]; e, disputando “uma única vaga”, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 22: Segmentos e Setores Representados no Plenário do CBH BPSI

Assentos	Segmento	Assentos/Setores
10	Poder Público	02 Poder Público Estadual 07 Poder Público Municipal 01 Poder Público Federal
10	Usuários	01 Setor Pesqueiro (Artesanal ou Industrial), ou Transporte Hidroviário, ou Turismo, ou Lazer 02 Serviço de abastecimento e de Saneamento dos Municípios da Bacia 02 Indústria, Comércio e/ou Serviços 02 Agropecuária 01 Petróleo e Gás 01 Geração de Energia (RI de 2017 especifica Energia Hidroelétrica) 01 Mineração
10	Sociedade Civil	03 Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa 04 Associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente 03 Associações Técnico-Científicas de Recursos Hídricos

Fonte: CBH BPSI (2011, 2013, 2017)

A conformação não constituiu ao longo do biênio 2015-2017 um conflito no CBH BPSI, visto a vacância de vagas observada no arranjo¹³⁰. Entretanto, a questão da sub-representação é evidente ao ampliar a análise para os setores; fato que possibilita questionamentos sobre as desigualdades que subsistem nos critérios de participação e articulação para o arranjo representativo.

O conflito, no entanto, foi visibilizado durante a formação do arranjo para a composição dos assentos para o próximo mandato [agora trienal]: 2017-2020. Durante o processo de conformação da plenária do CBH BPSI para o período, a representação do setor não consuntivo voltado à pesca artesanal - colônia de pescadores [Colônia Z 27] - alçou apenas a vaga de suplente. Este setor, que tem um longo histórico de conflito com o setor consuntivo, estava sem representação desde o biênio 2013-2015. Ao fim do fórum dos setores a vaga titular foi preenchida pelo setor turismo [assento que embora pertença ao mesmo setor

¹³⁰ Situação modificada durante o último processo eleitoral em que o conflito ganhou visibilidade, em 21.11.17, no momento da conformação da representação do segmento “Usuários”.

representa apenas um usuário: um estabelecimento do ramo da hotelaria], em detrimento da representação da pesca artesanal que compreende em torno de 200 pescadores associados.

A presidenta da colônia dos pescadores buscou modificar em plenária a configuração estabelecida no fórum do segmento, justificando falta de entendimento sobre o acordado; e que, uma vez esclarecida sobre o arranjo, considerou injusto o desenho formalizado. O diretor presidente, a princípio, se mostrou aberto a encaminhar a discussão, mas, a diretoria executiva alegando questões procedimentais não deu espaço para o debate público e assegurou a representação do ente do setor de turismo.

Enfim, a questão da formação e manutenção do poder torna-se visível e o conflito de representação “*o nome e a coisa*”, como discutido por Miguel (2014) é estabelecido; abrindo, doravante, nova agenda de pesquisa [agora com desenho comparativo diacrônico], uma vez que o presente estudo finda neste interregno.

Neste caso, quanto ao questionamento sobre a modificação da regra que estipula o número de vagas para cada setor, a plenária do CBH BPSI não se mostrou [ao menos naquele momento] aberta para encaminhamentos; não possibilitando a provisoriedade [revisão] da decisão. A mesa diretora ao ser questionada sobre os critérios da divisão de representantes para os setores limitou-se a informar que tal desenho parte da instância estadual [jogando por terra o critério da autonomia do colegiado, neste aspecto]. Esse movimento destoava da postura tomada [ainda que seja uma outra questão] quanto ao comprometimento em prol da inclusão do município de Bom Jesus de Itabapoana no segmento poder público.

O que se quer chamar atenção aqui é para a reflexão sobre a questão da equidade e da incorporação seletiva. Para onde a política vai, o que ela prioriza e a quem as decisões favorecem. Remete também à discussão sobre a aplicabilidade do princípio da pluralidade e paridade em sociedades marcadas por desigualdades estruturais como a RH IX; e, ainda, às questões relativas à inclusão x incorporação dos atores e a identificação do “objeto ausente” (MIGUEL, 2014), visto que “(...) *há garantias de igualdade formal, mas efetiva desigualdade na prática (...) refletindo nos processos e decisões políticas que perpetuam essas e outras desigualdades* (YOUNG, 2003, 2014).

Para Almeida & Cunha (2011) é necessário que a definição de “quem participa” seja mais plural, de forma que possibilite a incorporação dos diferentes interesses e perspectivas, e que esta deliberação esteja aberta ao debate e ao escrutínio público.

ii) Publicidade

A publicização, o segundo postulado elencado para analisar a composição da representação plenária do CBH BPSI, é entendida como “(...) *a condição aberta e pública dos procedimentos, do debate, das disputas e da definição coletiva do interesse público e da razão que informa esse interesse*” (ALMEIDA & CUNHA, 2011).

Considera-se que o pressuposto da publicidade é contemplado à medida que o espaço social em que ocorrem os procedimentos, os meios do debate, a decisão e a natureza das razões oferecidas e justificadas são públicas e coletivas (BOHMAN, 1996, 2009; GUTMANN & THOMPSON, 2000, 2009; ALMEIDA & CUNHA, 2011).

Entretanto, esses autores ponderam que ao visar assegurar o “caráter público” dos debates e decisões, o pressuposto deve atentar também para a qualidade do processo; este se expressa na transparência, na visibilidade, no controle público e no tipo de questões levadas à deliberação (ALMEIDA & CUNHA, 2011), o que envolve o acesso às reuniões de trabalho/câmaras técnicas, ao mecanismo de aprovação das atas e a disponibilidade das mesmas.

No período entre 2015-2017 houve a oportunidade de acompanhar dois processos eleitorais no CBH BPSI: 2015-2017 e 2017-2020 [finalizado em 21/11/17]. Foi possível também o acompanhamento às reuniões Plenárias [ordinárias e extraordinárias], de Câmara Técnica e de Grupo de Trabalho, a participação em expedição aos canais da baixada e em eventos promovidos pelo CBH BPSI [tanto no âmbito da bacia quanto em outra RH] o que possibilitou a proximidade com os membros dos três segmentos, em diversos cenários, e facilitou o acesso aos dados, tanto por meio formal como informal [conversas, questionários, entrevistas, documentos (cronogramas, pautas de reuniões, editais, mapas, planilhas, fotografias, relatórios, entre outros)]. Contudo, por vezes, certas informações não chegavam, ou não chegavam a tempo, dificultando a participação ou o acesso à informação [seja por meio digital ou consulta ao documento físico]. Neste aspecto o pressuposto da publicidade foi parcialmente contemplado.

Essa questão é repleta de melindres e ambivalências. Ainda que o discurso seja voltado ao chamamento para a participação e ao caráter público das reuniões e decisões do colegiado, há situações em que aspectos procedimentais foram sobrepostos, de forma categórica, aos princípios substantivos. De todo modo, o processo participativo no CBH BPSI segue critérios procedimentais dispostos no RI e no edital do processo eleitoral.

Apesar de garantido o pressuposto da “publicização” [no sentido dos procedimentos concernentes ao espaço em que ocorre, aos meios do debate e decisão e, à natureza das razões

oferecidas], a “propagação” desta informação pública carece de maior visibilidade e capilaridade na sociedade em geral, a fim de que o processo tenha alcance para além dos atores já inseridos.

Neste sentido, Campos & Fracalanza (2010) destacam as seguintes questões apresentadas por Castro (2007):

“(...) Como são divulgados ao grande público os riscos associados com a gestão das águas? Como os cidadãos participam no processo (de governança democrática)? Quais mecanismos estão disponíveis para eles participarem? Como as metas sociais informam a política de águas identificada? Quais fins e valores são priorizados nestas metas? Quais meios são escolhidos para alcançar estes fins e valores? [...] Quem toma as decisões? Quais atores estas decisões pretendem beneficiar? Quais são os mecanismos de controle democrático que existem para monitorar os tomadores de decisão e os responsáveis pela implantação da política de águas? (CASTRO, 2007 apud CAMPOS & FRACALANZA, 2010)”.

Amy Gutmann e Denis Thompson (2002, 2009) argumentam [no texto “Democracia Deliberativa para além do processo”] que, na operacionalização da DD, ao se discutir um conjunto de princípios que pretende estabelecer termos justos de cooperação política em uma sociedade democrática há necessidade de inclusão de princípios substantivos, além dos procedimentais. Questão que envolve o arranjo institucional do CBH BPSI e o contexto político, social e econômico e, não somente, o desenho desta IP.

4.1.3 CBH BPSI. Como se institui?

O atual critério de acesso ao preenchimento das vagas do plenário determina que:

- a) A representação do “poder público” é facultada aos representantes municipais situados total ou parcialmente na área de atuação do CBH BPSI, aos organismos executivos federais e estaduais, relacionados com os recursos hídricos ou meio ambiente, atuantes na região [compatível com o desenho da PNRH¹³¹]. Os representantes devem ser indicados oficialmente pelos órgãos governamentais por ato administrativo do gestor, mediante ficha de inscrição e ofício assinado pelo representante legal da administração pública direta ou indireta, incluindo o número de matrícula no respectivo cargo. No caso de haver mais indicações do que o número de vagas, a eleição será definida entre seus pares, em fórum específico.

¹³¹ Capítulo III; Art. 39; inciso V (BRASIL, 1997).

- b) A representação do segmento “usuários de recursos hídricos”¹³² é assegurada aos usuários da água outorgados, com processo de outorga em andamento no órgão gestor de recursos hídricos, ou ainda através de entidades de representação de classe dos usuários da área rural isentos de outorga¹³³, legalmente constituídas, situados na área de atuação do colegiado. Os Usuários que dependem de outorga deverão apresentar cópia deste documento ou comprovante de que a mesma tenha sido solicitada junto ao INEA ou ANA. Para a habilitação das entidades de representação de classe dos Usuários [sejam eles dependentes de outorga, isentos de outorga ou de usos não consuntivos], estas devem estar legalmente constituídas há, no mínimo, dois anos. A representação na plenária do CBH BPSI é conferida à pessoa jurídica, sendo assim, esta indicará oficialmente o seu representante, com direito a voto, mediante apresentação da ficha de inscrição acompanhada da cópia de seus atos constitutivos [contrato social, estatuto registrado ou lei], e da cópia da ata da reunião de eleição e posse da atual diretoria.
- c) O assento dos representantes do segmento “sociedade civil”¹³⁴ é garantido às associações, instituições, organizações e entidades, constituídas legalmente há pelo menos dois anos, com atuação relacionada e comprovada aos recursos hídricos ou meio ambiente na sua área de atuação. A representação da sociedade civil na plenária do CBH BPSI é, da mesma forma, conferida à pessoa jurídica que indicará oficialmente o respectivo representante, com direito a voto, mediante apresentação da ficha de inscrição acompanhada da cópia de seus atos constitutivos [contrato social, estatuto registrado ou lei], e da cópia da ata da reunião de eleição e posse da atual diretoria.

¹³²São considerados usuários de recursos hídricos aqueles que captam, derivam ou despejam água nos corpos hídricos superficiais ou subterrâneos na área de abrangência do Comitê, e cujos usos dependam ou não de outorga, diretamente ou através de suas entidades de representação de classe, nos seguintes segmentos: abastecimento de água e/ou tratamento de efluentes urbanos; irrigação e uso agropecuário; indústria; hidroeletricidade; mineração; produção de petróleo e gás; pesca, transporte hidroviário, turismo, lazer e outros usos não consuntivos (CBH BPSI, 2013).

¹³³O conceito “uso insignificante” foi introduzido nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos e, no ERJ definido pela Lei nº 4.247/2003 [modificada pela Lei nº 5.234/2008], através do volume diário utilizado. Para captações superficiais, o limite é de 0,4 litros por segundo e 34.560 litros por dia; em extrações de água subterrânea o limite é de até 5.000 litros por dia, salvo se tratar de produtor rural para usos agropecuários, caso em que se mantém o volume de 34.560 litros por dia (INEA, 2012).

¹³⁴Neste contexto, considera-se sociedade civil no CBH BPSI representantes da população de bacia, constituídos legalmente, com atuação relacionada e comprovada aos recursos hídricos (CBH BPSI, 2013).

Conforme indicado no edital, ao se encerrar o prazo das inscrições, ocorre a análise da documentação, pela Comissão Eleitoral do CBH BPSI e pela AGEVAP, com posterior divulgação da relação das entidades habilitadas. Em seguida abre-se prazo para interposição de recursos, julgamento dos mesmos e divulgação final dos habilitados, conforme calendário definido pelo CBH BPSI (quadro 23).

Quadro 23: Calendário de Atividade do Processo Eleitoral para a Composição Plenária no CBH BPSI

Atividades	Prazos
Inscrições	Em torno de 25 dias
Divulgação dos habilitados	Em torno de 72h após o término das inscrições
Interposição de recursos	Entre o 5º e 8º dia após divulgação dos habilitados
Resultado do julgamento dos recursos e divulgação final dos habilitados	Em torno de 48h após o período de interposição de recursos
Fórum para eleição dos representantes do Poder Público, Usuários e Sociedade Civil	Em torno de 4 dias após resultado final dos habilitados
Homologação do resultado da eleição	Divulgado logo após o Fórum (mesmo dia)
Reunião de Posse dos membros e eleição do Diretório	Logo após a homologação (mesmo dia do Fórum)

Fonte: Edital do Processo Eleitoral CBH BPSI (Repositório Digital CBH BPSI, 2017)

Os dados empíricos levantados apontaram que:

Em relação ao segmento “Poder Público”, apesar da representação ser garantida nos três níveis de governo, o assento disponível ao ente federal no CBH BPSI apresenta permanente vacância [nos três biênios analisados]. Dados primários indicam (SIQUEIRA, 2016) que a ausência participativa se dá em decorrência dos mesmos perceberem seus interesses contemplados em outras instâncias do sistema: CERHI e CEIVAP. O que expõe um desafio interno à operacionalização da governança participativa. Demonstra que conceitos caros ao desenho, como cooperação na gestão e articulação/integração do planejamento [presentes nas diretrizes de ação propostas pela PNRH e PERH] são negligenciados pelos próprios entes¹³⁵ envolvidos, nos múltiplos usos dos recursos e instâncias.

¹³⁵ Situação evidenciada no ERJ também na política de segurança, em relação ao planejamento e implementação do “Plano Integrado de Segurança” em que se evidencia, na verdade, um enorme hiato, com falas e ações desconexas/desajustadas entre atores e instâncias.

Quanto aos assentos para a representação estadual, a média de participação ao longo do recorte temporal estudado [2011-2017] correspondeu a 50% de assentos preenchidos por esse ator. No biênio 2015-2017, inicialmente, foi observado aumento na participação com 75% das vagas ocupadas através da representação do INEA, FIPERJ¹³⁶ e FENORTE¹³⁷. No entanto, a extinção deste último ente, em fevereiro de 2016, fez retroceder o índice.

Em função da instabilidade política, financeira e da insegurança jurídica gerada pela crise que assola o ERJ, há incerteza sobre a permanência de outro ator no sistema [no desenho e não somente no arranjo]: a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ.

A FIPERJ é mais um órgão ameaçado de extinção [e que vem sofrendo fratura institucional desde a extinção do Ministério da Pesca em 2016¹³⁸]. A possível “ausência” desse ator que representa “uso não consuntivo”, certamente fragilizará a representação do setor [no processo decisório da RH IX e no próprio SEGRHI].

Vale lembrar que, para além do SEGRHI, uma série de modificações institucionais vem ocorrendo no desenho do SINGREH; entre elas, a criação /inclusão e posterior extinção/exclusão [como já citado] do Ministério da Pesca neste sistema. Atualmente, a pasta [relacionada ao uso não consuntivo] encontra-se dentro do Ministério da Agricultura [uso consuntivo] que tem com este setor severos conflitos de interesses em relação aos múltiplos usos do recurso.

Quanto à representação do poder público municipal, os entes são escolhidos entre seus pares [vinte e dois municípios pertencentes à área de influência do CBH BPSI] para ocuparem sete vagas de titulares e sete vagas de suplentes. Dessa forma, a cada biênio, oito municípios

¹³⁶ A FIPERJ, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca. A instituição tem a missão de promover, através de políticas públicas, o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca fluminenses.

¹³⁷ A extinção da FENORTE- Fundação Estadual Norte Fluminense, foi defendida por parte de seus próprios servidores e pelos servidores da UENF que questionavam a atuação da mesma; não exercendo as atribuições para que foi criada. “(...) A extinção da FENORTE, ao contrário de outras fundações que foram salvas da guilhotina na mesma sessão extraordinária na ALERJ, é também positiva para encerrar um ciclo vergonhoso de uso de dinheiro público para sustentar políticos sem mandato” (BLOG DO PEDLOWSKI, 2016).

¹³⁸ Em junho de 2009 a Lei 11.958/ 2009 transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (criada através da Lei nº 10.683/2003) em Ministério da Pesca e Aquicultura. Em 2016, em resposta à crise de governabilidade, a presidente Dilma Rousseff realiza uma reforma ministerial e no conjunto de medidas anuncia a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura; principal mudança na área do agronegócio. A pesca passa, a partir de então, para a pasta do Ministério da Agricultura, através da Lei nº 13.266 de 05.04.2016 que extingue esse Ministério e inclui a política nacional pesqueira e aquícola na área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

deixam de estar representados, mesmo que haja interesse dos mesmos na participação junto ao colegiado.

Chama atenção a ausência histórica do município de Quissamã no arranjo do CBH BPSI. Historicamente é o município que trava um dos mais importantes conflitos na disputa regional por este recurso na bacia. No entanto, nos três biênios estudados, somente no atual [2015-2017] ocupa um assento [como suplente] neste parlamento. Há registro de participação remota (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH, 2011) e posterior deserção. O que explica essa ausência? Questão que se espera responder no próximo capítulo.

As ausências participatórias, ora pela deserção, ora pela impossibilidade de acesso, se consubstanciam no que Rolnik, Klintowitz & Iacovini (2011) consideram como “(...) *desperdício de oportunidade de democratizar a gestão pública e reconstruir o tecido político e social esgarçado ao longo dos vários anos*”.

Em relação à participação dos “Usuários de recursos hídricos”, ou seja, “(...) *os que captam, derivam ou despejam água nos corpos hídricos superficiais ou subterrâneos na área de abrangência do comitê, e cujos usos dependam ou não de outorga*” (CBH BPSI, 2017), o segmento tem participação abrangendo uma pluralidade de setores que competem pelo recurso: empresas de abastecimento de água e/ou tratamento de efluentes urbanos; irrigação; uso agropecuário; indústria; hidroeletricidade; mineração; produção de petróleo e gás; pesca artesanal; pesca industrial; transporte hidroviário; turismo e lazer.

Apesar de a paridade ser observada no CBH BPSI, enquanto “segmento”, ratifica-se o déficit evidenciado em relação à categoria “setor”.

Das 10 vagas do segmento “Usuário” apenas 02 assentos são direcionadas ao setor de uso não consuntivo [que envolve 06 subáreas não consuntivas distintas]. Em contrapartida, o arranjo assegura para o setor consuntivo 08 assentos [envolvendo 07 subáreas consuntivas]; destes, volta-se a destacar que, 02 representações estão asseguradas para o setor agropecuário, esfera hegemônica no arranjo institucional (quadro 22).

Quanto à participação da “Sociedade Civil” o critério, na perspectiva da DD, carece de maior inclusividade cidadã, uma vez que para essa representação é exigido pertencimento, específico, a um ente com vínculo em recursos hídricos ou meio ambiente; não contemplando a sociedade em geral [como, por exemplo, associação de moradores]. Essa visão se aproxima do modelo de democracia elitista, que tem por autor paradigmático Joseph Schumpeter, e, para o qual a participação de atores requer “expertise” (LIMONGI, 2006).

A representação do segmento sociedade civil é um ponto bastante sensível e que interfere no modelo de funcionamento adotado pelos organismos de bacia. Dessa forma,

paramelhor contribuir na interpretação do conceito e oferecer ao leitor maior entendimento sobre a concepção de sociedade civil adotada pelo CBH BPSI, optou-se por apresentar, neste tópico, suas principais matrizes.

É dado que o conceito de sociedade civil¹³⁹ tem “(...) longa e tortuosa história no campo das ideias políticas”, com distintos significados, abarcando desde uma esfera pós-estatal, antiestatal, supra-estatal e não estatal (GÓMEZ, 2003 apud RAMOS, 2005). Parte-se do entendimento que toda definição conceitual é relativa e contingente:

“(...) reflexo de um momento histórico, de um ambiente cultural, de uma localização geográfica, de um status social, de uma personalidade individual e, finalmente, de um comprometimento político (Scholte, 2002b). Além disso, se uma definição de um conceito central – como por exemplo o conceito de sociedade civil – for incerta, então todo o conhecimento que for construído sobre esse conceito provavelmente também será débil e, conseqüentemente, as políticas construídas com base em tal conhecimento poderão ser equivocadas. O desafio que se coloca, então, é o de se buscar uma definição crítica de tal conceito(...)” (RAMOS, 2005).

De uma perspectiva histórica, o conceito de sociedade civil que para Hobbes, Locke, Rousseau e Ferguson era sinônimo de Estado, contrapondo-se ao “estado de natureza”, passa a ser visto na contemporaneidade, a partir da noção neoliberal, oposição ao Estado, “(...) reino da eficiência frente à ineficiência que é inerente à intervenção estatal”.

Data do fim do século XVIII a associação da sociedade civil com a sociedade capitalista de mercado, em paralelo com a emergência da economia política.

A partir das conjecturas de Adam Ferguson, Adam Smith, e, no século seguinte [Sec XIX], de Karl Marx “(...) a sociedade civil se tornou intimamente ligada à divisão do trabalho, à produção em massa das commodities e à extensão das relações de propriedade privada características do capitalismo moderno” (RAMOS, 2005). Ou seja, através do modo de subsistência tipificado pela propriedade privada, pela divisão do trabalho e pela troca de commodities é que as pessoas passariam a viver em uma sociedade civil.

Para Hegel, outro teórico importante para o debate, a sociedade civil se constitui por “(...) associações, comunidades e corporações que[tem] um papel normativo e sociológico fundamental na relação entre os indivíduos e o Estado”(ARATO, 1994). Neste sentido, é caracterizada como um espaço historicamente concreto de interação social entre indivíduos e condicionada por três elementos: i) um “sistema de necessidades” [a economia] que remete à

¹³⁹RAMOS (2005) focaliza que desde o período medieval, com a tradução da Política de Aristóteles, o conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato & Cohen.

visão dos economistas políticos escoceses; ii) uma “administração da justiça” [tendo a propriedade como origem da liberdade individual e os indivíduos detentores de direitos] a qual remete à formulação lockeana; e, iii) a “polícia e a corporação” [regulando as duas esferas anteriores], uma inovação do conceito de Hegel, ao reconhecer o papel desempenhado pelas organizações na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (ARATO, 1994; COLÁS, 2002 *apud* RAMOS, 2005).

A partir deste paradigma os elementos associativos passam a ter tanto um “*papel representativo quanto ético, integrando indivíduos em uma comunidade mais ampla*”; outra inovação de Hegel, em relação às teorizações precedentes: sociedade civil como sociedade pré-política [fase até então chamada de sociedade natural].

Tocqueville, teórico que também muito contribuiu para o debate, ainda que não tenha utilizado o termo sociedade civil, é relevante pela importância atribuída por este ao associativismo e à auto-organização; com grande influência no pensamento atual. Em seu argumento sobre a garantia das liberdades individuais, acerca da democracia americana, considerou a extensão das associações na vida civil uma condição para a liberdade e para a igualdade; um fator fundamental para a consolidação da democracia.

No sec. XIX, na visão de Marx o conceito de sociedade civil é alicerçado na ideia da ligação desta com a esfera de produção. Uma arena da luta de classes; um espaço social “(...) *desvinculado tanto do universo afetivo da família quanto do domínio formal do Estado mediante o triunfo das relações capitalistas de produção*”. A sociedade civil de Marx é a sociedade burguesa; contrapondo-se ao Estado (RAMOS, 2005). O Estado [a ordem política] é o elemento subordinado; a Sociedade Civil [esfera privada da produção, reino das relações econômicas] é o elemento decisivo.

Todos esses autores, ao longo do tempo, contribuíram para o conceito de sociedade civil e seguem influenciando o pensamento na atualidade, em quatro matrizes teóricas principais: i) matriz neotocquevilliana; ii) matriz gramsciana; iii) matriz neoliberal; iv) matriz habermasiana.

De acordo com a vertente neotocquevilliana, as normas e redes de engajamento cívico [“*redes de reciprocidade e de solidariedade cívica organizada*”], influenciam a qualidade da vida pública e a performance das instituições sociais, derivando resultados mais satisfatórios, facilitando a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Dessa forma, para os neotocquevillianos a pujança da sociedade civil eleva o estoque de capital social. É composta por associações voluntárias e livres que contribuem para a estabilidade da democracia liberal.

“(...) a força e a estabilidade das democracias liberais depende, necessariamente, de uma esfera de participação associacional ativa e pujante” (RAMOS, 2005).

Para a vertente grammsciana a sociedade civil consiste no conjunto de organismos designados como privados.

“(...) formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa).” (GRAMSCI apud RAMOS, 2005).

Diferentemente de Marx, que não fazia distinção entre a sociedade civil e a estrutura econômica, a sociedade civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura (RAMOS, 2005):

“(...) A distinção entre sociedade civil e sociedade política não é apenas uma distinção metodológica entre dois níveis da superestrutura, mas sim um ponto de extrema originalidade e enriquecimento teórico para a teoria marxista do Estado. Tal distinção põe em evidência a complexidade, a articulação e a relativa independência, com relação à base econômica, das instituições, das organizações, das formas da consciência e da ideologia através das quais é expresso o poder de uma classe, além de servir para explicar a relação dialética entre coerção e consenso, ditadura e hegemonia, que serve de base e expressão para o poder de uma classe”.

A vertente neoliberal ainda que vinculada à matriz neotocquevilliana, por incorporar seus elementos, adota uma visão mais pró-establishment¹⁴⁰ na qual a sociedade civil é considerada de conformação mais passiva:

“(...) menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado” (...) não é o reino da luta e da emancipação, mas sim o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social”. (...) Um sinônimo para o conceito de sociedade civil usado por esta matriz teórica é o conceito de Terceiro Setor que permeia os relatórios e informes emitidos pelas instituições internacionais (Banco Mundial, OMC e FMI)” (RAMOS, 2005).

Nesta concepção há separação dos espaços como esferas autônomas, o Estado, como “público”, e mercado e sociedade civil como “privado”; ênfase na ineficiência intrínseca à

¹⁴⁰ Este termo se popularizou na década de 60 através do texto “The American Establishment” do jornalista Richard Rovere. Em sua definição, establishment consiste numa aliança de indivíduos das finanças e dos negócios para influenciar diretamente o exercício do poder [nos EUA], em favor de seus interesses. As características peculiares citadas por Rovere são: o fato do grupo possuir influência em polos partidários distintos, imbricação com universidades, institutos de pesquisas e controle sobre a mídia (CAMPAGNARO, 2016).

esfera estatal; e, exaltação das virtudes da “sociedade civil” na promoção do desenvolvimento social (PINHEIRO, 2004^{apud} RAMOS, 2005).

A vertente Habermasiana, ainda que Andrew Arato e Jean Cohen afirmem que a concepção de Habermas não ofereça uma teoria da sociedade civil, “(...) *fornece os meios para defender a nossa teoria da sociedade civil*”, segundo estes autores. E propõem uma mudança estrutural no conceito de sociedade civil; nesta concepção o conceito coaduna movimentos sociais e instituições localizados tanto na esfera privada quanto na pública, tendo como objetivo deter ações do mercado e/ou do Estado nos pontos de contato entre estes e a sociedade civil.

“A sociedade civil seria, assim, o mundo da vida conforme este é expresso nas instituições. Ou seja, a sociedade civil incluiria, assim, todas as instituições e formas associacionais que requerem interação comunicativa para sua reprodução e que confiam primariamente em processos de integração social para ação coordenada dentro de suas fronteiras. Desta forma, é possível perceber que o que proporciona as relações na sociedade civil é a comunicação, e a sociedade civil é autônoma quando suas atividades são governadas por normas que são tiradas do mundo da vida e reproduzidas e reformuladas através da comunicação. Com a natureza comunicativa como aspecto definidor da sociedade civil, fica mais fácil ver como a economia e o Estado podem ser excluídos” (ARATO & COHEN, 1994).

De acordo com Arato e Cohen (1994) a sociedade civil seria uma forma de ação comunicativa habermasiana. Ou seja: “(...) *um processo de deliberação através do qual os indivíduos podem estabelecer a validade de reivindicações morais (...)um procedimento deliberativo que é realizado através da realidade da discordância e do debate público que é experimentado na sociedade civil*”. Uma forma de refrear o que Habermas chama de “colonização do mundo da vida” (ARATO & COHEN, 1994).

O desenho institucional no qual CBH BPSI está inserido[o CEIVAP], enquanto IP híbrida incorpora esta ambivalência: o conceito de sociedade civil mesclando uma matriz teórica habermasiana [mais visível no trecho fluminense da bacia] com uma matriz neoliberal [modelo mais aparente no trecho paulista].

Esta ambivalência é encontrada no próprio desenho da PNRH e no PERH à medida que o arranjo adota simultaneamente instituições que visam refrear a “colonização do mundo da vida” em direção à cidadania e sustentabilidade [uma gramática voltada ao universalismo de procedimentos e mecanismos participativos em todas as instâncias em direção a possibilidades de novos repertórios políticos, para além dos tipificados por Nunes (1997;2003)], quanto admite à prevalência de decisões técnicas e políticas voltadas a gestão

para atender à infraestrutura e ao mercado [insulamento burocrático, corporativismo, clientelismo – gramáticas hegemônicas identificadas pelo autor].

A discrepância na concepção de sociedade civil adotada pelos sete CBHs ao longo da bacia também instiga abrir agenda para estudos futuros [com desenho comparativo sincrônico dos arranjos institucionais adotados pelos CBHs da bacia do rio Paraíba do Sul], visto que este objetivo foge ao escopo traçado para esta pesquisa, focada no CBH BPSI.

Conquanto, de forma resumida, o quadro a seguir (quadro 24) apresenta a disposição dos arranjos das Plenárias destes CBHs que compõem a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, apontando pistas para a discussão.

Quadro 24: Composição das Plenárias dos CBHs da bacia do Paraíba do Sul

Trecho da bacia	Representação (número de assentos por Segmento)		
	PP	SC	
Trecho Paulista			
CBH – PS	24(E/M)	12 (U/SC)	
Trecho Mineiro	PP	U	SC
CBH Preto Paraibuna	12 (E/M)	06	06
CBH COMPÉ	08(E/M)	05	03
Trecho Fluminense	PP	U	SC
CBH MP	08 (F/E/M)	08	08
CBH Piabanha	12 (F/E/M)	12	12
CBH Rio Dois Rios	08 (F/E/M)	08	08
CBH BPSI	10(F/E/M)	10	10

Fonte: Elaborado pelo autor (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017)

PP=Poder Público F=Federal E=Estadual M=Municipal U=Usuário SC=Sociedade Civil

Na conformação do trecho paulista a composição plenária evidencia, mais nitidamente, uma concepção de matriz neoliberal à medida que apresenta a separação dos espaços, como esferas autônomas, entre o Estado [como público] e o Mercado e a Sociedade Civil como [privado]. Neste arranjo é vedado, em função do conceito de sociedade civil adotado, a inscrição de universidades públicas e de pesquisa [que fazem parte da administração pública] se vincularem ao segmento sociedade civil (CBH-PS *apud* REPOSITÓRIO DIGITAL CEIVAP, 2017).

Concomitantemente, há contradição no entendimento da adoção do modelo que, em tese, “exalta as virtudes da sociedade civil” [leia-se aqui mercado] e “ênfatiza a ineficiência intrínseca da esfera estatal”, mas, que paradoxalmente, assegura ao Estado participação

hegemônica. O modelo adotado pelo CBH-PS garante ao poder público o dobro de assentos reservados para a composição plenária neste parlamento em relação à sociedade civil e ao próprio mercado.

O trecho mineiro e fluminense coadunam, no segmento sociedade civil, movimentos sociais e instituições localizados tanto na esfera privada quanto na pública, aproximando tais arranjos ao enquadramento da concepção habermasiana. Porém, em relação aos dois comitês mineiros não há paridade na representação entre PP, U e SC.

Diferentemente, do trecho paulista e mineiro, nos CBHs fluminenses o quesito paridade é observado [no âmbito dos segmentos] em todos os arranjos examinados.

Os quadros a seguir (quadros 25, 26 e 27) apresentam os segmentos e setores representados na conformação plenária do CBH BPSI, dos três biênios estudados, demonstrando a pluralidade e proporcionalidade dos segmentos/setores participantes.

Quadro 25: Membros da Plenária no CBH BPSI-PP: 2011-2013/2013-2015/2015-2017

Vagas		Biênio			
Poder Público – PP	Titular(T) Suplente(S)	2011-2013	2013-2015	2015-2017	
1	PP Federal	1º - T	Vacância	Vacância	Vacância
		1º - S	Vacância	Vacância	Vacância
2	PP Estadual	2º - T	INEA	INEA	INEA
		2º - S	Vacância	Vacância	FIPERJ
		3º - T	FIPERJ	FIPERJ	FENORTE*
		3º - S	Vacância	Vacância	Vacância
		4º - T	SJB	SJB	Campos Goytacazes
7	PP Municipal	4º - S	Carapebus	Vacância	SFI
		5º - T	Vacância	Campos dos Goytacazes	SJB
		5º - S	Natividade	Cardoso Moreira	São Fidélis
		6º - T	São José de Ubá	SFI	São José de Ubá
		6º - S	Varre-Sai	Vacância	S. A. de Pádua
		7º - T	Cardoso Moreira	Vacância	Vacância
		7º - S	São Fidélis	Cambuci	Miracema
		8º - T	Aperibé	Miracema	Italva
		8º - S	S. A. de Pádua	São José de Ubá	Natividade
		9º - T	Itaperuna	Itaperuna	Itaperuna
		9º - S	Italva	Italva	Quissamã
		10º - T	Miracema	S. A. de Pádua	Cardoso Moreira
		10º - S	Campos dos Goytacazes	Porciúncula	Carapebus

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2011; 2013; 2015; 2017)

* = Órgão extinto em 2016

O PP preencheu 78,3% dos assentos ofertados para o segmento no período estudado.

Houve oscilação na representação durante o recorte temporal analisado, porém, com inflexão positiva no último biênio(quadro 25).

Quadro 26: Membros da Plenária no CBH BPSI-U: 2011-2013/2013-2015/2015-2017

Vagas		Biênio			
Usuários		Titular(T) Suplente(S)	2011-2013	2013-2015	2015-2017
2	Indústria [e/ou] Comércio [e/ou] Serviços 02 vagas	1º-T	FIRJAN	FIRJAN	FIRJAN
		1º-S	Vacância	COAGRO	FENORTE* COAGRO
		2º - T	COPAPA	COPAPA	COPAPA
		2º - S	OSX	Vacância	Vacância
2	Serviço de abastecimento [e] Serviço de Saneamento 02 vagas	3º - T	Nova CEDAE	CEDAE	CEDAE
		3º - S	Vacância	Vacância	Vacância
		4º - T	Águas do Paraíba	Águas do Paraíba	Águas do Paraíba
		4º - S	Vacância	Vacância	Vacância
2	Agropecuária 02 vagas	5º - T	ASFLUCAM	ASFLUCAM	Vacância
		5º - S	Sindicato Rural de Campos	APROMEPS	Vacância
		6º - T	APROMEPS	Sindicato Rural de Campos	Vacância
		6º - S	COAGRO	SISERJ	Vacância
1	Setor Pesqueiro Artesanal [ou] Industrial [ou] Transporte Hidroviário [ou] Turismo [ou] Lazer 01 vaga	7º - T	Colônia de Pescadores Z-19	Vacância	Vacância
		7º - S	Colônia de Pescadores Z-21	Vacância	Vacância
1	Petróleo e Gás 01 vaga	8º - T	Petrobras Macaé	Vacância	Vacância
		8º - S	Vacância	Vacância	Vacância
1	Mineração 01 vaga	9º - T	LLX	Porto do Açu S/A	Vacância
		9º - S	Vacância	Vacância	Vacância
1	Geração de Energia 01 vaga	10º - T	FURNAS	Vacância	Vacância
		10º - S	Vacância	Vacância	Vacância

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2011; 2013; 2015; 2017)

Legenda: * = Órgão extinto em 2016

O segmento Usuário preencheu 58,3% dos assentos ofertados no período pesquisado. Sendo observada inflexão negativa na representação do segmento ao longo das séries temporais (quadro 26).

Quadro 27: Membros da Plenária no CBH BPSI-SC: 2011-2013/2013-2015/2015-2017

Vagas		Biênio		
Sociedade Civil - SC	Titular(T) Suplente(S)	2011-2013	2013-2015	2015-2017
Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa 03 vagas	1º - T	UENF	UENF	UENF
	1º - S	Vacância	Vacância	Vacância
	2º - T	IFF	IFF	UFRRJ
	2º - S	Vacância	Vacância	Vacância
	3º - T	UFF	UFF	UFF

	3° - S	Vacância	Vacância	Vacância
Associações Técnico-Científicas de Recursos Hídricos 03 vagas	4° - T	FUNDENOR	Vacância	IFF
	4° - S	-	Vacância	Vacância
	5° - T	ISECENSA	Vacância	Vacância
	5° - S	Vacância	Vacância	Vacância
	6° - T	Vacância	Vacância	Vacância
	6° - S	Vacância	Vacância	Vacância
Associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente 04 vagas	7° - T	OAB	OAB	OAB
	7° - S	Vacância	Vacância	Vacância
	8° - T	ECOANZOL	ECOANZOL	ECOANZOL
	8° - S	Vacância	Vacância	Vacância
	9° - T	Vacância	ONG Puris	ONG Puris
	9° - S	Vacância	Vacância	Vacância
	10° - T	Vacância	Vacância	Vacância
	10° - S	Vacância	Vacância	Vacância

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2011; 2013; 2015; 2017)

A Sociedade Civil preencheu apenas 33,3% dos assentos ofertados para o segmento no recorte temporal analisado. Este segmento, no entanto, tem mantido estabilidade na representação (quadros 27 e 28). O quadro 28, a seguir, dispõe a porcentagem da composição plenária dos mesmos nos três biênios analisados.

Quadro 28: Representação Plenária no CBH BPSI Biênios: 2011-2013/2013-2015/2015-2017

Biênio	2011-2013					2013-2015					2015-2017				
	T	% p	S	% p	% t	T	% p	S	% p	% t	T	% p	S	% p	% t
PP (10)	09	90 %	07	70 %	80 %	09	90 %	05	50 %	70 %	09	90 %	08	80 %	85 %
U(10)	10	100 %	04	40 %	70 %	09	90 %	02	20 %	55 %	08	80 %	02	20 %	50 %
SC (10)	07	70 %	-	-	35 %	06	60 %	-	-	30 %	07	70 %	-	-	35 %

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2011, 2013, 2015)

T = Titular S = Suplente %p = porcentagem parcial %t= porcentagem total

O quadro anterior demonstra que dos três segmentos do CBH BPSI o PP é o que detém a maior representatividade nos biênios analisados, a saber: 80%/ 70% e 85%.

Em segundo, em quantidade de representantes, é o segmento usuário com 70%, 55% e 50% de assentos ocupados.

A maior porcentagem de vacância [65 a 70%] é conferida ao seguimento sociedade civil. A representatividade deste segmento, em termos quantitativos, manteve-se em 35%, 30% e 35% nos biênios analisados.

Das dez vagas previstas para membros titulares, de cada segmento e respectivos suplentes, o RI não prevê nominalmente as entidades que terão acesso ao comitê, mas o tipo de organização conforme o setor que o segmento congrega (quadro 22). As vagas

correspondentes não pertencem aos seus representantes como pessoas físicas, mas às entidades públicas ou privadas representadas. Dessa forma, os entes poderão substituir seus representantes, a qualquer momento do biênio em curso, sob seu critério. No caso de desligamento ou necessidade de substituição do representante a entidade deverá encaminhar, por meio de ofício, a nova indicação (CBH BPSI, 2017).

Quanto à representação das sub-regiões da RH IX¹⁴¹ no colegiado, a composição é paritária sempre que possível. Em caso de vacância, de acordo com os princípios prepostos no RI e editais dos processos eleitorais (2011, 2013, 2017) se houver interesse de representação por parte de entes de uma das sub-regiões [a) Sub-região do Rio Pomba b) Sub-região do Rio Muriaé c) Sub-região da Lagoa Feia d) Sub-região rio Paraíba do Sul¹⁴² e) Sub-região do Itabapoana¹⁴³] o equilíbrio de representação pode não ocorrer em prol da inclusão.

Os mecanismos para a democracia deliberativa, entendida como modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político, pautado no debate público entre cidadãos livres e “em condições iguais de participação”, ainda que observados, procedimentalmente, na operacionalização do SINGREH/SEGRHI, e replicados nas RHs e sub-bacias, carecem de maior equidade substantiva e demandam ampliação de acesso aos canais de participação; disposição essencial para o exercício democrático.

4.2 Considerações Finais do Capítulo

Sob o ponto de vista da democracia deliberativa, considerando a perspectiva de Cohen (1997, 2009), na qual “(...) *todos aqueles que são possivelmente afetados por um processo decisório devem ter chances iguais de participar e tomar parte do processo, não podendo, a princípio ser excluído*”, a pesquisa identificou que no tocante às categorias “Quem Participa?” os princípios inclusão deliberativa/paridade, em relação aos “Segmentos”, foram atendidos; porém, o mesmo não se verificou em relação aos “Setores”. Neste aspecto os fundamentos da DD foram parcialmente operacionalizados.

O princípio da publicidade foi parcialmente contemplado, pois carece de maior capilaridade/visibilidade para alcançar além dos atores já inseridos e possibilitar, de fato, livre

¹⁴¹ A nomenclatura dessas sub-regiões da RH IX, área de abrangência do CBH BPSI foram recentemente modificadas. Proposta que constou da revisão do RI em setembro de 2017. Tais modificações visam adequar à divisão da bacia conforme Resolução CERHI.

¹⁴² Anteriormente denominada Sub-região São Bento.

¹⁴³ Anteriormente denominada Sub-região Guaxindiba.

acesso às reuniões plenárias, das CT, e dos GTs, como também aos resultados das deliberações em tempo real [disponibilizando as atas no portal após aprovação] mediante atualização do site pela AGEVAP.

No enfoque da reorganização normativa das regras que modelam o funcionamento do CBH BPSI, mote da segunda revisão do RI [inclusão do município de Bom Jesus de Itabapoana no processo participativo], os pressupostos foram atendidos à medida que o colegiado reconheceu a legitimidade da demanda, pautou a agenda, abriu o debate e deliberou [após várias rodadas de negociação] a alteração do seu RI, para compatibilizá-lo ao novo cenário; possibilitando a igualdade de acesso do respectivo ente ao exercício do poder político e de influência política sobre os recursos hídricos na RH IX.

A partir do conflito visibilizado, durante a composição para representação plenária, relativo ao período 2017-2020, em função da competição por vagas entre usuários do setor consuntivo e não consuntivo [que nos biênios 2011-2013, 2013-2015 e 2015-2017 apresentava vacância de assentos] fica o questionamento: o colegiado irá empreender esforços no intuito de promover reorganização normativa afim de possibilitar o redimensionamento das vagas e ofertar maior equidade entre os setores não hegemônicos?

Em análise comparativa, o CBH BPSI [e demais trechos fluminenses] tem maior potencial democrático participativo [inclusão e paridade] que o trecho mineiro e paulista da bacia.

De forma geral o processo participativo no CBH BPSI considera os pressupostos procedimentais da democracia deliberativa [dispostos no RI, no edital do processo eleitoral e na lei de criação desta política pública]. Contudo, como apontado por Gutmann & Thompson (2002, 2009) no texto “Democracia deliberativa para além do processo”, ao discutir o conjunto de princípios que pretendem estabelecer termos justos de cooperação política em uma sociedade democrática, há necessidade de inclusão de princípios substantivos para além dos procedimentais.

Compreende-se que a possibilidade de haver paridade e participação plural dos atores não é garantia da representatividade dos participantes, nem da efetiva expressão dos múltiplos interesses. Argumenta-se, no entanto, que embora os pressupostos da democracia deliberativa não predeterminem os níveis da participação, explicam suas variações e tendem a interferir na capacidade de processar conflitos entre os distintos interesses dos atores, como já observado por Almeida e Cunha (2011).

Compreende-se,por fim, que a despeito da legislação normatizar a formação dos comitês estes podem adotar formas distintas de composição dos seus arranjos político-institucionais influenciando o processo de participação e, por conseguinte, a deliberação.

Tais questões, no entanto, é uma questão conjuntural; envolve, para além do arranjo institucional do CBH BPSI [regras estruturantes da organização e funcionamento do colegiado] e desenho institucional [do SINGREH e SEGRHI], a qualidade da democracia no Brasil [fatores sistêmicos: contexto político, econômico e cultural].

CAPÍTULO 5

GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: CAPACIDADE DELIBERATIVA

O capítulo 5 “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: capacidade deliberativa”, examina o potencial do processo decisório do CBH BPSI a partir de duas categorias analíticas: i) Quem e de onde fala? e, ii) Como e o quê delibera?

Os dados primários tiveram como fontes de verificação a observação não participante em reuniões plenárias do CBH BPSI e em eventos correlatos, e ainda, a aplicação de questionário.

O questionário foi precedido por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE¹⁴⁴ garantindo a privacidade do sujeito da pesquisa. Este instrumento de coleta foi aplicado durante a 1ª reunião ordinária do CBH BPSI no ano de 2017¹⁴⁵ e abarcou 47 questões distribuídas em 04 blocos¹⁴⁶: Bloco A – Qualidade do Avaliador; Bloco B – Capacidade de Deliberação do CBH BPSI; Bloco C – Resultados do Processo Deliberativo; e, Bloco D – Lacunas e Desafios (Ver Anexo II). Para o presente capítulo foram utilizados dados do bloco A e B.

Já os dados secundários foram obtidos a partir de fontes documentais como: registros do CBH BPSI e da AGEVAP, relatórios, convocatórias e atas. As atas das reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas disponíveis foram de grande importância “(...) pois são os documentos que registram o processo deliberativo, os atos de fala dos participantes, ou seja, os discursos políticos produzidos pelos atores no processo deliberativo que sinalizam posições políticas, conflitos, consensos e propostas” (KRÜGER, 1998; TATAGIBA, 2002 apud CUNHA, 2009).

¹⁴⁴O TCLE foi um dos quesitos utilizados para a validação da amostra.

¹⁴⁵O instrumento de coleta de dados foi aplicado na primeira reunião plenária do CBH BPSI no ano de 2017, ocorrida, em 18 de abril, no auditório da Prefeitura Municipal de Quissamã. Estavam presentes 61 pessoas [incluindo a pesquisadora e uma doutoranda que auxiliou na aplicação do mesmo], conforme lista de presença, disponível em: <<http://cbhbaixoparaiba.org.br/reunioes/2017/lista-01-ro-2017.pdf>>.

¹⁴⁶Foram distribuídos 59 questionários contemplando todos os presentes. Dentre estes, 45 correspondiam a convidados [chamados por um dos três segmentos ou participando por iniciativa própria]. Por ser verificado, posteriormente, que não possuíam histórico de participação no CBH BPSI, não foram contabilizados. Apenas 16 questionários foram considerados para a amostra, por corresponderem aos membros do CBH BPSI presentes [entre titulares e suplentes]. Dentre estes, 03 foram descartados [01 do segmento “Poder Público” e 02 do segmento “Usuários”] por não responderem ou não devolverem o instrumento de coleta. A amostra validada para esta etapa totalizou 13 questionários. Há que se destacar e agradecer o aceite dos participantes em responder ao questionário [em período que antecedeu ao encontro se estendeu após o término do mesmo] em uma reunião com pauta extensa e carregada, diante do tema que gerou conflitos de interesses e discussão acirrada. Os que não puderam responder até o fim do encontro, mas manifestaram disposição para fazê-lo em outro momento, a coleta de dados foi agendada para outra data.

5.1 Quem e de Onde Fala?

Nesta categoria, para apurar a variável independente intrassistêmica exógena “qualidade da participação”, conforme disposto no quadro 2, foram verificados os seguintes fatores de apuração: i) perfil dos conselheiros e, ii) alternância do poder decisório no CBH BPSI [segmento e instituição que representa, dinâmica de participação no CBH BPSI – plenária, CT e/ou GT].

5.1.1 Perfil dos conselheiros

O critério de verificação para apurar o perfil dos conselheiros, alcançados pelo questionário, abarcou: gênero, faixa etária, escolaridade, capacitação e experiência no processo participativo, levando em consideração a atual composição. A amostra representa 37,1% do universo que compõe o plenário deste colegiado [integrantes da gestão 2015-2017].

Os quadros 29, 30, 31, 32 e 33 a seguir, demonstram perfil da amostra estudada:

Quadro 29: Perfil dos Conselheiros – Segmento/Faixa Etária/Gênero

Faixa Etária	Poder Público		Usuários		Sociedade Civil		Total da Amostra/ Gênero		Total da Amostra/ F. Etária
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
<30	-	-	01	-	-	-	01	-	01
30-39	-	01	-	-	-	-	-	01	01
40-49	01	-	-	-	01	-	02	-	02
50-59	04	-	01	-	02	01	07	01	08
>60	-	-	01	-	-	-	01	-	01
TOTAL	05 (T)	01(S)	03 (T)	-	03(T)	01(T)	11 84,6%	02 15,3%	13
Total da amostra = 13 Apenas 15,3% do gênero feminino e 7,6% adultos jovens									

Fonte: Questionário (ANEXO II)

Legenda: T=Titular S=Suplente

Chama atenção a baixa participação das mulheres e da população jovem [18-30 anos] na composição da Plenária do CBH BPSI na amostra analisada (quadro 29).¹⁴⁷ Esse delineamento se mantém ao comparar o universo dos três biênios e se coaduna com o contexto mais amplo. Em um ranking que avalia a penetração política por gêneros em 146 países, o Brasil ocupa o 110º lugar (PORTAL BRASIL, 2012)¹⁴⁸. O espaço público como masculino é

¹⁴⁷ Ainda que a questão de gênero e faixa etária não estejam diretamente relacionados à capacidade deliberativa do CBH BPSI, a partir da observação não participante foi possível observar que a diversidade de representação tende a possibilitar novos direcionamentos deliberativos; podem funcionar como alavanca de performance: gerando a necessidade de se redefinir novas prioridades deliberativas.

¹⁴⁸ Embora o gênero feminino represente 51,7% do eleitorado brasileiro, a participação das mulheres no parlamento corresponde a 9%, na câmara dos deputados é 10% no Senado, respectivamente (PORTAL BRASIL,

também evidenciado na disposição plenária do CBH BPSI¹⁴⁹, contabilizando 28% [2011-2013], 20% [2013-2015] e 25% [2015-2017], respectivamente, a representação do gênero feminino nos biênios analisados.

Matos (*apud* PORTAL BRASIL, 2012) coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da Universidade Federal de Minas Gerais, avalia que a disposição na participação reflete o patriarcalismo da sociedade; uma gramática que se aterra no atual governo à medida que retira o status de ministério do “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos” para subordiná-lo à pasta do Ministério da Justiça e Cidadania. Conduta que realoca e reduz pautas importantes e, que envolve a discussão sobre os lugares de poder e o vigor do patriarcado; alicerces para violência e discriminação, que guarda estreita relação com o histórico da apropriação e conflitos no gerenciamento dos recursos hídricos. O engajamento de jovens na pauta e no parlamento das águas enfrenta, igualmente, inúmeros desafios; sendo sua incorporação primordial para a construção de uma sociedade justa e equitativa e para a própria vitalidade do colegiado.

Quanto à escolaridade, a amostra analisada possui elevado grau de qualificação, como demonstra o quadro 30, a seguir:

Quadro 30: Perfil dos Conselheiros –Escolaridade da Amostra

Escolaridade	Poder Público	Usuários	Sociedade Civil	Amostra
Fundamental	-	-	-	0
Ensino Médio	-	-	-	0
Superior	05 [Todos com Pós]	03 [02 com Pós]	04 [Todos com Pós]	12
Não Respondeu	01	-	-	01
Total	06	03	04	13

Fonte: Questionário (ANEXO II)

2012). O perfil se mantém mesmo após, em 1995, ter sido aprovada a Lei Eleitoral 9.100/95 a qual determina que 20% dos postos devem ser ocupados pelas mulheres. E, ainda que tenha sido alterada, em 2010, para o mínimo de 30%, pouco mudou a representação. Segundo José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE “(...) o fenômeno não decorre da carência de mulheres aptas a concorrer, mas antes do modo como os partidos são organizados (...) Eles são controlados por homens, que dão pouco espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas” (PORTAL BRASIL, 2012).

¹⁴⁹ Zinato (2008) destaca que “(...) O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) conta com a participação de diversas profissionais que atuam nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A busca do equilíbrio de gênero na participação representativa se faz necessária quando se observa a composição da mesa decisória do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e provavelmente dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, das Secretarias de Recursos Hídricos, de órgãos gestores de recursos hídricos e até de Comitês de Bacias, onde a maioria dos participantes, gerentes e tomadores de decisões é composta de homens”.

Em relação à área de formação acadêmica, 38,4% dos que responderam ao questionário estudou algum ramo da Engenharia; destes, 60% possuem especialização ligada à Gestão e Planejamento Ambiental; 23% são Tecnólogos em Gestão e Planejamento Ambiental; 15,3% pertencem à área da Zootecnia; 7,6% provêm da área da Biologia Marinha e 7,6% provém da área do Direito. Importa destacar que esse parlamento carece de engajamento de outros atores provenientes das ciências sociais [sociologia, ciência política, geografia, entre outros] que muito teriam a contribuir nos debates rotineiros e nas situações de crise vivenciadas no colegiado. O quadro 31 aponta que aproximadamente 61,3% da amostra possui escolaridade acima do nível superior [Especialização, Mestrado e/ou Doutorado].

Quadro 31: Formação/ Capacitação Específica na Área

Categoria/ Formação		Pós Graduação e/ou Capacitação Específica			
		Poder Público	Usuários	Sociedade Civil	Total
01	Biólogo Marinho	- Pós em Gestão e Planejamento Ambiental - Capacitação em Gestão das Águas	-	-	01
02	Engenheiro Agrônomo	- Pós em Gestão e Manejo em Sistemas Florestais - Capacitação em Gestão das Águas	-	- Doutorado em Produção Vegetal - Mestrado em Genética e Melhoramento - Especialista em problemas ambientais - Pedagogo - Capacitação em Gestão das Águas	04
		- Mestrado em Educação Ambiental - Pós em Gestão e Planejamento Ambiental - Capacitação em Gestão das Águas			
		- Pós em Educação Ambiental			
03	Engenheiro Ambiental	-	Sem capacitação específica	-	01
04	Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental	- Capacitação em Gestão das Águas	-	- Pedagoga/Pós em Educação Ambiental - Capacitação em Gestão das Águas	03
		-	-	- Capacitação em Gestão das Águas	
05	Direito	-	- Pós em Gestão e Planejamento Ambiental - Capacitação em Gestão das Águas	-	01
06	Zootecnia	-	Capacitação em Gestão das Águas	-	Pós em Gestão de Rec. Hídricos Capacitação em Gestão das Águas
			-		
07	Não	Não respondeu	-	-	01

	respondeu				
Total		06	03	04	13

Fonte: Questionário (ANEXO II)

Ao levantar o perfil da totalidade dos membros titulares e suplentes, nos três biênios, observa-se uma tendência crescente na qualificação dos participantes do CBH BPSI (quadro 32).

Quadro 32: Perfil dos Conselheiros – Escolaridade do universo da plenária do CBH BPSI

Biênio	2011-2013			2013-2015			2015-2017		
	PP	U	SC	PP	U	SC	PP	U	SC
Nível Superior	35,7 %	64,2 %	100 %	50,0 %	63,6 %	100 %	52,9 %	70, %	100 %
Nível Médio	21,4 %	7,1 %	-	28,0 %	9 %	-	29,4 %	10, %	-
Nível Fundamental ou Não Relatado	42,8 %	28,5 %	-	21% %	27,2 %	-	17,4 %	20, %	-

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quanto à experiência no processo participatório apenas 19,4% apontou experiência prévia em outro CBH. Destaca-se, entretanto, no universo das plenárias ao longo dos biênios, a presença de atores com atuação em sindicatos [especialmente no segmento Usuário]. Há histórico de aproximadamente 50% de membros do segmento poder público com participação em processo formal, em pleito no nível municipal e/ou atuando em cargo de gestor de políticas públicas, na área ambiental, de defesa civil e em pastas ligadas à agricultura/pecuária. Observou-se, assim, “(...) aproximação entre instâncias formais de governo e espaços informais de discussão entre os cidadãos” (AVRITZER, 2009).

Quadro 33: Perfil dos Conselheiros – Experiência Prévia em Processo Participativo em CBH antes da atuação no CBH BPSI

Segmento	Experiência no processo participativo em Comitês	Percentual da amostra
Poder Público	Não = 04	33,3% com histórico de participação anterior
	Sim = 02	
Usuário	Não = 03	100% da amostra relatou ser a primeira experiência em processo participação
	Sim = 0	
Sociedade Civil	Não = 03	25% da amostra relata experiência prévia
	Sim = 01	

Fonte: Questionário (ANEXO II)

5.1.2 Alternância do poder decisório no CBH BPSI

Para a análise da variável independente intrassistêmica exógena “potencial para a deliberação pública e inclusiva” o fator de apuração verificou a alternância do poder decisório

no CBH BPSI e a dinâmica de participação dos membros na organização administrativa do comitê.

A organização administrativa do CBH BPSI é constituída pelas seguintes instâncias: i) Plenária; ii) Diretório; e, iii) Câmaras Técnicas Consultivas.

Como vimos, no Capítulo 4, o critério da paridade quanto à conformação da Plenária é plenamente contemplado em relação aos segmentos (quadro 22), mas não é atendido quando se trata da representatividade dos setores que disputam os recursos hídricos no CBH BPSI (Quadros 25, 26 e 27).

Examinaremos, a seguir, a composição e distribuição na alternância do poder para a representação da Diretoria Executiva e das Câmaras Técnicas no CBH BPSI (quadros 34 a 38).

5.1.2.1 Composição e forma de escolha do diretório executivo do CBH BPSI

A direção administrativa do CBH BPSI é feita através de um diretório colegiado composto por seis de seus membros eleitos pela Plenária, respeitando a paridade dos segmentos, constituído por: um diretor presidente, um diretor vice-presidente, um diretor secretário e três diretores administrativos. No intuito de assegurar a representatividade das sub-regiões da RH IX, as vagas deste Diretório são ocupadas, preferencialmente por, no mínimo, um representante de cada sub-região.

No recorte analisado a renovação desta composição se deu a cada dois anos. Com a última revisão do RI, em setembro de 2017, o mandato passa a ser trienal: 2017-2020¹⁵⁰.

No decorrer do mandato qualquer membro do diretório pode ser destituído, por decisão de dois terços da plenária, em reunião convocada para este fim na qual as partes devem apresentar acusação e ampla defesa, com critérios e prazos definidos na agenda de convocação. Em caso de destituição, renúncia ou afastamento definitivo, os demais representantes do segmento elegem um novo membro para a função. O Diretório Colegiado reúne-se ordinariamente de acordo com o calendário, por ele estabelecido, e, extraordinariamente mediante a convocação formal do Presidente ou de pelo menos três outros Diretores (CBH BPSI, 2011, 2013, 2017).

Os quadros 34, 35, 36 e 37 e 38 apresentam a composição e distribuição do poder decisório no CBH BPSI entre 2011-2017.

¹⁵⁰Conforme deliberação na 1ª Reunião Extraordinária de 2017, ocorrida em 29 de setembro, foi aprovada a proposta de reforma do RI [terceira revisão desde sua criação]. O mandato da direção executiva no CBH BPSI passa a ser trienal (2017-2020), podendo a direção executiva ser reeleita uma única vez (CBH BPSI, 2017).

Quadro 34: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (Jul /2011- Jun /2012)

Diretor Presidente: Flávio Lemos de Souza	PP – P.M. Itaperuna
Diretor Vice-Presidente: Sidney Salgado dos Santos	PP – P.M. SJBarra
Diretor Secretário-Executivo: Elias Fernandes de Sousa	SC – UENF
Diretores Administrativos: Luiz Mário de Azevedo Concebida	U – FIRJAN
Vanuza Mota da Fonseca	U – Nova CEDAE
Luiza Figueiredo Salles	SC - Ecoanzol

Fonte: Relatório de Gestão – Repositório Digital do CBH BPSI (2012)

Quadro 35: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (Jul /2012- Dez/ 2013)

Diretor Presidente: Carlos Magno Braga de Souza	PP – P.M. Itaperuna
Diretor Vice-Presidente: Sidney Salgado dos Santos	PP – P.M. S.J.Barra
Diretor Secretário-Executivo: João Gomes de Siqueira	SC – UENF
Diretores Administrativos: Luiz Mário de Azevedo Concebida	U – FIRJAN
Vanuza Mota da Fonseca	U – Nova CEDAE
Luiza Figueiredo Salles	SC - Ecoanzol

Fonte: Relatório de Gestão - Repositório Digital doCBH BPSI (2013)

Quadro 36: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2014)

Diretor Presidente: Sidney Salgado dos Santos	PP – P.M. S.J.Barra
Diretor Vice-Presidente: Emerson Luis Pereira	PP – P.M. Miracema
Diretor Secretário-Executivo: Luiz Mário de Azevedo Concebida	U – FIRJAN
Diretores Administrativos: João Gomes de Siqueira	SC – UENF
Zenilson Amaral Coutinho	U – ASFLUCAN
Luiza Figueiredo Salles	SC - Ecoanzol

Fonte: Relatório de Gestão - Repositório Digital doCBH BPSI (2014)

Quadro 37: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2015)

Diretor Presidente: João Gomes de Siqueira	SC – UENF
Diretor Vice-Presidente: Otony Francisco F. Júnior	PP – P.M. S.A.Pádua
Diretor Secretário-Executivo: Luiz Mário de Azevedo Concebida	U – FIRJAN
Diretores Administrativos: Hilário de Magalhães Santos	SC – ONG Puris
Zenilson Amaral Coutinho	U – ASFLUCAN
Leandro Queiroz Peixoto	PP – P.M. São Fidélis

Fonte: Relatório de Gestão - Repositório Digital doCBH BPSI (2015)

Quadro 38: Composição da Diretoria do Comitê do Baixo Paraíba (2016 a 2017)

Diretor Presidente: João Gomes de Siqueira	SC – UENF
Diretor Vice-Presidente: Otony Francisco F. Júnior	PP – P.M. S.A.Pádua
Diretor Secretário-Executivo: Luiz Mário de Azevedo Concebida	U – FIRJAN
Diretores Administrativos: Hilário de Magalhães Santos	SC – ONG Puris
Zenilson Amaral Coutinho	U – ASFLUCAN
Gilcqueline Barcelos Faria	PP – P.M. São Fidélis

Fonte: Relatório de Gestão - Repositório Digital doCBH BPSI (2016)

Nenhum caso de destituição ocorreu no período analisado [apesar de ter ocorrido um encaminhamento pela plenária para análise na CTALI de falta de decoro]; as alterações realizadas na composição da diretoria se deram em função de solicitação dos próprios

membros ou alteração na indicação da representação do segmento, não tendo relação com este evento [ex.: afastamento para concorrer a edital de PSA].

Destaca-se o exercício 2015-2017 como o período em que a sociedade civil chega à instância máxima do CBH BPSI [em pleitos anteriores o poder público é quem detinha tal posição¹⁵¹]; momento também em que a gestão tem paridade plena no diretório [como observado na formação inicial do colegiado]¹⁵². Verificou-se que em todos os três mandatos analisados a vice-presidência coube ao poder público.

Em 21 de novembro de 2017 a sociedade civil toma posse em seu segundo mandato [consecutivo] na presidência do comitê para o triênio 2017-2010. Porém o campo de força deixa de ser paritário. O quadro 39, a seguir apresenta o histórico da alternância de poder no CBH BPSI.

Quadro 39: Alternância de Poder na Organização Administrativa do CBH BPSI 2011-2017

Constituição do Diretório	2011-2013	2013-2015	2015-2017	2017-2020
Diretor-Presidente	PP	PP	SC	SC
Diretor Vice-Presidente	PP	PP	PP	PP
Diretoria-Executiva	SC	U	U	PP
Diretoria-Administrativa	U maior peso	SC maior peso	Paritária	U maior peso

Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: PP=Poder Público U=Usuários SC=Sociedade Civil

5.1.2.2 Composição e forma de escolha das Câmaras Técnicas no CBH BPSI

A criação de Câmaras Técnicas Permanentes¹⁵³, de caráter consultivo, é feita de acordo com a aprovação do colegiado, por maioria simples dentre os membros do Comitê, cabendo a estes a indicação do respectivo coordenador. São constituídas por membros da plenária, titulares e/ou suplentes, e ainda por profissionais, por eles indicados formalmente junto à Secretaria Executiva, os quais terão direito, nessas câmaras, a voz e voto.

¹⁵¹Na gestão 2009-2011 o segmento Usuário atuou na vice-presidência tendo o PP na instância máxima e a SC na diretoria administrativa.

¹⁵²Na implantação do comitê o poder decisório no diretório era assim distribuído: Diretor-Presidente Humberto Samyn Nobre Oliveira - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; Diretor Vice-Presidente Luiz Mário de Azevedo Concebida - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Diretor Secretário-Executivo Elias Fernandes de Sousa - Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Diretores Administrativos: Marco Antônio de Sá Machado - Prefeitura Municipal de São João da Barra; José Carlos Azevedo de Menezes - Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional /FUNDENOR; e, José do Amaral Ribeiro Gomes - Sindicato Rural de Campos/ SRC.

¹⁵³As Câmaras Técnicas são comissões encarregadas de examinar e relatar, ao Plenário, assuntos de suas competências, previamente estabelecida pelo Diretório (Regimento Interno - CBH BPSI, 2011, 2013, 2017).

Sua instituição se dá mediante proposta do Diretório, ou de no mínimo um terço da Plenária, por meio de Resolução, que estabelece suas competências; modo de funcionamento; composição; prazo para instalação; e, diretrizes gerais para renovação de seus membros¹⁵⁴.

As atribuições e composição dos membros para as Câmaras Técnicas do CBH BPSI estão dispostas nos quadros a seguir.

Quadro 40: Atribuições das Câmaras Técnicas Consultivas do CBH BPSI

- Elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva propostas de diretrizes e ações conjuntas para solução de problemas pertinentes à área de atuação do CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana;
- Emitir parecer sobre a consulta que lhe for encaminhada;
- Examinar os recursos administrativos interpostos, apresentando relatório à Secretaria Executiva;
- Convidar especialistas para assessorá-los em assuntos de sua competência.

Fonte: CBH BPSI (2011, 2017)

As decisões das Câmaras Técnicas são tomadas por votação da maioria simples dos seus membros, cabendo o voto de desempate ao coordenador. Este é eleito na primeira reunião da Câmara Técnica, por maioria qualificada dos votos de seus integrantes. As reuniões são lavradas em livro e as atas aprovadas e assinadas pelos seus membros. A ausência dos membros das Câmaras Técnicas por duas reuniões consecutivas, sem justificativa, ou três reuniões alternadas com justificativa, implicará na perda de sua vaga.

O CBH/BPSI conta com 04 Câmaras instituídas. No biênio atual, apenas a Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas – CTRHEH¹⁵⁵ e a Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais - CTALI¹⁵⁶ estão atuantes (quadro 41 e 42).

Quadro 41: Composição da CTRHEH– amostra analisada (2015-2017)

Câmara	Membro	Representação	Segmento
Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas - CTRHEH	Otony Francisco de F. Junior	P.M.Stº.A. Pádua	PP
	Pedro Vieira Esteves	FIPERJ	PP
	Juliana Rangel dos Santos	SISERJ	PP
	José do A. Ribeiro Gomes	Sindicato Rural de Campos	U
	Zenilson Amaral Coutinho	ASFLUCAN	U
	João Gomes de Siqueira	UENF	SC

¹⁵⁴ A Resolução 007/2011 de 21/07/11 definiu as normas de funcionamento das Câmaras Técnicas Consultivas do CBH do Baixo Paraíba do Sul (CBH BPS, 2011; CBHBPSI, 2017).

¹⁵⁵ A CTRHEH foi criada em 23/03/10 através da Resolução nº 003/2010. (CBH BPSI, 2010). A CTRHEH estuda os problemas relativos aos recursos, corpos hídricos e estruturas hidráulicas contidos na área de atuação do Comitê ou que nele tenham repercussões (Relatório de Gestão CBH BPSI, 2015).

¹⁵⁶ A CTALI é responsável pela análise dos regulamentos e ações necessários para a funcionalidade do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Relatório de Gestão CBH BPSI, 2017).

Coordenação da CTRHEH: Joana Siqueira APROMEPS (Usuário) Criada em 2010	Paulo Jorge Xavier	INEA	PP
	Luiz Eduardo Crespo	P.M. Campos Goytacazes	PP
	Leandro Peixoto	P.M. São Fidélis	PP
	Rodolfo Silva	Colônia Z-19	U
	Mário Henrique Fazza	Águas do Paraíba	U
	Luiz Mário A. Concebida	FIRJAN	U
	Joana Siqueira	APROMEPS	U
	Luiza Salles	Ecoanzol	SC
	Vicente de Paulo Santos	IFF	SC
Adriana Filgueira Leite	UFF	SC	

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 42: Composição da CTALI – amostra analisada (2015-2017)

Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais – CTALI	Membros	Representação	Segmento
Coordenação da CTALI: Claudio Heringer Criada em 2011	José do A. Ribeiro Gomes	Sindicato Rural de Campos	U
	Zenilson Amaral Coutinho	ASFLUCAN	U
	João Gomes de Siqueira	UENF	SC
	Paulo Jorge Xavier	INEA	PP
	Marcos Alberto Ferreira	P.M.Italva	PP
Coordenação da CTALI: Claudio Heringer Criada em 2011	Mário Henrique Fazza	Águas do Paraíba	U
	Luiz Mário de A. Concebida	FIRJAN	U
	Jeferson Nogueira Fernandes	OAB	SC
	Luiza Salles	Ecoanzol	SC
	Claudio Heringer	P.M.S.Fcº Itabapoana	PP

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Desde o início da pesquisa de campo [2015/1] a Câmara Técnica de Defesa Civil - CTDC¹⁵⁷ e a Câmara Técnica da Pesca - CTP¹⁵⁸ se encontravam inativas, sic, por falta de membros em número necessário ou com interesse na participação.

Quadro 43: Composição da CTDC

Câmara Técnica de Defesa Civil – CTDC	Membros	Representação	Segmento
	Criada em 2010, no momento a Câmara Técnica está inativa. Encontra-se sem membros desde 2012		

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

¹⁵⁷ A CTDC foi criada em 23/03/10 através da Resolução 004/2010. Tem como atribuições propor, traçar diretrizes e assessorar no mapeamento de risco de desastres, monitoramento de dados meteorológicos, hídricos, pluviométricos e linimétricos, objetivando a mitigação de ameaças e vulnerabilidades na região de atuação do Comitê (Relatório de Gestão CBH BPSI, 2015).

¹⁵⁸ A CTP foi criada em 03/12/12 através da Resolução 010/2012 (CBH BPS, 2012). É responsável por discutir e analisar a atividade da pesca artesanal na região (Relatório de Gestão CBH BPSI, 2015).

Quadro 44: Composição da CTP

	Membros	Representação	Segmento
Câmara Técnica da Pesca - CTP	Criada em 2012, no momento esta Câmara Técnica está inativa. Encontra-se sem membros desde 2013		

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Em julho de 2017, durante a 2ª RO da Plenária, houve proposição para a reativação da CT da Defesa Civil, entretanto, até o final do recorte temporal analisado, a mesma não se efetivou. O PP é um ator preponderante na efetividade desta CT, mas, conforme apurado, sua atuação não é regular. Situação que envolve a decisão política sobre “o quê” vai ascender na agenda decisional. De forma geral a ação é eminentemente emergencial e não voltada ao planejamento preventivo; ocorre na vigência de eventos extremos [cheias/inundações; estiagem/seca; erosões], conforme apresentado no quadro 20.

Quanto a CTP a coleta de dados evidenciou que dentro da própria direção do colegiado não é consenso a sua existência. Entre os motivos expostos estão: i) temor de conflitar com a CTRHEH e, ii) a crença/manifestação de que um Grupo de Trabalho, nos moldes do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas – GTMC, seria mais eficaz. Há um grande conflito de interesses envolvido na viabilidade da CTP.

De acordo com o RI, em seu Art. 30, o CBH BPSI prevê, além das Câmaras Técnicas Permanentes, que o comitê pode instituir Grupo de Trabalho [temporário], a critério do Diretório em comum acordo com as Câmaras Técnicas.

Para além do [des]interesse na participação e presença de atores capazes de apoiar o processo [no campo técnico e político] as atividades junto as CTs e GTs e à plenária guardam relação com dois outros importantes fatores: financiamento e disponibilidade para o processo participativo.

Refletindo sobre a assimetria de condições para a participação das distintas entidades, Sá Rego (2012) destaca em seu texto a forma diferenciada em que essa participação se dá; enquanto há representantes que frequentam as atividades dos comitês no exercício de suas atribuições profissionais, durante o horário de trabalho, recebendo diárias, usando carros funcionais, há outros membros que “(...) *prestam trabalho voluntário e frequentemente pagam as despesas com passagens e alimentação de seu próprio bolso, muitas vezes deixando*

de cumprir suas atividades profissionais, o que já limita as possibilidades de participação por critérios econômicos” (SÁ REGO, 2012).

É evidente que a condição financeira e a disponibilidade para a participação tendem a afetar, de forma mais contundente, a participação de setores não hegemônicos do segmento usuário [como a pesca artesanal] e certos setores da sociedade civil.

A participação tem custos. O processo participativo no CBH BPSI envolve o deslocamento constante para reuniões ordinárias e extraordinárias que ocorrem localmente¹⁵⁹ [como reuniões da plenária, das CTs e dos GTs]; reuniões de âmbito regional [como as reuniões do CERHI, AGEVAP e as do Fórum Estadual de Comitês de Bacias]; em âmbito interestadual [como as reuniões do CEIVAP nos três estados da federação: RJ, SP e MG]; e, em âmbito nacional [como as do Fórum Nacional de Comitês, reuniões para articulação junto a ANA, ao ONS, aos ministérios e grupos de pressão]. Todas as representações citadas são exercidas sem remuneração. Para superar o entrave, alguns comitês do ERJ deliberaram pelo financiamento da participação dos representantes com recursos do FUNDRHI. O CBH BPSI também aprovou Resolução sobre a matéria¹⁶⁰.

Conforme Resolução do colegiado, o apoio envolve o pagamento por reembolso das despesas com locomoção e diária para arcar com os custos de estadia e alimentação, quando em deslocamentos fora de sua cidade no exercício da função¹⁶¹.

Há todo um processo burocrático envolvido nesse ressarcimento e/ou adiantamento. De todo modo, esse procedimento é necessário. Ao mesmo tempo, o “incentivo positivo” é um instrumento fundamental para reduzir os “custos de transação/participação” (COSTA, 2005). Como demonstrado, a construção da governança se faz em diversos espaços e instâncias para além das reuniões plenárias trimestrais, das reuniões extraordinárias, das câmaras técnicas, dos grupos de trabalhos, de visitas técnicas/expedição no âmbito do CBH BPSI e entre os demais CBHs. Envolve a participação e disputa por representação junto ao CERHI, ao

¹⁵⁹ Lembrando que o conceito de local, neste caso, envolve 22 municípios entre norte e noroeste fluminense. Sendo a maior RH em extensão do ERJ.

¹⁶⁰ A Resolução 009/2012 dispõe sobre o custeio das despesas dos membros do CBH BPSI que venham representá-los oficialmente e de convidados oficiais. Em 12/08/2016, a Resolução 020/16 traz nova redação sobre o custeio das despesas dos membros do colegiado (CBH BPSI 2012; 2016).

¹⁶¹ Tal decisão, no entanto, não encerra o assunto diante dos problemas relativos aos atrasos nos repasses e do arresto dos recursos do FUNDRHI em fevereiro de 2016.

CEIVAP e outros Fóruns estaduais e federais. Um complexo e dinâmico “Sistema” com potencial para democratizar o acesso aos múltiplos usos das águas.

Além do fator orçamento/disponibilidade, outra dificuldade agregada, segundo Sá Rego (2012), reside nos distintos níveis de escolaridade e na desigualdade de acesso ao conhecimento técnico-científico envolvido na gestão dos recursos hídricos. Há constante necessidade de diálogo e de ações educativas durante os trabalhos e debates.

A necessidade do conhecimento sobre a política e acesso ao conhecimento técnico-científico na área da gestão das águas sobressai nas respostas das questões do instrumento de pesquisa aplicado aos membros dos três segmentos [Bloco C - que trata dos resultados do processo deliberativo]. A questão 6.1, ao indagar sobre qual recurso creditam a maior capacidade de influência dos atores nos debates, revelou uma percepção dos membros que se aproxima da análise de Sá Rego.

Entre as opções elencadas estavam: i) poder de pressão do segmento, ii) comprometimento institucional, iii) disponibilidade para a participação, iv) conhecimento sobre a política, e v) outros. De acordo com a percepção da amostra analisada, em primeiro lugar está o conhecimento sobre a política [58,3%]; em segundo, disponibilidade para a participação [33,3%]; e, em terceiro, o comprometimento institucional [8,3%].

Sá Rego (2012) destaca que a dimensão pedagógica do processo participativo deve ser sistematicamente desenvolvida e aproveitada para fortalecer a formação da cidadania das representações e o poder dos Comitês. Para tanto, há necessidade de fazer valer o jogo cooperativo nas distintas instâncias. Questões tratadas por teóricos da segunda fase da teoria da democracia deliberativa, no sentido de *“colocar a questão das oportunidades justas no campo das discussões democráticas e conectá-la com o processo legislativo”*; e *“introduzir a conversação cotidiana, que produz resultados coletivos por meio de efeitos combinados e interativos de ações de indivíduos relativamente isolados, na arena*

deliberativa”(MANSBRIDGE, 1999, 2009¹⁶²;GUTMANN & THOMPSON, 2002, 2009¹⁶³; CHAMBERS, 2002,2009¹⁶⁴).

5.2 Como e o quê delibera?

Nesta categoria,para apurar a variável independente intrassistêmica exógena “potencial para deliberação pública e inclusiva”,também disposto no quadro 2, verificou-se os seguintes fatores de apuração: i) vocalização e articulação com outros níveis de poder e atores relacionados a esta política pública; e, ii) Temas prevalentes.

5.2.1 Vocalização e articulação com outros níveis de poder e atores relacionados com esta política pública

A capacidade vocalização e de articulação com outros níveis de poder e diferentes atores sociais é uma questão relevante.De acordo com os dados apurados (quadro 45) pode ser verificado que, ao longo dos biênios analisados e para o próximo triênio 2017-2020, o CBH BPSI apresentou aumento expressivo na participação e na representação em diversos órgãos colegiados e em instâncias distintas [ex.: FFCBH, CERHI, CEIVAP].

Como destacado por Cunha (2009) a manifestação pública das ideias, opiniões, interesses e demandas compõem“(…)aspecto central da teoria deliberativa, pois está relacionada à possibilidade dos diferentes atores expressarem-se no processo deliberativo, de modo igualitário, inclusivo e transparente”.

A capacidade de vocalização [de estabelecer o debate] trata-se da possibilidade de exercer o direito à voz como ato político; um meio de influenciar o sistema político (YOUNG, 2003; CORTES, 2005 *apud* CUNHA, 2009).Observou-se nas reuniões do CBH BPSI que prevaleceu o debate em relação às decisões.Entende-se aqui por debate o “diálogo ou expressão de dois ou mais membros a partir da manifestação de um deles para posterior votação” e por decisão a “formação de algum acordo ou consenso acerca do tema em

¹⁶² Ver: A Conversação Cotidiana no Sistema Deliberativo (1999). In: MARQUES (2009). A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas (textos fundamentais – Org. e Trad.) BH: Autêntica Editora.

¹⁶³ Ver: Democracia Deliberativa Para Além do Processo (2002). In: MARQUES (2009). A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas (textos fundamentais – Org. e Trad.) BH: Autêntica Editora.

¹⁶⁴ Ver: A Teoria Democrática Deliberativa (2003). In: MARQUES (2009). A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas (textos fundamentais – Org. e Trad.) BH: Autêntica Editora.

deliberação, aceitação ou rejeição sem necessariamente um processo de argumentação anterior”.

Apesar de a sociedade civil ser o segmento que apresentou maior capacidade de vocalização, e, segundo os entrevistados, ser o ator responsável pelo incremento das proposições do colegiado [57,1%], é o segmento que apresenta menor poder de agenda e menor peso nas decisões [14,2%], de acordo com os dados apurados (quadro 45).

De forma geral, quanto ao perfil da amostra analisada, observou-se alta participação dos três segmentos nas reuniões plenárias, com membros bastante atuantes nas CTs e GTs do CBH BPSI e, em outras instâncias (quadro 46 e 47). Já em relação à alternância dos atores no comitê, verificou-se que os membros oriundos da sociedade civil possuem um histórico mais prolongado no colegiado, se comparados com os demais; um fator primordial e pedagógico no domínio dos instrumentos dessa política pública.

Quadro45: Perfil da Participação dos Segmentos do CBH BPSI segundo percepção da amostra analisada

Característica	Poder Público	Usuários	Sociedade Civil	Perfil
Propõe mais	14,2%	28,5%	57,1%	SC maior capacidade de proposição
Pauta mais	28,5%	57,1%	14,2%	U maior capacidade de agenda
Tem maior peso nas decisões	42,8%	42,8%	14,2%	PP e U detém maior capacidade decisional

Fonte: Questionário (ANEXO II)

Quanto à presença de atores externos nas reuniões plenárias há alternância do predomínio de determinados segmentos de usuários e da sociedade civil [convidados pelos próprios conselheiros para exposição e/ou esclarecimento de temas ou para a apresentação de propostas e/ou relatórios].

Já em reuniões deliberativas, há predomínio da presença de atores do segmento do PP. Nesse aspecto, a crítica de alguns membros do próprio colegiado se dá [fala que reverberou na entrevista com os interlocutores] em função que, na maioria das vezes, tais atores não participam da construção do processo deliberativo como um todo, mas detém grande potencial na decisão.

Quadro 46: Articulação com outros níveis de poder: colegiados nos quais o CBH BPSI tem representação

Colegiados	Recorte temporal analisado			
CERHI	2010-2012	2012-2014	2014-2016	2017-2020
<p>O CERHI-RJ é constituído por uma plenária composta de 32 membros titulares, com seus respectivos suplentes, distribuídos nos seguintes segmentos: poder público, usuários, sociedade civil, além da representação dos CBHs.</p> <p>Possui em sua estrutura três Câmaras Técnicas: CT- Instrumento de Gestão/CTIG CT – Institucional Legal/CTIL CT – Águas Subterrâneas/CTAS</p>	<p>Sem registro de Representação disponível</p>	<p>Plenária: 05assentos</p> <p>PP: PMSJB U: ASFLUCAM SRC SC: UENF CBH: CBHBPSI</p> <p>CTs: 02 assentos CTIL:ASFLUCAM CTIG: - CTAS: PMSJB</p> <p>TOTAL: 07 assentos</p>	<p>Plenária: 09assentos</p> <p>PP: PMSJB PMCG PMSF PMBJI U: ASFLUCAM APROMEPS SRC SC: UENF CBH: CBHBPSI</p> <p>CTs: 04 assentos CTIL:ASFLUCAM CTIG: - CTAS: PMCG PMSJB UENF</p> <p>TOTAL: 13 assentos</p>	<p>Plenária: 07 assentos</p> <p>PP: PMSJB U:ABRAGEL ASFLUCAM APROMEPS SC: NEA-BC UENF CBH: CBHBPSI</p> <p>CTs: 03 assentos CTIL:ASFLUCAM CTIG: PMSFI CTAS: PMCG</p> <p>TOTAL: 10 assentos</p>
Colegiado/ FFCBH	Reativado em 2012, durante a Conferência da ONU (Rio + 20)		2016	
<p>O Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica - FFCBH é uma instância colegiada formada pelos CBHs do ERJ, criado com a missão de articular e promover a integração e gestão das águas nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, visando o fortalecimento dos mesmos como entes do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SEGRHI.</p>	<p>Fazem parte do Fórum Fluminense: o Comitê de Bacia Baía da Ilha Grande, o Comitê de Bacia Guandu, o Comitê de Bacia Médio Paraíba do Sul, o Comitê de Bacia Piabanha, o Comitê de Bacia Baía de Guanabara, o Comitê de Bacia Lagos São João, o Comitê de Bacia Rio Dois Rios, o Comitê de Bacia Macaé e das Ostras e o Comitê de Bacia Baixo Paraíba do Sul.</p>		<p>O CBH BPSI assume a coordenação geral do FFCBH em 2016¹⁶⁵</p>	
CEIVAP	Recorte temporal prévio		Quadriênio 2017-2021	
<p>A plenária do CEIVAP é constituído por 60 membros titulares e seus respectivos suplentes:</p> <p>03 representantes da União e 19 de cada estado da bacia do Paraíba do Sul(São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), com a seguinte composição:</p> <p>40% de representantes dos usuários de água 35% do poder público 25% de organizações civis.</p> <p>Possui apenas uma CT: Câmara Técnica Consultiva – CTC.</p> <p>O grupo possui 18 membros representantes de instituições do Poder Público, Usuários e Sociedade Civil dos estados de Minas Gerais,</p>	<p>Sem acesso disponível ou registro de representação</p>		<p>Plenária: 04Assentos</p> <p>PP: PMCG PM ITAPERUNA PMSJ UBÁ PM SJB</p> <p>CT/CTC: 03assentos UENF PM SJB ABRAGEL</p>	

¹⁶⁵ Os membros da coordenação serão eleitos com mandato de 2(dois) anos, sendo admitida uma reeleição (FFCBH, 2015).

<p>São Paulo e Rio de Janeiro, que se reúnem periodicamente.</p> <p>Possui 04 GTs e uma Comissão Especial Permanente, a saber:</p> <p>GTAI: Grupo de Trabalho de Articulação Institucional.</p> <p>GTAOH – Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia</p> <p>GTPSA; Grupo de Trabalho Pagamento Serviços Ambientais</p> <p>GT Macrófitas: Grupo de Trabalho</p> <p>CEPCG: Comissão Especial Permanente de Articulação Ceivap e comitê Guandu</p>		<p>Grupo de Trabalho: 02 assentos</p> <p>GTAI: CBHBPSI/UENF</p> <p>GTAOH: CBHBPSI/UENF</p> <p>GTPSA: -</p> <p>GT Macrófitas: -</p> <p>CEPCG: 01 assento</p> <p>CBHBPSI/UENF</p> <p>TOTAL: 10 assentos</p>
--	--	---

Fonte: FFCBH (2015); Repositório Digital CEIVAP; CBH BPSI (2017) - Elaborado pelo autor.

Alçar representação no CERHI é de suma importância na implementação desta política pública no ERJ, à medida que cabe a este colegiado: i) estabelecer as normativas para a formação, organização e funcionamento dos CBHs e Agências de Água; ii) exercer a arbitragem dos conflitos entre os comitês dentro, e em última instância administrativa, no Estado; iii) estabelecer os critérios gerais sobre a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e a sua cobrança; iv) deliberar sobre projetos de aproveitamento destes recursos, além de, v) analisar as propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à PERH (INEA, 2017).

Já a relevância da participação e representação no CEIVAP se dá por ser este o espaço de debate e decisão sobre questões relacionadas aos usos múltiplos dos recursos hídricos e cobrança das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em instância que envolve os três estados federativos: SP, MG e RJ. Para auxiliar no processo de tomada de decisão, o CEIVAP conta com apenas uma Câmara Técnica Consultiva (CTC)¹⁶⁶. Entretanto, diante da diversidade e complexidade dos temas tratados, foram criados Grupos de Trabalho, que atuam em consonância com a Câmara Técnica, com a finalidade de subsidiar os trabalhos deste Colegiado.

Ter voz e voto nessas esferas é fator de grande importância para a viabilidade econômica do interior do ERJ e para a segurança hídrica de toda a população da bacia.

¹⁶⁶ A CTC foi instituída através da deliberação CEIVAP nº 89 de 2008. É responsável por debater, em uma instância mais específica e técnica, assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul, envolvendo SP, MG e RJ, e articular a atuação das entidades integrantes do sistema (REPOSITÓRIO DIGITAL DA SEA, 2017)

Quanto ao FFCBH, além do papel de articulador e promotor da integração e gestão das águas nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, tem como atribuição, em conjunto com outras instâncias de governança das águas, a articulação do diálogo com o nível federal e fomento às discussões sobre a integração com o gerenciamento costeiro, assim como outros programas de Estado. Outra ação assumida é a responsabilidade da organização do Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas – ECOB e participação garantida na coordenação do Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB. (FFCBH, 2017).

Em maio de 2016, na assembleia Geral Ordinária do FFCBH ocorrida no IV Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – IV ECOB, foi eleita a nova composição do FFCBH; o diretor presidente do CBH BPSI assume a coordenação geral deste colegiado; representatividade que tende a fortalecer a gestão e a integração do CBH BPSI com outros comitês do ERJ.

Em âmbito local, observou-se forte institucionalização do CBH BPSI e participação ativa dos conselheiros. O quadro abaixo apresenta o perfil de participação dos membros do CBH BPSI, relativo à amostra analisada.

Quadro 47: Perfil de participação dos atores da amostra

Segmento	Representação no momento da aplicação do Instrumento de coleta	Histórico de Participação Plenária CBH BPSI	Participação em Câmara Técnica no CBH BPSI	Participação em Grupo de Trabalho no CBH BPSI	Experiência prévia em processo participativo em CBH
Poder Público	PMSFI - Titular	1º Biênio Atuando a partir de 2017	sim	Sim	não
	PMCG - Titular	Atua desde 2009	sim	sim	Não
	PM Carapebus - Titular	Atua desde 2010	NR	NR	Sim
	PM Quissamã - Suplente	1º Biênio Atua desde 2016	Sim	NR	Não
	PM Pádua – Titular	Atua desde 2013	sim	sim	Não
	PM Conceição de Macabu - Titular	1º Biênio Atua desde 2015	NR	sim	Sim
Usuário	COAGRO – Titular	1º Biênio Atua desde 2016	Sim	sim	não
	FIRJAN - Titular	Atua no desde 2009	Sim	sim	Não
	Sindicato Rural	Atua desde 2009	sim	sim	não

	de Campos - Titular				
Sociedade Civil	UFRRJ - Titular	Atua desde 2009	sim	sim	Sim
	ONG Ecoanzol - Titular	Atua desde 2008	sim	sim	Não
	ONG Puris - Titular	Atua desde 2008	sim	sim	Não
	UENF – Titular	Atua desde 2009	Sim	sim	Não

Fonte: Questionário (ANEXO II)

Na percepção da amostra dos três segmentos que responderam ao questionamento sobre a característica da participação dos conselheiros do CBH BPSI, os dados demonstraram (quadro 45) que a maior capacidade de agenda [habilidade em colocar temas ou questões para o debate político e público, relaciona-se ao segmento usuário [57,1%], em relação ao PP [28,5%] e SC [14,28%].

Contudo, para o escopo deste estudo, mais que especificar o segmento com maior capacidade de agenda, importa identificar quais temas ascenderam à agenda para a discussão e deliberação; questão tratada na próxima seção.

Quanto à indagação se há um segmento que detém maior peso nas decisões do CBH BPSI, o poder público e o segmento usuário, na percepção da amostra, se igualam quanto à potência decisória [42,8%]. Um dado com aplicação interpretativa sobre o direcionamento das ações e prioridades adotadas na governança local dos recursos hídricos.

O processo deliberativo, no entanto, é um sistema complexo; envolve demandas provenientes de instâncias e motivações distintas que guardam inúmeros conflitos de interesses [dentro e fora do colegiado]. Essa característica deixa transparecer o porquê da importância da prevalência do debate sobre as decisões; da necessidade de várias rodadas de discussão; a importância e a riqueza do conhecimento esclarecido por meio das CTs e dos GTs; e, o valor das preferências justificadas nas Plenárias para a estruturação da decisão/voto. Neste aspecto os registros das atas não contemplam a complexidade do fluxo deliberativo.

Foi o conjunto de dados primários coletados, junto aos atores da amostra, sobretudo por meio da observação “não” participante [em reuniões, eventos, visitas técnicas, conversas informais], o elemento basilar para interpretação da vocalização e para apreensão do sentido das ações, e não-ações, que as atas, por si, não conseguem conjugar.

5.2.2 Temas prevalentes

Como exposto, na seção anterior, tão importante quanto ter a capacidade de pautar temas para a discussão é pontuar quais foram os que predominaram e/ou chegaram à deliberação pública, considerando o recorte temporal proposto.

As questões guardam relação com o modelo de desenvolvimento regional, em especial com os interesses da remanescente agroindústria sucroalcooleira e de grandes empresas associadas à cadeia produtiva do petróleo e gás.

Neste aspecto sobressai a centralidade de Campos dos Goytacazes no encaminhamento das questões. A mineração ainda que apresente notoriedade em alguns municípios como o caso de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Italva; e, também prevalece na região de Santo Antônio de Pádua [com estrutura produtiva de rochas ornamentais] não são pautas que emergiram na agenda do colegiado. Quanto à agropecuária, voltada para o abastecimento do mercado interno e indústrias de beneficiamento e produção alimentícia [leiteira, laticínios], o destaque volta-se para as demandas dos municípios do Noroeste Fluminense, como Itaperuna, São José do Ubá e Natividade, em função da crise hídrica.

O conflito histórico na RH IX, sobre a questão do manejo de comportas e gerenciamento dos canais, envolvendo produtores rurais, pescadores e poder público é o que prevaleceu [em especial, envolvendo os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus e Quissamã]; assim, como a questão dos níveis da lâmina d'água e salinização nos canais da baixada campista em São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, fomentando a recomposição de força e representação no CBH BPSI.

Na governança das águas, como pontuado por Empinotti, Jacobi, Fracalanza & Bujak (2017), o acesso à informação pode reposicionar atores que terão maior impacto nos processos de negociação e discussão.

Ao expor os problemas por meio de divulgação de dados, é possível aumentar o controle sobre os atores responsáveis pela execução de ações e os seus resultados, uma vez que muitos dos problemas ambientais contemporâneos são identificados e tratados a partir da divulgação de informações. Com isso, atores sociais com acesso à informação posicionam-se em vantagem com relação aos outros e intensificam a discussão sobre práticas que levem à transparência (CASTELLS, 1996; MOL, 2010 apud EMPINOTTI, JACOBI, FRACALANZA & BUJAK, 2017).

Deste modo, optou-se por apresentar os temas que emergiram no CBH BPSI segundo três enfoques: organização interna, diagnóstico de situação/gestão e proposição de ações (quadros, 48 a 59), dispostos a seguir:

5.2.2.1 Temas prevalentes no CBH BPSI 2011-2013

Quadro 48: Temas Prevalentes- Plenária CBH BPSI / 2011-2013

Biênio	Categorização		
	Organização Interna	Diagnóstico Situação	Proposição de Ações
2011 a 2013	<p>Instituição do RI em 2011</p> <p>Definição da localização da sede da agência de bacia do CBH BPSI [Resolução 01/11 - 18/01/2011]</p> <p>Definição da aplicação dos Recursos Financeiros na subconta do CBH BPS no FUNDRHI [Resolução 05/11 - 03/03/2011]</p> <p>Criação da CTAL [Resolução 06/11 - 03/03/2011]</p> <p>Estruturação da CTRHEH e da CTDC (criada 2010). Definição de normas de funcionamento das CTs [Resolução 07/11 - 21/7/2011]</p> <p>Deliberação sobre o Contrato de Gestão firmado entre o INEA e a AGEVAP [Resolução 08/11 - 21/07/2011]</p> <p>Deliberações sobre o custeio dos membros do CBH BPSI que venham representá-lo oficialmente e de convidados oficiais [Resolução 09/12 - 28/8/2012]</p> <p>Indicação de representante para o CERHI e CEIVAP</p> <p>Criação CTP (2012)</p> <p>Posse em 12/09/2013, dos novos membros da gestão 2013 a 2015.</p>	<p>CTDC: diagnóstico da área de risco e principais ameaças a serem mitigadas nas regiões norte e noroeste</p> <p>CTRHEH: diagnóstico de situação dos canais Coqueiros e São Bento e intervenções necessárias nos canais e comportas</p> <p>Denúncias pescadores: situação dos diques e assoreamento. Conflitos entre pescadores, produtores rurais e poder público</p> <p>Revisão do RI do CBH BPSI</p> <p>Informes e contribuição na reformulação do Plano de Bacia do Paraíba do Sul</p> <p>Questionamentos ao INEA sobre obras da Odebrecht [recursos PAC II] e sobre prestação de conta do valor repassado.</p> <p>Apresentação das obras de contenção rio Muriaé e Aterro Sanitário em Itaperuna</p> <p>Discussão sobre a legalização de aterros e construções na margem do rio e de lagoas e sobre o processo de outorga da empresa LLX</p> <p>Compensação/LLX</p> <p>Situação das obras do empreendimento Super Porto do Açú</p> <p>Relatos dos impactos na pesca em virtude da pedreira do Grupo X em Lagoa de Cima.</p> <p>Situação do saneamento em Campos dos Goytacazes e em toda RH IX</p>	<p>Proposta de implantação de Sistema de radiocomunicação, visando integrar os municípios da bacia, o CBH BPSI e INEA, para aperfeiçoar a resposta aos desastres naturais na RH IX</p> <p>Proposta de criação de um GT para direcionar o manejo das comportas junto ao INEA;</p> <p>Propostas sobre recuperação e manejo das comportas da margem esquerda do PS e discussão sobre as obras do Rio Ururaí</p> <p>Criação do GT sobre manejo dos canais, dinâmica de peixes e demarcação das lagoas</p> <p>Acompanhamento de obras nas estruturas e da limpeza canais</p> <p>Termo de referência ao CEIVAP para obter recurso visando projeto de reestruturação de comportas e canais [São Bento, Coqueiro, Caxexa, Cambaiba e demais com vazamentos e problemas estruturais].</p> <p>Solicitação ao INEA de informação sobre a adução do Quitungata pela LLX e sobre necessidade de demarcação das lagoas para mitigar conflitos entre pescadores e produtores rurais;</p> <p>Visita técnica às instalações da ETA da Coroa, da Empresa Águas do Paraíba em Campos</p> <p>Aprovação pela CT dos projetos: Sistema SisPlamte [software para informações georreferenciadas]. Rádio-Comunicação entre os municípios da bacia. e do projeto de Rede e ETE do município S.J. Ubá.</p>

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Os quadros abaixo apontam os temas discutidos nas Câmaras Técnicas em atividade durante o biênio 2011-2013. Não necessariamente temas que foram pautados na agenda de discussão ascenderam à agenda decisional do CBH BPSI. Outros, ainda que deliberado pelo colegiado não contou com o apoio de atores políticos para a sua implementação.

Quadro 49: Temas Prevalentes - CTRHEH / 2011-2013

CTRHEH 2011 - 16 Reuniões citadas. 11 Atas disponíveis. Coordenador: João Gomes Siqueira (UENF - Campos dos Goytacazes)

- 1ª a 4ª reuniões: convocatórias, lista de presença e atas não disponíveis.
- 5ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 26 de janeiro de 2011 (quinta-feira) às 09:30, realizada na Casa Ecológica da UENF. **Ordem do dia: Informes sobre a reformulação do Plano de Bacia do Paraíba do Sul; Obras sobre o canal São Bento; Proposição da criação de um GT para direcionar o manejo das comportas junto ao INEA; Discussão sobre a legalização de aterros e construções na margem do rio e de lagoas e sobre o processo de outorga da empresa LLX; Compensação/LLX; Relatos dos impactos na pesca em virtude da pedreira do Grupo X em Lagoa de Cima.** Ata disponível. 16 participantes.
- 6ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 09 de fevereiro de 2011) às 09h, realizada na Casa Ecológica da UENF. **Ordem do dia: Esclarecimentos sobre a obra no canal Coqueiros e São Bento; Esclarecimentos sobre as obras no rio Ururai; Questionamentos ao INEA sobre: obras da Odebrecht e recurso complementar [200 milhões a ser incluído no PAC II], prestação de conta dos 97 milhões já repassados; Solicitação ao INEA de repasse de informação sobre outorga a LLX; Discussão sobre a recuperação e manejo das comportas da margem esquerda do PS e conflitos entre pescadores, produtores rurais e poder público.** Ata disponível. 14 participantes.
- 7ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 02 de março de 2011(quarta-feira) às 09h, realizada na Casa Ecológica da UENF. **Ordem do dia: Relatório da Visita Técnica do GT à margem esquerda do PS; Elaboração do documento com questionamentos discutidos pela CT e GT a ser apresentado ao comitê e INEA – Termo de referência ao CEIVAP para obtenção de recurso para elaborar projeto de reestruturação de comportas e canais [São Bento, Coqueiro, Caxexa, Cambaiba e demais canais com vazamentos e problemas estruturais]. Solicitação ao INEA de informação sobre a adução do Quitunguta pela LLX; Necessidade de demarcação das lagoas para mitigar conflitos entre pescadores e produtores rurais; discussão sobre a necessidade de estabelecimento de metas a ser trabalhadas pelo comitê e sobre manejo das comportas.** Ata disponível. 09 participantes.
- 8ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 16 de março de 2011(quarta-feira) às 14h, realizada na Casa Ecológica da UENF. **Ordem do dia: Apresentação do Sistema SisPlamte para implantação no comitê – software para subsidiar informações georreferenciadas. Questionamentos dos membros sobre acesso, alimentação, disponibilização online 24h, atualização custos. Apresentação projeto Rádio-Comunicação entre os municípios da bacia. Apresentação projeto de Rede e Estação de Tratamento de Esgoto do município São José de Ubá. Os três projetos foram aprovados pela CT.** Ata disponível. 20 participantes
- 9ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 17 de março de 2011(quinta-feira), sic registro na página do CBH BPSI. Em ata consta que a reunião ocorreu dia 02/03/11, iniciando às 09:50 na Casa Ecológica da UENF. **Ordem do dia: Apresentação do Termo de Referência das obras dos canais e discussão sobre a quem cabe a decisão, a operação/manejo, a limpeza e reparação das comportas. Até o momento a automação do sistema só está prevista para os canais São Bento e Quintiguta; pelo exposto o sistema levará em torno de 05 anos para ser implantado e deverá ser custeado pela LLX [usuária da bacia com outorga junto a ANA e que repassará o recurso ao CEIVAP. Há, sic pelo representante do INEA, solicitação para o recurso seja direcionado ao INEA]; Enfatizado a necessidade de vigilância nas comportas a fim de evitar depredação destas**

estruturas [o que, em tese, é responsabilidade do INEA]. Questionamentos sobre o projeto de demarcação das lagoas; Sugerido a criação de um GT para tratar do manejo das comportas da região, a fim de gerar dados para embasar e estabelecer responsabilidades e respaldar decisões. Como não houve quórum a votação para decidir a aprovação do Termo de Referência para as obras nos canais e criação do GT foi adiada para a próxima reunião. Ata disponível. 08 participantes.

- 10ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 23 de março de 2011(quarta-feira) às 09h, realizada na Casa Ecológica da UENF. Ordem do dia: **Discussão sobre ações efetivas de acordo com o indicado pelo relatório da Visita às comportas da margem esquerda do PS; Aprovação do GT manejo de Comportas. Por falta de quórum não foi possível a execução da pauta.** Ata disponível. 07 participantes.
- 11ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 30 de março de 2011(quarta-feira) às 09h, realizada na Casa Ecológica da UENF. Ordem do dia: **Apresentação do INEA do relatório sobre o andamento das obras nos canais São Bento e rio Ururai. O representante da Odebrecht relatou que, além da dragagem dos canais São Bento, Coqueiros, Flecha e Quitinguta, prevê a recuperação do Delta do rio Ururai e a construção de um vertedouro de ligação entre o canal Coqueiro e Quitniguta [que funcionará na época da cheia]; Aprovação do GT para estudo e manejo de comportas.** Ata disponível. 12 participantes.
- 12ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 13 de abril de 2011(quarta-feira) às 09h, realizada na FIRJAN. Ordem do dia: **Apresentação da Odebrecht sugerindo a construção de um canal vertedouro no canal da Flecha. Como o representante da empresa não compareceu essa pauta não pode ser executada. Em função da grande representatividade dos setores, na presente reunião, vários informes e discussões ocorreram, entre os quais: a importância da CTRHEH como um fórum de discussão e posicionamento em relação aos projetos; cobrança do EIA/RIMA das obras relativas aos canais; Importância do CBH na governança das águas e não apenas para o projeto voltados à drenagem [como o que está sendo proposto]. Relatos de conflitos envolvendo produtores rurais e pescadores em função do manejo de comportas e entre proprietários de terra no Açú e a LLX, em virtude da compra/apropriação da terra por parte desta empresa.** Ata disponível. 28 participantes.
- 13ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 05 de maio de 2011(quinta-feira) às 09h, realizada na FIRJAN. Ordem do dia: **Apresentação da proposta de solução para controle de nível de água do sistema Lagoa Feia-Durinho. O representante do INEA expôs que há problemas de intervenção no canal da Flecha. A obra se encontra paralisada devido ao material que está obstruindo a jusante. Foi posto em pauta projeto [com Odebrecht e COPTEC] para avaliar necessidade de mexer no Durinho da Valeta. A proposta foi refutada por alguns produtores rurais, e em especial por representantes do município de Quissamã, que defendem que a intervenção baixaria a cota da Lagoa Feia, afetando todo o município que depende deste corpo hídrico para abastecimento, além de outros usos. Foi questionada a falta de fiscalização em relação aos diques localizados em propriedades interferindo no nível dos canais. Foi afirmado que não é o nível da água que invade a propriedade, e sim a propriedade que tem invadido o espaço da lagoa e canais. Destacado a necessidade de limpeza, manutenção e fiscalização constante. Solicitado um documento técnico identificando a necessidade de mexer no Durinho e que tal intervenção não venha atender somente os interesses de determinado município.** Ata disponível. 27 participantes
- 14ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 08 de junho de 2011(quarta-feira) às 09h, realizada na Casa Ecológica da UENF. Ordem do dia: **Recomposição das comportas da Barra do Furado; Relato de que a obra para construção de um vertedouro não foi paralisada, como relatado em reunião anterior, e segue desconsiderando parecer do comitê. Aprovado na CT [a ser votado/deliberado em**

plenária] a decisão de entrar junto ao MPF solicitação de suspensão imediata da obra no vertedouro de interligação entre o canal São Bento e Quitunguta. Discussão da elaboração de documentos sobre as ações a serem executadas nas estruturas existentes na margem esquerda [a ser enviado ao MPF]; Problemas na captação de água no município de Conceição de Macabu. Foi aprovado o relatório do GT sobre a situação. Ata disponível. 14 participantes

- 15ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 06 de julho de 2011(quarta-feira) às 10h, saindo da sede da superintendência do INEA para, ordem do dia: **Visita às obras executadas no Quitunguta, com a presença dos responsáveis pela execução da mesma. A visita foi iniciada no canal da Flecha avaliando o manejo das comportas; o manejo vem sendo realizado por serviço “terceirizado” pela prefeitura [a um morador da localidade que, apesar de não estar recebendo seus vencimentos, sic, continua a operá-la]. Observado o avanço de habitações às margens dos canais [incluindo escola e posto de saúde]. O objetivo da visita foi obter conhecimento do andamento das obras no canais, receber explicações técnicas dos responsáveis para que a CT feche um relatório a ser encaminhado à plenária do CBH. Foi destacado pelo comitê a falta de transparência nas informações. O representante do INEA lembrou que na reunião foi enfatizada a necessidade de finalizar as obras no Canal da Flecha para, posteriormente, discutir a questão do Durinho [que, segundo o representante, não tem no momento nenhum projeto para esta questão]. Salientou que, quanto ao vertedouro a direção do INEA, juntamente com a COPPETEC e Odebrecht, concluíram pela adequação. Salientou que houve uma audiência pública organizada pela câmara dos vereadores em Campos dos Goytacazes para responder eventuais questionamentos do projeto, mas nenhuma questão foi levantada. Em virtude dos atuais questionamentos ficou acertado a vinda do Sr Paulo Canedo à Campos para esclarecimentos sobre o projeto. O representante da Odebrecht seguiu com explicações sobre como se dará o funcionamento do vertedouro, o manejo das comportas e o monitoramento da cota na região. Membros da CT questionaram que, em reunião pregressa, os representantes do INEA não conseguiram demonstrar como chegaram a cota estabelecida e a essa modelagem. O representante da construtora lembrou da sugestão da presidente do INEA sobre contratar uma empresa para avaliar e dar um parecer técnico sobre a questão, mas salientou que o objetivo da obra é diminuir o alagamento e o tempo de represamento das águas nos períodos de cheia. Foi solicitado pelo representante do SRC que projetos a serem realizados sejam encaminhados com antecedência para que o Comitê possa analisar e, caso identificado alguma discordância, discutir em tempo hábil. Ata disponível. 12 participantes.**
- 16ª reunião ordinária da CTRHEH no ano de 2011, realizada no dia 19 de julho de 2011(terça-feira) às 14h, realizada na Casa Ecológica da UENF. Ordem do dia: **Definição das cinco sub-regiões do CBH BPS; Elaboração de Relatório da visita às obras do Vertedouro do Quitunguta e arredores e definição dos escritórios a serem enviados ao Sr Paulo Canedo (Laboratório de Hidrologia – UFRJ/COPPE), Sr João Grilo (INEA/DIRAM) e Walter Câmara (INEA/DIRAM).** Ata não disponível. 08 participantes.

CTRHEH 2012 - 06 Reuniões. 06 Atas não disponíveis. Coordenador: João Gomes Siqueira(UENF).

- 1ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 22 de março de 2012 Ordem do dia: **Convocatória não disponível.** Ata não disponível. Com lista de presença. 11 participantes.
- 1ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 06 de junho de 2012, às 09h na UENF. Ordem do dia: **Convocatória não disponível.** Ata não disponível. Com lista de presença. 11 participantes.
- 2ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 08 de outubro de 2012 (segunda-feira), às 09 h, na UENF. **Ordem do dia: Discussão e elaboração de aditivo ao Plano de Bacia**

Estadual apresentado na última reunião do CERHI; Discussão do manejo das comportas do canal da flecha.Ata não disponível.09 participantes.

- 2ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 12 de junho de 2012. Ordem do dia: **Convocatória e Ata não disponível.** Ata e lista de presença referente 14ª reunião da câmara técnica institucional do comitê da bacia hidrográfica do rio Piabanha e das sub-bacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto (comitê Piabanha), realizada no dia dez de julho de 2012.
- 3ª Reunião extraordinária da CTRHEH no ano de 2012, realizada no dia 11 de julho de 2012 (quarta-feira), às 14:30h, na UENF. Ordem do dia: **Monitoramento e manejo da comporta do Cataia.**Ata não disponível.12 participantes.
- 3ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 28 de novembro de 2012 (quarta-feira), às 14 h, na UENF. **Ordem do dia:Discussão sobre o manejo das comportas com visitas à tomada de decisões em períodos de cheia e seca no próximo ano. Apresentação da empresa que já está operando no manejo e manutenção das comportas da baixada campista.**Ata não disponível.19 participantes.

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 50: Temas Prevalentes - CTDC/ 2011-2013

CTDC 2011 - 06 Reuniões. 03Atas disponíveis. Coordenador:Douglas Paulich Junior (Defesa Civi - Itaperuna)

- 2ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 03 defevereiro de 2011, às 14h no auditório da Prefeitura Municipal de Itaperuna.Ordem do dia: **Apresentação do projeto sobre Radiocomunicação na RH IX. Mapeamento de risco. Estabelecimento de ações e prioridades relacionadas à Defesa Civil.**17 participantes.
- 3ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 02 de março de 2011, às 14h no auditório da Prefeitura Municipal de Itaperuna. Ordem do dia: **Apresentação do orçamento das placas solares para o sistema de radiocomunicação. Elaboração de Termo de referência de mapeamento das áreas de risco. Elaboração de Plano de contingência regional. Implantação de monitoramento, alerta e alarme. Medidas de mitigação prioritárias para desastres. Realocação de moradias em áreas de risco.**25 participantes.
- 4ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 27 de abril de 2011, às 14h no auditório da Policlínica em Santo Antônio de Pádua. Ordem do dia: **discussão dos problemas encontrados nos projetos SISPLANTE e Radiocomunicação. Apresentação do projeto de fortalecimentos dos órgãos de defesa civil municipal a ser encaminhado ao Secretário de Saúde e de Defesa Civil.**14 participantes.
- 5ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 26 de maio de 2011, às 14h no auditório da Prefeitura Municipal de Itaperuna. Ordem do dia: **Andamento do trabalho do projeto de fortalecimentos dos órgãos de defesa civil municipal. Detalhamento das ações necessárias para o alcance dos objetivos estabelecidos pela CTDC. Resultados do seminário: Estado do Rio de Janeiro: desastres e soluções. Aprovação de novos membros para substituição de faltas consecutivas de conselheiros dificultando assim o quórum para aprovação das decisões.**12 participantes.
- 6ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 01 de julho de 2011, às 13:30 na Casa Ecológica – UENF. Ordem do dia: **Apresentação do SIMDEC - Sistema Municipal de Defesa Civil. Repasse do mapeamento de risco. Ofício ao Estado para ações pactuadas e solicitação de recursos.**

CTDC 2012 - 03 Reuniões. 01 ata disponível. Coordenador:Douglas Paulich Junior (DC - Itaperuna)

- 1ª Reunião da CTDC, realizada no dia 16 de março de 2012, às 13h no auditório da Secretária de Cultura no município de Cardosos Moreira. Ordem do dia: **Eleição de novo coordenador e relator. Discussão sobre os desastres ocorridos em janeiro. Realocação emergencial de moradias em risco geológico e hidrológicos eminentes. Instalação de pluviômetros e estações telemétricas. Construção de novo plano de contingência.** 14 participantes.
- 2ª Reunião da CTDC, realizada no dia 25 de julho de 2012, às 14h no CBA IV-BR 101 no município de Campos dos Goytacazes. Ordem do dia: Apresentação do Sistema de Alerta de Cheia pelo INEA. Discussão sobre nivelamento de limnímetros e sobre a ampliação da rede de monitoramento pluviométrico e fluviométrico na RH IX. Workshop sobre classificação de risco hidrológico do ERJ. Capacitação dos gestores municipais do RJ, ES e MG para operar dados dos limnímetros e pluviométricos no sistema hidro. Apresentação do modelo do Plano de Contingência Básico para os municípios. 21 participantes.
- 3ª Reunião da CTDC, realizada no dia 08 de agosto de 2012, às 14h no CBA IV-BR 101 no município de Campos dos Goytacazes. Ordem do dia: Eleição do novo coordenador da CTDC. 10 participantes.

Fonte: Repositório Digital CBH BPSI (2017)

Quadro 51: Temas Prevalentes –CTALI / 2011-2013

CTALI 2011 - 05 Reuniões. 05 Atas disponíveis. Coordenador: Zenilson Coutinho (ASFLUCAN)

- 1ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 19 de abril de 2011, às 10h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Planejamento das atividades para 211; Análise da minuta do Regimento Interno.**
- 2ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 05 de maio de 2011, às 10h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Revisão do Regimento Interno do CBH BPS e Minuta para o RI.**
- 3ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 17 de maio de 2011, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Discussão do RI do CBH BPS.**
- 4ª Reunião ordinária da CTDC, realizada no dia 17 de junho de 2011, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Resolução de normatização das CTs do colegiado. Edital paraprocesso eleitoral.**
- 5ª Reunião da CTDC [extraordinária], realizada no dia 07 de julho de 2011, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Edital paraprocesso eleitoral. Elaboração minuta normatização das CTs.** 08 participantes.

CTALI 2012 - 06 Reuniões. 06 Atas disponíveis. Coordenador: Zenilson Coutinho (ASFLUCAN)

- 1ª Reunião da CTDC, realizada no dia 08 de maio de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Aplicação do recurso já liberado pelo INEA destinado a projetos estruturantes e para educação ambiental. Parecer da CT sobre inclusão de novos municípios na área de abrangência da RH IX. Repasse da respostas do INEA sobre as perguntas formalizadas pela CT.** 10 participantes.
- 2ª Reunião da CTDC, realizada no dia 10 de julho de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Ajuda de custo. Situação e composição da CTDC.** 09 participantes.
- 3ª Reunião da CTDC, realizada no dia 23 de agosto de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Apresentação da Minuta final da Resolução Ajuda de Custos. Proposta de criação da Câmara Técnica da Pesca.** 07 participantes.

- 4ª Reunião da CTDC, realizada no dia 01 de novembro de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Aprovação da Minuta da Resolução de criação da Câmara Técnica da Pesca.** 09 participantes. 09 participantes.
- 5ª Reunião [1ªRE] da CTDC, realizada no dia 09 de fevereiro de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Análise da Minuta da Resolução sobre Ajuda de Custos.** 10 participantes. 10 participantes.
- 6ª Reunião [2ªRE] da CTDC, realizada no dia 09 de fevereiro de 2012, às 09h no auditório da ASFLUCAM. Ordem do dia: **Representação da Prefeitura de Itaperuna no colegiado. Garantindo o direito de resposta do representante.** 11 participantes.

Fonte: Repositório Digital CBH BPSI (2017)

5.2.2.2 Temas prevalentes no CBH BPSI 2013-2015

Quadro 52: Temas Prevalentes - Plenária CBH BPSI / 2013-2015

Biênio	Categorização		
	Organização Interna	Diagnóstico Situação	Proposição de Ações
2013 a 2015	Criação GTs (GTMC) GT para elaboração PPA Renovação Contrato de Gestão INEA/ AGEVAP/CBH BPSI Alteração RI Definição nova logomarca do Comitê Processo eleitoral 2013/2015	Intervenções do INEA: apresentação do gerenciamento e operação das comportas e rede de canais Escassez hídrica/ Reflexão sobre Período de Estiagem Nota Técnica acerca de redução vazão em Santa Cecília (Guandu) e Transposição (SP) Situação dos Instrumentos de gestão: CAR; Outorga Apresentação pela AGEVAP do Plano Integrado Bacia do PS Diagnóstico de situação da Lagoa do Campelo Apresentação da Hierarquização dos Programas definidos no Plano de Ação do PERHI-RJ Apresentação de Projeto para Seminário sobre Recursos	Deliberação da Nota Técnica da CTRHEH: Decisão do Comitê do CBH BPSI acerca da redução de vazões de chegada à transposição em Santa Cecília Sensibilização para o dia mundial da água Contribuição para o Plano Integrado Bacia Aprovação de projeto de Educação Ambiental e de PSA hídrico

		Hídricos do IFF; Como o CBH BPS está acompanhando os debates acerca do tema “transposição”	
--	--	---	--

Fonte: Repositório Digital CBH BPSI (2017)

Quadro 53: Temas Prevalentes na CTRHEH / 2013-2015

CTRHEH 2013 -08 Reuniões. 03 Atas disponíveis. Coordenador: Joana Siqueira (APROMEPS)
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 30 de janeiro de 2013 (quarta-feira), às 09 h, na UENF. Convocatória não disponível. Ata não disponível. Ordem do dia: Salinização das águas localizadas perto do Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra-RJ. Os professores da UENF, Carlos Rezende e Marina Suzuki, apresentaram dados da pesquisa sobre salinização que eles vêm desenvolvendo na região do Açú. 28 participantes. Ata não disponível. Fonte: Relatório de gestão (2012/2013, p.12). • 1ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 08 de maio de 2013 (quarta-feira), às 09 h, na UENF. Ordem do dia: Análise dos documentos apresentados pelo INEA sobre o projeto de aplicação de recursos nos canais da baixada campista. Ata não disponível. 15 participantes. • 2ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 10 de abril de 2013 (quarta-feira), às 09 h, na UENF. Ordem do dia: Acordo INEA x PMCG sobre limpeza dos canais; GTMC: vandalismo e manejo de comportas. Ata disponível. 16 participantes. • 3ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 16 de abril de 2013 (terça-feira), às 14 h, na UENF. Ordem do dia: Apresentação da representante UHE Itaocara. Ata disponível. 21 participantes. • 4ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 02 de maio de 2013 (quinta-feira), às 09 h, na UENF. Ordem do dia: Apresentação da Srª Marilene Santos (Presidente do INEA) Projeto de 360 milhões referente ao Sistema II - Lagoa Feia, apresentado ao Ministério da Integração para dar sequência ao processo de macrodrenagem e minimização dos impactos da baixada; Abordagem sobre o programa de sustentabilidade dos canais (manutenção e limpeza) que foram recuperados e os que se encontram em situações precárias. Ata disponível. 54 participantes. • 5ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 21 de maio de 2013 (terça-feira), às 09:30h, na COPPE/UFRJ. Ordem do dia: Visita Técnica ao laboratório da COPPE / UFRJ com o Sr Paulo Canedo. Ata não disponível. 15 participantes. • 6ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 21 de maio de 2013 (sexta-feira), às

<p>09h, na UENF. Ordem do dia: Parecer do CTRHE sobre Projeto INEA – canais da baixada campista. Ata não disponível. 14 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> 7ª Reunião extraordinária da CTRHEH, realizada no dia 09 de julho de 2013. Ordem do dia: não disponível Postado a convocatória da 22ª Reunião da Câmara Técnica do Comitê Piabanha, a ser realizada no dia 09 de Abril de 2013 (terça-feira) com os seguintes temas: Seminário de Saneamento Básico; Oficina de Comunicação, Mobilização, Integração e Educação Ambiental. Sem ata e sem lista de presença.
<p>CTRHEH 2014 -02 Reuniões. Atas não disponíveis. Coordenação: Joana Siqueira (APROMEPS)</p>
<ul style="list-style-type: none"> 1ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 15 de abril 2014 (terça-feira), às 13h30, na UD4 (Sede do Comitê), situado na UENF. Ordem do dia: Definição do calendário 2014; Mobilização contra a Transposição do Rio Paraíba do Sul; - Participação no Seminário de Recursos Hídricos do IFF. 14 presenças. 2ª Reunião ordinária da CTRHEH, realizada no dia 19 de agosto de 2014 (terça-feira), às 14hs, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 - UENF. Ordem do dia: Apresentação dos resultados preliminares da Expedição aos Canais da Baixada Campista. Medidas acordadas no GTOH sobre a transposição do Rio Paraíba do Sul. 15 presenças.
<p>CTRHEH 2015 - 05 Reuniões. 04 Atas disponíveis. Coordenação: Joana Siqueira (APROMEPS)</p>
<ul style="list-style-type: none"> 1ª Reunião da CTRHEH em 2015, realizada no dia 02 de março de 2015 (quinta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Reflexos do período de estiagem. Situação da Lagoa do Campelo. 39 presenças. 2ª Reunião da CTRHEH em 2015, realizada no dia 26 de março de 2015 (quinta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Calendário 2015. Parecer Técnico sobre a crise hídrica. 22 presenças. 3ª Reunião da CTRHEH em 2015, realizada no dia 07 de maio de 2015 (quinta-feira), às 10h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Problema de salinização em canais da baixada campista. 15 presenças. 4ª Reunião da CTRHEH em 2015, realizada no dia 23 de setembro de 2015 (quarta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Contribuição para a construção das Notas Técnicas. Manejo Hídrico da lagoa Feia. Manejo Hidráulico da lagoa do Campelo. 20 presenças. 5ª Reunião da CTRHEH em 2015, realizada no dia 22 de outubro 2015 (quinta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Manobra hídrica do Canal da flecha. Apresentação e discussão dos levantamentos do INEA sobre salinidade na Baixada Campista. Ata não disponível. 17 presenças.

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 54: Temas Prevalentes na CTDC/ 2013 – 2015

CTDC inativa. Encontra-se sem membros desde 2012
--

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 55: Temas Prevalentes – CTALI / 2013-2015

CTALI 2013 - 01 Reunião. Sem atas disponíveis. Coordenação: Zenilson Coutinho (ASFLUCAN)
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTALI em 2013, realizada no dia 05 de julho de 2013 (sexta-feira), às 09h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Discussão sobre os 15% dos recursos do comitê Guandu. Reforma do RI. Processo eleitoral gestão 2013-2015. Concursos para escolha da nova logo do CBH BPSI. Ata não disponível. 08 presenças.
CTALI 2014 –03 Reuniões. Atas não disponíveis. Coordenação: Claudio Heringer (PMSFI)
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTALI em 2014, realizada no dia 09 de setembro de 2014 (terça-feira), às 13:30, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Alteração da Resolução 05/2011[Aplicação dos Recursos Financeiros na subconta do CBH Baixo Paraíba, no FUNDRHI, em dez/2010]. PAP – Plano de Aplicação Plurianual. Proposta de Resolução sobre o papel do comitê no processo de implantação de novos empreendimentos em sua área de abrangência. 08 presenças. • 2ª Reunião CTALI no ano de 2014, realizada no dia 07 de outubro de 2014 (terça-feira), às 13h30, na UD4 (Sede do Comitê) UENF. Ordem do dia: Alteração na Resolução CBH BPSI nº 05-2011/Orçamento. Elaboração do PAP (Plano de Aplicação Plurianual); Proposta de Resolução que versará sobre o papel do Comitê no processo de implantação de novos empreendimentos em sua área de abrangência. 07 presenças. • 3ª Reunião [Reunião Extraordinária] da CTALI no ano de 2014, realizada no dia 11 de novembro de 2014 (terça-feira), às 13h30, na UD4 (Sede do Comitê). Ordem do dia: Nova Resolução – Orçamento 2015. Elaboração do PAP (Plano de Aplicação Plurianual). Proposta de Resolução que versará sobre o papel do Comitê no processo de implantação de novos empreendimentos em sua área de abrangência. 06 presenças.
CTALI 2015 –02 Reuniões. Atas não disponíveis. Coordenação: Claudio Heringer (PMSFI)
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTALI em 2015, realizada no dia 10 de junho de 2015 (quarta-feira), às 10h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Aprovação do PAP. Apresentação de queixa por quebra de decoro. 09 presenças. • 2ª Reunião da CTALI em 2015, realizada no dia 01 de julho de 2015 (quarta-feira), às 13:30, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Análise do Parecer AGEVAP sobre orçamento do PAP. Normatização do Processo por quebra de decoro. Elaboração do Processo eleitoral da gestão 2015-2017. Apresentação do Projeto PSA Hídrico pela ECOANZOL. 12 presenças.

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 56: Temas Prevalentes – CTP / 2013

CTP 2015 – 05 Reuniões (03 RO e 02 RE). 03 Atas disponíveis. Coordenação: Rodolfo José Ribeiro da Silva
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião [RE] da CTP, realizada no dia 05 de abril de 2013 às 09h na UPEA/IFF. Ordem do dia: Definição dos membros da CTP. Explicação do funcionamento do CBH BPSI. Levantamento dos assuntos prioritários para a CTP. 42 presenças. • 2ª Reunião [RE] da CTP, realizada no dia 12 de abril de 2013 às 10h na sala de conferência do CCTA/UENF. Ordem do dia: Aprovação do calendário de reuniões de 2013. Definição de prioridades. 24 presenças. • 1ª Reunião [RO] da CTP, realizada no dia 14 de maio de 2013 às 10h na sede da Colônia Z-21 – São Fidélis. Ordem do dia: Análise do GT para monitoramento de comportas.

Análise da proposta do INEA para aplicação de recursos nos canais da baixada campista. 15 presenças.

- 2ª Reunião [RO] da CTP, realizada no dia 16 de julho de 2013 às 09h (terça-feira) na sede da do Centro de Dirigentes Lojistas – CDL. Ordem do dia: **Análise da ata da CTRHEH (COPPE) e da 2ª RO Plenária do CBH BPSI.** 28 presenças.
- A 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica da Pesca ocorreu no dia 19 de outubro de 2013, na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Ordem do dia: **Discussão da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da pesca artesanal no Médio e Baixo Paraíba do Sul. A confecção do projeto é uma das ações propostas pelo I Encontro Técnico do projeto de monitoramento de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do Rio Paraíba do Sul, realizado no último mês de julho também na UENF. O Plano é realizado através de uma parceria entre a ONG Ecoanzol e o projeto Piabanha.** 15 presenças.

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

5.2.2.3 Temas prevalentes no CBH BPSI 2015-2017

Quadro 57: Temas Prevalentes – Plenária CBH BPSI 2015-2017

Biênio	Categorização		
	Organização Interna	Diagnóstico Situação	Proposição de Ações
2015 a 2017	<p>Aprovação do PAP</p> <p>Reforma RI (Set./2017)</p> <p>Estruturação do GT Nascentes/GTEM</p> <p>Processo eleitoral 2017-2020</p> <p>Reformulação do Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas (GTMC)</p> <p>Reformulação composição da CTALI</p> <p>Nova composição da CTRHEH para o triênio 2017-2020. Eleição de Coordenador para a CTRHEH</p> <p>Minuta de Resolução nº 019-2016, que versa sobre aplicação de recursos do CBH Macaé na RH IX - CBH Baixo</p>	<p>Situação do FUNDRHI</p> <p>Situação Lagoa Feia e Canais e Transposição Rio Macabú</p> <p>GTEM (mobilização SC)</p> <p>Apresentação e discussão dos levantamentos do INEA sobre salinidade na Baixada Campista</p> <p>Atualização sobre as condições hídricas da região: Situação da comporta do Furado</p> <p>Proposta de alteração na Resolução nº 09/2012 – Diárias e Reembolsos do CBHBPSI;</p>	<p>Deliberação sobre alteração da Resolução nº 09/2012 – Diárias e Reembolsos do CBHBPSI.</p> <p>Deliberação sobre a aplicação de recursos R2R e Macaé Ostras na RH IX (em curso)</p> <p>Início atividades do Observatório do CBH BPSI</p> <p>Contribuições para a Nota Técnica. Manejo hidráulico para a Lagoa Feia. Manejo hidráulico para a Lagoa do Campelo</p> <p>Visita técnica aos canais e comportas</p> <p>Acompanhamento das ações implementadas nos canais de Campos;</p> <p>Projeto de Barragem</p> <p>Atualização do PPU</p>

			<p>Criação de Grupo de Trabalho de Nascentes</p> <p>Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas sobre Canal da Flexa e adjacências</p> <p>Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas da Barra do Furado.</p> <p>Decisões sobre manejo de comportas e controle na lagoa do Campelo.</p>
--	--	--	---

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 58: Temas Prevalentes - CTRHEH / 2015-2017

<p>CTRHEH 2015 (05 Reuniões) 04 Atas disponíveis [Ata da 5ª reunião aguardando aprovação]. Joana Siqueira Coordenador da CTRHEH</p>
<p>1ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 03 de março 2015 (terça-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Reflexo do período de estiagem; Situação da lagoa do Campelo. 39 participantes. Ata disponível.</p> <p>2ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 26 de março 2015 (quinta-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Parecer Técnico sobre a crise hídrica. 22 participantes. Ata disponível.</p> <p>3ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 07 de maio 2015 (quinta-feira), às 10h, na UENF. Ordem do dia: Problemas de sanilização em canais da baixada campista. 15 participantes. Ata disponível.</p> <p>4ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 23 de setembro de 2015 (quarta-feira), às 10h, na UENF. Ordem do dia: Contribuições para a Nota Técnica. Manejo hidráulico para a Lagoa Feia. Manejo hidráulico para a Lagoa do Campelo. 20 participantes. Ata disponível.</p> <p>5ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 22 de outubro 2015 (quinta-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Manobra hídrica do Canal da Flecha; Apresentação e discussão dos levantamentos do INEA sobre salinidade na Baixada Campista; 17 participantes.</p>
<p>CTRHEH 2016 - 06 Reuniões. Atas não disponíveis. Joana Siqueira Coordenador da CTRHEH</p>
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 19 de fevereiro 2016 (sexta-feira), às 10h, na UENF. Ordem do dia: Atualização sobre as condições hídricas da região (canais e lagoas). 09 participantes. • 2ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 29 de Agosto 2016 (segunda-feira), às 16h, na UENF. Ordem do dia: Situação da comporta do Furado. 11 participantes. • 3ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 28 de setembro 2016 (quarta-feira), às 15h, na UENF. Ordem do dia: Ações que estão sendo implementadas nos canais de Campos; Programação de visita técnica aos canais e comportas. 12 participantes. <p>4ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 10 de novembro 2016 (quarta-feira), às 09h, na UENF.</p>

Ordem do dia: Avaliação da Visita técnica aos canais no dia 14/10/16. 09 participantes.
CTRHEH 2017 - 06 Reuniões. Atas não disponíveis. Joana Siqueira Coordenador da CTRHEH
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 01 de fevereiro de 2017 (quarta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 - UENF. Ordem do dia: Criação de Grupo de Trabalho de Nascentes. 12 participantes. • 2ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 12 de maio 2017 (sexta-feira), às 10h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Quissamã. Ordem do dia: 1. Abertura; 2. Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas sobre Canal da Flexa e adjacências. 30 participantes. • 3ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 26 de maio 2017 (sexta-feira), às 16h, no– UENF. Ordem do dia: Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas da Barra do Furado. 21 participantes. • 4ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 12 de junho 2017 (segunda-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Decisões sobre manejo de comportas e controle na lagoa do Campelo. 15 participantes. • 5ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 11 de dezembro 2017 (segunda-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Reformulação do Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas (GTMC). 11 participantes. <p>6ª Reunião da CTRHEH, realizada no dia 27 de dezembro 2017 (quarta-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Nova composição da CTRHEH para o triênio 2017-2020. Eleição de Coordenador para a CTRHEH, triênio 2017-2020. Sem Lista de Presença.</p>

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Quadro 59: Temas Prevalentes - CTLI / 2015-2017

CTALI 2016 – 02 Reuniões. Atas não disponíveis. Coordenação: Zacarias Albuquerque (PMCG)
<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reunião da CTALI em 2016, realizada no dia 04 de agosto de 2016 (terça-feira), às 13:30, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Nova composição da CTALI. Proposta de alteração na Resolução nº 09/2012 – Diárias e Reembolsos do CBHBPSI. 11 presenças.
<ul style="list-style-type: none"> • 2ª Reunião da CTALI em 2015 (Gestão 2015-2017), realizada no dia 18 de agosto de 2015 (terça-feira), às 13:30, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF. Ordem do dia: Minuta de Resolução nº 019-2016, que versa sobre aplicação de recursos do CBH Macaé na RH IX - CBH Baixo. 05 presenças.

Fonte: Repositório Digital do CBH BPSI (2017)

Como destacado, não ocorreu nenhuma atividade da CTDC e da CTP, na gestão 2015-2017. Estas se encontram inativas desde 2012 e 2013, respectivamente.

5.3 Considerações Finais do Capítulo

O capítulo buscou identificar os fatores que interferem no funcionamento desta arena enquanto campo de disputa de diversos segmentos. O foco foi pôr em evidência a potência do CBH BPSI para a vocalização com os distintos espaços de poder e atores relacionados com a gestão dessa política pública e sua capacidade de implementar a deliberação no recorte 2011-2017. As categorias analisadas foram: “Quem e de onde fala?” e “Como e o quê delibera?”

Os dados revelaram que o colegiado possui uma participação qualificada: presença de atores com grande capacidade [no campo técnico e político] de influenciar o debate; de articular com diversos atores em distintos espaços de poder; e, de contribuir com o formato e conteúdo desta política pública a fim de deliberar em prol da governança dos recursos hídricos na RH IX do ERJ.

Quanto ao “como” e “o quê” delibera, a questão do poder e do papel das elites representadas é questão central. Sob a perspectiva de Souza (2017) é fundamental conhecer o arranjo para reconstruir os meandros do processo que reproduz o poder social real. Infere-se que no CBH BPSI persiste um padrão de subordinação e/ou submissão de certos atores sociais a grupos hegemônicos na implementação desta política pública. A natureza dos temas priorizados e dos que não tiveram alicerce na agenda decisional estão assim implícitos.

Ratifica-se que o processo deliberativo é um sistema complexo; envolve demandas provenientes de instâncias e motivações distintas que guardam inúmeros conflitos de interesses [dentro e fora do colegiado]. Sobressai, neste estudo de caso, a centralidade de Campos dos Goytacazes no encaminhamento das questões. Essa característica deixa transparecer o porquê da importância da prevalência do debate sobre as decisões; da necessidade de várias rodadas de discussão; a importância e a riqueza do conhecimento esclarecido por meio das CTs e dos GTs; e, o valor das preferências justificadas nas Plenárias para a estruturação da decisão/voto. Neste aspecto os registros das atas não contemplam a complexidade do fluxo deliberativo. Foi o conjunto de dados primários coletados, junto aos atores da amostra, sobretudo por meio da observação “não” participante [em reuniões, eventos, visitas técnicas, conversas informais], o elemento basilar para interpretação da vocalização e para apreensão do sentido das ações, e não-ações, que as atas, por si, não conseguem conjugar.

Como destacado por Sá Rego (2012), muitos colegiados têm sua capacidade de governança limitada em função das dificuldades e limitações peculiares ao funcionamento dos mecanismos de democracia participativa; o que, em alguns casos pode justificar o [des]interesses na participação. Em outros, a vacância nos assentos revela a “adinamia ativa” de certos setores em prol de um conjunto de interesses [diversos e contraditórios] para inibir

“processos comunicativos de formação de opinião e vontade que precedem o voto”(CHAMBERS, 2003,2009).

O CBH BPSI abarca duplamente *“padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e, arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”*: engloba mecanismos tradicionais como partidos políticos e grupos de pressão; e, mecanismos de redes sociais informais e associações de diversos tipos (SANTOS, 1997).

A mudança desse padrão, em direção à DD, como pontuado por Cunha (2009) *“(…) implica não só a construção de uma cultura política em que o sentido do “público” seja retomado e fortalecido, mas também a existência de instituições e processos que possibilitem o exercício público da argumentação, da decisão e controle público”*. O que requer a sensibilização de novos atores no processo para o fortalecimento desta governança.

CAPÍTULO 6

GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA: A QUE RESULTADO LEVA?

O empenho de investigação no capítulo é focalizar os resultados mais relevantes, podendo envolver todos, ou alguns dos 22, municípios pertencentes à área de abrangência do CBH BPSI. O procedimento metodológico envolveu pesquisa documental em atas, notas técnicas, resoluções, relatórios de gestão, entre outros documentos produzidos pelo CBH e/ou por sua agência de bacia. Os dados primários foram levantados a partir da observação não participante [como técnica preponderante] e entrevista não estruturada [de forma complementar], a fim de demonstrar o aspecto da governança assimilado e o resultado apresentado pelo CBH BPSI nos três biênios estudados.

Para balizar a análise foram utilizadas, como referência, as contribuições de Lima, Abrucio & Bezerra e Silva¹⁶⁷(2014), que consideram cinco dimensões do modelo de governança a ser submetida à reflexão. Nesta pesquisa buscou-se apurar os resultados produzidos pelo CBH BPSI relacionando aos seguintes aspectos da governança elencados: i) ambiente institucional; ii) capacidade de gestão iii) instrumentos de gestão; iv) relações intergovernamental; e, v) relação estado-sociedade.

¹⁶⁷ Em parceria entre o WWF-Brasil e a FGV-SP, o trabalho envolveu a análise documental [legislação e literatura especializada], entrevistas com atores estratégicos e oficinas com o objetivo de aperfeiçoar um instrumento de governança, baseado em cinco dimensões que compõem uma matriz de gestão sistêmica, como proposição de ferramentas voltadas ao monitoramento da governança.

6.1 Governança no CBH BPSI e Ambiente Institucional: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública

6.1.1 Efetividade da lei

O acompanhamento da governança dos recursos hídricos, quanto ao ambiente institucional, envolve além da legislação geral do sistema [sua renovação e aperfeiçoamento] o papel do órgão coordenador para garantir a efetividade deste arcabouço legal; ou seja, envolve além do aparato normativo a estrutura de apoio ao seu funcionamento.

Para além do papel da administração pública, nas três esferas, abarca ainda o arranjo institucional do próprio colegiado, tratado no capítulo 4 desta tese, no intuito de garantir os princípios e diretrizes dessa política [participação e descentralização] e a adequação e ratificação desses fundamentos para assegurar tal efetividade [consoantes às deliberações e resoluções chanceladas; assegurando o princípio da transparência] objeto do capítulo 5 e do atual.

Entre os resultados produzidos pelo CBH BPSI destacam-se, neste aspecto, as Resoluções 09/2011 e 020/2016 que tratam sobre o “custeio das despesas dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana que venham representá-lo oficialmente e de convidados oficiais”; a Resolução 22/2016, que dispõe sobre a “atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana” afim de garantir a arrecadação frente ao contingenciamento de recursos orçamentários impostos pelo Estado; e, demais resoluções voltadas para a solidificação da governança sob seus aspectos institucionais, como definições de normas de funcionamento [Resoluções 06/2011, 07/2011 e 010/2012] e adesão ao programa de fortalecimento dos comitês como a Resolução 25/2017, apresentadas nas figuras 47, 48 e 49.

RESOLUÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
001	29/01/2010	Calendário de reuniões ordinárias do Plenário em 2010.
002	23/03/2010	Manifestação diante da celebração de Contrato de Gestão entre o INEA e a AGEVAP.
003	23/03/2010	Cria a Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas e define as competências.
004	23/03/2010	Cria a Câmara Técnica de Defesa Civil e define suas competências.

005	03/03/2011	Aplicação dos Recursos Financeiros na subconta do CBH Baixo Paraíba, no FUNDRHI, em dez/2010.
006	03/03/2011	Cria a Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais e define as competências.
007	21/07/2011	Define as normas de funcionamento das Câmaras Técnicas Consultivas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (CBH Baixo Paraíba)
008	21/07/2011	Dispõe sobre o Contrato de Gestão firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

Figura 47: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2010/2011)

Fonte: Relatório de Gestão do CBH BPSI (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI, 2017)

009	28/08/2012	Dispõe sobre o custeio das despesas dos membros do CBH-BPS que venham representá-lo oficialmente e de convidados oficiais.
010	03/12/2012	Cria a Câmara Técnica da Pesca e define as respectivas competências.
011	25/11/2014	Aprova o Orçamento 2015 para aplicação dos recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na subconta do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI.
012	25/11/2014	Aprova o Orçamento 2015 para aplicação dos recursos financeiros da cobrança pelo uso de recursos hídricos na subconta do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI.
013	14/08/2015	Dispõe sobre a prorrogação da delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - CBH-BPSI e sobre o aporte de recursos para o ano de 2016 para operacionalização do Contrato de Gestão.
014	07/12/2015	Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação Plurianual de recursos financeiros constantes na subconta do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI.
015	07/12/2015	Dispõe sobre a aprovação de destinação de recurso financeiro deste CBH BPSI para Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário para Aperibé.
016	07/12/2015	Dispõe sobre a aprovação de destinação de recurso financeiro deste CBH BPSI para Construção de Estação de Tratamento de Esgoto no Bairro Cooperativa, no município de São José de Ubá.
017	07/12/2015	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em ações de saneamento na área urbana do 1º Distrito do município de Trajano de Moraes.

Figura 48: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2012/2015)- Continuação

Fonte: Relatório de Gestão do CBH BPSI (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI, 2017)

018	25/05/2016	Dispõe "ad referendum" sobre a disponibilização dos recursos dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter emergencial. Carta nº 052/2016/CBH-BPSI: Prorrogação de Prazo da Resolução Carta nº 071/2016/CBH-BPSI: Prorrogação de Prazo da Resolução
019	12/08/2016	Aprova a aplicação de recursos financeiros da cobrança pelo uso da água da subconta CBH Macaé-Ostras, no município de Trajano de Moraes, em área de jurisdição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Aguardando referendo do CERHI
020	12/08/2016	Revoga a Resolução 09/2012 e traz nova redação sobre o custeio das despesas dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana que venham representá-lo oficialmente e de convidados oficiais.
021	27/10/2016	Dispõe sobre o aporte de recursos para operacionalização do Contrato de Gestão.
022	25/11/2016	Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
023	25/11/2016	Referenda a Resolução CBH-BPSI nº 021/2016 aprovada "ad referendum" pelo Presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
024	18/04/2017	Dispõe sobre a disponibilização dos recursos dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter emergencial.
024	27/07/2017	Altera a resolução CBH-BPSI nº 14/2016, que dispõe sobre o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros para o período de 2015 a 2018 com recursos disponíveis na subconta da região hidrográfica ix do Fundo Estadual de Recursos Hídricos — FUNDRHI.
025	29/09/2017	Aprova a adesão do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – CBH-BPSI ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS.

Figura 49: Resoluções editadas pelo CBHBPSI (2016/2017) - Continuação

Fonte: Relatório de Gestão do CBH BPSI (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI, 2017)

Contudo, com a crise política, econômica e institucional a partir de 2014 que atingiu o ERJ [de forma ainda mais aguda], os CBHs fluminenses passaram a sofrer sérios constrangimentos¹⁶⁸ para a implementação da PERH.

O CBH BPSI [exatamente no momento em que a sociedade civil assume, pela primeira vez, a instância máxima desta IP na RH IX] enfrenta inúmeras dificuldades para executar as ações já contratadas e as deliberadas pelo PAP em meado de 2015.

Segundo um interlocutor (INTERLOCUTOR 1) da gestão 2015-2017: “(...) Desde que assumimos a gestão os repasses dos recursos financeiros, presentes na subconta, e solicitados pelo comitê, através da AGEVAP, não vêm sendo realizados com regularidade. Isso tem afetado o andamento dos projetos”.

Na percepção de outro interlocutor: “(...) o CBH corre o risco de desaparecer com a atual situação de repasse de verbas” (INTERLOCUTOR 2).

De acordo com dados da direção do CBH BPSI, em outubro de 2017 [após diversas tratativas, entre MP, INEA, Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro - SEFAZ, CBHs fluminenses, entidades delegatárias e FFCBH], foi homologado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre o Ministério Público do ERJ e o governo de estado, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA/MPRJ.

A ação integrada buscou garantir a viabilidade do funcionamento do sistema de gestão das águas e assegurar que os problemas financeiros, políticos e institucionais [que afetam o ERJ] não inviabilizem a estrutura de gestão dos recursos hídricos [refletindo sobre a segurança hídrica e desenvolvimento regional dos municípios fluminenses]. A ação logrou resultado.

Interlocutor 1: “(...) apesar da crise acho que essa foi a gestão que se mostrou mais cooperativa e aguerrida (...) fazer a política acontecer é luta. (...) A gente aprendeu, tá aprendendo com a adversidade. O CBH BPSI é um time de heróis”.

¹⁶⁸O Decreto Estadual nº 44.899, de 05 de agosto de 2014, altera o Decreto Estadual nº 22.939, de 30 de janeiro de 1997, implanta o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/RJ e a conta única, no âmbito do Poder Executivo do ERJ [de suas autarquias, fundações públicas e fundos por ela administrados]. Por sua vez a Resolução da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ nº 779, de 05 de agosto de 2014, dispõe sobre a regulamentação do Decreto Estadual nº 22.939, de 30 de janeiro de 1997, no que diz respeito à operacionalização da Conta Única do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro [CUTE], a abertura e manutenção de contas correntes bancárias e outras normas afetas à administração financeira dos órgãos, entidades da administração pública estadual, e respectivos seus fundos. Em seu Art.1º, a Resolução dispõe que a CUTE tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras do estado do Rio de Janeiro, a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras do Poder Executivo Estadual, de suas Autarquias e Fundações Públicas, inclusive Fundos Especiais por elas administrados [como o FUNDRHI], e outras entidades integrantes do SIAFEM/RJ. Pelo exposto, desde 2014, os recursos arrecadados pelo FUNDRHI passam a ser depositados na CUTE tendo como Unidade Gestora o INEA (RELATÓRIO DE GESTÃO CBHBPSI, 2017; AGEVAP, 2017).

6.1.2 Importância do tema para a agenda pública

Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014) conceituam agenda como o conjunto de problemas inseridos no debate público, que recebem a intervenção das autoridades políticas legítimas. A água é um dos elementos estratégicos para as políticas públicas de desenvolvimento em todas as esferas devendo permear as políticas setoriais de forma concreta e articulada. No entanto, na RH IX, “(...) ainda são incipientes as políticas voltadas para estimular práticas conservacionistas, de forma a melhorar a qualidade da água e aumentar sua vazão, revitalizando as bacias hidrográficas”(INTERLOCUTOR 3).

As ações que ganham prioridade junto ao poder público e apoio do segmento usuário/mercado, em grande parte, envolvem questões do gerenciamento, desobstrução de canais e manejo de comportas. Outras pautas também importantes, relacionadas à segurança hídrica [pautas da CTDC e da CTP] encontram pouca ressonância e intervenção necessária.

Há que se destacar a demanda trazida pela Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira ao CBH BPSI no intuito de identificar nascentes e microbacias do Valão da Onça. Esta demanda levou a criação do GT-Nascente, no âmbito da CTRHEH, que vem definindo as prioridades de atuação juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER e os proprietários rurais do entorno do mesmo. Podemos aqui relacionar esta experiência aos estudos de Ostrom sobre a importância do trabalho colaborativo público-privado e da ação coletiva sobre a gestão e uso de um bem comum. Tem assento neste GT: a PMCM, PMCG, UENF, SRC, ASFLUCAM, EMATER, IFF, UFRRJ e moradores de localidades próximas ao Valão da Onça (BOLETIM INFORMATIVO CBH BPSI, 2017). O GT deliberou como ação primordial o levantamento detalhado das nascentes deste corpo d'água, afluente do Rio Muriaé, para ações de recuperação e preservação dos mananciais identificados.

Quanto ao aspecto saneamento, o CBH BPSI, em 2014 [a partir da deliberação de aporte de recursos pelo CEIVAP e contratação pela AGEVAP] realizou, entre os municípios da RH IX, processo de hierarquização para a elaboração de Projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário. A CTRHEH e a CTALI executaram a citada hierarquização. Neste processo quatro municípios foram contemplados: Cardoso Moreira, Italva, São Francisco de Itabapoana e Varre-Sai (figura 50).

Os demais municípios hierarquizados [não contemplados] receberam “Manuais de Referência” com diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de

Resíduos Sólidos e de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo; receberam ainda o Manual de Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário. Na ocasião houve também a assinatura de Termo de Cooperação, entre o Comitê, a AGEVAP e cada entemunicipal contemplado, para a realização conjunta de atividades vinculadas à elaboração dos planos e projetos.

Posição	Municípios	Fase Quantitativa Nota	Fase Qualitativa Nota	Nota Final	Critério Desempate 1 - IDH-M	Critério Desempate 2 - PIB per capita (R\$)
1	Cardoso Moreira	10,00	10,0	10,00	0,648	10.453,81
2	Italva	10,00	10,0	10,00	0,688	11.160,02
3	São Francisco de Itabapoana	10,00	8,0	9,60	0,639	18.093,54
4	Varre-Sai	10,00	6,0	9,20	0,659	12.411,16
5	Aperibé	10,00	6,0	9,20	0,692	9.812,31
6	Santo Antônio de Pádua	8,57	9,0	8,66	0,718	14.354,41
7	Trajano de Moraes	10,00	0	8,00	0,667	10.780,27
8	São Fidélis	10,00	0	8,00	0,691	11.999,65
9	Cambuci	10,00	0	8,00	0,691	13.083,85
10	São João da Barra	8,57	0	6,86	0,671	17.9908,3
11	Conceição de Macabu	8,57	0	6,86	0,712	9.986,94
12	Miracema	8,57	0	6,86	0,713	10.854,8
13	Itaperuna	7,14	0	5,71	0,730	16.281,8
14	São José de Ubá	4,29	10,0	5,43	0,652	13.873,67
15	Laje do Muriaé	4,29	8,0	5,03	0,668	12.133,79
16	Santa Maria Madalena	4,29	0	3,43	0,668	12.586,57
17	Carapebus	1,43	10,0	3,14	0,713	58.150,28
18	Quissamã	1,43	0	1,14	0,704	19.3741,00
19	Campos dos Goytacazes	0	0	0	0,716	79.484,78

Figura 50: Resultado final da hierarquização dos municípios para o Esgotamento Sanitário.

Fonte: Relatório de Gestão (REPOSITÓRIO DIGITAL DAAGEVAP, 2014)

Em 2015, o CBH BPSI aprovou a aplicação de recursos financeiros [da ordem de aproximadamente R\$700 mil] da subconta do FUNDRHI para a elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo, além de Estudo Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário para Aperibé e, de construção de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE no bairro Cooperativa, no município de São José de Ubá, conforme Resoluções 15/2015, 016/2015 e 017/2015 (BOLETIM INFORMATIVO CBH BPSI, 2016 *apud* REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI).

Em 2017, através da secretária executiva do CBH BPSI [AGEVAP] foi assinado um Termo de Cooperação Técnica - TCT entre esta agência de bacia, a Caixa Econômica e quatro municípios integrantes da RH IX selecionados pelo CBH BPSI para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Neste TCT foram contemplados os municípios de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Porciúncula e São

Fidélis. O termo também prevê intercâmbio de dados e apoio técnico. A AGEVAP propõe disponibilizar estudos técnicos relevantes para orientar os gestores públicos na implementação de uma política adequada à realidade econômico-financeira, social e ambiental destes municípios (BOLETIM INFORMATIVO CBH BPSI, 2017).

Em paralelo, a pedido do CBH BPSI, o CEIVAP realizou a apresentação do edital do Programa de Tratamento de Águas Residuárias – PROTRATAR, nos municípios de Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes, com a finalidade de esclarecer dúvidas e orientar os entes municipais interessados em investir no esgotamento sanitário (CBH BPSI, 2017).

6.2 Governança das Águas no CBH BPSI e Capacidade de Gestão: recurso financeiro e qualidade da burocracia

6.2.1 Recurso financeiro

Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014) destacam a necessidade de bases financeiras estáveis e de participação dos três níveis de governo no processo de governança; cabendo à união o poder de equalização de condições para os entes federativos e suas políticas.

Os recursos financeiros advindos da união para implementar a política de recursos hídricos e coordenar o sistema são definidos anualmente por lei orçamentária. As principais receitas, até o momento, provêm das seguintes fontes apresentadas no quadro 60, abaixo:

Quadro 60: Recursos Financeiros da união para a PNRH e para o SINGREH

- | |
|--|
| <p>- Parcela da compensação financeira¹⁶⁹ do setor elétrico [fonte 134] que corresponde a 6,75% sobre o valor da energia elétrica produzida, distribuída da seguinte maneira:</p> <ul style="list-style-type: none">• 0,75% do valor da produção da energia produzida referente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos pelo setor elétrico, arrecadado pela ANEEL;• 6% do valor da produção da energia distribuídos entre: municípios [45%], UFs [45%], Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [4%], MME [3%] e MMA [3%]; <p>- Cobrança pelo uso dos recursos hídricos [fonte 116]: valores arrecadados pela ANA, diretamente dos usuários outorgados na bacia dos rios Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco e Doce.</p> |
|--|

¹⁶⁹A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica (CFURH) foi instituída por meio da Lei N° 7.990/1989. Por sua vez a Lei No 9.984/2000, estabeleceu que as seguintes parcelas da compensação financeira passariam a ter destinação específica para a gestão de recursos hídricos:

- 3% cabem ao MMA, correspondendo a 0,18% do valor da geração de energia hidrelétrica (inclui os royalties de Itaipu), devendo ser aplicados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH e no gerenciamento da Rede Hidrometeorológica Nacional.

- 0,75% do valor da energia produzida constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos, devendo ser destinados ao MMA para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH, nos termos do artigo 22, da Lei n° 9.433/1997.

Fonte: Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014)

As fontes dos recursos municipais e estaduais disponibilizados ao setor de recursos hídricos são asseguradas de acordo com legislações e normas pertinentes a cada UF e localidade. As fontes dos recursos estaduais do ERJ estão descritas no quadro 2, no Anexo 1 desta Tese, na subseção que trata do FUNDRHI. Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014) chamam atenção sobre a ausência de regras para assegurar uma aplicação dos recursos existentes de forma vinculada ao SINGREH.

No âmbito dos CBH BPSI, boa parte das Resoluções deliberadas pelo colegiado versam sobre a questão do financiamento das ações.

Em 2015 o CBH BPSI criou um GT específico para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual – PAP, a partir dos resultados da Oficina de Planejamento Participativo do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana realizada para definição de Ações Prioritárias na Região Hidrográfica IX. O grupo contou com a representação dos três segmentos [P.M. Bom Jesus de Itabapoana; P.M. Santo Antônio de Pádua; P.M. São José do Ubá; INEA; FIPERJ; ASFLUCAN; APROMEPS; SRC; Nova CEDAE; e, UENF] para definir a aplicação dos recursos disponíveis no FUNDRHI¹⁷⁰.

A Resolução 014/2015, em 07/12/15, aprova, assim, o Plano Plurianual de Aplicação - PPA do CBH BPSI para o período 2016-2018 com destaque para as seguintes prioridades: i) desenvolvimento de sistema de monitoramento de qualidade e quantidade de recursos hídricos; ii) desenvolvimento de sistema piloto de monitoramento biológico na bacia do rio Paraíba do Sul; iii) investimentos no Plano de comunicação social e tratamento da informação qualificada da Bacia; iv) coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos; v) coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos; vi) recuperação e conservação de faixas marginais de proteção; vii) intervenções para controle de inundações; viii) geração de mapas cartográficos e temáticos; ix) recuperação e proteção de Áreas de Preservação Permanente - APP; e, x) capacitação e apoio para monitoramento de queimadas.

Em entrevista com um dos interlocutores da pesquisa, sobre as diretrizes e metas priorizadas pelo colegiado a partir do PPA, este considerou que:

¹⁷⁰ A Lei nº. 3.239, de 02 de agosto de 1999, e o Decreto nº 35.724, de 18 de junho de 2004, regulamentam a competência do Comitê em destinar recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro para aplicação. O Artigo 6º da Lei Estadual nº 5.234, de 05 de maio de 2008, define que, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos, respeitadas as destinações estabelecidas no Artigo 6º desta Lei, até que se atinja o percentual de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva Região Hidrográfica.

“(…) o caderno de ações [Caderno de Ações de atuação do GT-Foz, elaborado pelo CEIVAP] é a nossa bíblia” (...) mas, a menina dos olhos do comitê, no momento, é a “sala de monitoramento”[estruturação do sistema de monitoramento de qualidade e quantidade de recursos hídricos da RH IX]; (...) é o que vai aperfeiçoar a nossa gestão.(...) há muito pouco conhecimento e informação disponível sobre a nossa região no PERHI (...) é importante desenvolver esse instrumento (...) ele é a base para os demais instrumentos de gestão da PNRH, do PERH e do Plano Integrado de Bacia do CEIVAP”(INTERLOCUTOR 1).

As figuras 51 a 70 expressam, ao longo do recorte temporal 2011-2017, os recursos financeiros repassados para o CBH BPSI e o montante de investimentos aprovados, contratados e previstos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos estaduais e federais, a saber:

a) Aspecto: Recurso Financeiro – 2011/2012

RECURSOS FINANCEIROS DA RH IX - BAIXO PARAÍBA DO SUL		
Recursos da Cobrança	2011	2012 (previsto)
Cobrança - Arrecadação Bruta Total	132.369,45	137.708,87
	2011	2012 (previsto)
Cobrança - Saneamento	113.653,13	116.995,58
10% Inea ¹	11.365,31	11.699,56
Total Cobrança Líquida - Saneamento	102.287,82	105.296,02
	2011	2012 (previsto)
Cobrança - Outros	18.716,32	20.713,29
10% Inea ¹ - Cobrança Outros	1.871,63	2.071,33
Total Cobrança Líquida - Outros	16.844,69	18.641,96
	2011	2012 (previsto)
Total Comitê - Cobrança	119.132,51	123.937,98
70% Saneamento ² (líquido)	71.601,47	73.707,22
Recursos para Outras Ações	47.531,03	50.230,77
Parcelamento	2011	2012 (previsto)
Parcelamento - (Cedae ³ e outros)	21.065,66	23.826,74
10% Inea	2.106,57	2.382,67
Total Parcelamento Líquido - (Cedae ³ e outros)	18.959,09	21.444,07
70% Saneamento ² (líquido)	13.271,37	15.010,85
Recursos para Outras Ações	5.687,73	6.433,22
Total	2011	2012 (previsto)
10% Inea	15.343,51	16.153,56
70% Saneamento ² (líquido)	84.872,84	88.718,06
Recursos para Outras Ações	53.218,76	56.663,99
Cobrança e Parcelamento	138.091,60	145.382,05

Figura 51:Recurso Financeiro da RH IX – 2011/2012

Fonte: INEAapud Relatório de Gestão CBH BPSI – 2012 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI).

Legenda:

¹ Conforme a lei nº 4.247/03 10% do montante arrecadado pela cobrança de recursos hídricos é destinado ao INEA.

² De acordo com a lei nº 5.234/08, no mínimo, 70% dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos.

³ Parcelamento Cedae em 60 parcelas corrigidas pela UFIR-RJ (nov/2009 a out/2014)

Comitês	Situação dos Projetos	Objeto	Valor Aprovado Comitê	Resolução CERHI que aprovou o projeto
CBH Baixo Paraíba do Sul	Projeto em andamento	Contrato de Gestão nº 01/2010 com a AGEVAP	99790,00	Resolução CERHI nº 45
Total Baixo Paraíba do Sul				99.790,00

Figura 52: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo Uso da Água – 2011/2012

Fonte: AGEVAPapud Relatório de Gestão CBH BPSI -2012(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI).

TOMADOR	MUNICÍPIO	STATUS	PROJETO	TOTAL	VALOR CONTRATADO
Demanda Induzida	Região Hidrográfica do Rio Dois Rios e Município de Campos dos Goytacazes (Baixo Paraíba do Sul)	Em fase de contratação	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	R\$ 2.364.000,00	R\$ 2.363.000,00
FLNCAB-Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Contratado	Caracterização cartográfica e estatística da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	R\$ 628.589,04	R\$ 628.589,04
Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	São Fidélis, Itabara, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Cantagalo, São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena	Contratado	Monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do rio Paraíba do Sul - sistema piloto e implementação de plano de ação.	R\$ 1.060.408,80	R\$ 1.060.408,80
Demanda Induzida	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Contratado	Elaboração de estudos que permitam identificar, localizar e quantificar as causas da proliferação de plantas aquáticas, principalmente macrófitas, elaboração de estudos que permitam identificar, localizar e quantificar as causas da proliferação de plantas aquáticas, principalmente macrófitas, ao longo da calha do rio Paraíba do Sul, inclusive braços mortos, reservatórios e alguns afluentes.	R\$ 250.000,00	R\$ 238.000,00
Demanda Induzida	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Contratado	Desenvolvimento de estudos com o objetivo de avaliar os impactos de novas transposições de vazões na bacia do Rio Paraíba do Sul	R\$ 700.000,00	R\$ 645.000,00
Demanda Induzida	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Contratado	Curso de Capacitação em Reuso e Sistemas alternativos de abastecimento de água	R\$ 100.000,00	R\$ 94.422,18

Figura 53: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo uso da Água - 2011/2012

Fonte: AGEVAPapud Relatório de Gestão CBH BPSI - 2011 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI).

b) Aspecto Recurso Financeiro – 2012/2013

RECURSOS FINANCEIROS DA RH IX- BAIXO PARAÍBA DO SUL		
Recursos da Cobrança	2012	2013 (previsto)
Arrecadação Bruta Total	181.602,90	219.737,76
	2012	2013 (previsto)
Cobrança - Saneamento	122.060,61	130.199,56
10% Inea ¹	12.206,06	13.019,96
Total Cobrança Líquida - Saneamento	109.854,55	117.179,60
	2012	2013 (previsto)
Cobrança - Outros	35.837,75	64.335,39
10% Inea ¹ - Cobrança Outros	3.583,78	6.433,54
Total Cobrança Líquida - Outros	32.253,98	57.901,85
	2012	2013 (previsto)
Total Cobrança Bruta	157.898,36	194.534,95
10% Inea	15.789,84	19.453,49
Total Cobrança Líquida	142.108,52	175.081,45
70% Saneamento ² (líquido)	76.898,18	82.025,72
Recursos para Outras Ações (líquido)	65.210,34	93.055,73
Parcelamento	2012	2013 (previsto)
Parcelamento	23.704,54	25.202,81
10% Inea	2.370,45	2.520,28
Total Parcelamento Líquido	21.334,09	22.682,53
70% Saneamento ² (líquido)	14.933,86	15.877,77
Recursos para Outras Ações (líquido)	6.400,23	6.804,76
Total	2012	2013 (previsto)
10% Inea	18.160,29	21.973,78
70% Saneamento ³	91.832,04	97.903,49
Recursos para Outras Ações	71.610,57	99.860,49
Cobrança e Parcelamento (líquido)	163.442,61	197.763,98

¹ Conforme a lei nº 4.247/03 10% do montante arrecadado pela cobrança de recursos hídricos é destinado ao Inea
² De acordo com a lei nº 5.234/08, no mínimo, 70% dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento serão obrigatoriamente aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos
³ Parcelamento Cedae em 60 parcelas corrigidas pela UFIR-RJ (nov/2009 a out/2014)

Figura 54: Recurso Financeiro da RH IX – 2012/2013

Fonte: INEAapud Relatório de Gestão CBH BPSI 2012/2013 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Os investimentos estaduais totalizam R\$ 895.974,26 em 5 ações (figura 55). O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II do Relatório de Gestão do CBH BPSI 2012/2013.

Situação	Nº ações	Valor (R\$)
Concluído	0	0,00
Em andamento	2	263.080,88
Em fase de contratação	3	632.893,38
Total	5	895.974,26

Figura 55: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo uso da Água – 2012/2013

Fonte: AGEVAPapud Relatório de Gestão CBH BPSI 2012/2013 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Os investimentos federais totalizam R\$ 22.425.261,29 em 15 ações. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II do Relatório de Gestão do CBH BPSI 2012/2013

Situação	Nº ações	Valor (R\$)
Concluído	0	0,00
Em andamento	13	20.744.691,62
Em fase de contratação	2	1.680.569,67
Total	15	22.425.261,29

Figura 56: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança Pelo Uso da Água – 2012/2013

Fonte: AGEVAPapud Relatório de Gestão CBH BPSI 2012 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

c) Aspecto Recurso Financeiro – 2014

De acordo com os dados do Relatório de Gestão (CBH BPSI, 2014), os recursos arrecadados pelo uso da Água na RH IX no período totalizaram 218.834,25 (figura 57)

RECURSOS ARRECADADOS	R\$
Arrecadado (A)	176.890,47
10% Órgão Gestor (B)=0,10*(A)	17.689,05
Arrecadado Líquido (C)=(A)-(B)	159.201,42
Juros de Aplicação (D)	59.632,83
RECEITA TOTAL (E)=(C)+(D)	218.834,25

Figura 57: Recurso Financeiro da RH IX – 2014

Fonte: INEA apud Relatório de Gestão CBH BPSI (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Os investimentos estaduais em projetos totalizaram 06 ações [05 sob responsabilidade do INEA e 01 sob a responsabilidade da AGEVAP. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II do Relatório de Gestão do CBH BPSI 2014.

ACOMPANHAMENTO	SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
AGEVAP	Não iniciado	1	30.000,00	0,00
TOTAL		1	30.000,00	0,00

Figura 58: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2014

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI - 2014(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

OCEIVAP deliberou R\$ 33.763.974,57 para serem investidos direta ou indiretamente na Região Hidrográfica IX desde a implantação da cobrança na bacia do Paraíba do Sul até 2014. Os investimentos federais em projetos totalizaram 50 ações das quais: 22 foram concluídas, 11 estavam em andamento e 17, em fase de contratação, neste período. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo III deste Relatório de Gestão.

SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
Concluído	22	3.272.607,07	3.272.607,07
Em andamento	11	15.215.842,22	5.308.231,92
Em fase de contratação	17	15.275.525,28	0,00
TOTAL	50	33.763.974,57	8.580.838,99

Figura 59: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2014

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2014(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

d) Aspecto Recurso Financeiro – 2015

RECURSOS ARRECADADOS	R\$
Arrecadado (A)	357.529,13
10% Órgão Gestor (B)=0,10*(A)	35.752,91
Arrecadado Líquido (C)=(A)-(B)	321.776,22
Juros de Aplicação (D)	87.684,17
RECEITA TOTAL (E)=(C)+(D)	409.460,39

Figura 60: Recurso Financeiro da RH IX – 2015

Fonte: INEA *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2015(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Desde a implantação da cobrança na Região Hidrográfica IX [2004] foram deliberados R\$ 1.944.580,70 para investimentos em projetos na bacia pelo comitê. Os investimentos estaduais em projetos, até 2015, totalizavam 12 ações: 6 sob responsabilidade do INEA e 6 sob responsabilidade da AGEVAP.

ACOMPANHAMENTO	SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
AGEVAP	Não iniciado	1	30.000,00	0,00
	Em andamento	4	447.635,23	79.838,67
	Concluído	1	273.812,29	273.812,29
TOTAL		12	751.447,52	353.650,96

Figura 61: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2015

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2015(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Os investimentos federais, em 2015 (figura 62), totalizaram 58 ações: 22 foram concluídas; 13 em andamento; 21 em contratação; e, 2 canceladas no período. O detalhamento é apresentado no Anexo III do Relatório de Gestão do CBH BPSI (2015).

SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
Concluído	22	3.272.607,07	3.272.607,07
Em andamento	13	19.543.685,82	7.603.353,68
Em contratação	21	8.136.876,47	0,00
Em cancelamento	2	3.118.713,95	0,00
TOTAL	58	34.071.883,31	10.875.960,75

Figura 62: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2015

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI -2015(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

e) Aspecto Recurso Financeiro – 2016

Em 2016 os dados da subconta do FUNDRHI para RH IX [disponibilizados na página eletrônica do INEA] apontavam o montante de R\$ 222.838,36 arrecadados na bacia.

RECURSOS ARRECADADOS	R\$
Arrecadado (A)	222.838,36
10% Órgão Gestor (B)=0,10*(A)	22.283,84
Arrecadado Líquido (C)=(A)-(B)	200.554,52
Juros de Aplicação (D)	265,16
RECEITA TOTAL (E)=(C)+(D)	200.819,68

Figura 63: Recurso Financeiro da RH IX – 2016

Fonte: INEA *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI -2016(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Quanto aos Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água em 2016, o valor desembolsado foi de R\$603.807,73. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II do RG CBH BPSI (2016).

ACOMPANHAMENTO	SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
AGEVAP	Suspensão	1	32.886,00	0,00
	Cancelado	1	30.000,00*	0,00
	Concluído	3	468.240,04	455.924,04
	Não iniciado	2	0,00	0,00
	Em andamento	3	637.553,66	147.883,69
TOTAL		10	1.138.679,70	603.807,73

Figura 64: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2016

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2016(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Em relação aos investimentos federais na RH IX em 2016, estes totalizaram 60 ações das quais 26 foram concluídas, 13 se encontravam em andamento, 18 em contratação e 3 canceladas. O detalhamento é apresentado no Anexo III do documento.

SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
Concluído	26	9.063.100,66	4.364.412,87
Em andamento	13	13.991.155,98	6.776.717,07
Em contratação	18	3.967.465,73	0,00
Em cancelamento	3	5.476.713,95	648.450,00
TOTAL	60	32.498.436,32	11.789.579,94

Figura 65: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2016

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2016(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

f) Aspecto Recurso Financeiro – 2017

Ao fim do levantamento de dados para este estudo, até outubro de 2017, os dados da subconta do FUNDRHI para a RH IX indicavam o montante de R\$ 424.938,63 arrecadados.

RECURSOS ARRECADADOS	R\$
Arrecadado (A)	465.007,34
10% Órgão Gestor (B)=0,10*(A)	46.500,73
Arrecadado Líquido (C)=(A)-(B)	418.506,61
Juros de Aplicação (D)	6.432,02
RECEITA TOTAL (E)=(C)+(D)	424.938,63

Figura 66: Recurso Financeiro da RH IX – 2017

Fonte: INEA *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2017(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Neste período o comitê já havia deliberado R\$ 3.633.074,93 para serem investidos em projetos na bacia.

Os investimentos estaduais em projetos totalizam, até o momento, 21 ações das quais 6 sob responsabilidade do INEA e 15 sob responsabilidade da AGEVAP.

ACOMPANHAMENTO	SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
AGEVAP	Suspensão	1	32.886,00	0,00
	Cancelado	1	30.000,00*	0,00
	Concluído	1	30.000,00	17.684,00
	Não iniciado	9	1.691.374,54	0,00
	Em andamento	3	685.681,21	228.015,54
TOTAL		15	2.439.941,75	245.699,54

*Valor não é contabilizado no somatório.

Figura 67: Investimentos Estaduais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2017

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI - 2017(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

Já os investimentos federais (figura 68) totalizaram 56 ações: 22 concluídas; 11 estão em andamento; 18 estão em contratação; e 5 cancelados. O detalhamento é apresentado no Anexo III do Relatório de Gestão (CBH BPSI, 2017).

SITUAÇÃO	Nº AÇÕES	VALOR DELIBERADO (R\$)	VALOR DESEMBOLSADO (R\$)
Concluído	22	2.896.693,93	2.713.891,37
Em andamento	11	18.091.122,53	7.682.057,24
Em contratação	18	3.851.473,17	0,00
Cancelado	5	10.096.721,87	669.077,00
TOTAL	56	34.936.011,50	11.065.025,61

Figura 68: Investimentos Federais na Bacia Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água - 2017

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI –(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI2017)

As figuras 69 e 70 ilustram a evolução da cobrança pelo uso da água na RH IX, ao longo do período 2004-2017 [início da cobrança no ERJ até o fim do levantamento de dados para esta pesquisa].

Destaque para inflexão negativa ocorrida em 2007 [período da instituição do INEA], seguida de crescimento contínuo a partir de 2008 [quando os critérios de arrecadação sofreram alterações; tema tratado no Anexo I].

Em 2012, observa-se nova inflexão que culmina em 2014, quando é implantado o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios - SIAFEM/RJ e a Conta Única do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – CUTE; momento em que os recursos arrecadados pelo FUNDRHI são arrestados e passam a ser depositados na CUTE tendo como Unidade Gestora o INEA (RELATÓRIO DE GESTÃO CBHBPSI, 2017; AGEVAP, 2017).

Em 2016, constata-se uma inflexão positiva; há aumento do valor arrecadado, uma vez que, para manter a viabilidade do sistema, os CBHs fluminenses aprovam o reajuste do Preço Público Unitário (PPU) cobrado aos usuários pelo uso da água. No CBH BPSI o reajuste ocorreu somente em 2016, através da Resolução CBH-BPSI nº 022/2016.

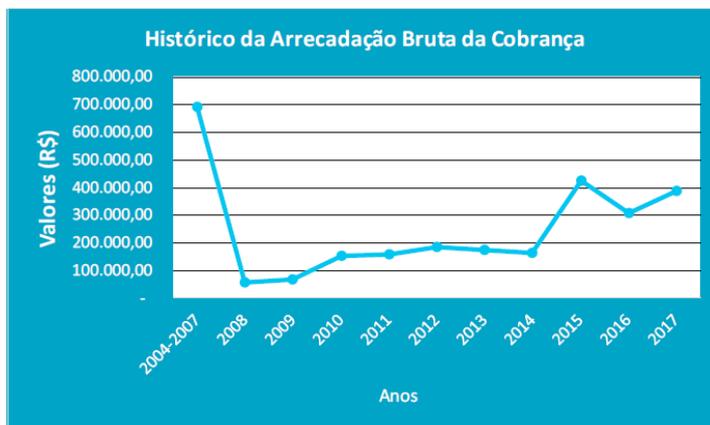


Figura 69: Evolução do valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água na Região RH IX

Fonte: AGEVAP *apud* Relatório de Gestão CBH BPSI – 2017(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

	RECURSOS COBRANÇA (R\$)					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	68.867,27	153.435,11	157.327,04	183.588,46	170.911,56	160.443,51
	6.886,73	15.343,51	15.732,70	18.358,85	17.091,16	16.044,35
	61.080,54	138.091,60	141.594,34	165.229,61	153.820,40	144.399,16
	8.544,69	67.697,86	69.033,13	49.599,69	44.086,36	19.176,39
	854,47	6.766,79	6.803,31	4.959,87	4.406,94	1.917,64
	7.690,22	60.928,07	62.129,82	44.639,72	39.682,42	17.258,75
	77.411,96	221.132,97	226.360,18	233.188,14	214.980,91	179.619,60
	7.741,20	22.113,30	22.836,02	23.318,81	21.498,09	17.861,99
	68.670,76	199.019,67	203.724,16	208.868,33	193.482,82	161.657,91

Figura 70: Histórico da arrecadação da cobrança na Região Hidrográfica IX

Fonte INEA *apud* RELATÓRIO DE GESTÃO CBH BPSI – 2017(REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI)

6.2.2 Qualidade da Burocracia

Gomide & Pires (2014) entendem que, no contexto democrático, a capacidade de implementar políticas públicas pode ser entendida a partir de dois componentes: o técnico-administrativo e o político.

“(...) O primeiro deriva do conceito weberiano de burocracia, contemplando as competências dos agentes [...] para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coordenadas e orientadas para a produção de resultados. O segundo, associado à dimensão política, refere-se às habilidades da burocracia [...] em expandir os canais de interlocução, negociação com os diversos atores sociais, processando conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos”.

A pesquisa documental apontou que o CBH BPSI possui um arcabouço institucional robusto, em constante atualização, demonstrando possuir, apesar das variáveis de contexto, uma burocracia viva.

Lima, Abrucio e Bezerra e Silva (2014), ao buscar analisar esta dimensão [qualidade da burocracia] partem da seguinte definição de burocracia; *“(...) pode aqui ser definida como a organização ou estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais”*. Consideram a capacitação da burocracia fundamental para o sucesso dos sistemas de políticas públicas; os atores são essenciais para o bom desempenho das instituições.

Foi no campo, sobretudo, que estas considerações foram apreendidas; não apenas frente à estrutura organizativa do colegiado, mas, principalmente, por observar a habilidade dos atores atuarem na dimensão política; expandir canais de interlocução e cooperação, negociação e processar conflitos [seja federativo: Transposição para o sistema Cantareira; seja estadual: valor da arrecadação devido à transposição para o Sistema Guandu; ou, regional: Manejo das comportas no Canal da Flecha]. Há que se levar em conta também as adversidades enfrentadas no último biênio, pelo contingenciamento orçamentário e as irregularidades dos repasses para a implementações das ações.

A qualidade da burocracia [perfil analisado no capítulo 5], sem dúvida, foi primordial para os resultados positivos alcançados: tanto no aporte de recursos financeiros [influenciando e contribuindo na revisão das regras em vigor], quanto no reconhecimento político e visibilidade alçada pelo comitê em âmbito local, regional e da bacia [vide os assentos assegurados nos distintos níveis de atuação do sistema].

Pelo escopo do trabalho, limitação de tempo, de recurso humano e financeiro [pois, como já exposto, envolve disponibilidade de orçamento e mobilidade constante] há diversas lacunas que este estudo de caso não conseguiu alcançar. Porém, como observado por SOUZA

(2015) ainda na banca de defesa do projeto desta tese: “(...) este estudo é parte de uma agenda de pesquisa de aspecto “guarda-chuva” e que contempla uma infinidade de especificidades”. Congrega inúmeros atores, instituições, subtemas que podem ser tratados em trabalhos futuros; e, cada uma das dimensões da governança apontadas podem ser examinadas individualmente e aprofundada. É certo, no entanto, que a partir da metodologia desenvolvida muitos caminhos foram direcionados.

O estudo da dimensão da governança das águas na RH IX voltado para a análise da qualidade da burocracia no CBH BPSI é uma agenda de pesquisa bastante instigante; uma vez que a qualidade dos atores envolvidos na gestão participativa das águas é um dos pilares fundamentais para constituição do arcabouço institucional que permite a plena aplicação dos instrumentos de gestão desta política pública.

6.2.3 Governança no CBH BPSI e Instrumentos de Gestão: situação da implementação dos instrumentos de gestão

6.2.3.1 Situação da implementação dos instrumentos de gestão no CBH BPSI

Além dos 5 instrumentos previstos na PNRH, a saber: i) Planos de Recursos Hídricos; ii) Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; iii) Outorga de direito de uso dos recursos hídricos; iv) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e, v) Enquadramento dos corpos d'água em classes segundo os usos preponderantes da água; a PERH instituiu mais 2: o PERHI [Plano Estadual de Recursos Hídricos] e o PROHIDRO [o Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos].

A presente seção propõe apresentar a situação de gestão destes instrumentos no âmbito do CBH BPSI; destaca-se, entretanto, que um diagnóstico de situação foi apresentado previamente no Capítulo 3 a caracterizar o diagnóstico e a visibilidade do problema na bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Busca-se apenas destacar aqui, pontos não contemplados.

- i) Plano de Recursos Hídricos [**Status do Instrumento: em elaboração**]: instrumento estratégico que estabelece diretrizes gerais sobre os recursos hídricos. Cabe apontar que a RH IX ainda não possui seu Plano de Bacia elaborado. O PERHI, por sua vez, de acordo com os membros do CBH BPSI, não atende às especificidades da RH IX; “(...) é pobre em informações sobre a região (...)” O

*instrumento de gestão utilizado para fundamentar e orientar a implementação e o gerenciamento dos recursos hídricos, até o momento, é o Caderno de Ações – Área de Atuação da GT FOZ do Plano de Recursos Hídricos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP*¹⁷¹. O Plano que gerou o “Caderno de Ações” está sendo atualizado¹⁷² pelo CBH BPSI. Em 2014, o CBH BPSI passou a acompanhar o andamento do “Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul” através de sua participação nas reuniões da CTC do CEIVAP. O colegiado compõe o GTAI, que juntamente com a CTC tem por atribuição analisar e aprovar os relatórios referentes ao Plano da Bacia.

Interlocutor 2: “(...) o projeto foi deliberado e pago; porém houve problemas com a empresa licitada e o processo foi cancelado; pois, (...) só foi entregue a parte do diagnóstico. (...) Houve nova licitação (...) a gente espera que até 2020 esse instrumento esteja finalizado”.

- ii) Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos [**Status do Instrumento: implementado/ato continuum**]. Em 2017 o CBH BPSI empreendeu um dos programas estabelecido pelo PAP:

Interlocutor 1: “Foi o único recurso repassado pelo INEA durante a gestão 2015-2017. Com ele montamos a Sala de Monitoramento. Uma importante conquista para a gestão dos recursos hídricos. A sala cedida pela UENF foi equipada com monitor, computador com o programa QuantumGis para fazer os mapas dos cursos d’água, nascentes (...) conseguimos também uma estagiária para a coleta, lançamento de dados e elaboração dos mapas”.

Com esse instrumento em funcionamento o comitê amplia o domínio sobre a qualidade e quantidade dos recursos disponíveis, contribuindo para a melhoria da gestão (MALHEIROS *et al*, 2013). Constitui uma das etapas fundamentais para a elaboração de planos de recursos hídricos, enquadramento dos corpos d’água, outorga dos direitos de uso da

¹⁷¹A AGEVAP celebrou contrato com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - Fundação COPPETEC, em 06 de março de 2006, para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (2007-2010). Trata-se da atualização do Plano elaborado anteriormente, para o período de 2002 a 2006. Quando do desenvolvimento dos trabalhos contratados, foi consensualmente acordado com a AGEVAP, além da elaboração do resumo do Plano de Recursos Hídricos atualizado, a preparação de “Cadernos” específicos para cada uma das 9 sub-bacias ou trechos do Paraíba do Sul definidos no Plano (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2017).

¹⁷² O seu desenvolvimento pode ser acompanhado através do link ceivap.org.br/planobacia.php (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2017).

água, cobrança pelos usos, dentre outros instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Anteriormente, em 2015, a AGEVAP deu início a implementação do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – SIGA CEIVAP (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017). O objetivo desse instrumento é auxiliar a tomada de decisão no processo de gestão, através de um conjunto de dados que subsidiam o monitoramento e acompanhamento das estações hidrológicas e meteorológicas. Os dados dos usuários cobrados e outorgados pelo INEA, e suas coordenadas geográficas, são utilizados para a elaboração de mapas temáticos com pontos georreferenciados com o auxílio do software ArcGIS.

Interlocutor 2: “Esse sistema é muito importante para os CBHs. Trabalha dados de mapas, imagens de satélite, cadastro (...) vai ajudar a recuperar e combinar informações e possibilitar diversos tipos de análises”.

O monitoramento hidrometeorológico é feito pelo INEA, que repassa as informações online pelo site www.segurancahidricarj.com.br. É composto por ações de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e disponibilização de informações sobre as condições atmosféricas e vazão de rios. É feito por rede de estações hidrométricas [estações pluviométricas, estações fluviométricas e estações meteorológicas]. Além dessa base de dados o CBH BPSI também tem disponibilizado recursos, desde 2014 através da AGEVAP, para custear equipe [composta por dois técnicos para desempenhar atividades de divulgação, capacitação e cadastramento de propriedade e posses rurais] para realizar o Cadastro Ambiental Rural - CAR¹⁷³. O CAR é base de dados que auxilia a refletir o conjunto de usuários de recursos hídricos e sobre o qual estão baseados instrumentos da gestão, como a outorga e a cobrança.

- iii) Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos [**Status do Instrumento: implementado/ato continuum**]. Instrumento de gestão da PERH e da PNRH que tem objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

¹⁷³CAR -Registro eletrônico que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das APPs, das áreas de reserva legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades rurais. É condição necessária para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental - PRA (CBH BPSI, 2015). Sem o cadastro o proprietário não acessa políticas públicas como: crédito rural, linhas de financiamento, e isenção de impostos para insumos e equipamentos.

Até outubro de 2017 na área de abrangência do CBH BPSI haviam 46 usuários estaduais cadastrados e regularizados cobrados pelo uso da água [esse quantitativo é dinâmico]. O setor que responde pela maior arrecadação é o do Saneamento, somando cerca de 63% do valor total arrecadado (REPOSITÓRIO DIGITAL DA AGEVAP, 2017), conforme dados apresentados no capítulo 3.

- iv) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos [**Status do Instrumento: implementado/ato contínuo**]. A cobrança pelo uso da água nos rios de “domínio estadual” da Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e respectivo gerenciamento destes recursos são realizados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. A cobrança pelo uso da água nos rios de “domínio federal” é feita pela ANA e repassado ao CEIVAP/AGEVAP para o gerenciamento dos recursos.

O montante arrecadado e investimentos realizados foram tratados na subseção 6.2.1 deste capítulo.

- v) Enquadramento dos corpos d’água em classes [**Status do Instrumento: não implementado**]. O enquadramento segundo os usos preponderantes da água, ainda não foi proposto para os rios de domínio estadual na RH IX. Estes são considerados Classe 2, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores. Já o trecho federal: conforme parâmetros da Resolução CONAMA nº 357 (2005) é considerado Classe 2; de acordo com dados da AGEVAP (2016), mas o trecho final [área de abrangência do CBH BPSI] é considerado como Classe 3.

A situação configura a deterioração deste recurso de uso comum na RH IX do ERJ. Aponta a necessidade de projetos voltados ao combate à poluição das águas [ao longo de toda a bacia] mediante ações preventivas permanentes¹⁷⁴.

¹⁷⁴ De acordo com artigo publicado por Smiderle *et al* (apud UENF, 2017) “ (...) o Paraíba do Sul vem sendo periodicamente vitimado por grandes sinistros ambientais, como recorda Carlos Rezende. Em 1989 o derramamento de metanol em Barra do Pirai (RJ) resultou na suspensão do abastecimento d’água nos municípios banhados pelo Paraíba do Sul, provocando uma corrida para abertura de poços domiciliares. Em 2003, o Paraíba ficou negro com o rompimento de um reservatório da Indústria Cataguazes de Papel, em Cataguazes, Zona da Mata mineira, que causou o vazamento de mais de 20 milhões de litros de soda cáustica, provocando uma diminuição drástica dos teores de oxigênio dissolvido e um aumento das concentrações de carbono orgânico dissolvido e condutividade. Como resultado, houve grande mortalidade de peixes e

- vi) PROHIDRO[**Status do Instrumento: implementado/ ato continuum**]. O Programa Estadual de Conservação Revitalização de Recursos Hídricos - PROHIDRO¹⁷⁵ foi regulamentado no Decreto nº 42.029, de 15 de junho de 2011, considerando a necessidade de promoção da integridade e conservação ambiental das bacias hidrográficas, com inclusão social da população rural em situação de vulnerabilidade e da melhoria das condições de uso e ocupação do solo em áreas relevantes para a conservação dos recursos naturais.

Este instrumento ficou estabelecido através do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA¹⁷⁶, a ser coordenado como um subprograma denominado PRO-PSA - Programa Estadual de Pagamento por Serviços ambientais¹⁷⁷. Os recursos para a execução das ações do PSA hídrico na bacia do Paraíba do Sul foram previstos no PAP do CEIVAP para implementação entre 2014 a 2016. Sendo assim, a AGEVAP lançou edital para inscrição das prefeituras e instituições executoras interessadas em participar do processo.

As propostas habilitadas passaram por processo de priorização pelos comitês, separadas por área de abrangência dos mesmos. Na área de atuação do CBH BPSI, o projeto “Olhos

crustáceos, provocando uma esterilização da vida no rio durante um período. Naquela ocasião, o abastecimento ficou comprometido por cerca de oito dias. Em 2006, novo derrame, desta vez devido ao rompimento de uma barragem de rejeito de bauxita: a lama originária do minério atinge o Rio Paraíba do Sul, e o vazamento dura três dias. O rompimento da barragem arrastou 400 mil metros cúbicos (400 milhões de litros) de lama provenientes do tratamento de bauxita. Em 2007, pelo menos 2 milhões de metros cúbicos de lama misturada com bauxita e sulfato de alumínio vazaram novamente da mesma indústria. Em 2008, houve derrame do inseticida Endosulfam, mas o volume é incerto, variando de 1,5 mil a 30 mil litros, e, mais uma vez, observou-se mortalidade de peixes devido às características toxicológicas do composto”.

¹⁷⁵ Previsto nos artigos 5º e 11º da PERH (RIO DE JANEIRO, 1999).

¹⁷⁶ São considerados serviços ambientais as práticas e iniciativas prestadas por possuidores, a qualquer título, de área rural situada no ERJ, que favoreçam a conservação, manutenção, ampliação ou a restauração de benefícios propiciados aos ecossistemas, que se enquadre em uma das seguintes modalidades a seguir, passíveis de retribuição, direta ou indireta, monetária ou não: I- conservação e recuperação da qualidade e da disponibilidade das águas; II- conservação e recuperação da biodiversidade; III- conservação e recuperação das faixas marginais de proteção - FMP; IV- sequestro de carbono originado de reflorestamento das matas ciliares, nascentes e olhos d'água para fins de minimização dos efeitos das mudanças climáticas globais (RIO DE JANEIRO, 2011).

¹⁷⁷ De acordo com o PRO-PSA as iniciativas destinadas a retribuir serviços ambientais prestados deverão conter: I- os tipos e as características dos serviços ambientais prestados; II- os critérios para a seleção das áreas prioritárias; III- os critérios de elegibilidade e priorização dos participantes; IV- os critérios para o cálculo das retribuições; V- as definições dos prazos, mínimos e máximos, a serem observados nos contratos; VI- os critérios para o monitoramento dos serviços ambientais prestados; VII - os mecanismos institucionais para obtenção de recursos financeiros destinados à gestão do PRO-PSA. Os investimentos do PRO-PSA deverão priorizar as áreas rurais e demananciais de abastecimento público, observados os critérios a serem aprovados pelo CERHI (RIO DE JANEIRO, 2011).

D'água Carapebus/RJ da ONG Ecoanzol¹⁷⁸ foi contemplado no edital nº 04/2014 de PSA hídrico da AGEVAP¹⁷⁹. Para a execução das ações, o comitê deliberou R\$200 mil como contrapartida [mas há também recurso proveniente de investimento federal]. O projeto envolve ainda produção de videodocumentários, como “Terra Nossa”, sobre a realidade hídrica de Carapebus/RJ; disponível no link <<http://www.ecoanzol.org.br/2016/10/Video-Documentario-Terra-Nossa-Realidade-hidrica-em-Carapebus-RJ.html>>.

Interlocutor 4: “(...) Durante o desenvolvimento deste projeto [além do plantio] foram realizados junto a população-alvo várias ações como seminário de solo, de gestão de recursos hídricos, de uso de EPI, de saúde básica, de sistemas agroecológicos (...) a proposta inclui dar formação para que essas pessoas possam mudar as suas práticas (...) a gente quer provar através dessa metodologia que a sustentabilidade desse processo é possível”.

Este é o instrumento de gestão em que a contribuição teórica de Ostrom se mostra de forma singular; auxiliando a análise de como as instituições e suas regras afetam a maneira como os agentes interagem, e, como determinam as escolhas e as estratégias para lidar com recursos de uso comum. De acordo com Elinor Ostrom, são oito os princípios [por ela estabelecidos] para pactuar os arranjos institucionais voltados ao manejo dos recursos naturais.

Estes ajudam a ponderar os fundamentos presentes no SINGREH e SEGRHI, e, portanto, no CBH BPSI, identificando de que maneira se processa a participação social, a descentralização e a integração das ações; e, como são adaptados. Tais princípios são: (1) fronteiras claramente definidas; (2) equivalência entre custos e benefícios; (3) arranjos de decisão coletiva; (4) monitoramento efetivo por monitores que fazem parte ou relacionam-se diretamente aos beneficiários; (5) sanções graduais; (6) mecanismos de resolução de conflitos; (7) reconhecimento mínimo dos direitos; e (8) alinhamento e articulação intersetorial na gestão/articulação em diferentes níveis, mas com arranjos institucionais locais [dimensão da governança da água a ser tratada na próxima seção].

¹⁷⁸ ONG que atua desde 2005 com a Gestão Territorial Integrada – GTI. Tem como foco ações socioambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável. É um dos atores do CBH BPSI e integra a plenária desde a instituição do colegiado.

¹⁷⁹ O projeto em curso tem por objetivo principal a conservação de remanescentes florestais e revegetação de 43ha de APP e amortecimento, localizada na bacia do BPSI, no município de Carapebus (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH BPSI, 2015).

Para Ostrom quanto maior o número desses princípios presentes, maior a probabilidade de sucesso dos acordos, do co-manejo e da longevidade das instituições (OSTROM, 1990; POTEETE, OSTROM & JANSSEN, 2011).

6.3 Governança no CBH BPSI e Relações Intergovernamentais

6.3.1 Articulação com os planejadores [intersectorial e intrasetorial]

Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014) consideram o desenvolvimento da articulação intrasetorial e intersectorial peças-chave para o sucesso das políticas. Afirmam os autores que no desenho do sistema, cabe aos CBHs o papel articulador do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos setoriais e, de acordo com a sua esfera de atuação, com os das esferas estaduais ou federal. Como considerado por um dos interlocutores:

“(...) o CBH é o articulador do território (...) precisa estabelecer troca constante com os demais atores, (...) senão, nada acontece” (Interlocutor 4).

Este tópico chama atenção para importantes questões que emergiram nas discussões do CBH BPSI, durante o recorte temporal estudado, implicando a dominialidade das águas: conflitos e competências, agora em tempo de escassez hídrica. Destaque para: i) Conflito federativo: Transposição para o sistema Cantareira; ii) Conflito estadual: Transposição para o Sistema Guandu; e, iii) Conflito regional: Manejo das comportas e gerenciamento do Canal da Flecha e demais canais da baixada campista.

Pela relevância das relações que envolvem [dentro e fora do colegiado] instiga uma agenda de pesquisa específica, no entanto, buscou-se aqui demonstrar o cenário e o tipo de resultado produzido pelo comitê na articulação com os planejadores e demais atores envolvidos.

- i) Conflito federativo: a transposição de um afluente paulista do rio Paraíba do Sul para o sistema Cantareira

O ano de 2014 deu início ao período mais severo de estiagem nos 85 anos de registros hidrológicos na bacia do rio Paraíba do Sul, só superado por índices históricos, ainda mais críticos, no ano de 2015 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH BPSI, 2015). Até então a maior crise hídrica na bacia havia acontecido em 2003, com os reservatórios chegando a 14 % do seu volume.

A vigência do período de estiagem afetou todos os reservatórios de São Paulo e do ERJ edemarkou um conflito envolvendo dois dos principais estados da federação na disputa pela água. Data de 02 de abril de 2014 a reunião na sede da ANA, em Brasília, com representantes da AGEVAP, CEIVAP e diretores dos CBHs da bacia do Paraíba do Sul em que, ao se discutir a questão da transposição do rio Paraíba do Sul para abastecer a macro metrópole paulista [projeto proposto pelo governo de São Paulo]¹⁸⁰, os CBHs fluminenses evidenciaram um dos grandes problemas da PNRH [e imane conflito]: a gestão fragmentada destes recursos¹⁸¹.

A fragmentação, e a arbitrariedade das deliberações por parte das instâncias superiores do sistema, se fez ainda mais notória à medida que proposta do “Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macro metrópole Paulista” [visando atender demandas futuras de abastecimento, usos industriais e irrigação com cenário até 2035] configurava a 6ª colocação, das 10 alternativas de solução no ranking de viabilidade [custos e impactos ambientais]; ainda assim, o “arranjo 5”, referente à transposição pelo reservatório de Jaguari para o Atibainha, foi o escolhido, a revelar os demais impactados.

Frente à transposição das águas do rio Paraíba do Sul por um afluente paulista para o sistema Cantareira, uma nova determinação de vazão se consubstanciou [além da estabelecida em 2003] na transposição em Santa Cecília [ponto de transferência de 2/3 do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu]. Segundo análise da CTRHEH do CBH BPSI (2015) isto agrava ainda mais o quadro da qualidade da água à jusante da metrópole fluminense.

Diante do quadro, o CBH BPSI mobilizou sua CTRHEH que elabora uma Manifestação/Nota Técnica¹⁸², na qual argumenta a necessidade da manutenção dos valores de

¹⁸⁰ Em 18 de março de 2014 o governo de SP [Alckmin] já havia encaminhado ofício à presidência da república informando sobre a situação hídrica da macro metrópole paulista e apresentando a proposta da transposição [Plano formulado desde 2008 pelo DAEE] (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2016).

¹⁸¹ Como pontuado pelo CBH BPSI (2014) o modelo de gestão da PNRH é uma adaptação do modelo de gestão unificada dos recursos hídricos adotado pela França. No entanto, o federalismo brasileiro diante da autonomia dos Estados membros fragmenta a gestão que se propõe unificada. Este conflito federativo evidencia tal situação, à medida que uma das partes apresenta sua demanda sem levar em consideração e reunir estudos mais ampliados sobre os impactos desta ação aos demais envolvidos.

¹⁸² Nota Técnica CBH BPSI sobre a decisão do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana acerca da redução de vazões de chegada na transposição de Santa Cecília. In: Boletim das Águas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. V.1, n.1- Junho, 2014. Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas – CTRHEH (Org.). Disponível em: http://cbhbaixoparaiba.org.br/conteudo/Bol_Tecnico_CBH-BPSI_v1-n1-jun2014.pdf.

vazão após a transposição para o rio Guandu. A Nota Técnica propõe a manutenção da vazão de 71m³/s à jusante de Santa Cecília; e, que qualquer redução na chegada a este ponto seja absorvida dentro dos 119m³/s destinados à transposição para o Guandu. O documento foi protocolado no CERHI, em 08/04/14 e no CEIVAP, em 13/04/14 (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH BPSI, 2015).

Todavia, a Nota Técnica do CBH BPSI enviada ao CERHI e ao CEIVAP em abril não foi considerada pela ANA. E, em 02 de junho de 2014 é publicado em Diário Oficial da União - DOU a Resolução da ANA nº 700¹⁸³, de 27 de maio de 2014, sobre a redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília no rio Paraíba do Sul. Segundo os planejadores, a nível central, isso se deu considerando a necessidade de preservar os estoques de água no reservatório da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul [composto pelos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca, Jaguari e Funil] em face da situação hidrometeorológica pela qual passava [e ainda passa] a bacia. Tal decisão da instância superior do sistema foi pautada na Nota Técnica do ONS 0043/2014 e na Carta nº 021/2014/PRES-CEIVAP, levando em conta a importância desta bacia para o abastecimento de várias cidades dos três estados da federação, e, em especial a região metropolitana do município do Rio de Janeiro que, neste período, era a anfitriã dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Dois dias após a publicação em DOU da Resolução da ANA 700/2014, o CBH BPSI, representado por dois membros da sua diretoria, participa de nova reunião, na sede da AGEVAP [Resende/RJ], com representantes da ANA; ONS; CEIVAP; INEA; DAEE; SABESP; CEDAE; SAAE Volta Redonda, Três Rios, Jacareí; FIESP; FIRJAN; Light; Furnas; Energisa; Quéluz Energia; Comitês Guandu, Médio Paraíba, Baixo Paraíba; COMPÉ; ASFLUCAN e Secretarias de Meio Ambiente de municípios da Bacia, com o objetivo de estabelecer uma discussão técnica sobre a medida. No entanto, os participantes são

¹⁸³ Resolução ANA nº 700/2014, resolve em seu art. 1º: reduzir, até o dia 30 de junho do corrente ano, o limite mínimo de vazão afluente à barragem de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul, de 190 m³/s para 173 m³/s. A redução de vazão será acompanhada de avaliações periódicas dos impactos que a medida ocasionará sobre os diversos usos, por parte da ANA, ONS e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo oportunizada a participação das empresas responsáveis pela gestão dos reservatórios e do apoio do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (ANA, 2017c; REPOSITÓRIO DIGITAL DO CEIVAP, 2017).

informados de uma nova “solicitação” do ONS à ANA: uma segunda etapa de redução de vazão [de 173 m³/s para 149m³/s] ao fim da validade da norma em vigor.

Na ocasião, o CBH BPSI se manifestou quanto ao retrocesso [fragmentação e centralização] e expôs as graves consequências de tais reduções: avanço do mar na foz do rio; aumento de salinidade na captação de água pela CEDAE em São João da Barra; comprometimento da manutenção de todo sistema hidráulico da baixada campista [que já enfrentava seca histórica com o rio atingindo a marca de 4,90m em junho/2014 de acordo com a Defesa Civil de Campos dos Goytacazes]¹⁸⁴.

Contudo, diante do agravamento da situação de escassez hídrica, novas resoluções foram emitidas pela agência federal e a vazão reduzida a 140 m³/s¹⁸⁵ em dezembro de 2014;e, posteriormente, a 110 m³/s¹⁸⁶, em fevereiro de 2015. Há que ser registrado que, para além da qualidade da burocracia e capacidade dos participantes [no intuito de influenciá-lo debate, alterar conteúdo e resultados desta política] estava-se diante de uma ferrenha disputa eleitoral majoritária e das demais consequências dela advindas.

Ao longo de 2015 inúmeras reuniões se sucederam nas quais o CBH BPSI participou ativamente, tendo o CEIVAP papel fundamental como mediador na formulação do termo para um acordo entre os três estados. Nesse processo o CBH BPSI solicitou a inserção de um artigo no documento [aprovado pela ANA], assegurando mais 20 m³/s na vazão de Santa Cecília para a foz do rio Paraíba do Sul¹⁸⁷. Esse foi um ganho efetivo para região na disputa pelas águas em futuras crises que certamente virão (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBH BPSI, 2015).

¹⁸⁴O recorde negativo do seu nível foi quebrado dia após dia, marcando a cota de apenas 4,43 metros (acima do nível do mar) em 23/10/14, quando a cota normal seria de 5,80 (SMIDERLE, REZENDE, SIQUEIRA & SUZUKI *apud* UENF, 2017).

¹⁸⁵Resolução ANA nº 2.051/2014 de 23/12/14. Dispõe sobre a prorrogação da redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul 190m³/s para 140m³/s (ANA, 2015).

¹⁸⁶Resolução ANA nº 145/2015 de 27/02/15. Dispõe sobre a prorrogação da redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília. Limite mínimo de 190 m³/s em Santa Cecília para 110 m³/s e descarga mínima a jusante dos reservatórios de Santa Branca, de 40 m³/s para 34 m³/s; do reservatório de Funil, de 80 m³/s para 70 m³/s; e, do reservatório de Jaguari, de 10 m³/s para 4 m³/s (ANA, 2015).

¹⁸⁷Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1.382/2015 de 07/12/15– Dispõe sobre as condições de operações a serem observadas para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul para o Sistema Guandu (ANA, 2015).

- ii) Conflito estadual: a transposição para o Sistema Guandu - a vazão em Santa Cecília e o repasse da cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu

Esta é outra agenda de pesquisa identificada a partir do Estudo de Caso e que guarda intrínseca relação com a segurança hídrica e o desenvolvimento do interior do ERJ.

A redução drástica na vazão do Paraíba do Sul a jusante de Santa Cecília se deve, além da severa estiagem que atingiu o sudeste do país, em 2014, a sangria que o rio sofre ao longo de seu curso (SMIDERLI *et al apud* UENF 2017). O ponto crítico se encontra na barragem de Santa Cecília, em Barra do Piraí (RJ), onde ocorre a transposição de grande parte de suas águas para o rio Guandu.

*“(...) Houve tempo em que a vazão mínima na altura da barragem era de 250 m³/s, com 160 m³/s transferidos para o Guandu e 90 m³/s mantidos no Paraíba do Sul. Antes da crise, uma resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) estabelecia que, em condições adversas extremas, essa vazão mínima poderia ser reduzida para 190 m³/s, sendo destinados 119 m³/s para o Guandu (transposição) e 71 m³/s para o Baixo Paraíba (...) Por conta da estiagem de 2014, a ANA autorizou a redução da vazão na barragem de 190 m³/s para 160 m³/s. Este volume, já reduzido, é distribuído na base de 68% para o Guandu (109 m³/s) e 32% para o restante do próprio Paraíba (51 m³/s). Outros 20 m³/s são transpostos do Rio Piraí, afluente do Paraíba, também para abastecer parte da região metropolitana (SMIDERLI *et al apud* UENF 2017).*

A questão foi bastante discutida no CBH BPSI no último biênio [gestão 2015-2017] chegando à agenda do CERHI¹⁸⁸ que delibera, em 24 de agosto de 2016, a Resolução CERHI-RJ nº 154, que decide:

Art. 1º - Alterar o valor percentual de repasse da cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento), até que novos valores sejam aprovados pelo CEIVAP e pelo CBH Guandu. Parágrafo primeiro –

¹⁸⁸Resolução CERHI-RJ nº 154, de 24 de agosto de 2016 Dispõe sobre a alteração do valor percentual de repasse da cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/legirj/ResolucoesCERHI/resolucao-cerhi-154.pdf>>.

O aumento percentual previsto no caput deste artigo passará a vigorar a partir de outubro de 2016 (CERHI, 2016).

O aumento do valor percentual na cobrança a ser repassado pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu [a ser aplicado a jusante deste ponto] é outro resultado produzido neste aspecto da governança das águas pelo CBH BPSI.

- iii) Conflito regional: o manejo das comportas e gerenciamento do Canal da Flecha e demais canais da baixada campista

Sem dúvida uma discussão permanente [tema sempre presente na pauta do colegiado] eum desafio para a governança das águas no trecho final da bacia.

O conflito reacendeu durante a 1ª RO do CBH BPSI de 2017. Ainda que não estivesse pautado na convocatória, foi o assunto que prevaleceu e ditou o clima no encontro.

“(...) O problema não é pequeno (...) a solução não é pequena”(...) “Qual é o parâmetro para decidir a abertura ou fechamento das comportas?” (...) “Quem está autorizando?”(...)“Qual a cota?”(...) “A quem cabe essa atribuição?” (...) “Qual a proposta?”(...)“Quem faz a leitura da régua? (...)”“Onde estas estão localizadas?”(...) “[Essa é a] importância da participação nas discussões, principalmente [nas] decisões do “varejo” onde os membros do grupo de trabalho tratam de abertura e fechamento de comportas dos canais da região”(...)[Há necessidade de] “parceria entre instituições para buscar soluções”(...) os canais precisam ser desobstruídos, precisam de limpeza”.(FRAGMENTOS DE FALA DOS PRESENTES NA 1ª RO DO CBH BPSI, 2017)

Os ânimos ficaram ainda mais acirrados a partir da chegada do representante do ICMBio que adentrou ao espaço [de forma impactante] relatando ter chegado da capital do Estado naquele instante *“(...) estava em reunião no Ministério Público Federal para impedir judicialmente a tomada de qualquer decisão do Comitê relacionada ao manejo de comportas da lagoa Feia”*.

Os relatos se aqueceram e sucederam narrativas sobre as consequências da abertura/fechamento das comportas e sobre a legitimidade do CBH BPSI no processo.

Um representante da diretoria solicitou que tais opiniões fossem levadas à CTRHEH, tendo em vista ser este o fórum convergente, para evitar o prolongamento desnecessário da presente reunião. Outro membro da diretoria ratificou que era preciso entender como se dá o processo de manejo das comportas, as cotas estabelecidas e o que se afeta com cada tipo de

manejo para depois fazer julgamento [e que isso poderia ser assimilado ou vir a ser questionado com a participação]. Também foi ratificado por outro membro, a necessidade de recomposição das CTs e definição de coordenadores, sendo a participação dos diversos segmentos fundamentais para o funcionamento do Comitê.

Abriu ou não abriu a comporta? Importante ressaltar que a decisão é binária e, nesse caso, sempre haverá descontentamento de uma das partes que apresentam interesses distintos e compartilham o mesmo recurso. Um conflito de interesses sem fim. O status da provisoriedade da DD, mais uma vez, sendo a chave para dar resposta à questão.

Todavia, outras questões estão envolvidas: Em que momento abrir? Por quanto tempo? Para atender quais interesses? Cabe ao CBH BPSI desenvolver o exercício pedagógico da justificativa das preferências, os esclarecimentos necessários nas diversas rodadas de negociação, a ação comunicativa antes da agregação do voto e da deliberação pública. A adoção dos princípios da democracia deliberativa sendo acionados tende a fazer que a decisão seja mais acertada [para o momento] e legitimada pelos envolvidos.

Finalmente, ao retomar a pauta da reunião, que previa aprovações de custeio e de relatório, ficou acertada nova assembleia da CTRHEH, a ocorrer em prazo de 15 dias na cidade de Quissamã, para tratar essa questão específica.

Em paralelo, uma moção de repúdio foi encaminhada ao CERHI e ao MP, diante da forma [não do objeto, sic] do agente público ao se dirigir [sic] ao CBH BPSI, usando de meio inadequado e desrespeitoso.

Na sequência, foram agendadas, pela coordenação da CTRHEH, reuniões extraordinárias¹⁸⁹ para a discussão das seguintes pautas:

2ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017, realizada no dia 12 de maio 2017 (sexta-feira), às 10h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Quissamã. Ordem do dia: Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas sobre Canal da Flecha e adjacências.

¹⁸⁹ A 1ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017 foi realizada em 01 de fevereiro de 2017 (quarta-feira), às 14h, na sala de reuniões do Comitê, localizada na UD4 – UENF, tendo como pauta a Criação de Grupo de Trabalho de Nascentes (REPOSITÓRIO DIGITAL DO CBHBPSI, 2017).

3ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017, realizada no dia 26 de maio 2017 (sexta-feira), às 16h, na UENF. Ordem do dia: Decisões do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas da Barra do Furado.

4ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017, realizada no dia 12 de junho 2017 (segunda-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Decisões sobre manejo de comportas e controle na lagoa do Campelo.

5ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017, realizada no dia 11 de dezembro 2017 (segunda-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Reformulação do Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas –GTMC.

6ª Reunião Extraordinária da CTRHEH em 2017, realizada no dia 27 de dezembro 2017 (quarta-feira), às 14h, na UENF. Ordem do dia: Nova composição da CTRHEH para o triênio 2017-2020; Eleição de Coordenador para a CTRHEH, no triênio 2017-2020.

No intuito de levantar o diagnóstico de situação das comportas e canais, ebalizar as decisões e ações necessárias, foi realizada pela CTRHEH um cronograma de visita técnica à rede de comportas e canais da margem esquerda e direita do rio Paraíba do Sul [em que tive a oportunidade de participar] com a presença de representantes dos três segmentos [poder público, usuários e sociedade civil] dos municípios afetados.

Essas ações foram ao encontro da operação, iniciada em agosto de 2017, viabilizada pelo Governo do Estado, coordenada pela superintendência regional do INEA/SEA, com recurso proveniente da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos no ERJ para serviço de recuperação e dragagem dos canais. No caso específico da parceria público-privada, voltada às ações nos canais da baixada campista, o convênio tem prazo de 30 meses e prevê também a informatização do sistema. Será realizado pela ProjeCons Engenharia, contratada pela Prumo Logística, empresa que firmou convênio para a realização das obras.

Diante disso, passa a ser possível ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana administrar o fluxo da água dos canais para permitir um planejamento de abertura e de seu fechamento. A fala do secretário de estado de Ambiente

[licenciado] e deputado estadual André Correa (DEM) sinaliza a decisão dos planejadores sobre a competência do Comitê relacionada ao manejo de comportas na RH IX:

“(...) O que nós estamos fazendo aqui é fruto de compensação de um orçamento de R\$ 1,7 milhão que, durante 30 meses, iremos recuperar as comportas que estão sem funcionar e fazer a manutenção. É através desse trabalho do comitê, que vamos informatizar o nível dos canais e das comportas, para permitir um planejamento correto de abertura e fechamento, de acordo com o clima do momento”.

Além da participação inter e intrasetorial e a participação do município no sistema, outro aspecto da governança voltado às relações intergovernamentais [abordados por Lima, Abrucio e Bezerra e Silva (2014)]envolve arenas horizontais e verticais de articulação dos níveis de governo *“(...) seja para aumentar a legitimidade das políticas, seja para aumentar a cooperação federativa, seja ainda para garantir um bom fluxo da formulação à implementação”.*

Dentre esses fóruns colegiados [CNRH, CEIVAP, CERHI, FFCBH] o estudo pode demonstrar que o CBH BPSI ampliou sua articulação [nos níveis horizontal e vertical] ao longo dos biênios analisados. Apresentou avanço de participação na estruturação do SEGRHI, com atuação efetiva “em certos aspectos ou momentos” do processo participativo (CUNHA, 2009). No entanto, na implementação da própria PNRH e PERH se verifica a persistência da fragmentação e centralização da política “que se quer” participativa e descentralizada. Há, sem dúvida, limitações e risco de retrocesso neste sistema participativo.

6.4 Governança no CBH BPSI e Relação Estado-Sociedade

6.4.1 Qualificação da participação

Como já destacado, a qualificação dos membros que atuam no sistema é um elemento fundamental para o avanço da implementação da política. Este critério de qualificação se dá no sentido do entendimento dos fundamentos, diretrizes, objetivos, instrumentos e, sobre as competências e formas de atuação [nos níveis horizontal e vertical] do sistema em questão: SINGRHE e SEGRHI. Outro componente verificado é a experiência no debate político; levando em consideração que este debate não pressupõe apenas o conhecimento técnico. Neste sentido o estudo de caso identificou [capítulo 4,5 e 6] que, no âmbito geral, o CBH BPSI apresenta participação qualificada [campo técnico e político] ao longo dos biênios analisados.

6.4.2 Canais de Participação

Conceitualmente os CBHs são, em si mesmo, um espaço debate, de deliberação; sendo, o canal participatório, o elemento basilar do sistema de governança dos recursos hídricos. Como também destacado, ao longo dos capítulos, os CBHs devem desenvolverem consonância com os demais entes do sistema a capacidade de articulação e utilização da pedagogia cidadã; não só com seus membros, mas, junto ao conjunto da sociedade, sensibilizando e aperfeiçoando a atuação da população na agenda da água, e, assim agindo para melhorar o processo de governança dos recursos hídricos.

Neste sentido, cabe acompanhar, segundo, Lima, Abrucio e Bezerra e Silva (2014): i) a disponibilização de informação para a sociedade com os conteúdos técnicos traduzidos em linguagem de fácil entendimento; ii) estratégias de mobilização social para a gestão dos recursos hídricos; iii) a percepção social sobre a importância estratégica da água e as suas várias dimensões; iv) o estímulo à participação da sociedade nas câmaras técnicas e grupos de trabalho propondo temas; v) o mapeamento e a oferta de capacitação dentro do sistema; vi) disponibilização de material gráfico e educativo; vii) disponibilização de informação por sítio eletrônico, boletins, relatórios, planos de bacia e demais materiais produzidos; viii) o acesso aos documentos tratando da estratégia da governança (atas das plenárias, câmaras técnicas, cronograma de reunião, conteúdo das deliberações); ix) a realização de campanhas de sensibilização, seminários, encontros temáticos); e, x) realização de audiências públicas para debater temas específicos

O estudo pôde identificar, ao longo dos capítulos, que o CBH BPSI vem desempenhando, em certa medida, tais ações. O quadro 61 apresenta algumas destas ações empreendidas:

Quadro 61: Ações empreendidas pelo CBH BPSI/Canais de Participação 2011-2017

Biênio	Ações/ Canais de Participação
2011-2013	<ul style="list-style-type: none">- Realizou, em 2012, o Seminário de Fortalecimento das Atividades da Pesca e Aquicultura da Região Hidrográfica IX (no auditório do IFF Campos).- Participou, em 2013, no Centro Empresarial FIRJAN-RJ, do I Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio de Janeiro / I ECOB- RJ.- Participou do IV Seminário Regional sobre Gestão de Recursos Hídricos – SRHIDRO, e do V Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago, em outubro de 2014, organizado pelo Instituto Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes - RJ.

	<p>- Participou, em novembro de 2014, do XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica – XVI ENCOB, em Maceió - AL.</p>
2013-2015	<p>- Promoveu, em 2014, Concurso [em parceria com o curso de Design Gráfico do Instituto Federal Fluminense /Campus Centro] para a seleção da nova logomarca do Comitê.</p> <p>- Participou em agosto de 2014, em São Pedro D'aldeia, do II Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio de Janeiro / II ECOB- RJ, com o tema: O Comitê de Bacia Hidrográfica como o Articulador Político das Águas.</p> <p>- Participou em agosto de 2015, em Nova Friburgo - RJ, do III Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio de Janeiro / III ECOB- RJ, com o tema: Comitê de Bacia: a solução para a gestão das águas.</p> <p>- Disponibilizou no site do CBH BPSI, em 2015, acesso ao SIGA – Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul [Projeto AGEVAP/CEIVAP].</p>
2015-2017	<p>- Sediou/promoveu, em maio de 2016, em Campos dos Goytacazes, no Teatro Municipal Trianon, o IV Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio de Janeiro / IV ECOB- RJ com o tema “Água e Clima: o olhar dos comitês de bacia sobre as mudanças climáticas”.</p> <p>- Lançou, em 2016, durante a realização do IV ECOB, o novo layout do site do CBH BPSI; site voltado ao fomento à informação sobre a gestão dos recursos hídricos na região da foz do rio Paraíba do Sul.</p> <p>- Lançou, em 2016, durante a realização do IV ECOB, o Observatório do BaixoParaíba do Sul e Itabapoana.</p> <p>Promoveu, em 2016, durante a Semana do Meio Ambiente, o projeto de Educação Ambiental “Da Nascente a Foz...O que eu tenho a ver com isso?” [em parceria com a Ecoanzol e Rotary Club], envolvendo cerca de 80 alunos do ensino fundamental ao ensino médio, em três dias de atividades, no Colégio Estadual Alberto Torres em São João da Barra – RJ.</p> <p>Participou, em julho de 2016, do XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica – XVIII ENCOB, em Salvador – BA. Com o tema “Comitês de Bacia: a gestão das águas acontece aqui”.</p> <p>- Participou, em junho de 2017, do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FFCBH, na comissão de Representação em Defesa do Rio Paraíba do Sul da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.</p> <p>- Realizou, em setembro de 2017, Audiência Pública no Centro de Convenções da UENF, para discutir a situação da baixa vazão do rio Paraíba do Sul em sua foz e as consequências econômicas, sociais e ambientais. Presença do Presidente da Comissão de Representação em Defesa do Rio Paraíba do Sul, o Deputado Estadual Dr. Julianelli.</p> <p>- Apoiou e participou, em março de 2017, de mesas na Conferência Internacional de Ecohidrologia para segurança de Ecossistemas e Sociedades Aquáticas realizado, em</p>

	<p>março, na UENF.</p> <p>Promoveu, maio de 2017, através do Grupo de Trabalho de Educação e Mobilização - GTEM, trabalho de mobilização junto ao segmento da sociedade civil: capacitação de 100 jovens em dois locais do norte e noroeste fluminenses, no intuito de atuarem como mobilizadores.</p> <p>- Apoiou, em junho de 2017, o evento: I Torneio ECOANZOL de Pesca do Robalo do Paraíba do Sul, durante a celebração da Semana Mundial do Meio Ambiente.</p> <p>-Participou, em agosto de 2017, do I Seminário de Saneamento Básico Saturnino de Brito, promovido pela ECOANZOL, no auditório do Instituto Federal Fluminense.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à qualidade da informação disponibilizada pelo CBH BPSI, foram observadas lacunas e contradições. Neste aspecto, Empinotti, Jacobi, Fracalanza & Bujak (2017) em artigo publicado em outubro de 2017, analisando a transparência e o acesso à informação na gestão dos recursos hídricos no Brasil, mensuraram o nível de transparência presente na gestão dos recursos hídricos no Brasil utilizando o Índice de Transparência no Manejo da Água - INTRAG. Este índice avalia o grau de transparência da gestão por meio das informações disponíveis eletronicamente nas páginas oficiais dos órgãos gestores. Os autores atestaram [no recorte 2013-2015] que os órgãos gestores dos 26 estados e do distrito federal apresentam baixa transparência [com valores que variaram de 2 a 65 em uma escala de 0 a 100]. A ferramenta de coleta de dados e análise do INTRAG consiste na aplicação de um instrumento composto por 65 perguntas distribuídas em seis temas (DE STEFANO et al., 2011 *apud* EMPINOTTI, JACOBI, FRACALANZA & BUJAK, 2017), contemplando:

- 1) Informações sobre o sistema
 - a. Informação institucional básica
 - b. Legislação e regulamentação em recursos hídricos
- 2) Relações com o público e as partes interessadas
 - a. Informação e atenção ao público
 - b. Participação pública
- 3) Transparência nos processos de planejamento
- 4) Transparência na gestão dos recursos e usos da água
 - a. Gestão anual dos recursos hídricos
 - b. Informação sobre os usos da água
- 5) Transparência econômico-financeira
 - a. Informação contábil e orçamentária

b. Transparência de receitas e despesas do sistema

6) Transparência em contratos e licitações

a. Regras de acesso aos fundos de recursos hídricos estaduais

b. Relações e operações com fornecedores e prestadores de serviços

O presente estudo não contemplou no seu modelo teórico-analítico esse fator de apuração para a análise da presente categoria [o INTRAG], instigando também aqui, outra linha de pesquisa e estudos futuros.

Contudo, no que se refere à transparência, o CBH BPSI disponibiliza em seu website ferramentas de busca [sobre a gestão da bacia] e documentos referentes às suas ações e processos como regimentos, resoluções, notas técnicas, boletins, editais, atas, relatórios de gestão e de situação, entre outros, que contribuem para a accountability e avaliação da efetividade desta IP. Todavia, há fragilidades.

Em relação à publicização das atas, pode ser observado no estudo de caso, que há um gap entre a deliberação e a aprovação de determinadas atas pela Assembleia Geral ao longo recorte 2011-2017. Ficou o questionamento sobre a razão da dificuldade de aprovação das atas, do acesso para apreciar os documentos e sua respectiva divulgação/publicização no site a fim de garantir a transparência do processo. O acesso à informação, como já destacado, se traduz em transparência; um indicador da efetividade, integralidade e legitimidade das práticas de governança e que se transformou “*em um veículo para promover a diminuição da assimetria de conhecimento e, conseqüentemente, de poder no processo de tomada de decisão*” (STALGREN, 2006 *apud* EMPINOTT, JACOBI, FRACALANZA & BUJAK, 2017). Um indicador de efetividade parcialmente operacionalizado pelo CBH BPSI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar responder a questão de partida desta pesquisa, avaliando se o CBH BPSI tem se mostrado uma instituição efetiva em relação à capacidade de deliberação e produção de resultados no sentido de influenciar, alterar formato e/ou conteúdo da política pública a que se vincula, contribuir para o debate, e para a articulação em prol da governança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IX do ERJ, o presente estudo tomou como referência uma adaptação do modelo proposto por Cunha (2009); no sentido de identificar as categorias analíticas, os fatores de apuração, as variáveis a serem trabalhadas e as fontes de verificação. Também partiu da premissa que é possível pensar efetividade em diferentes cenários; buscando entender “se” e “em que” condições tais resultados foram produzidos e quais os resultados legitimamente esperados; uma vez que se faz necessário agregar outros elementos, como problemas estruturais e de contexto. A partir deste modelo teórico-analítico estabelecido o estudo voltou seu olhar para o seguinte itinerário metodológico:

No capítulo 1 “Padrões de Interação Estado-Sociedade e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil”, foi possível apontar o avanço legal e institucional alcançado, ao longo dos anos, na relação estado-sociedade e na dinâmica da governança das águas. No entanto, a despeito da instauração de procedimentos universalistas na administração pública e dos diversos arranjos institucionais posteriormente criados [visando o co-gerenciamento de recursos de uso comum, o empoderamento das comunidades locais e a capacitação para a participação qualificada nos processos de gestão] ainda reverberam padrões hegemônicos nas interações socioetatais no país que interferem, fortemente, na governança dos recursos hídricos no Brasil.

Reconhece-se, para além da criação das chamadas “instituições híbridas” [formadas, em parte, por representantes do estado e, em parte, por representantes da sociedade civil] a necessidade de “atualização” dessa interação. Há emergência na vocalização de novos repertórios e processos de mobilização e organização popular, visto que mudança de conjuntura vivenciada, a partir de 2014, vai de encontro à adoção da participação social como uma gramática a ser legitimada.

Dado que o SINGREH e o SEGRHI preconizam um formato de “gestão participativa”, o que se demanda, portanto, é um aprofundamento da democracia para que se propicie um ambiente institucional que assegure a implementação desses sistemas que reúnem, a um só

tempo, elementos da democracia representativa e da democracia direta: a democracia deliberativa.

O atual cenário, no entanto, é diferente do que ressaltado por Almeida (2011) sobre a transformação da estrutura da representação e dos grupos de interesses no período da redemocratização. A lógica de legitimidade autoritária e excludente vem ganhando força na vida política do país e reciclando as gramáticas do clientelismo, do corporativismo e do insulamento burocrático.

De uma agenda que tentava imprimir um welfare state, no Brasil dos anos 80, passamos ao neoliberalismo dos anos 90, caracterizado por um hibridismo entre a expansão do mercado e um Estado forte (ARAÚJO *apud* CHARLEAUX, 2017); e, ao longo dos anos 2000, temos assistido o capital se acumular na iniciativa privada [não mais no Estado] e ao acirramento de um discurso liberal [apenas], pautado em um mercado forte e, em um Estado mínimo.

Tal discurso tem sido interpretado de forma heterodoxa no país, unindo partidos tradicionais, líderes religiosos e a elite rentista e ruralista, propondo a “regulação visível” do mercado e de costumes; gerando incertezas sobre regras anteriormente estabelecidas: não há nada consolidado. Mudança do contrato? Ruptura? Qual é a regra do jogo? Resposta que essa pesquisa não logrou responder.

O capítulo 2 ao discorrer sobre “A Construção da Governança das Águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: trajetória e desenho de partilha” delineou a trajetória do gerenciamento das águas no norte e noroeste fluminense e os principais conflitos socioambientais evidenciados no período que antecedeu a PNRH e a PERH; apresentou a estruturação da mobilização participativa na região do Baixo Paraíba do Sul, refletindo sobre a construção de um novo modelo de gestão das águas em torno da alocação de bens e recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul.

O capítulo 3 ao discutir “A Construção da Governança das Águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: caracterização e visibilidade do problema” apontou as necessidades das ações a serem respaldadas na tomada de decisão do Comitê de Bacia e dos órgãos gestores; e a urgência do desenvolvimento e implementação de projetos, de curto, médio e longo prazo, voltados ao progresso da gestão e melhoria dos recursos hídricos desta região.

Os capítulos 4 e 5 ao discutirem “A Governança das Águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: assimilando as regras do jogo” e “A Governança das Águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: capacidade deliberativa”, respectivamente, puseram em evidência o grau de institucionalização e a capacidade do CBH BPSI para a deliberação e implementação da governança participativa dos recursos hídricos na RH IX, analisando as regras que modelam o

funcionamento deste colegiado, a qualidade da participação, o potencial democratizante e a capacidade de deliberação dos seus segmentos.

Sob o ponto de vista da democracia deliberativa, considerando a perspectiva de Cohen (1997, 2009), na qual “(...) *todos aqueles que são possivelmente afetados por um processo decisório devem ter chances iguais de participar e tomar parte do processo, não podendo, a princípio ser excluído*”, a pesquisa identificou que, no tocante à categoria “Quem Participa?”, os princípios da inclusão deliberativa/paridade foram atendidos em relação aos “Segmentos”; porém, o mesmo não se verificou em relação aos “Setores”.

O princípio da publicidade carece de maior capilaridade/visibilidade para alcançar além dos atores já inseridos e, possibilitar de fato, livre acesso às reuniões plenárias, às das CTs, e as dos GTs; assim como o acesso aos resultados das deliberações, em tempo real [disponibilizando as atas no portal após aprovação] e a atualização constante do site pela AGEVAP.

Como destacado por Empinotti, Jacobi, Fracalanza & Bujak (2017), “(...) *os mecanismos de transparência dos atos da administração e a facilitação de informações que proveem informações corretas aos cidadãos são componentes essenciais na construção de uma governança influente*”. Além do que, a não disponibilização de dados, “(...) *se constitui não apenas na sua negação de acesso, mas na limitação de tempo de pesquisa e no formato da informação apresentada*”. Por sua vez, a inexistência de dados disponíveis inviabiliza os mecanismos de avaliação e monitoramento das ações, o que também impacta o desenvolvimento da política pública em tela.

No enfoque da reorganização normativa das regras que modelam o funcionamento do CBH BPSI, os pressupostos foram atendidos à medida que o colegiado reconheceu a legitimidade da demanda, pautou a agenda, abriu o debate e deliberou [após várias rodadas de negociação] a alteração do seu RI, para compatibilizá-lo ao novo cenário; no caso da inclusão do município, possibilitou a igualdade de acesso do ente ao exercício do poder político e de influência política sobre os recursos hídricos na RH IX. No entanto, frente ao conflito estabelecido durante a composição para representação plenária do período 2017-2020, em relação a competição por vagas entre usuários do setor consuntivo e não consuntivo [que durante os biênios 2011-2013, 2013-2015 e 2015-2017 apresentava vacância de assentos], o mesmo não ocorreu. Fica o questionamento se o colegiado irá empreender esforços [ao longo do próximo triênio] no intuito de promover reorganização normativa a fim de possibilitar o redimensionamento das vagas e ofertar maior equidade entre os setores não hegemônicos. A questão da inclusão versus incorporação está colocada.

Em análise comparativa, o CBH BPSI [e demais trechos fluminenses] tem maior potencial democrático participativo [inclusão e paridade] que o trecho mineiro e paulista da bacia. De forma geral o processo participativo no CBH BPSI considera os pressupostos procedimentais da democracia deliberativa [dispostos no RI, no edital do processo eleitoral e na lei de criação desta política pública]. Contudo, como apontado por Gutmann & Thompson (2002, 2009) no texto “Democracia deliberativa para além do processo” ao discutir o conjunto de princípios que pretendem estabelecer termos justos de cooperação política em uma sociedade democrática, há necessidade de inclusão de princípios substantivos para além dos procedimentais.

O Estudo de Caso possibilitou compreender que a possibilidade de haver paridade e participação plural dos atores não é garantia da representatividade dos participantes, nem da efetiva expressão dos múltiplos interesses. Argumenta-se, sobretudo, que embora os pressupostos da democracia deliberativa não predeterminem os níveis da participação, explicam suas variações e tendem a interferir na capacidade de processar conflitos entre os distintos interesses dos atores, como já observado por Almeida e Cunha (2011). Foi também possível compreender que, a despeito da legislação normatizar a formação dos comitês estes podem adotar formas distintas de composição dos seus arranjos político-institucionais influenciando o processo de participação e, por conseguinte, a deliberação. Tal matéria, no entanto, é também uma questão conjuntural; envolve, para além do arranjo institucional do CBH BPSI [regras estruturantes da organização e funcionamento do colegiado] e o desenho institucional [do SINGREH e SEGRHI], a qualidade da democracia no Brasil [fatores sistêmicos: contexto político, econômico e cultural].

O capítulo 6 “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: a que resultado leva?” demonstrou o tipo de resultado produzido pelo CBH BPSI no espaço temporal 2011-2017 relacionando às dimensões da governança na perspectiva de Lima, Abrucio & Bezerra e Silva (2014) [ambiente institucional, capacidade de gestão, instrumento de gestão, relações intergovernamentais e interação estado-sociedade]. Concluiu que, apesar do discurso oficial dos CBH ser um instrumento de controle e participação popular na gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, a efetividade das atribuições desta IP [variável dependente] depende de diversos fatores que influem no seu funcionamento. Contudo, o estudo observou a partir dos fatores de apuração/fontes de verificação que o CBH BPSI tem se mostrado uma instituição que tende a ser efetiva na governança participativa das águas na RH IX do ERJ, ainda que apresente limitações

associadas ao seu arranjo institucional, ao desenho do sistema e ao contexto em que essas instituições operam.

Como apontado nos capítulos, e em consonância com a interpretação de pesquisadores que analisam a aplicação das teorias deliberativas na implementação das políticas públicas no Brasil, é primordial o reconhecimento dos fatores que limitam a efetividade da governança participativa no CBH BPSI, dentre as quais, destacam-se: a dominação do sistema pelo mercado em detrimento do Estado, no papel de planejador e indutor de investimentos; a persistência de gramáticas hegemônicas na dinâmica das relações estado-sociedade no país que vão de encontro ao universalismo de procedimento e aos pressupostos da DD; os entraves no acesso às informações públicas e a baixa mobilização sócio-política da sociedade em geral. Não se pode negar, no entanto, o potencial democrático, a qualidade da participação [no campo técnico e político] e a capacidade deliberativa do CBH BPSI na apresentação de propostas e de respostas estratégicas [ultrapassando os limites de uma participação concedida], no recorte 2011-2017, influenciando o debate, alterando formato e conteúdo da política pública a que este se vincula.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca; JORGE, Karina Dino. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? Revista Ambiente & Sociedade, v.8, n. 2, jul/dez. 2005.

ABRAHÃO, Jorge. O que é a Política Nacional de Participação Social. In: website do Instituto Ethos. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-a-politica-nacional-de-participacao-social/#.Wzo5tdVKjIU>>. Postado em: 06. 06. 2014. Acesso em 25.10.16.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele (2013). Efeitos Recíprocos entre Federalismo e Políticas Públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, Gilberto & FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (Org.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. 1. ed. P 361-386. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2013.

ABRÚCIO, Fernando Luiz; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Governança do Sistema Nacional de Recursos Hídricos: a visão dos atores. In: Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas [recurso eletrônico] / organizadoras Luciana Leite Lima [e] Maria Isabel Araújo Rodrigues. – dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 354 p.: il.; EPUB, 2017.

AGÊNCIA BRASIL. Governo Federal Defende Prorrogação do Prazo da Lei que Acaba com os Lixões. Postado em: 27/02/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/governo-federal-espera-pela-prorrogacao-do-prazo-da-lei-que-acaba-com-os>>. Acessado em março de 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2002). Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil – Brasília: ANA, 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2011). O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? / Agência Nacional de Águas. - Brasília: SAG, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2015). Resolução n.º 1382, de 07 de dezembro de 2015. Dispõe sobre as regras a serem adotadas para a operação do sistema hidráulico do Rio Paraíba do Sul, que compreende, além dos reservatórios localizados na bacia, também as estruturas de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o sistema Guandu.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2016). Conjuntura dos Recursos Hídricos: Informe 2016 / Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2017a). Diretoria Colegiada. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/>>. Acesso em: 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2017b). Fiscalização de Barragens. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/regulacao/outorga-e-fiscalizacao/barragens/fiscalizacao-de-barragens>>. Acesso em: 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2017c). Conjuntura Recursos Hídricos Brasil. Disponível em: <<http://conjuntura.ana.gov.br/gestaoagua>>. Acesso em: março 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA (2017d). Sala de Situação. Bacia do rio Paraíba do Sul. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/paraiba-do-sul/paraiba-do-sul-saiba-mais>>. Acesso em: 2017.

AGENDA 21 BRASILEIRA: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

AGUIAR, Thais Florêncio. A Demofobia na Democracia Moderna. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, pp. 609-650, 2011.

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. Participação Social: institucionalização e Integração ao ciclo de políticas públicas. In: Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas / editores: Leonardo Monteiro Monasterio, Marcelo Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares – Brasília: Ipea, 2014.

ALMEIDA, Debora C. Rezende de; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A Análise da Deliberação Democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ cap.7, p. 109-123. Brasília: Ipea, 2011.

ANDREU, Vicente. Entrevista com Vicente Andreu. Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Brasileiros: desafios e soluções para a escassez de água que atinge vários estados do país, em especial a região sudeste. Programa: Espaço Público, 10/02/2005. Entrevistadores: Paulo Moreira Leite e Florestan Fernandes Júnior e participação da jornalista Cynara Menezes (Revista Carta Capital). Postado em 11.02.2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BGpjo8tMy_0>. Acessado em fevereiro de 2015.

ARATO, Andrew. Uma reconstrução da teoria hegeliana da sociedade civil. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

ARATO, Andrew & COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

ARAÚJO, João Vieira de. O Código Penal Interpretado. Prefácio: de Vicente Cernicchiaro. Ed. fac-similar, v.1 - Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, 2004.

ARAÚJO, Rafael. Afinal, o que é um liberal, no mundo e no Brasil? Entrevista ao Nexo Jornal em 07/10/2017. Entrevistador: João Paulo Charleaux. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/10/07/Afinal-o-que-%C3%A9-um-liberal-no-mundo-e-no-Brasil-Este-estudioso-do-tema-responde>>. Postado em: 08.10.2017. Acesso em: outubro de 2017.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Mitos da Descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 11(31), Junho/1996.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In: RICO (org.) et al. Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização. (2000) Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 3 ed., agosto, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS – ABRH. Carta de Salvador (1987). Aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de novembro de 1987. Disponível em: <https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=117&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=salvador_1987>. Acesso em: 2015.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo. Caderno de Ações Área de Atuação do GT- Anexo 7 do Relatório Contratual R-10Foz (2007). Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos/GT-FOZ.pdf>>. Acesso em: Janeiro 2016.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: um balanço crítico. In: NAVARRO, Zander (org.) A inovação democrática no Brasil. SP: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64, Jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. Prefácio. In: Marques, Ângela Cristina Salgueiro (Org. e Trad.). A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/p. 13-26. Brasília: Ipea, 2011.

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: Texto para Discussão/ IPEA - RJ, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano? In: Carta Capital. Fórum de Interesse Público, publicado 10/06/2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>>. Acesso em: junho de 2014a.

AVRITZER, Leonardo. A participação no Brasil democrático e seu desenho institucional. In: PALHARES, Joaquim Ernesto (org.). Participação social e democracia / Joaquim Ernesto Palhares. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014b.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, Luana Vasconcelos; ABRANTES, Erick Terra; FILHO, José Teixeira de Seixas. O Estado da Arte da Represa Ribeirão das Lajes. *Revista Semioses*, v 10, n.01, 2016.

BARROS, Airton Bodstein de. Projeto Managé - Uma Nova Proposta de Gestão de Bacia Hidrográfica Voltada Para o Desenvolvimento Regional Sustentável. Disponível em: <<http://www.manage.uff.br/>>. Acessado em: dezembro de 2017.

BIDEGAIN, Paulo; BIZERRIL, Carlos; SOFFIATI, Arthur. Lagoas do Norte Fluminense: perfil ambiental. Rio de Janeiro: Semads, 2002.

BLOG DO CIVITARESE. Burocratização da Política. Blog do Civitarese. Disponível em: <https://civitarese.wordpress.com/2016/02/19/burocratizacao-da-politica/>. Postado em: 19.02.16. Acesso em: fevereiro de 2016 a.

BLOG DO CIVITARESE. Politização da Administração. Postado em: Disponível em: <https://civitarese.wordpress.com/2016/02/23/politizacao-da-administracao/>. Postado em: 23.02.16. Acesso em: fevereiro de 2016 b.

BOHMAN, James. O que é deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: A deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas, e comunicativas (textos fundamentais (Org e trad.) MARQUES, A.C.S. - BH: Autêntica Editora, 2009.

BORBA, Julian. Participação Política como Resultado das Instituições Participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. In: DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 42, n.4, pp. 665 a 690, 1999.

BRAGA, Benedito; FLECHA, Rodrigo; PENA, Dilma S; KELMAN, Jerson & COELHO, Rubens D. A reforma institucional do setor de recursos hídricos. In: Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação / organizadores: Aldo da Cunha Rebouças, Benedito Braga, José Galizia Tundisi. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Carta de Lei de 25 de Março de 1824.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil, 1890.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934a.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 24.643, de 10 de Julho de 1934. Decreta o Código de Águas, 1934b.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

BRASIL. Decreto-Lei 2.367, de 4 de julho de 1940. Transforma a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 99.240, de 07 de maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências, 1990.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 1.842 de 22 de março de 1996. Institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências, 1996.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Lei 9.433 de 08 de Janeiro de 1997.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da presidência da república e dá outras providências, 2003.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.881, de 09 de junho de 2004. Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, 2004.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, 2010.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações e dá outras providências, 2011.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014. Política Nacional de Participação Social. Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014.

BREDARIOL, Celso Simões. Conflito Ambiental e Negociação para uma Política Local de Meio Ambiente. p.276. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Engenharia - COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia participativa. Jornal Folha de São Paulo. Postado em: 12.06.2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/170665-democracia-participativa.shtm>>. Acesso em: junho de 2014.

BRITO, Franklyn Barbosa de. O Conflito Pelo Uso da Água do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) – PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN/UFPB, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Legislativo nº 2, de 1994. Convenção sobre Diversidade Biológica (1992). Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica,

assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PDC 1491/14. Susta o Decreto 8.243/14, que criou a Política Nacional de Participação Social, 2014.

CAMPAGNARO, Yuri. O que é o tal do “Establishment”? (2016). In: Fatos São Teimosos. Blog de comentários políticos e econômicos. Postado em março de 2016. Disponível em: <<http://fatossaoteimosos.blogspot.com.br/2016/03/o-que-e-o-tal-do-establishment.html>>.

Acesso em junho de 2017.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, n.1, v. 46, pp. 153 a 193. . Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e Políticas Públicas no Semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados* v.28, n.82, p.65-88, out/dez. 2014.

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira Campos; FRACALANZA, Ana Paula. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. *Ambiente e Sociedade* [online], vol.13, n.2, pp.365-382, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In *BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, São Paulo, nº 61, 1º semestre, pp. 25-52, 2006.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos Pântanos à Escassez: Uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*. Editora: Annablume, 2003.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no Sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goitacazes. *História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. V.14, n.2, 2009.

CICONELLO, Alexandre. *A Participação Social como Processo de consolidação da democracia no Brasil*. In: *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*, Oxfam International, 2008.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA
- CBH BPSI. Regimento Interno do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (2011). Atualização aprovada em 21 de junho de 2011.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA
- CBH BPSI. Regimento Interno do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (2013). Atualização aprovada em 15 de agosto de 2013.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA
- CBH BPSI. Boletim das Águas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: Nota Técnica CBH BPSI: Decisão do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana acerca da redução de vazões de chegada na transposição de Santa Cecília / Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba de Sul e Itabapoana, Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Estruturas Hidráulicas. Campos dos Goytacazes: v.1, n.1. CBH BPSI, 2014.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA
- CBH BPSI. Nota Técnica CBH BPSI 01/2016: Proposições do comitê de bacia hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para o enfrentamento dos efeitos da seca histórica na região hidrográfica IX e garantia da segurança hídrica. Boletim Técnico do CBH BPSI; Vol. 2, n.1 abril, 2016.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA
- CBH BPSI. Regimento Interno do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (2017). Atualização aprovada em 29 de setembro de 2017.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL
– CEIVAP. Plano de Bacia do rio Paraíba do Sul. (2007). Disponível em:
<<http://www.ceivap.org.br/planobacia1.php>>. Acesso em Janeiro 2017.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI – RJ. Resolução CERHI-RJ n. 05 de 25 de setembro de 2002. Estabelece diretrizes para a formação, organização e funcionamento de comitê de bacia hidrográfica, de forma a implementar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI – RJ. Resolução CERHI-RJ n. 18 de 08 de novembro de 2006. Aprova a definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI – RJ. Resolução CERHI-RJ nº 36, de 03 de dezembro de 2008. Aprova a instituição do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 2008a.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI – RJ. Câmara Técnica de Instrumento de Gestão. Parecer Técnico CTIG 003/08. Análise da proposta para Instituição do Comitê da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul - Região Hidrográfica IX, constante no Processo Administrativo nº. E-07/102.664/2008, 2008b.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – RJ. CERHI – RJ. Resolução CERHI nº 107 de 22 de maio de 2013. Aprova nova definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro e revoga a Resolução CERHI n.18 de 08 de novembro de 2006, CERHI – RJ, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – RJ. CERHI – RJ. Resolução CERHI-RJ nº 154, de 24 de Agosto de 2016. Dispõe Sobre a alteração do valor percentual de repasse da cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. Resolução Nº 357/2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. De 17/03/05. Publicada no DOU nº 053, de 18/03/2005, págs. 58-63, 2005.

COHEN, Joshua. Deliberation and Democratic Legitimacy. In: Bohman, J; REHG, W. (Eds.) Deliberative Democracy – Essays on Reason and Politics. Cambridge: MIT Press.,p.67-91, 1997.

COHEN, Joshua. Deliberação e Legitimidade Democrática. In: A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas: textos fundamentais. Coord.: Ângela Cristina Salgueiro Marques (Organização e Tradução) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS - COPPETEC. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Diagnóstico dos Recursos Hídricos – Relatório Final. Rio de Janeiro, 2006.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS - COPPETEC. Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro R2-F - caracterização ambiental. Elaboração e Execução: Fundação COPPETEC, Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente. UFRJ, 2014.

CORREA, Andre. Blog de André Corrêa. Disponível em: <<https://www.andrecorrea.com.br/>>. Acessado em julho de 2017.

CORREA, Andre. INEA reduz 32% dos cargos de alta direção e aumenta em 52 por cento o número de licenças emitidas. Blog de André Corrêa. Postado em 07.07.2-17. Disponível em: <<https://www.andrecorrea.com.br/realizacoes/secretario/inea-reduz-32-dos-cargos-de-alta-direcao-e-aumenta-em-52-por-cento-o-numero>>. Acessado em julho de 2017.

CORTES, Soraya Vargas. As Diferentes Instituições Participativas Existentes nos Municípios Brasileiros. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/organizador: Roberto Rocha C. Pires. Cap.9, p.137-149. Brasília: Ipea, 2011.

COSTA, Simone S. Thomazi. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Revista Análise, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 301-323, ago./dez. 2005.

CRUZ, Antonio. Participação Popular: entenda o novo (e controverso) decreto. Carta Capital /Agência Brasil. Publicado 11/06/2014. Acessado em 28/08/2014.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Participação política e o enfrentamento da questão social: o potencial dos conselhos de políticas e do orçamento participativo no Brasil. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra, Portugal.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Efetividade Deliberativa: Estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais/MG, 2009.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ALMEIDA, Debora C. Rezende; FARIA, Claudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

CUNHA FILHO, Marcio Camargo & GUIMARÃES FILHO, Paulo Andre Caminha. Participação Social e Democracia: o debate em torno do sistema nacional de participação

social (Decreto nº 8.243/2014). VIII Congresso Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – CONSAD. Painel 31/100 Governança e Participação: aportes da experiência recente no Brasil. Brasília: DF; maio, 2015.

CUNILL, Nuria Grau. Repensando o público através da sociedade – Novas Formas de gestão pública e representação social. Ed. Revan, 1998.

DAGNINO, Evelina. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: DAGNINO, E. (org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert Alan. Sobre a Democracia. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: ed. UnB, 2001.

DANTAS, Felipe von Atzingen; LEONETI, Alexandre Bevilacqua; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de; OLIVEIRA, Marcio Mattos Borges de. Uma Análise da Situação do Saneamento no Brasil. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.15, n.3 - p.272-284 – set/out/nov/dez., 2012.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Governance e Reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. Revista do Serviço Público, v.47, n.2, 1996.

DITTY, John Marr. Exigências Globais e Respostas Locais: desenvolvimento, mudança e a luta por recursos naturais no interior do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Rio de Janeiro - RJ, 2017.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; JACOBI, Pedro Roberto; FRACALANZA, Ana Paula; BUJAK, Nicolas. Transparência e o Acesso à Informação na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. In: governança da água no contexto da escassez hídrica / Pedro Roberto Jacobi; Ana Paula Fracalanza; Vanessa Empinotti – São Paulo: IEE-USP, UFABC e GovAmb, 1ª Edição, 2017.

ESTADÃO. Mudança de regime por decreto. Seção Opinião de 29 de maio de 2014. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-de-regime-por-decreto-imp-,1173217>>. Postado em 29 de maio de 2014. Acessado em abril de 2015.

FAORO, Raymundo. Existe um Pensamento Político Brasileiro? Ed. Ática. São Paulo, 1994.

FAORO, Raymundo (1958). Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. Globo. Rio de Janeiro, 2001.

FARIA, Claudia Feres. Sobre os determinantes das políticas participativas: a estrutura normativa e o desenho institucional dos conselhos municipais da saúde e de direitos da criança e do adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, L. A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FARIA, Claudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. Desenho Institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ cap. 8, p 125-136. Brasília: Ipea, 2011.

FÓRUM FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – FFCBH. Repositório Digital. Disponível em:<<http://forumfluminensecbh.eco.br/site/>>. Acesso em: 2017.

FREITAS, Marcos Airton de Sousa. Regras de Operação dos Reservatórios da Bacia do Rio Paraíba do Sul / Sistema Guandu (2004). Repositório Digital da Leadership-Management. Disponível em: <https://docgo.net/category/Leadership-Management>. Acesso em: 2017.

GALVÃO, Andréia. Os Movimentos Sociais da América Latina em Questão. Revista Debates, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul.-dez. 2008.

GANTOS, Marcelo Carlos; Martinez, Silvia Alicia. Projeto “Territórios do Petróleo” como ferramental de educação ambiental crítica. In: Gantos, Marcelo Carlos. (Org.). A caravana Territórios do Petróleo. Ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. 1ed.Campos dos Goytacazes: Eduenf Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense, v. 1, p. 69-90, 2016.

GARJULLI, Rosana. Os recursos hídricos no semiárido. In: Ciência e Cultura. On-line version. São Paulo, v. 55, n. 4, out/dez. 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMBATA, Marsílea. Você sabe o que é o bolivarianismo? In: Carta Capital .Postado em: 07 de nov. de 2014. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305.html>>. Acesso em: novembro de 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para a análise de políticas públicas. In:

Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. Editores: Alexandre de Ávila Gomide Roberto Rocha C. Pires. Cap. 1, pp15-28. Brasília: Ipea, 2014.

GONÇALVES, Alcindo. Conceito de Governança. In: XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA – Manaus. Anais de Congresso (2006). Disponível em:<<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-conceito-de-governan%C3%A7a>>. Acesso em: junho de 2015.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Deliberative Democracy Beyond Process. In: The Journal of Political Philosophy, v.10, n.2, p.153-174, 2002.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Democracia deliberativa para além do processo. In: MARQUES (Org e trad.). A deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas, e comunicativas (textos fundamentais) - BH: Autêntica Editora, p.177-206, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. 4 ed. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler – UGF, v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil (1936) - Edição crítica - 80 anos [1936-2016] Sérgio Buarque de Holanda. Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro, pp.: 544, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades @ (2016). Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330015&search=rio-de-janeiro|aperibe>>. Acesso em: julho de 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. Resolução nº 63 de 27.11.12. Aprova a normatização e os procedimentos para abertura de processos, análise e emissão de certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos, 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Base legal para a gestão das águas do Estado do Rio de Janeiro (1997-2016) /Instituto Estadual do Ambiente; organização Livia Soalheiro e Romano ... [et al.]. – 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC. Na contramão da sociedade civil, oposição derruba Política de Participação Social. Postado em: 30 de out. de 2014. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/na-contramao-da-sociedade-civil-oposicao-derruba-politica-de-participacao-social>>. Acessado em julho 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Estado, Instituições e Democracia: democracia. Organizadores/Editores: Fabio de Sá e Silva, Felix Garcia Lopez, Roberto Rocha C. Pires. Livro 9, v.2. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/organizador: Roberto Rocha C. Pires. Cap.9, p.137-149. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Participação social como método de governo: um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Comunicados do IPEA, n.132, jan/2012 – Brasília: Ipea, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades / organizadores: Leonardo Avritzer, Clóvis Henrique Leite de Souza.- Brasília : Ipea, 2013a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Brasil em Desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas - Volume 2 – Brasília: Ipea 2013b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Brasil em Desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas – V.2 – Brasília: Ipea 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. Estudo internacional avalia causas da crise hídrica no Sudeste do Brasil (2015). Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=40>. Acesso em: 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil. Sociedade e Estado. Brasília, v. 18, n.. 1-2, p. 315-338, jan./dez. 2003.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e Participação na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Rev: Katal. Florianópolis v 10, n2 p237-244, jul./dez., 2007.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e o Brejo (1940). Serviço Gráfico do IBGE: Rio De Janeiro, 1945.

LASSANCE, Antonio. Presidencialismo, Federalismo e Construção do Estado Brasileiro. In: República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Organizadores: José Celso Cardoso Jr., Gilberto Bercovici, v.10, p. 63-91. Brasília, DF: Ipea, 2013.

LAURIOLA, Vincenzo. Elinor Ostrom: Um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? In: Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Edição n.21, p 3-8, Mai/Jun/Jul/Ago. 2009.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Origens da Política Nacional de Participação Social. Entrevista com Pedro Pontual. Entrevistadores: Adrian Gurza Lavalle & José Szwako - Instituto Pólis, mai./2012. Novos Estudos- CEBRAP, n. 99, p. 91-104, Julho/2014.

LIMA, Angelo José Rodrigues; ABRUCIO, Fernando Luiz; BEZERRA E SILVA, Francisco Carlos. Governança dos recursos hídricos: proposta de indicador para acompanhar sua implementação. São Paulo: WWF - Brasil: FGV, 2014.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: Weffort, Francisco (org.). Os Clássicos da Política. 14ª edição. São Paulo: Ática, 2006.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Democracia e Eficiência: a difícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. Revista de Economia Política, vol. 32, nº 14 (129), pp. 615-633 – outubro- dezembro, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; FERREIRA, Alberto. Conflitos e Articulação de interesses no Projeto de Integração do Rio São Francisco. In: Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Alexandre de Ávila Gomide, Roberto Rocha C. Pires (Editores). p.136-160. Brasília, DF: Ipea, 2014.

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; PÉREZ, M. A. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. In: Revista Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science: v. 8, n.1, 2013. *Ambi-Água*, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.970>>. Acesso em: 2017.

MANIN, Bernard. Legitimidade e Deliberação Política. In: Democracia Deliberativa (Coord.) Paulo Todescan Lessa Mattos. São Paulo: Editora :Singular, Esfera Pública, 2007.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. A deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas, e comunicativas (textos fundamentais - Org e trad.) BH: Autêntica Editora, 2009.

MCKEAN, Margaret; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? (1995). In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, p. 79-95, 2001.

MELLO, Marco Antonio da Silva Mello; VOGEL, Arno. Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro - Maricá, RJ - 1975 a 1995. EDUFF Ed.: 2ª, 2017.

MENDONÇA FILHO & CAIADO, Ronaldo. Projeto de Decreto Legislativo - PDC 1491/2014. Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS 28.10.14. Câmara dos Deputados: Brasília/DF, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e Representação: territórios em disputa. 1 ed. – São Paulo: editora Unesp, 2014.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da Participação Social na Gestão de Políticas Públicas Locais. Revista de Administração Pública - RAP – RJ, v.42, n.3, p.551-579, maio/jun., 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Agenda 21 e Biodiversidade: Caderno de Debate (2006). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/Caderno deDebates9.pdf>. Acesso em novembro 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA; COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP. Programa de Investimento para a Gestão Integrada e Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SRH, CEIVAP, UNESCO, GOVERNO JAPÃO/BANCO MUNDIAL, COPPE/UFRJ. Projeto Preparatório para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Programa de Mobilização Participativa e Estratégia de Aplicação, 2000.

MORAES, Roberto. MPF/RJ investiga supostas milícias atuando em desapropriações para obras da EBX. Blog do Roberto Moraes (2011). Postado em: 23.12.2011. Disponível

em:<<http://www.robertomoraes.com.br/2011/12/mpfrj-investiga-supostas-milicias.html>>.

Acesso em junho de 2017.

MORAES, Roberto. Blog do Roberto Moraes (2015). Soffiati diante da crise hídrica elenca seis propostas de ação para governo e sociedade, como forma de segurar os dedos após a perda dos anéis. Disponível em:< <http://www.robertomoraes.com.br/2015/08/soffiati-diante-da-crise-hidrica-elenca.html>>. Acesso em março de 2018.

MORAES, Roberto. A luta contra a desapropriação no Açu é Justa e vem desde 2009. Blog do Roberto Moraes (2017). Postado em: 20. Abr. 2017. Disponível em:<<http://www.robertomoraes.com.br/2017/04/a-luta-contra-desapropriacao-no-acu-e.html>>. Acesso em: junho de 2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Para uma governabilidade democrática progressiva. Revista Lua Nova, n.34, p.105 -128, 1995.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2ª edição - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1991.

NUNES, Edson de Oliveira (1997). A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro e Brasília, DF: Jorge Zahar e ENAP, 2003.

OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS - OGA. Nota do Observatório da Governança das Águas – OGA Brasil sobre os Conflitos das Águas no Brasil. Brasília, 11 de novembro, 2017.

OBSERVATÓRIO SOBERANIA AMBIENTAL. Disponível em:<<https://soberaniaambiental.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 2017.

OBSERVATÓRIO SOBERANIA AMBIENTAL. Disponível em: <<https://soberaniaambiental.blogspot.com/2016/03/Programa-de-Apoio-as-Unidades-de-Conservacao-Municipais-ProUC-RJ-Norte-e-Noroeste-Fluminense.html>>. Acesso em: 2018.

OLIVEIRA, V. E. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. (Org.). Políticas públicas em debate. São Paulo: UFABC, 2013. p. 15-37.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1972). I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano. Estocolmo, 5-16 de junho, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1977). Recomendaciones de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Agua. Mar Del Plata, marzo de 1977. Disponível em: < <https://gestionsostenibledelagua.files.wordpress.com/2014/07/1977-mar-del-plata.pdf>>. Acesso em março de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1987). NOSSO FUTURO COMUM/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 2 ed. – Rio de Janeiro / ed. FGV, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1992a). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em maio de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1992b). Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Postado por Ministério Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em maio de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1992c). Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de todos os tipos de Florestas. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Principios_sobre_Florestas.pdf>. Acesso em maio de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (1992d). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro): Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Acesso em maio de 2015.

OSTROM, Elinor. El Gobierno de los Bienes Comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica de México, Primeira edición em español, 2000.

OVALLE, Álvaro Ramon Coelho; SILVA, C. F.; REZENDE, C. E. ; GATTS, C. E. N.; SUZUKI, M. S.; FIGUEIREDO, R. O. Long-term trends in hydrochemistry in the Paraíba do Sul River, southeastern Brazil. *Journal of Hydrology*. v.481, p.191–203. 2013.

PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Fenorte acaba de ser extinta pelo plenário da ALERJ. In: Blog do Pedlowisk. Postado em 23.02.2016. Disponível em: <<https://blogdo-pedlowski.com/2016/02/23/fenorte-acaba-de-ser-extinta-pelo-plenario-da-alerj/>>. Acesso em: junho de 2017.

PEDLOWSKI, Marcos Antonio; PY, Fábio. Porto do Açu: acumulação por espoliação à brasileira do petismo. In: Blog do Pedlowisk. Postado em: 08.05.2017. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/o-complexo-industrial-portuario-do-acu-como-marco-da-acumulacao-por-espoliacao/>>. Acessado em: junho de 2017.

PEREIRA, Juliana Rabelo; CABRAL, Eloisa Helena de Souza. PEREIRA, José Roberto. Gestão Social e Governing the Commons: a cooperação como elo de convergência. Revista de Ciências da Administração. V. 17, n. 43, p. 112-122, dezembro, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - PMCG. Meio Ambiente conclui demarcação das 22 lagoas de Campos. **Por:** Denise Ferreira. Postado em: 31/10/2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10253>. Acesso em: 2017.

PIRES, Roberto Rocha C. Participação, Exclusão e Território: estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/cap. 18, p 263-278. Brasília: Ipea, 2011.

PIRES, Roberto Rocha C.; VAZ, Alexandre Cambraia. A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, estratégias metodológicas e resultados. Texto base para oficina. Brasília: Ipea, 2010.

PORTAL BRASIL. Mulheres na Política. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Postado em 16/02/12. Acessado em abril 2017.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor; JASSEN, Marco A. Trabalho em Parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. Tradução: Rogério Bettoni – São Paulo: Editora Senac. SP, 2011.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relatório Anual do PNUD Brasil de 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatoriosanuais/relatorio-anual-pnud-brasil---2017.htm>>. Acesso em: 2017.

RAWLS, John. A ideia de razão pública revisitada. In: WERLE, Denílson L. e MELO, Rúrion Soares. Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, 2007.

REPOSITÓRIO DIGITAL DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP. Disponível em: <<http://www.agevap.org.br/>>. Acesso em 2014 a 2017.

REPOSITÓRIO DIGITAL DA FOLHA DE SÃO PAULO. Fábio Feldmann se diz descrente de partidos e aponta dificuldades da agenda verde (2016). Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1739605-fabio-feldmann-se-diz-descrente-e-de-partidos-e-aponta-dificuldades-da-agenda-verde.shtml>>. Acesso em: 2017.

REPOSITÓRIO DIGITAL DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DE SUL E ITABAPOANA - CBH BPSI. Disponível em: <http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/>. Acesso em 2014 a 2018.

REPOSITÓRIO DIGITAL DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP. Organismos de Bacia. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/>>. Acesso em: 2014 a 2018.

REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Regionais/BaixoParaibadoSul/index.htm&lang=PT-BR>>. Acesso em: 2014 a 2017.

REPOSITÓRIO DIGITAL DO INSTITUTO TRATA BRASIL. Disponível em:<<http://www.tratabrasil.org.br/>>. Acesso em: 2017.

REPOSITÓRIO DIGITAL DO PORTAL DE PERIÓDICO CAPES/MEC. Disponível em:<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia Política da Água. São Paulo: Annablume, 2008.

RIO DE JANEIRO. Lei 3239, de 02 de agosto de 1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências, 1999.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual 35.724, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a regulamentação do Art. 47 da Lei 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o poder

executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, e dá outras providências, 2004.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual 41.720, de 03 de março de 2009. Institui o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 2009.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 42.029, de 15 de Junho de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Conservação Revitalização de Recursos Hídricos - PROHIDRO, previsto nos Artigos 5º e 11º da Lei nº 3.239, de 02 de Agosto de 1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências, 2011.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente. Instituto Estadual do Ambiente. Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Gestão De Recursos Hídricos - R4. Elaboração: Fundação COPPETEC/Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente, 2013.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 45.584, de 25 de fevereiro de 2016. Dá nova redação ao Decreto nº 41.720, de 03 de março de 2009, que instituiu o comitê da bacia da região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul, incluindo Itabapoana, no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, 2016.

RISI JUNIOR, João Baptista; NOGUEIRA, Roberto Passos (Coordenadores) et al. As Condições de Saúde no Brasil. In: Caminhos da Saúde Pública no Brasil, p.118-234. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle; IACOVINI. Rodrigo Faria Gonçalves. Financiamento e Processos Decisórios: em busca dos determinantes da política de desenvolvimento urbano no Brasil. 35º Encontro Anual da ANPOCS. GT29 – Processos decisórios e formulação de políticas públicas: atores e dinâmicas políticas, 2011.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de **governança pública**. 2008. Tese (doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Governança Pública: um desafio à democracia. Revista Emancipação, v.11, n. 1, p.21-34, 2011.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Para Aprender Políticas Públicas. In: Curso Online Políticas Públicas. Instituto de Gestão Econômica e Políticas Públicas – IGEPP, v.1. Conceitos e Teorias: IGEPP, 2013.

SÁ E SILVA, Fábio. “De Cada um Conforme suas Capacidades”: participação, ambientes institucionais e capacidade de incidência em políticas públicas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/cap. 13, p. 187-196. Brasília: Ipea, 2011.

SÁ E SILVA, Fábio; LOPEZ, Felix Garcia & PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs). Estado, instituições e democracia : democracia / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, v.2 (556 p.). Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia ; Livro 9, 2010.

SÁ REGO, Virgínia Villas Boas. Reflexões Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro a partir da Implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Repositório Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 6 n. 2, p. 135-152, jul. / dez. 2012.

SALATI, Eneas; LEMOS, Haroldo Mattos; SALATI, Eneida. Água e o desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, Aldo Cunha; BRAGA, Benedito & TUNDISI, José Galizia. (Ed.). Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós- Constituinte”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, v.40, n. 3, pp. 335-376. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos. Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos. Rev. Adm. Pública [online],v.50, n.3, pp.501-511, 2016.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 1991.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo (ed). La comparación en las ciencias sociales. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, Série Fundamentos, 104, 1994.

SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio F. M. Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações / Editores Alexandre Schiavetti, Antonio F. M. Camargo. - Ilhéus, Ba: Editus, 2002.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o Conceito de "Política". Rev. Dir. Públ. e Ciência Política - Rio de Janeiro – v.8, n.2 - maio/ago.,1965.

SERRICCHIO, Claudio; CALAES, Virgínia; LIMA, FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria; LIMA, Angelo José Rodrigues; ANDRADE, Edilson de Paula. Prêmio CAIXA melhores práticas em gestão local 2003-2004: O CEIVAP e a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul. Um relato da prática. (Coord.: Rosa Maria Formiga Johnsson). Rio de Janeiro: GESTEC/CAIXA, 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Trad.: Laura Teixeira Mota. SP: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. Trad.: Denise Bottmann & Ricardo Doninelli Mendes. SP: Companhia das Letras, 2011.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO – SNIS (2015). Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 2017.

SIQUEIRA, João Gomes. Entrevista com o Diretor Presidente do CBH BPSI, João Gomes Siqueira, concedida a Vanda Corrêa Thomé na sede do CBH BPSI em 18 de julho de 2016.

SMIDERLE, Gustavo; REZENDE, Carlos Eduardo de; SIQUEIRA, João Gomes de; SUZUKI, Marina Satika. O que houve com o Paraíba? Disponível em: < <http://www.uef.br/portal/index.php/br/o-que-houve-com-o-nosso-rio.html>>. Acesso em: 2017.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil. Dissertação de Mestrado, apresentada à Pós-graduação em Ciência Ambiental-PROCAM/USP. 172p. Orientador: Jacobi, Pedro Roberto. São Paulo, 2008.

SOFFIATI, Arthur. DNOS. Uma Instituição Mítica na República Brasileira. R.B. Estudos Urbanos e Regionais v.7, n.2 / nov., 2005.

SOFFIATI, Arthur. Redução do impacto das cheias pelo manejo das águas na planície fluviomarina do Norte Fluminense. *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes*, v.3, n.2, p. 01-33, mai-ago / 2009.

SOFFIATI, Arthur. Gerenciamento Ecológico dos Canais do Norte Fluminense. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*. Disponível em: www.uff.br/revistavitas Nº 1, setembro de 2011.

SOFFIATI, Arthur. Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro: aspectos geológicos, hídricos e vegetacionais. In: TOTTI e SOFFIATI (org.). *Gestão de Águas no Baixo Paraíba do Sul: região hidrográfica IX do estado do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes (RJ)*: Essentia Editora, 2014.

SOFFIATI, Arthur. A Planície Goitacá Antes e Durante a Globalização Europeia (I). Postado em: 04.10.17. Disponível em: <https://www.praiafaroldesaothome.com.br/2017/10/a-planicie-goitaca-antes-e-durante.html>. 2017a. Acesso: em março 2018.

SOFFIATI, Arthur. A Planície Goitacá Antes e Durante a Globalização Europeia (II). Postado em: 19.10.17. Disponível em: http://www.praiafaroldesaothome.com.br/2017/10/a-planicie-goitaca-antes-e-durante_19.html. 2017b. Acesso em: março 2018.

SOFFIATI, Arthur. A Planície Goitacá Antes e Durante a Globalização Europeia (III): a planície de 1632 a 1933. Postado em: 12.11.17. Disponível em: <http://www.praiafaroldesaothome.com.br/2017/11/a-planicie-goitaca-antes-e-durante.html>. 2017c. Acesso em: março 2018.

SOFFIATI, Arthur. A Planície Goitacá Antes e Durante a Globalização Europeia (IV). Postado em: 14.12.17. Disponível em: <http://www.praiafaroldesaothome.com.br/2017/12/a-planicie-goitaca-antes-e-durante.html>. 2017d. Acesso em: março 2018.

SOFFIATI, Arthur. Comunicação Oral. Apontamentos em Banca de Defesa de Tese (doutorado). UENF – RJ, 2018.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. A Evolução da Política Ambiental no Brasil do Século XX. *Revista de Ciência Política* Achegas.net, Rio de Janeiro, v.26, p. 1-14, nov./dez. 2005.

SOUSA, Nirvia Ravena de; CAÑETE, Voyner Ravena Cañete; SOUSA, Rômulo Magalhães de; CAÑETE Thales Maximiliano Ravena Cañete; SOUZA Cleide Lima de. *Gestão Pública e Planejamento na Amazônia: peculiaridades e desafios no contexto sócio-político Regional da*

Bacia do Rio Purus. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 13. Santa Catarina, Brasil. 25 a 29 de maio de 2009.

SOUSA, Jose Weyne de Freitas. Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905). 2009. 235p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2009.

SOUZA, Tathiana Chaves de; PINHEIRO, Mariana Rodrigues de Carvalhaes; DOMINGUES, Élide Quitete; VARGAS, Alan Carlos Vieira; ANDRADE, Gabriela Patrocínio de Melo de; MELLO, Dalila Silva; FERREIRA, Maria Inês Paes. Fóruns de Gestão Ambiental Participativa e Controle Social: estudo de caso nas regiões das bacias dos rios Macaé, das Ostras, das lagoas costeiras do norte fluminense e da foz do rio Paraíba do Sul. II Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica São Luís/MA – 2007.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Manual para elaboração de tese/dissertação: documento eletrônico e impresso / Carlos Henrique Medeiros de Souza, Karine Lôbo Castelano e Fernanda Castro Manhães. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/ CCH/PPGCL, 2014.

SOUZA, Matilde. Apontamentos sobre o Projeto de Defesa de Tese (doutorado): In: A Construção da Governança das Águas do Baixo Paraíba do Sul (THOMÉ, Vanda Corrêa). UENF – RJ, 2015.

SOUZA, Jessé. A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Leonardo César Souza. A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana. 2005. 219p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2005.

SUNDERMANN, Jorge; PEREIRA, José Roberto; ALVES, Claudemir Francisco; BRITO, Mozar José de. Democracia Deliberativa: uma Análise do Decreto nº 8.243. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 68, Jan./Abr. 2016.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In : DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Participação e Democracia: velhos e novos desafios. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, p. 223-240, jan.-jun. 2006.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Gestão das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul: governança, instituição e atores. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Rio de Janeiro – RJ, 2008.

TOTTI, Maria Eugênia. Gestão das Águas no Brasil: trajetória. In: Gestão de Águas no Baixo Paraíba do Sul: região hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. Organizadores: Maria Eugênia Totti; Arthur Soffiati. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, pp.25-43, 2014.

TOTTI, Maria Eugênia; AZEVEDO, Sergio; SOUSA, Elias Fernandes de; COUTINHO, Zenilson. Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul: criação, implementação e funcionamento. In: trajetória. In: Gestão de Águas no Baixo Paraíba do Sul: região hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. Organizadores: Maria Eugênia Totti; Arthur Soffiati. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, pp. 45-58, 2014.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira; CARVALHO, Ailton Mota. Bacia do Rio Paraíba do Sul: que lugar é este? Essentia Editora. Campos dos Goytacazes, 2007.

TOTTI, Maria Eugênia, SOFFIATI, Arthur (Orgs). Gestão de Águas no Baixo Paraíba do Sul: região hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. UFF. Repositório Digital. Disponível em: <<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/o-que-houve-com-o-nosso-rio.html>>. Acesso em 2017.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. Pescadores, Ambientalistas, Fazendeiros e Sanitaristas: O Drama Social das Perturbações Ecológicas em Torno da Lagoa Feia – RJ. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Rio de Janeiro, 2004.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. Quando a Lagoa Vira Pasto. Um Estudo Sobre os Conflitos em Torno das Diferentes Formas de Apropriação e Concepção dos Espaços Marginais da Lagoa Feia – RJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2006.

VARGAS, Everton Vieira. Água e relações internacionais. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n.1, p.178-182. Brasília Jan./Jun., 2000.

VARGAS, Alan Carlos Vieira; WERNECK, Brunna Rocha; FERREIRA, Maria Inês Paes. Controle de cheias urbanas. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, v. 2 n. 2, jul. / dez. 2008.

VAZ, Alexander Cambraia N.; PIRES, Roberto Rocha C. Comparações entre Municípios: avaliação dos efeitos da participação por meio de pares contrafactuais. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/cap.17, p. 247-261. Brasília: Ipea, 2011.

VENEZIANO, Alicia. Gobernanza en la descentralización: una mirada desde América Latina. In: VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno. GRUPO DE TRABAJO 10: Gobernanza e instrumentos de regulación en las políticas públicas. Montevideo, 2005.

VICTORINO, Valério Igor P. “Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos”. In: Ambiente e Sociedade, v.6, n.2, p.47-62, jul/dez., 2003.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. Lua Nova (1): 93-109, jun. 1989.

WAMPLER, Brian. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ cap.2, p. 43-52. Brasília: Ipea, 2011a.

WAMPLER, Brian. Instituições Participativas como “Enxertos” na Estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/cap.10, p. 151-158. Brasília: Ipea, 2011b.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. Gabriel Cohen (Trad.). Rio de Janeiro: VGUedes Multimídia, 2008.

YIN, Robert K. (1994). Estudo de caso – planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZINATO, Maria do Carmo. A Mulher na Gestão da Água. Disponível em:<<https://www.tratamentodeagua.com.br/artigo/a-mulher-na-gestao-da-agua/>>. Postado em: 23/11/2008. Acesso em abril, 2017.

ANEXOS

Anexo I - Desenho institucional do SEGRHI: forças indutoras e instrumentos de gestão

O Anexo 1 apresenta o desenho institucional do SEGRHI, buscando demonstrar as forças indutoras envolvidas e as respectivas atribuições relativas ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos no ERJ. É importante para a análise da efetividade do CBH BPSI conhecer o modo como o Estado se organiza em termos de domínio das águas: as responsabilidades, competências e limites de ação.

A constituição brasileira de 88 define uma dupla dominialidade dos recursos hídricos: união e estado. De forma geral isso propicia um bom arranjo federativo “*uma vez que o desenho dispõe que todos tenham que dialogar* (ANDREU, 2015)”, no entanto, em um cenário de crise esse duplo domínio, como observa o presidente da ANA, não propicia necessariamente condições para uma solução antecipada do problema. Há uma série de entes envolvidos nas distintas instâncias atuando às vezes em sinergia, às vezes em conflito de interesses (vide a questão federativa em função da transposição do Paraíba do Sul no trecho paulista).

O SEGRHI¹⁹⁰ assim como o SINGREH, de acordo com sua natureza híbrida, agrega em seu desenho administrativo pessoas jurídicas, também denominadas de entidades, que desempenham atividades de interesse do Estado de forma descentralizada. No caso específico o Poder Público transfere sua titularidade à autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; OSCIPs; e, consórcios¹⁹¹.

¹⁹⁰ A composição do SINGRHE está disposta no Art. nº 43 da Lei Estadual Nº 3.239/99 que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentando a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII (INEA, 2017).

¹⁹¹ Autarquias, entes administrativos autônomos, criados por Lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas. Fundações Públicas, criadas por Lei específica e estruturadas por decreto, realizam atividades com fins não lucrativos e atípicos do Poder Estatal, todavia de interesse da coletividade, como a educação, a pesquisa e a cultura. Empresas Públicas destinam-se à prestação de serviços industriais ou econômicos em que o Estado tenha interesse próprio ou considere conveniente à coletividade; seu capital é exclusivamente público. Sociedades de Economia Mista são empresas com participação do Poder Público e de entidades privadas em seu capital e na sua administração para a realização de atividades econômicas; regem-se pelas normas das sociedades mercantis. OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa e aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. Consórcio é uma associação de dois ou mais indivíduos, empresas, organizações ou governos (ou qualquer combinação destas entidades), com o objetivo de participar numa atividade comum ou de partilha de recursos para atingir um objetivo comum; também pode ser a associação de pessoas físicas e/ou jurídicas num grupo, patrocinado por uma empresa administradora, com o fim de proporcionar aos seus membros a aquisição de bens por meio de autofinanciamento (Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>).

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHI ao buscar a gestão integrada das águas no âmbito do ERJ, replica assim a proposta federal incluindo em seu desenho agentes públicos e privados, na administração direta e indireta, entre os quais destacam-se na estrutura: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI; o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI; os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's; as Agências de Água/Entidades Delegatárias; e, Organismos Congêneres dos poderes públicos federal, estadual e municipal, que se relacionam diretamente ou via articulação/cooperação para a gestão dos recursos hídricos (RIO DE JANEIRO, 1999).

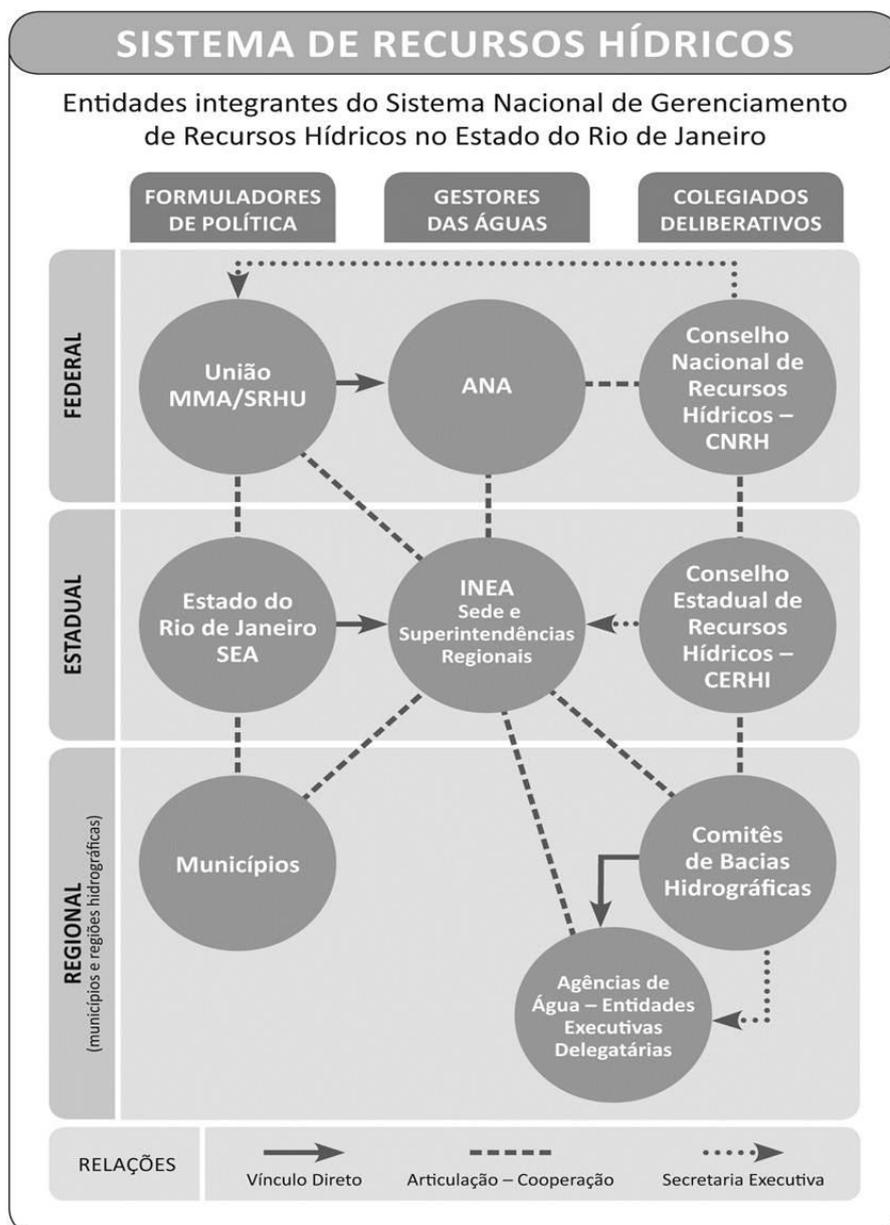


Figura – Anexo 1: Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no ERJ
 Fonte: Repositório Digital do INEA (2017).

Secretaria de Estado do Ambiente – SEA

A SEA é o órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual responsável pela gestão ambiental pública no ERJ (quadro 1 Anexo 1). Tem por incumbência formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos. Sua estrutura administrativa envolve, sob a gerência do Secretário de Estado do Ambiente, e sua Chefia de Gabinete, cinco Subsecretarias, oito Superintendências, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA; a Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais – CICCA; o Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; a Gerência de Projetos Especiais; a Gerência de Saneamento Ambiental dos Municípios da Baía Guanabara – GEPSAM, além do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA; e o INEA, órgão da administração indireta instalado na estrutura da SEA (SEA, 2017):

Quadro 1-Anexo1: Estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA

Secretário de Estado

Chefia de Gabinete/Departamento Geral de Administração e Finanças – DGAF

Assessoria Jurídica – ASJUR:

Assessoria de Comunicação – ASCOM

Assessoria de Planejamento – ASPLAN

Subsecretarias

Subsecretaria Executiva – SUBEX

Subsecretaria de Segurança Hídrica e Saneamento Ambiental – SUBSEGS

Subsecretaria Mudanças Climáticas e Gestão Ambiental – SUBCLIM

Subsecretaria Articulação Institucional – SUBAI

Subsecretaria Adjunta Planejamento – SAP

Superintendência

Superintendência – FECAM

Superintendência Saneamento Ambiental dos Municípios da Baía De Guanabara – PSAM

Superintendência de Planejamento Ambiental e Gestão Ecológica – SUPLAN

Superintendência de Saneamento Ambiental – SUPS

Superintendência Segurança Hídrica – SUPSEGH

Superintendência Gestão de Resíduos Sólidos – SUPGRES

Superintendência de Mudanças Climáticas – SUPCLIM

Superintendência de Biodiversidade e Florestas – SUPBIO

Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA

Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais – CICCA

Gerência Projetos Especiais

Gerência Saneamento Ambiental dos Municípios Baía Guanabara - GEPSAM

Fonte: SEA (2017)

Instituto Estadual do Ambiente – INEA

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA¹⁹², entidade integrante da administração pública estadual indireta submetida a regime autárquico especial e vinculada à SEA, tem a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e florestais adotadas pelos poderes executivo e legislativo no ERJ (quadro 2- Anexo 1). Sua criação implicou na extinção da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA¹⁹³, da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA¹⁹⁴ e da Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF¹⁹⁵, com a conseqüente transferência de suas competências e atribuições (RIO DE JANEIRO, 2007). O INEA, além de faz parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SNGREH e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Tem como órgão máximo um Conselho Diretor – CONDIR e conta ainda com uma Procuradoria, uma Corregedoria, uma Biblioteca, um Laboratório de Análises de Qualidade Ambiental, uma Ouvidoria e 09 (nove) Superintendências Regionais.

Essa estrutura organizacional foi estabelecida em 2009, através de Decreto estadual, tendo sofrido alterações; sua última e recente reestruturação¹⁹⁶ ocorreu em em julho de 2017 (figura1 Anexo 1).

A reestruturação atual aponta para um modelo de gestão voltado a uma matriz eminentemente neoliberal. Um dos aspectos que corroboram esta avaliação é o perfil estrutural “mais” enxuto, focado em metas e em eficiência de resultados, voltado para a flexibilização dos procedimentos burocráticos pautado no licenciamento ambiental de empreendimentos. Exemplificando este direcionamento, constata-se que o licenciamento em 2016 foi 52,60% superior, em relação a 2015. Em 2016, foram 5.155 licenças emitidas, contra 3.378 em 2015 (CORREA, 2015).

¹⁹² O INEA foi instituído pela Lei nº 5.101, de 04/10/07, regulamentado pelo Decreto nº 41.628, de 12/01/09 e, recentemente reestruturado pelo Decreto Estadual nº 46037, de 05/07/17.

¹⁹³ A FEEMA foi criada pelo Decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975.

¹⁹⁴ A SERLA foi criada pelo Decreto-Lei n.º 39, de 24 de março de 1975.

¹⁹⁵ O IEF, criado pela Lei nº 1.071, de 18 de novembro de 1986, é transformado em fundação pela Lei nº 1.315, de 07 de junho de 1988.

¹⁹⁶ Decreto nº 45.430, de 27/10/2015; Decreto nº 45.496, de 10/12/15; Decreto nº 45.585, de 22/02/2016; e por fim o Decreto nº 46.037 de 05/07/2017 dá nova redação ao seu decreto de criação.

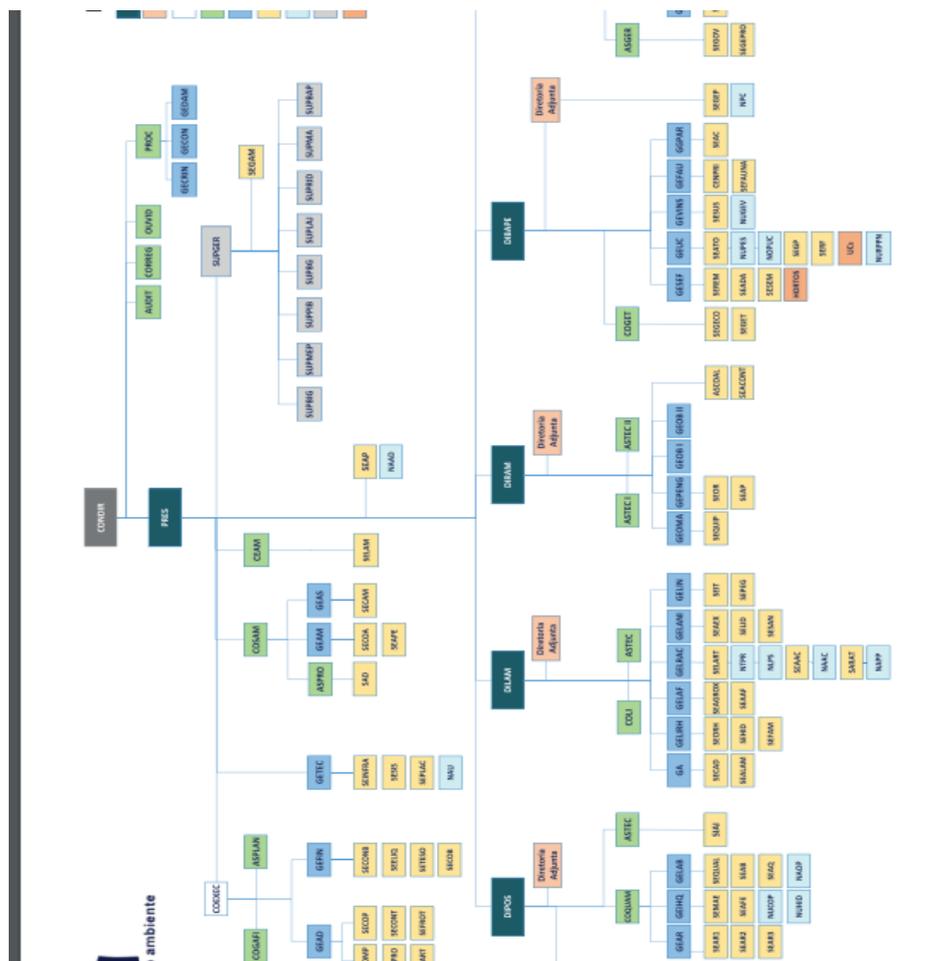


Figura 1 Anexo 1 : Organograma do INEA após Decreto 46.037/17
 Fonte: Repositório Digital do INEA (2017)

A modificação publicada em Diário Oficial - DO, de 06/07/2017, na verdade regulamenta e institucionaliza uma experiência de gestão que já vinha sendo conduzida, de fato, há aproximadamente dois anos com foco direcionado ao redimensionamento dos setores para a alocação eficiente dos recursos públicos e ao fortalecimento das áreas finalísticas, conforme discurso oficial (REPOSITÓRIO DIGITAL DA SEA, 2017; CORREA, 2017).

Entre seus pilares destacam-se: i) a redução de cargos (32%) e fortalecimento de novas funções na ponta do licenciamento ambiental e da fiscalização; ii) busca da consolidação da política de capacitação, inovação e pesquisa, através da criação da Universidade do Ambiente;

iii) inserção de instrumentos da iniciativa privada, reunindo sob a mesma responsabilidade funcional, áreas de planejamento, de metas e gestão, e de política de recursos humanos; e, iv) ênfase na pós-licença, política de certificação.

Atualmente o órgão conta com cinco diretorias, das seis existentes até julho de 2017: I - Diretoria de Licenciamento Ambiental; II - Diretoria de Recuperação Ambiental; III - Diretoria de Pós-licença; IV - Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas; e, V - Diretoria de Gente e Gestão. Cada diretoria conta com o apoio de uma diretoria adjunta, cujo cargo só poderá ser ocupado por servidor de carreira (RIO DE JANEIRO, 2007).

A Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, anteriormente denominada Diretoria de Gestão das Águas e Territórios, foi extinta assim como os respectivos órgãos relacionados: o Serviço de Apoio Administrativo aos Comitês, a Gerência de Gestão Participativa das Águas; a Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e Serviço de Planejamento e Informação das Águas e Serviço de Cadastro e Cobrança pelo Uso da Água; o Núcleo de Amostragem de Qualidade das Águas, da Gerência de Avaliação de Qualidade das Águas; o Serviço de Análises Ecotoxicológicas, da Gerência de Análises Laboratoriais; o Serviço de Análises Instrumentais, da Gerência de Análises Laboratoriais; a Coordenadoria de Planejamento e Projetos Estratégicos e do Serviço de Planejamento e Avaliações de Recursos Hídricos; o Núcleo de Apoio Técnico-Operacional, da Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais; o Núcleo de Estudos, Planejamento e Monitoramento Ambiental, da Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais; e, a Assessoria de Qualidade do Ar (RIO DE JANEIRO, 2007).

De acordo com o organograma da SEA, a extinta Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental foi reestruturada como “Subsecretaria de Segurança Hídrica e Saneamento Ambiental - SUBSEGS”. O atual Secretário de Estado do Ambiente [Antonio da Hora] responde, simultaneamente, como Subsecretário desta pasta. A anterior Diretora de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental [Eliane Barbosa] é, atualmente, a Subsecretária de Articulação Institucional – SUBAI.

A Gerência de Gestão Participativa das Águas, ente que pertencia à extinta Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, passou a ser denominada Gerência de Operações Emergenciais e transferida para a Coordenadoria Geral de Fiscalização e Pós-Licença, da Diretoria de Pós-licença. Passa a ser atribuição da Diretoria de Licenciamento e

da Diretoria de Pós-licença orientar, finalística e tecnicamente, os servidores do Instituto competentes para o exercício do poder de polícia ambiental, no licenciamento e na fiscalização¹⁹⁷.

Segundo o decreto, a descentralização do Instituto no interior do Estado será promovida através de Agências Regionais, cuja estrutura e competência territorial serão definidas no Regimento Interno. As Agências Regionais se vinculam, hierarquicamente, à Presidência que exercerá controle finalístico de suas atribuições e, tecnicamente, às diretorias específicas quanto às atribuições de competências destas¹⁹⁸.

É no intuito de conferir autonomia às representações regionais, agilidade no atendimento e mecanismos mais eficientes de controle, acompanhamento e participação, que o INEA atua nas regiões hidrográficas do ERJ por meio das superintendências e suas nove agências regionais. Isso se dá na perspectiva [como dito anteriormente] da descentralização, abrangendo os 92 municípios do ERJ. A RH IX conta com a superintendência regional denominada Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul – SUPBAP.

De maneira geral, as Superintendências Regionais estão capacitadas a conduzir os procedimentos de licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental; fazer o monitoramento e a classificação da qualidade ambiental dos municípios e a divulgar esses dados à sociedade; exercer a fiscalização ambiental; acompanhar os procedimentos de licenciamento ambiental das prefeituras conveniadas; fazer parcerias com os municípios em atividades concernentes à gestão ambiental (INEA, 2017). Há, no entanto, déficit de recursos humanos e materiais para o exercício adequado dessas atribuições.

No âmbito da RH IX, foi instituído, sem aumento de despesa, na estrutura organizacional do INEA, o “Serviço de Fiscalização”, da Coordenadoria Técnica Regional, da Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul, da extinta Vice-Presidência. Nas demais RHs esse serviço permaneceu descentralizado junto às superintendências Regionais. A decisão torna o procedimento de licenciamento na RH IX centralizado; vinculado diretamente à presidência do órgão, o Conselho Diretor - CONDIR, composto pelo Presidente e pelos cinco Diretores do Instituto. Compete ao CONDIR decidir sobre processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto, ressalvadas as hipóteses

¹⁹⁷ Segundo o Art. 17 do Decreto 46.037 de 05/07/2017.

¹⁹⁸ Conforme o Art. 18 do Decreto 46.037 de 05/07/2017.

de atividades cometidas à Diretoria de Licenciamento Ambiental, à Presidência ou à CECA (quadro 3 e 4 – Anexo 1).

Na RH IX o decreto também alterou a nomenclatura do “Serviço de Informação e Monitoramento” para “Serviço de Monitoramento” da Coordenadoria Técnica Regional, da Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul (RIO DE JANEIRO, 2017). Nas demais Superintendências Regionais do INEA estes “Serviços de Informação e Monitoramento” foram alterados para “Serviços de Fiscalização e Monitoramento” das Coordenadorias Técnica Regional.

O questionamento feito é: o que significa para o CBH BPSI essas alterações na estrutura administrativa do INEA? A que resultado pode levar? Qual significado para o desenvolvimento regional do interior do ERJ? Quais forças políticas e que interesses tendem a ser contemplados ou contrariados com tais modificações?

Para membros de organismos de bacia e do Observatório de Governança das Águas – OGA isso aponta para o enfraquecimento do sistema participativo em âmbito estadual e um alinhamento, mais acirrado, da PERHI e PNRH com a matriz neoliberal. A modificação direciona o órgão para uma gestão “enxuta”, voltada para crise e não para a prevenção. Saiu da perspectiva do serviço de inteligência para o comando-controle. Um retrocesso. Contrapondo à análise feita por Campos & Fracalanza (2010), sobre a situação da Governança da Água no Brasil há quase duas décadas atrás.

“(...) O modelo de gestão das águas no Brasil, em vigor atualmente, é fruto de um processo que, em linhas gerais, se iniciou na passagem dos anos 1970 para os 1980. Era um momento no qual a crença no modelo de gestão baseado no “comando e controle” e numa análise tradicional de custo e benefício esgotou-se. Chegava-se a uma situação na qual não era mais possível desconsiderar os impactos socioambientais nem excluir os diferentes atores do processo de tomada de decisão. Estresse hídrico e um número crescente de conflitos em virtude da disputa pelo recurso tornaram-se presentes em diferentes localidades. Passou-se a questionar, então, a maneira como vinham sendo abordados e geridos os usos da água; a localização dos centros decisórios; o foco das políticas de águas e a unidade de referência a ser adotada pela mesma; e os atores considerados e incluídos neste processo” (CAMPOS & FRACALANZA, 2010).

Tais questões serão discutidas no Capítulo 6: “Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: a que resultado leva?”

Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI

O FUNDRHI é parte fundamental para a viabilidade econômica do SEGRHI, sendo gerido pelo Instituto Estadual de Ambiente – INEA. Regulamentado pelo Decreto 35.724/2004¹⁹⁹, e regido na forma do disposto nas Leis Estaduais 3.239/1999²⁰⁰, 4.247/2003,²⁰¹ 5.234/2008²⁰² e 5.639/2010²⁰³ e no Decreto Estadual 44.899/14²⁰⁴ (INEA, 2017).

Tem entre seus objetivos o financiamento para a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, a saber: I - Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI); II - Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PRO HIDRO); III - Planos de Bacia Hidrográfica (PBHs); IV - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes dos mesmos; V - Outorga do direito de uso dos recursos hídricos; VI - Cobrança aos usuários, pelo uso dos recursos hídricos; e VII - o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos - SEIRHI), além do desenvolvimento das ações, programas e projetos decorrentes dos programas governamentais de recursos hídricos que mantenham a compatibilização entre os usos múltiplos e competitivos da água (RIO DE JANEIRO, 2004).

Constituem recursos do FUNDRHI, as seguintes fontes apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2-Anexo1: Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDHRI

- As receitas originárias da cobrança pela outorga sobre o direito de uso de recursos hídricos;
- As multas arrecadadas decorrentes de ações sobre uso dos recursos hídricos, bem como de seu entorno,

¹⁹⁹ O Decreto 35.724/2004 dispõe sobre a regulamentação do FUNDRHI. Regulamentação do art. 47 da Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, e dá outras providências.

²⁰⁰ A lei estadual 3.239/1999 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH; cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHI e autoriza o poder executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI.

²⁰¹ A lei estadual 4.247/2003 dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

²⁰² A lei estadual 5.234/2008 altera a Lei nº 4.247/2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

²⁰³ A lei estadual 5.639/2010 dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado, e dá outras providências.

²⁰⁴ O Decreto Estadual 44.899/14 altera o Decreto nº 22.939, de 30 de janeiro de 1997, que implanta o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM /RJ e a conta única, no âmbito do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro e de suas autarquias e fundações públicas, inclusive fundos por ela administrados e dá outras providências.

conforme disposto no art. 11, I, da Lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003;

- O produto da arrecadação da dívida ativa decorrente de débitos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- As dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;
- As dotações consignadas no Orçamento Geral da União e nos dos Municípios, e em seus respectivos créditos adicionais;
- Os produtos de operações de crédito e de financiamento, realizadas pelo Estado, em favor do Fundo;
- O resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;
- As receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados visando a atender aos objetivos do Fundo;
- As contribuições, dotações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- A compensação financeira que o Estado venha a receber em decorrência dos aproveitamentos hidrelétricos em seu território;
- A parcela correspondente da cobrança do passivo ambiental referente aos recursos hídricos;
- Quaisquer outras receitas, eventuais ou permanentes, vinculadas aos objetivos do Fundo.

Fonte: INEA *apud* Base Legal (2017)

Aplicações dos Recursos do FUNDRHI

O INEA é responsável pela coordenação do FUNDRHI que, organizado em subcontas, permite em tese, a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes a cada Região Hidrográfica - RH. Sua utilização deve estar em concordância com os programas estabelecidos pelo PERHI e pelos PBHs das respectivas regiões hidrográficas.

Na ausência do CBH, do PBH e da agência delegatária de água [no caso do CBH BPSI a AGEVAP] cabe ao próprio órgão gestor, o INEA, o gerenciamento dos recursos (RIO DE JANEIRO, 2008). Isso era o que ocorria na RH IX, até 2009 e na RH I [Angra dos Reis, Paraty e Ilha Grande], até 2012, últimos CBHs instituídos no ERJ, com suas respectivas delegatárias.

Após contestações das organizações da sociedade civil e usuários, os critérios de arrecadação sofreram alterações. A nova redação da lei que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do ERJ, 5.234/2008²⁰⁵ à lei estadual de 4.247/2003 [que até então era a que determinava os critérios da cobrança], estabeleceu a partir de então, que: 90% (noventa por cento) do montante arrecadado pelo uso dos recursos de

²⁰⁵ A Lei Estadual 5.234/2008 em seu Art. 4º alterou o Art. 11, inciso II da lei 4.247/2003 (INEA, 2017).

domínio estadual passariam a ser aplicado na bacia hidrográfica arrecadante; e, os 10% restantes aplicados no órgão gestor de recursos hídricos do ERJ, o INEA. Anteriormente o INEA/SERLA dispunha de 50% (cinquenta por cento) deste montante.

A lei de 2008 também determinou que dos valores captados com as demais receitas do FUNDRHI, no mínimo de 50% (cinquenta por cento) deve ser aplicado em despesas com investimentos e custeio na bacia hidrográfica arrecadante dos recursos. O restante poderá ser aplicado em quaisquer outras bacias hidrográficas do Estado e no órgão gestor, mediante proposta enviada pelo órgão INEA e aprovação pelo CERHI (RIO DE JANEIRO, 2008).

Estipulou, além disso, que em virtude da transposição de 2/3 das águas do Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, 15%²⁰⁶ (quinze por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia do rio Guandu devem ser “obrigatoriamente”, aplicados na bacia do Paraíba do Sul. O Capítulo 3, em uma das subseções examinará se o pleito do CBH BPSI e a deliberação do CERHI/CEIVAP relativos à questão da transposição da água do Paraíba do Sul para o Guandu e, respectivo repasse dos recursos oriundos da cobrança estão em vigor.

Ademais, a norma determina com o objetivo de garantir a quantidade e a qualidade das águas da Bacia, que no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos arrecadados decorrentes da cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor de saneamento sejam “obrigatoriamente” aplicados em coleta e tratamento de efluentes urbanos, até se atingir o percentual de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado na respectiva RH.

Assim a Lei 5.234/2008 gerou um crescimento exponencial na receita do FUNDHRI (figura 2 anexo 1). A partir de 2009 o sistema de arrecadação se tornou mais robusto em consequência da solução negociada pelas IPs para a cobrança pelo uso da água do setor de saneamento, permitindo que os acréscimos de custos decorrentes da cobrança pelo uso da água fizessem parte da revisão tarifária das empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário atuantes no Estado, a partir do refinamento do controle na emissão e arrecadação.

²⁰⁶Até que novos valores sejam aprovados pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e Comitê Guandu, e, referendado pelo CERHI-RJ, conforme disposto no Art. 4º, inciso IV da Lei Estadual nº 5.234/08 (INEA, 2017).

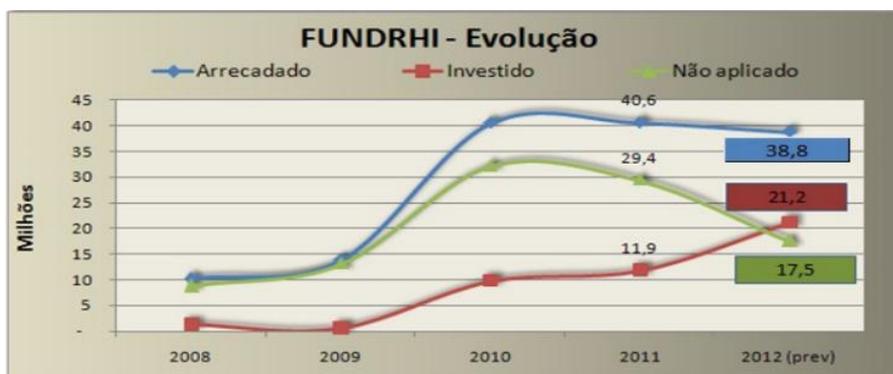
Outro importante instrumento legal que abriu novas perspectivas para a atuação dos CBHs foi criado em 2010. A lei nº. 5.639/2010²⁰⁷ facultou ao INEA firmar contratos com entidades, sem fins lucrativo, destinadas a desempenhar funções de agência de água devendo tais contratos obedecer, entre outros critérios, um plano de metas e prazo predeterminado.

O dispositivo também alterou os valores arrecadados com as demais receitas do FUNDRHI²⁰⁸, determinando a aplicação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nos contratos de gestão das entidades delegatárias de comitês de bacia com baixa arrecadação pela cobrança sobre os usos dos recursos hídricos [caso concreto do CBH BPSI] (RIO DE JANEIRO, 2010).

O saldo restante, conforme define a norma, deve ser aplicado no próprio órgão gestor e em ações e investimentos, em qualquer região hidrográfica, mediante proposta enviada pelo INEA e aprovado pelo CERHI. Estes recursos apoiam ainda a estruturação de escritórios de suporte técnico e operacional nas Regiões Hidrográficas.

Os dispositivos citados significaram um passo importante na viabilização do sistema estadual de recursos hídricos, superando um dos principais obstáculos existentes: a indefinição dos mecanismos de repasse dos recursos de cobrança pelo uso da água.

Como demonstrado na figura 2 – anexo 1, a seguir, houve aumento em termos de volume de recursos arrecadados e aplicados a partir de 2009, coincidindo com as alterações nos critérios de cobrança e contratos de gestão firmados entre o INEA as IPs e suas entidades delegatárias (SEA/INEA, 2013).



²⁰⁷ A Lei nº. 5.639/2010 dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos e as entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado (INEA, 2017).

²⁰⁸ Conforme disposto no Art. 13 da Lei Estadual nº 5.639/10 que dá nova redação ao Inciso III do Art. 11 da Lei nº 4247 de 16 de dezembro de 2003 (INEA, 2017).

Figura 2 Anexo 1: Evolução da Receita do FUNDRHI

Fonte: Rio de Janeiro (2013 *apud* GEAGUA/DIGAT/INEA, 2012)

Os saldos de recursos não utilizados em determinado exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, atendendo aos princípios da accountability, a fim de que sejam aplicados em ações que visem à recuperação e conservação das águas e o fortalecimento do próprio sistema (RIO DE JANEIRO, 2010).

No entanto, apesar dos avanços legais no que tange aos mecanismos de repasses do FUNDRHI, os mesmos vem apresentando “soluções de continuidade” e sofrendo investidas constantes de forças políticas, de interesses distintos, que buscam alterar as regras do jogo ao seu favor. A partir de 2014, o risco de retrocesso à governança participativa dos recursos hídricos e em relação à atuação dos CBHs, ganhou visibilidade, especialmente no contexto estadual.

Tal risco tem influência de variáveis exógenas [também denominada interveniente], relacionadas a fatores sistêmicos alheios ao arranjo institucional dos colegiados [contexto político e econômico] e que permeiam este estudo, apesar de não ser objeto específico da pesquisa [como dito anteriormente] por extrapolar o escopo proposto para o trabalho, ao limite de tempo, expertise e recursos necessários. O fato é que, em função da não observância do princípio da transparência ao acesso ao recurso arrecadado pelo ERJ e falta de accountability na sua aplicação, a atuação de todos os colegiados foram impactadas.

O descumprimento dos pressupostos da democracia deliberativa pelo ERJ interfere na real capacidade dos comitês, suas delegatárias e do próprio SEGRHI viabilizar a utilização dos recursos através da elaboração de projetos, aprovação nas câmaras competentes e inclusão nos respectivos planos. Tal situação culminou com o arresto das subcontas do FUNDRHI gerando uma Ação Civil Pública movida pelos CBHs, junto ao Ministério Público, conforme apresentado no Capítulo 6.

Quadro 3-Anexo1: Competências do Instituto Estadual do Ambiente - INEA

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Conduzir os processos de licenciamento ambiental de competência estadual e expedir as respectivas licenças, determinando a realização e aprovando os estudos prévios de impacto ambiental, exceto a expedição da licença ambiental de competência da CECA;- Exercer o poder de polícia em matéria ambiental e de recursos hídricos, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos do SEGRHI;- Expedir normas regulamentares sobre as matérias de sua competência, respeitadas as competências dos órgãos |
|---|

de deliberação coletiva vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente, em especial o CERHI e a CECA;

- Editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídricos;
- Efetuar a cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos do SEGRHI;
- Aprovar Projetos de Alinhamento de Rio – PAR; Projetos de Alinhamento de Orla de Lagoa ou Laguna – PAOL; e, demarcar Faixas Marginais de Proteção - FMP;
- Gerir as unidades estaduais de conservação da natureza e outros espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, incluindo aqueles não previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;
- Fixar o valor a ser cobrado pela visitação das unidades estaduais de conservação, bem como pelos serviços e atividades de cada unidade;
- Expedir a autorização de que trata o § 3º - do art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000²⁰⁹;
- Celebrar termos de ajustamento de conduta, nas hipóteses previstas na legislação;
- Resolver quanto à celebração, alteração ou extinção de seus contratos, bem como quanto à nomeação, exoneração e demissão de servidores, realizando os procedimentos necessários, na forma em que dispuser o regulamento;
- Adquirir, administrar e alienar seus bens, observada a legislação específica;
- Formular à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA proposta de orçamento;
- Aprovar o seu regimento interno;
- Elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento da política de meio ambiente, dos recursos hídricos e dos recursos florestais;
- Enviar o relatório anual de suas atividades à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA e, por intermédio da Chefia do Poder Executivo, à Assembleia Legislativa do Estado, disponibilizando-o posteriormente na rede mundial de computadores;
- Promover ações de recuperação ambiental;
- Realizar ações de controle e desenvolvimento florestal.

Fonte: Rio de Janeiro (2007)

Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA

A CECA é um órgão colegiado, criado em 1975²¹⁰; devido sucessivas reestruturações da administração estadual sua vinculação passou da Secretaria de Estado de Obras e Serviços

²⁰⁹ A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

²¹⁰ A CECA foi criada pelo Decreto nº 9, de 15.03.75, que estabeleceu a competência e aprovou a estrutura básica da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, logo no início da primeira administração do novo Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. O Decreto nº 21.287, de

Públicos para a Secretaria de Estado de Obras e Meio Ambiente, em 1983, e para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, em 1987. Em 2007 a SEMA passa a ser denominada de SEA – Secretaria de Estado do Ambiente.

A CECA está diretamente ligada ao secretário com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar o uso racional do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. A essa comissão compete baixar as normas ambientais e outros atos complementares necessários ao funcionamento do licenciamento ambiental; aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental, mediante apreciação dos autos de constatação lavrados pelos órgãos fiscalizadores; e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental.

Quadro 4 - Anexo1: Competências da CECA

- Expedir licença ambiental para atividade ou empreendimento executado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA que seja sujeita ao licenciamento ambiental;
- Expedir Licença Prévia – LP e suas renovações para atividade ou empreendimento que dependa da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;
- Expedir as demais licenças, autorizações, certidões e renovações ambientais, estabelecendo suas condicionantes ou restrições, de atividade ou empreendimento previsto nos incisos III, V e XII do art. 1º da Lei Estadual nº 1.356, de 03 de outubro de 1988²¹¹.
- Apreciar e julgar recurso apresentado contra decisão que indeferir pedido de licenciamento ambiental proferida pelo Conselho Diretor – CONDIR do INEA, nos termos do art. 59, inc. II, do Decreto Estadual nº 41.628, 12 de janeiro de 2009;
- Apreciar e julgar recurso apresentado contra decisão que indeferir impugnação formulada contra Autos de Infração, proferida pelo CONDIR do INEA, nos termos do art. 63, inc. II, do Decreto Estadual nº 41.628, 12 de janeiro de 2009;
- Aprovar as apresentações prévias do RIMA ou RAS para Audiência Pública ou Reunião Técnica Informativa, respectivamente;
- Autorizar a convocação de Audiência Pública ou Reunião Técnica Informativa;
- Dar publicidade da convocação de Audiência Pública ou Reunião Técnica Informativa através do sítio eletrônico da CECA;
- Analisar e propor modificações do Regimento Interno da CECA.

Fonte: Repositório Digital do INEA (2017)

23.01.95, em seus artigos 4º e 5º, promoveu algumas alterações na CECA, sendo a mais importante a criação de duas Câmaras: a de Normatização e a de Licenciamento e Fiscalização.

²¹¹A Lei Estadual 1.356/88 dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental.

O Plenário da CECA²¹² é constituído pelas seguintes entidades qualificadas, apresentadas no quadro 5- anexo1. Destaca-se que estes atores tem representação fixa, assegurada no desenho, sendo seus representantes e respectivos suplentes, indicados por ofício do titular do órgão representado, com anuência do Secretário de Estado do Ambiente.

Quadro 5 - Anexo1: Plenário da CECA

- Presidente da CECA;
- Representante do Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - INEA – Agenda Marrom²¹³
- Representante do Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - INEA – Agenda Verde²¹⁴
- Representante do Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - INEA – Agenda Azul²¹⁵
- Representante da Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- Representante da Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE;
- Representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS;
- Representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária – SEAPEC;
- Representante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;
- Representante local, convidado, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN
- Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA
- Representante convidado da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA
- Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca – SEDRAP.

Fonte: Repositório Digital do SEA (2017)

Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA

²¹²A atual composição do Plenário da CECA, definida pela Resolução SEA nº 05/07, de 19.01.07.

²¹³Agenda Marrom: prevenção e controle da degradação ambiental decorrente de atividades poluidoras, e pelo desempenho de atividades correlatas, como a realização de estudos e pesquisas sobre poluição, qualidade do ar, da água e do solo.

²¹⁴Agenda Verde: responsável pela formulação e execução da política florestal, de forma a promover a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis.

²¹⁵Agenda Azul: gestão de recursos hídricos.

É um órgão deliberativo e consultivo a quem cabe o estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Controle Ambiental. O CONEMA²¹⁶ se articula com a PERH através do INEA o qual faz parte da sua estrutura²¹⁷ como órgão técnico de apoio. Tem por atribuições²¹⁸ as seguintes competências apresentadas no quadro 6-anexo1.

Quadro 6-Anexo1: Competências do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA

- Implementar, mediante regulamentação, as diretrizes gerais e específicas da Política Estadual de Controle Ambiental;
- Baixar as instruções, normas, diretrizes e outros atos complementares necessários ao perfeito funcionamento do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SLAP; propor a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da política ambiental do Estado, inclusive instrumentos econômicos de incentivos;
- Fixar os critérios para o arbitramento dos valores de penalidades pecuniárias a serem aplicadas aos infratores, inclusive por setores de atividades, volume e impacto da poluição causada, repercussão social da infração;
- Estabelecer critérios para a aplicação de penalidades alternativas ou compensatórias e para a realização de audiências públicas, bem como para a lavratura de Termos de Ajustamento de Conduta.

Fonte: Repositório Digital do SEA (2017)

O CONEMA se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente, com a presença mínima de 2/3 de seus integrantes. Seu conselho é estruturado por diversos órgãos, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 42.822/11. Sua atual estrutura é apresentada no quadro 7- do anexo1.

Quadro 7- Anexo1: Estrutura Permanente do CONEMA

- Secretaria de Estado do Ambiente (SEA);
- Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (Seapec);
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAP);
- Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC);
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS);

²¹⁶O Decreto Estadual nº 40.744, de 25.04.07 dispõe sobre a organização, competência e funcionamento do CONEMA.

²¹⁷ O Decreto Estadual nº 42.822/11 que definiu uma nova estrutura de representação seu plenário.

²¹⁸ O Decreto Estadual nº 41.286, 06.05.08 transferiu para o Conema as atribuições da Câmara de Normatização da CECA.

- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT);
- Secretaria de Estado de Educação (SEEDEC);
- Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – Agenda Verde;
- Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – Agenda Azul;
- Representante do presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – Agenda Marrom;
- Departamento de Recursos Minerais (DRM/RJ);
- Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS);
- Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE);
- Departamento de Recursos Minerais (DRM/RJ).

Fonte: Repositório Digital do SEA (2017)

Participam ainda do CONEMA, como “convidados”, mediante indicação dos representantes e respectivos suplentes para integrar o Plenário, os órgãos e entidades apresentados no (quadro 8-anexo1).

Quadro 8-Anexo1: Demais Membros Convidados a Integrar o Plenário do CONEMA

- União, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Associação de Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro - APREMERJ;
- Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ;
- Rede de ONGs da Mata Atlântica;
- Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Rede de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro;
- Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - APEDEMA;
- Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ);
- Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ);
- 03 Universidades Fluminenses indicadas pelo Fórum de Reitores;
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES);
- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA);
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN);
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/RJ;
- Conselho Regional de Química - CRQ - 3ª Região;
- Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FAERJ;
- Clube de Engenharia.

Fonte: Repositório Digital do SEA (2017)

Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM

O FECAM²¹⁹ é de natureza contábil e tem por objetivo financiar projetos de apoio à execução da Política Estadual de Meio Ambiente e de desenvolvimento urbano em todo o Estado do Rio de Janeiro, englobando diversas áreas, tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento, em consonância com o disposto no parágrafo 3º, do artigo 263²²⁰, da Constituição Estadual.

Os recursos são provenientes, principalmente, da arrecadação de multas e indenizações por infração à legislação ambiental estadual e de royalties de petróleo.

É gerido por um Conselho Superior, presidido pelo Secretário de Estado do Ambiente tendo representação da Secretaria de Estado de Fazenda, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, do INEA, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN e da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - APEDEMA.

O acesso aos dados detalhados do FECAM não se encontravam disponíveis no website do governo estadual, no momento da consulta. Apenas a informação de que os recursos desse Fundo contabilizavam, ano referencia 2014, cerca de R\$ 400 milhões/ano. Esses valores, como citado, são oriundos dos royalties do petróleo atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao FECAM 5% do valor relativo à extração na camada pós-sal e 10% na camada pré-sal.

Também constituem recursos desse fundo o valor de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. O detalhamento dos valores são peça da Ação Civil Pública movida pelos CBHs, junto ao Ministério Público em curso.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI

²¹⁹O FECAM foi criado pela Lei Estadual 1060, de 10 de novembro de 1986 e alterado pelas leis 2575, de 19 de junho de 1996; 3520, de 27 de dezembro de 2000; e 4143, de 28 de agosto de 2003.

²²⁰Art. 263 – Fica autorizada a criação na forma da lei, do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM, destinado à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano. É vedada sua utilização para pagamento de pessoal da administração pública direta e indireta ou de despesas de custeio diversas de sua finalidade.

O CERHI, o órgão colegiado máximo no âmbito do estado, tem atribuições normativa, consultiva e deliberativa, sendo encarregado de supervisionar e promover a implementação das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos – PERH, tendo entre suas atribuições as competências elencadas no quadro 9- anexo1, a seguir:

Quadro 9-Anexo1: Competências do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI

- Promover a articulação do planejamento estadual de recursos hídricos, com os congêneres nacional, regional e dos setores usuários;
- Estabelecer critérios gerais a serem observados na criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas -CBHs e Agências de Água, bem como na confecção e apresentação dos respectivos Regimentos Internos;
- Homologar outorgas de uso das águas, delegando competência para os procedimentos referentes aos casos considerados inexpressivos, conforme regulamento;
- Arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre os CBHs no ERJ;
- Deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões não extrapolem o âmbito do Estado;
- Deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos CBHs;
- Analisar as propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Estabelecer as diretrizes complementares para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, para aplicação de seus instrumentos e para atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHI;
- Aprovar proposta de instituição de CBH, de âmbito estadual, e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus Regimentos;
- Aprovar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERHI e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- Estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso, e homologar os feitos encaminhados pelos CBHs;

Fonte: INEA *apud* Base Legal (2017)

Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs

A PERH²²¹ dispõe que os CBHs são entidades colegiadas, reconhecidas e qualificadas por ato do poder executivo, mediante proposta do CERHI (RIO DE JANEIRO, 1999), com atribuições normativa, deliberativa e consultiva (quadro 10- anexo1) cabendo aos mesmos a

²²¹ Lei 3.239/99, Seção III, Art. 52 a 55 (INEA, 2017).

coordenação das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos e ambientais, compatibilizando as metas e diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERHI com as peculiaridades de sua área de atuação.

O ERJ tem nove CBHs instituídos [1 para cada região hidrográfica do estado]: RH I Baía da Ilha Grande (2012); RH II Guandu (2002); RH III Médio Paraíba do Sul (2008). RH IV Piabanha (2005); RH V Baía de Guanabara (2005); RH IV Lagos São João (2005); RH VII Rio Dois Rios (2008); RH VIII Macaé e das Ostras (2003) e RH IX (2009).

Quadro 10-Anexo1: Competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica do ERJ

- Propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI, a autorização para constituição da respectiva Agência de Água;
- Aprovar e encaminhar ao CERHI a proposta do Plano de Bacia Hidrográfica - PBH, para ser referendado;
- Acompanhar a execução do PBH;
- Aprovar as condições e critérios de rateio dos custos das obras de uso múltiplo ou de interesse comum ou coletivo, a serem executadas nas bacias hidrográficas;
- Elaborar o relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos de sua bacia hidrográfica;
- Propor o enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica, em classes de uso e conservação, e encaminhá-lo para avaliação técnica e decisão pelo órgão competente; (ÚNICA COMPETÊNCIA NÃO OBSERVADA ATÉ O MOMENTO)
- Propor os valores a serem cobrados e aprovar os critérios de cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica, submetendo à homologação do CERHI;
- Encaminhar, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, as propostas de acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;
- Aprovar a previsão orçamentária anual da respectiva Agência de Água e o seu plano de contas;
- Aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos, em serviços e obras de interesse dos recursos hídricos, tendo por base o respectivo PBH;
- Ratificar convênios e contratos relacionados aos respectivos PBHs;
- Implementar ações conjuntas com o organismo competente do Poder Executivo, visando a definição dos critérios de preservação e uso das faixas marginais de proteção de rios, lagoas e lagoas;
- Dirimir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água.

Fonte: INEA *apud* Base Legal (2017)

Agência de Água/ Entidade Delegatária

Entidade executiva de grande importância no processo de planejamento e gestão. Com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira²²², fornece suporte

²²²As Agências de Água organizam-se de acordo com a Lei Federal nº 9.790/99 de 23 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da

técnico, administrativo e financeiro aos comitês de bacia. A qualificação e autorização para o seu funcionamento no ERJ é dada pelo CERHI; está estreitamente vinculada à prévia existência dos comitês e à viabilidade financeira, assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação comprovada nos PBHs.

As instituições de pesquisa e universidades podem colaborar com as Agências de Água, na prestação de assistência técnica, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de novas tecnologias. Na RH IX a UENF, a UFRJ, a UFFRRJ, a UFF e o IFF tem prestado constantes contribuições; suas pesquisas têm embasado boletins, relatórios de situação e gestão e projetos pertinentes, assim como a construção do Plano de Bacia.

À Agência de Água cabe celebrar Termo de Parceria²²³, com organismos estatais federais, estaduais ou municipais, destinados à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse dos recursos hídricos. O Capítulo 3 apresenta, em uma das suas subseções, os “Termos de Parcerias” firmados entre: AGEVAP/ANA/CBH BPSI.

Compete à Agência de Água, na sua área de atuação, as seguintes atribuições²²⁴ (quadro 11- anexo 1).

Quadro 11-Anexo1: Competências das Agências de Água/Entidades Delegatárias

- Manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos;
- Manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;
- Efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança do uso dos recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;
- Acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos - SEIRHI, em sua área de atuação;
- Celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços, para desempenho de suas atribuições;
- Elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação dos respectivos CBHs;
- Promover os estudos necessários à gestão dos recursos hídricos;
- Elaborar as propostas dos - PBHs, para apreciação pelos respectivos CBHs;
- Propor, aos respectivos CBHs: o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento

Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

²²³ Conforme disposto na Lei 9.790/1999, em seus Art. 9º a 15º (INEA, 2017).

²²⁴ Lei 3.239/99, Seção IV, Art. 59, (INEA, 2017).

CERHI; os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos; o plano de aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos; o rateio dos custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Fonte: INEA *apud* Base Legal (2017)

Organismos Congêneres dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal

São organizações civis de recursos hídricos, a saber: i) - consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; ii) - associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; iii) organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; iv) organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; v) outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que atuam na implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

Nesta análise do desenho institucional do SEGRHI, e suas respectivas forças indutoras, destacam-se alguns desafios para o alcance dos objetivos propostos pela PNRH e PERH [modelo descentralizado, participativo e integrado inspirado no modelo francês] para assegurar o uso sustentável, racional e integrado dos recursos hídricos.

Como destacado por Campos & Fracalanza (2010) um dos desafios está no alcance da integração. Persiste a fragmentação da política proposta, resultante da criação de inúmeras entidades para gerir a água e seus usos, em diferentes âmbitos e níveis de governo.

De acordo com as autoras:

“(...) Embora tenha ocorrido uma descentralização administrativa – transferência de funções específicas para instituições do aparelho estatal – e territorial – criação dos organismos de bacia –, há uma carência de poder decisório nos novos arranjos institucionais que impede que o processo se efetive, apesar de todos os benefícios assinalados. Cabe considerar ainda que se, por um lado, a separação institucional e a proposição de políticas setoriais podem ser justificadas por critérios de racionalidade político-administrativa, por outro, isto implica no esvaziamento do poder de pressão das organizações sociais. Assim como a gestão hídrica ainda é fragmentada, também o são as reivindicações e isto se reflete no processo” (...) “A adoção de uma abordagem integrada depende da consciência dos stakeholders sobre os benefícios que eles podem obter com a mesma. O entendimento de que a abordagem integrada é uma necessidade tem, de certo modo, se tornado um consenso, especialmente entre os técnicos; agora, para resultados mais amplos e efetivos, é importante “convencer” os políticos e os stakeholders de seus benefícios”.

Uma questão fundamental a ser perseguida a fim de que se alcance a efetividade desta e das demais políticas públicas no Brasil.

Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“A Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana”**.

O objetivo da aplicação desse instrumento é gerar informações sobre a atuação do CBH BPSI, em relação a sua capacidade de deliberação e produção de resultados, no sentido de propor, alterar

formato e conteúdo da política pública a que se vincula, contribuindo para o debate e a articulação em prol da governança participativa das águas na região hidrográfica IX do ERJ.

Para tanto, as questões foram separadas em quatro blocos, respectivamente:

A - Qualificação do avaliador

B - Capacidade de deliberação do CBH BPSI

C - Resultados do processo deliberativo

D - Lacunas e Desafios

Esclarecemos que a confidencialidade das informações e a privacidade do sujeito da pesquisa serão garantidas. Desde já, agradecemos sua colaboração!

Vanda Corrêa Thomé - Doutoranda de Sociologia Política – UENF

Maria Eugênia Ferreira Totti – Prof.^a DSc do PPGSP – Orientadora da Pesquisa

Anexo III - Instrumento de Coleta de Dados - Questionário

BLOCO A – QUALIFICAÇÃO DO AVALIADOR

1. QUEM PARTICIPA?

1.1 Idade: ____/____/____ **1.2 Gênero:** () F () M

1.3 Escolaridade: () Fundamental () Ensino Médio () Superior () Pós- Graduação

1.4 Formação: _____

1.5 Formação específica na área de meio ambiente? Sim () Não ()

1.6 Se, sim, Qual? _____

1.7 Com que frequência participa de capacitação relacionada à atuação no CBH BPSI?

() Rotineiramente () Esporadicamente () Raramente () Nunca participou

1.8 Ofertada por quais instituições?

() ANA () INEA () CEIVAP () AGEVAP () CBHBPSI () Outras: _____

2. DE ONDE FALA?

2.1 Segmento que representa: () Poder Público () Sociedade Civil () Usuário

2.2 Município: _____

2.3 Sua participação na gestão atual ocorre como: () Titular () Suplente

2.4 Instituição que representa: _____

2.5 Há quanto tempo atua no CBH BPSI? _____

2.6 Sobre o seu histórico de participação no CBH BPSI, identifique:

() Participação em Plenário - Biênio: _____

() Participação em Mesa Diretora - Biênio: _____

() Participação em Grupo de Trabalho e/ou Câmara Técnica - Biênio: _____

3. COMO SE INSTITUI?

3.1 Como chegou ao CBH BPSI? () Indicação () Convite () Iniciativa própria () Outro: _____

3.2 O que o motivou a participar do CBH BPSI? _____

3.3 Já participou de outro Comitê? () Sim () Não Qual(is): _____

3.4 Em relação à participação dos segmentos no CBH BPSI, você considera que:

O segmento Poder público:

() Propõe mais () Pauta mais () Tem maior peso nas decisões () Não sabe avaliar () Não se aplica

O segmento Sociedade Civil:

() Propõe mais () Pauta mais () Tem maior peso nas decisões () Não sabe avaliar () Não se aplica

O segmento Usuários:

() Propõe mais () Pauta mais () Tem maior peso nas decisões () Não sabe avaliar () Não se aplica

3.5 Sobre as regras que definem o processo de participação, quais você identifica no CBH BPSI?

Pontue, em uma escala, de 1 a 5, conforme sua percepção, onde:

1-Sempre Presente 2-Frequentemente 3-Raramente 4-Ausente 5- Não sabe avaliar

- () Igualdade de participação: paridade dos assentos
- () Inclusão deliberativa: quando nenhum critério de ordem social, política, religiosa, econômica, entre outros, é utilizado para excluir a participação no CBH BPSI
- () Publicização: informações com acesso transparente, prazo satisfatório, fácil compreensão, conteúdo confiável, entendimento esclarecido
- () Reciprocidade: cooperação entre os entes, vaivém argumentativo/debate aberto
- () Provisoriedade: alternância de funções/ reavaliação de decisões
- () Autonomia: autodeterminação / liberdade para a definição de pauta pelos diferentes segmentos e atores
- () Accountability: prestação de contas / transparência/ controle do programa de planejamento
- () Transparência: informações técnicas socializadas de forma que garanta o entendimento esclarecido

BLOCO B - CAPACIDADE DE DELIBERAÇÃO DO CBH BPSI

4. O QUE DELIBERA

4.1 Em sua opinião o CBH BPSI tem maior capacidade de influência, controle ou decisão sobre a Política de Recursos Hídricos? Responda em ordem de efetividade, onde: 1 é mais efetivo a 3 é menos efetivo.

- () Influência () Controle () Decisão

4.2 O que prevalece nas reuniões plenárias do CBH BPSI? Debates ou Decisões?

() Debate: diálogo ou expressão de dois ou mais membros a partir da manifestação de um deles para posterior votação.

() Decisão: formação de algum acordo ou consenso acerca do tema em deliberação, aceitação ou rejeição sem necessariamente um processo de argumentação anterior.

4.3 Em uma escala, de 1 a 5, classifique o resultado dos debates e decisões que prevalece nas reuniões do CBH BPSI, onde:

1-Sempre Presente 2-Frequentemente 3Raramente 4-Ausente 5- Não sei avaliar

- () Moção: decisões relativas a apoio ou repúdio à alguma política, ato ou ação de entidades/pessoas.
- () Encaminhamento: decisões cujo resultado indica encaminhamento de documentos (ofício, carta).
- () Resolução: decisões que dão origem a Resoluções do Conselho.
- () Aprovação: decisões cujo resultado indicam a aprovação de uma proposta.

4.4 Quanto à natureza das deliberações da plenária do CBHBPSI, você avalia que tem caráter:

- Mais propositivo
- Mais fiscalizatório/de controle ou de acompanhamento
- Desenvolve as 2 atribuições com êxito Não sabe avaliar

4.5 A pauta do CBH BPSI é gerada, na maior parte das vezes, em função de:

- Demanda própria do CBHBPSI
- Demanda motivada por outra instância do SINGREH ou nível de poder
- Outra motivação: _____

4.6 Como você classifica essas demandas? Pontue em uma escala de 1 a 5, conforme sua percepção:
1-Sempre Presente 2-Frequentemente 3-Raramente 4-Ausente 5- Não sei avaliar

- Solicitação: pedido de um dos segmentos representados que não necessariamente se traduz numa proposta concreta a ser apreciada e votada pelo conselho.
- Demanda da Câmara Técnica
- Demanda da Mesa Diretora
- Demanda do Grupo de Trabalho
- Denúncia (no sentido de controle social e fiscalização)
- Demanda do CERHI
- Demanda do CEIVAP
- Demanda da ANA
- Natureza Política fora do SINGREH (Ministério Cidades/ ministério da Integração)

Outra natureza: _____

4.7 Quais tópicos estão mais presentes na agenda do CBH BPSI? Pontue em uma escala de 1 a 5, conforme sua percepção:

1-Sempre Presente 2-Frequentemente 3-Raramente 4-Ausente 5- Não sei avaliar

- Convites /avisos
- Custeio
- Capacitação
- Proposição de Planos/Projetos
- Aprovação de Planos/Projetos
- Acompanhamento de execução de Planos/ Projetos/ fiscalização da política
- Prestação de contas de Planos/Projetos - controle
- Arbítrio de conflitos entre os 3 seguimentos do CBHBPSI
- Arbítrio de conflitos entre demais entes intervenientes (CERHI/CEIVAP/ANA)
- Mecanismos de financiamento do CBHBPSI
- Organização interna
- Mecanismos de cooperação entre os entes intervenientes e/ou articulação com a sociedade geral
- Outros: _____

4.8 Como considera o conhecimento da plenária do CBH BPSI, sobre os instrumentos do PNRH/PERH? Pontue em uma escala de 1 a 5, conforme sua percepção:

1- Satisfatório 2-Razoável 3-Pouco satisfatório 4- Insatisfatório 5- Não sabe avaliar

- Plano de Recursos Hídricos Enquadramento dos corpos d'água em classes Outorga
- Compensação a municípios Sistema de informação PROHIDRO Cobrança

5. CAPACIDADE DO CBH BPSI IMPLEMENTAR AS DELIBERAÇÕES

5.1 Qual a situação das Câmaras Técnicas no CBH BPSI? Pontue em uma escala de 1 a 5, onde:

1-Bastante ativa 2-Esporadicamente ativa 3- Pouco ativa 4- Inativa 5 - Não sei avaliar

() CTHEH () CTALI () CT Defesa Civil () CT da Pesca

5.2 As deliberações do CBH BPSI tem se refletido na (re)distribuição dos recursos hídrico na sua área de abrangência? () sim () não () Não sei avaliar

Exemplo: _____

5.3 As deliberações do CBH BPSI tem se refletido na (re)distribuição dos recursos financeiro na sua área de abrangência? () sim () não () Não sei avaliar

Exemplo: _____

5.4 As deliberações do CBHBPSI tem produzido impacto na vida da população da IX RH ERJ?

() sim () não () Não sei avaliar

Que tipo de impacto? _____

Onde os impactos são maiores? (segmento/município) _____

5.5 Que tipo de ações tem sido implementadas nos mananciais? Pontue em uma escala de 1 a 5, onde: 1 no sentido da maior implementação até 5, no sentido de menor implementação:

() Proteção () Conservação () Revitalização () Despoluição () limpeza de canais
() manutenção de canais e comportas

Outras: _____

6. CAPACIDADE DE PRODUZIR RESULTADOS NA POLÍTICA A QUE SE VINCULA

6.1 Em sua percepção há um segmento/instituição que exerça maior influência nos debates e nas decisões que outros?

() Sempre () Frequentemente () Raramente () Não () Não sei avaliar

6.2 Se, sim, a que recurso você credita a maior capacidade dessa influência? Pontue em uma escala de 1 a 5, onde: 1 no sentido da maior influência, até 5, no sentido de menor influência:

() Conhecimento sobre a política () Disponibilidade para a participação
() Comprometimento institucional () Poder de pressão do segmento
() Outro motivo (Qual?) _____

6.3 De que modo o CBH BPSI influencia, controla ou decide a política de recursos hídricos nas diversas instâncias de poder, a saber:

Na sua área de atuação (ou seja, nos 22 municípios da RH IX do ERJ):

() Frequentemente () Raramente () Não influencia/controla ou decide efetivamente () Não sei avaliar

No CERHI:

Frequentemente Raramente Não influencia/controla ou decide efetivamente Não sei avaliar

No CEIVAP:

Frequentemente Raramente Não influencia/controla ou decide efetivamente Não sei avaliar

Em âmbito Central:

Frequentemente Raramente Não influencia/controla ou decide efetivamente Não sei avaliar

6.4 As diretrizes e metas do Plano de Bacia vêm sendo incorporadas nos Planos Diretores dos Municípios que compõem o CBH BPSI? Frequentemente Raramente Não Não sei avaliar

Em que área/Exemplo: _____

6.5 As diretrizes e metas dos Planos Diretores Municipais vêm sendo incorporadas ao Plano de Bacia do CBHBPSI? Frequentemente Raramente Não Não sei avaliar

Como? Exemplo: _____

6.6 As diretrizes e metas dos Planos de Recursos Hídricos têm sido adotadas nas agendas setoriais das instituições que compõem o CBHBPSI?

Frequentemente Raramente Não Não sei avaliar

Exemplo: _____

6.7 As metas do Plano Plurianual - PPA tem sido alcançadas?

Sim Parcialmente Não Não sei informar

Por quê? _____

6.8 Como são discutidas o cumprimento das metas do PPA no âmbito do CBH BPSI?

- São analisadas em reuniões do plenário
- São analisadas em reuniões de CT/GT
- São disponibilizadas para comentários via e-mail
- Não são discutidas pelo CBH BPSI
- Não sei informar

6.9 Das opções a seguir, que tipo de resultado o CBH BPSI tem produzido com maior eficácia? Pontue de 1 a 5, no sentido do maior resultado para o menor resultado produzido:

Implementação dos instrumentos da política de recursos hídricos: plano de bacia, outorga, cobrança, estabelecimento de critérios para rateio do custo das obras de uso múltiplo.

Melhoria do bem estar social da população: proposição de projetos para garantia ao acesso da população a recurso hídrico em quantidade/ qualidade

Melhoria da capacidade política: capacidade de negociar com uma pluralidade de atores e articular diferentes interesses e/ou construção de consenso).

Aprofundamento da democracia local: promoção de debates junto a sociedade, atuação no aprendizado social)

Ambiente institucional (qualidade da legislação, efetividade da lei, regulação)

6.10 Considera que o intercâmbio de informações tem melhorado, entre:

a) CBH BPSI – CEIVAP

Sim, efetivamente Sim, parcialmente Não Não sei informar

b) CBH BPSI – CERHI

Sim, efetivamente Sim, parcialmente Não Não sei informar

c) CBH BPSI – INEA

Sim, efetivamente Sim, parcialmente Não Não sei informar

d) CBH BPSI – PREFEITURAS

Sim, efetivamente Sim, parcialmente Não Não sei informar

e) CBH BPSI – OUTROS CBHs (Fórum de CBHs)

Sim, efetivamente Sim, parcialmente Não Não sei informar

BLOCO D – LACUNAS E DESAFIOS

7. LACUNAS

7.1 Quais lacunas (dificuldades) considera existir para o alcance da efetividade das ações do CBH BPSI? Pontue em uma escala de 1 a 5, no sentido da maior lacuna (1º) para a menor (5º):

Garantia do repasse dos recursos Capacidade técnica dos atores Acesso à informação

Participação dos atores Transparência na informação Atuação coordenada dos Entes

Monitoramento do cumprimento dos contratos de gestão INEA/AGEVAP/CBH BPSI

Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão Qualidade do PERHI Ausência Plano CBHBPSI

Qualidade da lei Aplicação da lei Déficit na fiscalização Déficit na aplicação da sanção

Monitoramento externo Incorporação da agenda da água pelos municípios (ex; no PDM)

7.2 Quais razões você identifica na operacionalização do SINGREH para a essas lacunas? Pontue, em uma escala de 1 a 5, no sentido do maior impacto (1) para o menor (5), conforme sua percepção:

Cultural Regime jurídico Sistema político Fragilidade institucional Mercado

Capacidade de recursos humanos Outras: _____

8. DESAFIOS

8.1 Quais os maiores desafios considera que o CBHBPSI enfrenta, na conjuntura atual, para implementar as ações deliberadas? Pontue, em uma escala de 1 a 5, no sentido do maior desafio (1º) para o menor (5º), conforme sua percepção:

- Capacidade técnica dos atores Implementação dos instrumentos de responsabilização e sanções
- Limites decisórios e de autonomia dos CBHs Orçamento acesso às informações
- Outros : _____

8.2 Há um passo de completar 20 anos a PNRH e o SINGREH apresentam desafios quanto a coordenação dos processos e garantia de articulação sistêmica para sua operacionalização. Pontue, em uma escala de 1 a 5, no sentido do maior desafio para o menor desafio considerando que 1 é mais relevante e 5 menos relevante:

- Confiança entre os setores para o diálogo efetivo
- Esvaziamento das atribuições dos Conselhos/Comitês
- Distanciamento da sociedade no colegiado
- Não comprometimento do Poder Público
- Desvinculação de recursos
- Crise institucional e política no país
- Centralização dos órgãos gestores
- Plano Estadual de Recursos Hídricos defasado
- Investimento em ferramentas para facilitar o diálogo, o repasse de informação e transparência
- Falha no sistema democrático brasileiro

8.3 De que forma pode ser aperfeiçoada a atuação do CBHBPSI?

Anexo IV - Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI - 2011/2012:

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]: Não disponível

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI - 2012/2013

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]:

Investimentos Estaduais

Até novembro de 2013 os investimentos estaduais totalizam R\$ 895.974,26 em 5 ações das quais 2 em andamento e 3 em fase de contratação. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II a seguir:

Anexo II – Investimentos Estaduais

ITEM	PROGRAMA	PROJETO	APROVAÇÃO		SITUAÇÃO	ANO DE CONTRATAÇÃO	ACOMPANHAMENTO	VALORES	
			RESOLUÇÃO COMITÊ	RESOLUÇÃO CERHI				DELIBERADO (R\$)	DESEMBOLSADO PELA AGEVAP
1	Atividades do Comitê (ações de Diretoria)	-	Resolução n° 05/2011	Resolução CERHI-RJ N° 64	Em andamento	-	AGEVAP	70.321,48	23.794,75
2	Elaboração de projetos relativos à gestão de recursos hídricos, ao saneamento básico, e à contenção de riscos	-	Resolução n° 05/2011	Resolução CERHI-RJ N° 64	À contratar	-	-	337.543,14	-
3	Elaboração de projetos de educação ambiental	-	Resolução n° 05/2010	Resolução CERHI-RJ N° 63	À contratar	-	-	54.385,78	-
		Assessoria de Comunicação	-	-	À contratar	-	AGEVAP	30.000,00	0,00
4	Elaboração de projetos e obras de Saneamento Básico	-	Resolução n° 05/2011	Resolução CERHI-RJ N° 64	À contratar	-	-	210.964,46	-
5	Atendimento ao Contrato de Gestão	¹ Contrato de Gestão	-	Resolução CERHI-RJ N° 45	Em andamento	-	AGEVAP	192.759,40	-
TOTAL								895.974,26	23.794,75
¹ O valor considerado em Deliberado é referente ao repassado para a AGEVAP até nov/2013 ² Não teve Projeto aprovado/contratado nos anos de 2012 e 2013. O Comitê elaborará seu Plano de Investimento em 2014. ³ Dados atualizados até nov/2013									

Figura: Investimentos Estaduais no CBH BPSI – 2013

Fonte: Anexo II do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2013)

Investimentos Federais

Quanto aos investimentos federais totalizaram R\$ 22.425.261,29 em 15 ações das quais 13 em andamento e 2 em fase de contratação. O detalhamento das ações é apresentado, a seguir:

Anexo III – Investimentos Federais

ITEM	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
							PREVISTA	ATUAL	CEIVAP	CONTRAPARTIDA	OUTRAS FONTES	TOTAL	TRANSFERIDO
1	AGEVAP (PAP)	Baixo Paraíba do Sul e Rio Dois Rios	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Grupo 3	Bom Jardim, Cambuí, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Itaiva, Itaocara, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Trajano de Moraes	À contratar	-	-	-	1.630.569,67	0,00	0,00	1.630.569,67	0,00
2	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração de Termo de Referência para Plano de Comunicação Social	Bacia do Rio Paraíba do Sul	À contratar	-	-	-	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
3	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul	Monitoramento Biológico de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul – Sistema Piloto e Implementação de Plano de Ação	Itaocara, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Cambuí, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena	Em andamento	16/7/2012	30/7/2015	30/7/2015	1.060.408,80	0,00	0,00	1.060.408,80	350.629,25
4	AGEVAP / Paralela	Baixo Paraíba do Sul e São Paulo	Elaboração de Projetos Executivos de Sistemas de Esgotamento Sanitário de Municípios Insensidos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Areias, São José do Barreiro, Porciúncula e Natividade	Em andamento	1/8/2013	1/8/2015	1/8/2015	1.722.456,37	0,00	0,00	1.722.456,37	0,00
5	Fundação Casimiro Montenegro Filho	Bacia do Paraíba do Sul	RedeVale - Ministar Cursos à Distância com Temática Ambiental na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	16/7/2012	30/5/2014	30/5/2014	244.960,00	106.500,00	0,00	351.460,00	105.735,00
6	Instituto Estadual do Ambiente	Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul	Projeto de Transporte de Sedimentos e Extração de Areia no Trecho Baixo Rio Paraíba do Sul	Itaocara, Aperibé, São Fidélis, Cambuí, Cardoso Moreira, São João da Barra, Campos dos Goytacazes	Em andamento	20/6/2013	30/1/2016	30/1/2016	656.066,07	212.378,29	0,00	868.444,36	0,00

ITEM	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
							PREVISTA	ATUAL	CEIVAP	CONTRAPARTIDA	OUTRAS FONTES	TOTAL	TRANSFERIDO
7	AGEVAP (Transposição) / DRZ	Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul	Elaboração do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nas Modalidades Água, Esgoto e Drenagem Urbana, dos municípios pertencentes a Região Hidrográfica VII (Rio Dois Rios) e o município de Campos dos Goytacazes pertencente a Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul)	Bom Jardim, Santo Antônio de Pádua, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Campos dos Goytacazes	Em andamento	6/7/2012	6/5/2013	6/12/2013	2.358.000,00	0,00	0,00	2.358.000,00	648.450,00
8	Instituto Estadual do Ambiente	Baixo Paraíba do Sul, Piaçanã, Médio Paraíba do Sul e Rio Dois Rios	Elaboração de Projetos Básicos de Engenharia para Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios do Estado do Rio de Janeiro Insensidos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Itaiva, Cardoso Moreira, Porciúncula, Iaperuna, Cambuí, São Sebastião do Alto, Varre-Sai, Aperibé, Duas Barras, Natividade, Pinheiral, São Fidélis e Paraíba do Sul	Em andamento	30/5/2013	30/5/2014	30/5/2014	2.827.114,66	2.651.948,25	0,00	5.479.062,91	0,00
9	AGEVAP / COHIDRO	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Ocupação Irregular das Faixas Marginais dos Corpos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Regularização Fundiária	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	18/11/2011	18/7/2012	18/11/2013	271.361,14	0,00	0,00	271.361,14	168.243,90
10	AGEVAP / Ambiental	Bacia do Paraíba do Sul	Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	8/4/2013	8/7/2013	8/9/2013	15.990,00	0,00	0,00	15.990,00	9.594,00
11	AGEVAP / COHIDRO	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Plano de Bacia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/11/2012	26/7/2014	26/10/2014	3.496.921,00	0,00	0,00	3.496.921,00	489.568,94
12	AGEVAP / Continental	Bacia do Paraíba do Sul	Apoio Especializado para Acompanhamento das Demandas Induzidas - Acompanhamento do Plano de Bacia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	8/2/2013	8/10/2014	8/10/2014	347.000,00	0,00	0,00	347.000,00	62.460,00

ITEM	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
							PREVISTA	ATUAL	CEIVAP	CONTRAPARTIDA	OUTRAS FONTES	TOTAL	TRANSFERIDO
13	AGEVAP / PSR	Bacia do Paraíba do Sul	Desenvolvimento de Estudos com Objetivo de Avaliar os Impactos de Novas Transposições de Vazios na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	10/10/2011	10/7/2013	9/1/2014	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	580.500,00
14	AGEVAP / Holos Engenharia	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Avaliação Ambiental Integrada - AAU das Bacias dos Rios Muriaé, Pomba, Piaçanã e Paraíba e Afluentes do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	21/12/2011	21/3/2013	21/10/2013	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	2.485.000,00
15	Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt - FUNCAB	Bacia do Paraíba do Sul e do Guandu	Caracterização Cartográfica e Estatística da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e da Bacia do Guandu	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	24/5/2012	30/5/2013	30/8/2013	520.459,20	108.129,84	0,00	628.589,04	443.280,52
TOTAL									19.346.306,91	3.078.954,38	0,00	22.425.261,29	5.343.461,61

Figura: Investimentos Federais no CBH BPSI – 2013

Fonte: Anexo III do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2013)

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI – 2014

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]

Investimentos Estaduais

Em 2014 os investimentos estaduais em projetos totalizam 6 ações das quais 5 sob responsabilidade do INEA e 1 sob responsabilidade da AGEVAP. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II/2014, a seguir:

ANEXO II

Investimentos Estaduais Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água

INVESTIMENTOS ESTADUAIS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA

Atualizado em novembro/2014

Item	Projeto	Aprovação		Situação	Acompanhamento	Valores (R\$)		
		Resolução do Comitê	Resolução CERHI	Status		Deliberado	Contratado	Desembolsado pela AGEVAP
1	Ações da diretoria	05/2011	064/2011	Em andamento	AGEVAP	R\$ 70.321,48	-	R\$ 49.945,92
2	Elaboração de projetos relativos à gestão de recursos hídricos, ao saneamento básico, e à contenção de riscos correspondentes	05/2011	064/2011	Não iniciado	INEA	R\$ 337.543,14	-	-
3	Elaboração de projetos de educação ambiental	05/2011	064/2011	Não iniciado	INEA	R\$ 54.385,78	-	-
4	Elaboração de projetos e obras de Saneamento Básico	05/2011	064/2011	Não iniciado	INEA	R\$ 210.964,46	-	-
5	Contratação da assessoria de comunicação	-	064/2011	Não iniciado	AGEVAP	R\$ 30.000,00	-	R\$ 0,00
6	Plano de Saneamento do Município de Bom Jesus de Itabapoana	-	048/2010	Concluído	INEA	R\$ 170.000,00	-	-
7	Cartografia socioambiental e mapeamento das áreas de risco e inundações Norte Fluminense: subsídios para a implantação de sistemas de alerta	-	064/2011	Em andamento	INEA	R\$ 32.886,00	-	-
8	Contrato de Gestão	-	045/2010, 064/2011, 065/2011 e 115/2013	Concluído	AGEVAP	R\$ 192.759,52	-	R\$ 192.759,52
9	Contrato de Gestão	-	115/2013	Em andamento	INEA	R\$ 81.052,77	-	-
TOTAL						R\$ 1.179.913,15	R\$ 0,00	R\$ 242.705,44

Figura: Investimentos Estaduais no CBH BPSI – 2014

Fonte: Anexo II do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2014)

Investimentos Federais

Quanto aos investimentos federais o CEIVAP deliberou R\$ 33.763.974,57 para investimento, direto ou indireto, na RH IX desde a implantação da cobrança pelo uso da água na bacia totalizando 50 ações, das quais: 22 foram concluídas, 11 em andamento e 17, em fase de contratação até novembro 2014. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo III/2014 a seguir.

ANEXO III

Investimentos Federais Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água

INVESTIMENTOS FEDERAIS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA

Atualizado em novembro/2014

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEIVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
1	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.1 Planejamento de Recursos Hídricos	1.1.4 Subsidio ao Planejamento da Atividade Mineral	Instituto Estadual do Ambiente	RZR e BPSI	Projeto de Transporte de Sedimentos e Extração de Areia no Tronco Baixo Rio Paraíba do Sul	Raciana, Aparici, São Fidélis, Cambiá, Cambiá, Moreira, São João da Barra, Campos dos Goytacazes	Em andamento	20/6/2013	30/1/2016	30/1/2016	856.096,07	212.378,29	868.444,36	0,00
2	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informações	1.2.1 Desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento da Qualidade de Água dos Recursos Hídricos	Faculdade de Engenharia Química de Lemea (Faequn/UFPA)	Bacia do Paraíba do Sul	Monitoramento Ecotoxicológico Afluentes Industriais	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	11/11/2007	6/1/2009	120.994,10	0,00	120.994,10	120.994,10
3	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informações	1.2.2 Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	RZR e BPSI	Monitoramento Biológico de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Sistema Piloto e Implementação de Plano de Ação	Raciana, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Cambiá, Cambiá, Moreira, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena	Em andamento	16/7/2012	30/7/2015	30/7/2015	1.060.408,80	0,00	1.060.408,80	950.735,82
4	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul - AMPAS	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/11/2005	30/12/2006	30/12/2006	99.733,00	0,00	99.733,00	99.733,00
5	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	Instituto Ipanema	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental Rural	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	11/3/2006	11/3/2006	14.085,00	0,00	14.085,00	14.085,00
6	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	Instituto Oikos	Bacia do Paraíba do Sul	Cessão Participativa Usos Recreativos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	30/12/2006	30/12/2006	85.730,80	0,00	85.730,80	85.730,80
7	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Conscientização da Sociedade Civil	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	27/12/2005	27/2/2007	27/2/2007	40.300,00	0,00	40.300,00	40.300,00
8	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Casimiro Montenegro - ITA	Bacia do Paraíba do Sul	Rede Ensino Gestão Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	9/5/2008	9/5/2008	152.400,00	0,00	152.400,00	152.400,00
9	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	AGEVAP/Bio Tema	Bacia do Paraíba do Sul	Curso de Capacitação em Risco e Sistemas Alternativos de Abastecimento de Água para Indústria - Parte 1	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	14/2/2011	14/5/2011	16/7/2012	94.422,17	0,00	94.422,17	94.422,17
10	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Casimiro Montenegro Filho	Bacia do Paraíba do Sul	RedeVale - Ministrar Cursos à Distância com Temática Ambiental na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	16/7/2012	30/5/2014	28/9/2014	244.960,00	106.500,00	351.460,00	244.960,00
11	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	AGEVAP (Transposição)/DRZ	RZR e BPSI	Elaboração do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nas Modalidades Água, Esgoto e Drenagem Urbana, dos municípios pertencentes à Região Hidrográfica VII (Rio Dois Rios) e o município de Campos dos Goytacazes pertencente à Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul)	Bom Jardim, Santo Antônio de Pádua, Cordeiro, Duas Barras, Raciana, Macaúba, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trapano de Moura e Campos dos Goytacazes	Em andamento	6/7/2012	6/5/2013	15/12/2014	2.358.000,00	0,00	2.358.000,00	648.450,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
12	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Instituto Estadual do Ambiente	R2R, BPSI, MPS e Ptaberna	Elaboração de Projetos Básicos de Engenharia para Sistema de Esgotamento Sanitário em Municípios do Estado do Rio de Janeiro inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Itaiva, Cardoso Moreira, Porciúncula, Iaperuna, Cambuci, São Sebastião do Alto, Viam-Sal, Aperibá, Duas Barras, Natividade, Pinheiral, São Fidélis e Paraíba do Sul	Em andamento	30/5/2013	30/5/2014	30/9/2015	2.827.114,08	2.851.945,25	5.479.060,91	0,00
13	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	PM Porciúncula (Transposição)	BPSI	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Porciúncula	Em andamento	21/8/2014	22/11/2015	22/11/2015	291.599,29	0,00	291.599,29	0,00
14	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	PM Natividade (Transposição)	BPSI	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Natividade	Em fase de contratação	-	-	-	230.836,22	0,00	230.836,22	0,00
15	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Itaiva	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Itaiva	Em andamento	19/8/2014	19/11/2015	19/11/2015	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
16	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Iaperuna	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Iaperuna	Em andamento	15/9/2014	15/12/2015	15/12/2015	444.878,85	0,00	444.878,85	0,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
17	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Miracema	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Miracema	Em andamento	7/8/2015	7/11/2015	7/11/2015	216.080,44	0,00	216.080,44	0,00
18	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São João da Barra	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	São João da Barra	Em andamento	10/10/2014	10/1/2016	10/1/2016	219.061,03	0,00	219.061,03	0,00
19	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Aperibá	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Aperibá	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
20	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Cambuci	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Cambuci	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
21	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Campos dos Goytacazes	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Campos dos Goytacazes	Em fase de contratação	-	-	-	758.491,34	0,00	758.491,34	0,00
22	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Carapicuíba	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Carapicuíba	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
23	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Cardoso Moreira	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Cardoso Moreira	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
24	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Conceição de Macabú	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Conceição de Macabú	Em fase de contratação	-	-	-	216.080,44	0,00	216.080,44	0,00
25	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Laje do Muriaé	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Laje do Muriaé	Em fase de contratação	-	-	-	142.731,48	0,00	142.731,48	0,00
26	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Porciúncula	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Porciúncula	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
27	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Santo Antônio de Pádua	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	Santo Antônio de Pádua	Em fase de contratação	-	-	-	228.480,08	0,00	228.480,08	0,00
28	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São Fidélis	R2R e BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	São Fidélis	Em fase de contratação	-	-	-	219.061,03	0,00	219.061,03	0,00
29	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São Francisco de Itabapoana	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	São Francisco de Itabapoana	Em fase de contratação	-	-	-	228.480,08	0,00	228.480,08	0,00
30	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São José de Itaboraí	BPSI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos	São José de Itaboraí	Em fase de contratação	-	-	-	142.731,48	0,00	142.731,48	0,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
31	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Trajano de Moraes	RGR e BPSI	Elaboração de Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos	Trajano de Moraes	Em fase de contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	145.712,08	0,00
32	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Varre-Sai	BPSI	Elaboração de Plano Municipal Integrado de Resíduos Sólidos	Varre-Sai	Em fase de contratação	-	-	-	142.731,48	0,00	142.731,48	0,00
33	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2 Drenagem urbana e controle de cheias	2.2.3 Controle de Erosão em Áreas Urbanas	AGEVAP/COHORO	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Ocupação Irregular das Faixas Marginais dos Corpos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Regularização Fundiária	Bacia do Paraíba do Sul	Concluído	18/11/2011	18/7/2012	14/9/2014	271.381,14	0,00	271.381,14	271.381,14
34	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (C) 0405	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/5/2006	30/5/2007	31/8/2007	46.750,00	0,00	46.750,00	46.750,00
35	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (C) 0405 Vol. I Rio Paraíba	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	30/8/2006	30/4/2007	31/7/2007	22.175,00	0,00	22.175,00	22.175,00
36	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (C) 0405 Vol. II BMD2	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	15/9/2006	15/5/2007	26/9/2007	22.175,00	0,00	22.175,00	22.175,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
37	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (C) 0405 Vol. II AMPAS	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	6/7/2006	6/5/2007	30/11/2007	22.175,00	0,00	22.175,00	22.175,00
38	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (C) 0405 Vol. IV Fund. Cristiano Rosa	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/6/2006	12/8/2007	31/7/2007	22.175,00	0,00	22.175,00	22.175,00
39	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Criação de Mapas Cartográficos e Temáticos	Fundação Professor Carlos Augusto Silveira - FUNCAS	Bacia do Paraíba do Sul e do Guandu	Caracterização Cartográfica e Estatística da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul e do Guandu	Concluído	24/5/2012	30/5/2013	30/9/2013	520.459,20	108.129,84	628.589,04	520.459,20
40	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Criação de Mapas Cartográficos e Temáticos	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Sistema de Informações Geográficas e Geoespaciais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos - SIGA CEVAP	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em fase de contratação	-	-	-	1.557.659,17	0,00	1.557.659,17	0,00
41	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Preservação Ilhas Fluviais do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/12/2005	31/1/2007	31/1/2007	61.400,00	0,00	61.400,00	61.400,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Previsão	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
42	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra	AGEVAP/AGAmbiental	Bacia do Paraíba do Sul	Etapas 1 - Implantação	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	8/4/2013	8/7/2013	8/9/2013	15.990,00	0,00	15.990,00	15.990,00
43	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	PSA Hídrico	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em fase de contratação	-	-	-	10.534.010,00	0,00	10.534.010,00	0,00
44	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.8. Estudo e Projeto para Recuperação, Transporte e Disposição Final de Macrófitas	AGEVAP/Tecnológico	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração de Estudos que Permitam Identificar, Localizar e Quantificar as Causas de Proliferação de Plantas Aquáticas, Principalmente macrófitas, ao Longo da Cilha do Rio Paraíba do Sul, Inclusive Sítios Mortos, Reservatórios e Afluentes	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	23/9/2011	23/4/2012	7/12/2012	260.000,00	0,00	260.000,00	260.000,00
45	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/Gema Engenharia	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Aproveitamento para a Cobrança de Metodologia da Cobrança	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	8/9/2009	8/2/2011	8/2/2011	454.535,86	0,00	454.535,86	454.535,86
46	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/PSR	Bacia do Paraíba do Sul	Desenvolvimento de Estudos com Objetivo de Avaliar os Impactos de Novas Transposições de Vazias na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/10/2011	10/7/2013	8/7/2014	661.000,00	0,00	661.000,00	661.000,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Previsão	Atual	CEVAP	Contrapartida	TOTAL	Transferido
47	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/Continental	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração do Termo de Referência para a Revisão e o Aproveitamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	22/12/2010	22/4/2011	22/5/2011	24.785,80	0,00	24.785,80	24.785,80
48	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/Continental	Bacia do Paraíba do Sul	Consolidação do Termo de Referência para a Revisão e o Aproveitamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	8/7/2011	8/11/2011	8/3/2012	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
49	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/Hitos Engenharia	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Avaliação Ambiental Integrada - AAI das Bacias dos Rios Muriaé, Paraíba, Paraíba e Afluentes do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	21/12/2011	21/3/2013	14/2/2015	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	2.660.000,00
50	Atendimento a Deliberação CEVAP			AGEVAP/COHIDRO	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Plano de Bacia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/11/2012	26/7/2014	26/10/2014	3.496.921,00	0,00	3.496.921,00	1.049.076,30
TOTAL											33.763.974,57	3.078.954,38	36.842.928,95	8.808.838,99	

Figura: Investimentos Federais no CBH BPSI – 2014
Fonte: Anexo III do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2014)

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI – 2015

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]

Investimentos Estaduais

Até novembro de 2015 os investimentos estaduais em projetos totalizavam 12 ações das quais: 06 sob responsabilidade do INEA e 06 sob responsabilidade da AGEVAP. O detalhamento está apresentado na figura a seguir.

ANEXO II
Investimentos Estaduais Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água

INVESTIMENTOS ESTADUAIS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAIBA DO SUL E ITABAPOANA

Item	Componente	Subcomponente	Programa	Projeto	Aprovação		Situação	Acompanhamento	Valores (R\$)	
					Resolução do Comitê	Resolução CERHI	Status		Deliberado	Desembolsado pela AGEVAP
1	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação da Base de Dados	1.2.1. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Cartografia socioambiental e mapeamento das áreas de risco e inundações Norte Fluminense: subsídios para a implantação de sistemas de alerta	-	064/2011	Em andamento	AGEVAP	R\$ 32.886,00	R\$ 0,00
2	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção da Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada	Contratação da assessoria de comunicação	-	064/2011	Não Iniciado	AGEVAP	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00
3	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção da Gestão Participativa	1.3.3. Programa de Mobilização Participativa	Sistemas de Informações Contrapartida Convênio ANA	-	Nota Técnica 01/2008/DGRH	Concluído	INEA	R\$ 107.095,44	-
4	Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Plano de Saneamento do Município de Bom Jesus de Itabapoana	-	048/2010	Concluído	INEA	R\$ 170.000,00	-
5	Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Saneamento do Alto do Rio Preto	-	Nota Técnica 01/2008/DGRH	Concluído	INEA	R\$ 25.737,28	-
6	Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Chélias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação do Dique Viana	-	Nota Técnica 01/2008/DGRH	Concluído	INEA	R\$ 428.681,27	-
7	Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Chélias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação Est. Hidráulicas	-	Nota Técnica 01/2008/DGRH	Concluído	INEA	R\$ 98.997,84	-
8	Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade do Uso do Solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídricos do CENAP	05/2011, 11/2014, 12/2014	132/2015	Em andamento	AGEVAP	R\$ 200.000,00	R\$ 3.579,44
9	Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade do Uso do Solo	3.2.8. Estudo e Projeto para Recuperação, Transporte e Disposição Final de Macrofitas	Proliferação de Gigogas	-	Nota Técnica 01/2008/DGRH	Concluído	INEA	R\$ 362.621,35	-
10	Atendimento a Resolução CBH-BPSI	Atendimento a Resolução CBH-BPSI	Atendimento a Resolução CBH-BPS nº 12/2014	Ações da diretoria	05/2011, 11/2014, 12/2014	064/2011, 132/2015	Em andamento	AGEVAP	R\$ 130.321,48	R\$ 76.259,23
11	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Contrato de Gestão	-	045/2010, 064/2011, 065/2011 e 115/2013	Concluído	AGEVAP	R\$ 273.812,29	R\$ 273.812,29
12	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Contrato de Gestão	-	115/2013	Em andamento	AGEVAP	R\$ 84.427,75	-
TOTAL									R\$ 1.944.580,70	R\$ 353.650,96

Figura: Investimentos Estaduais no CBH BPSI – 2015
Fonte: Anexo II do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2015)

Investimentos Federais

Em relação aos recursos federais o CEIVAP deliberou R\$ 34.071.883,31 para investimentos, direto ou indireto na RH IX, desde a implantação da cobrança pelo uso da água na bacia totalizando 58 ações, das quais: 22 foram concluídas, 13 se encontravam em andamento, 21 em fase de contratação e, 02 canceladas, até novembro 2015. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo III/2015, a seguir.

ANEXO III
Investimentos Federais Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALORES (R\$)						
											Previsão	Atual	CEIVAP	Contrapartida	Outros Fontes	TOTAL	Transferido
1	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informações	1.2.1 Desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento da Qualidade de Água dos Recursos Hídricos	Faculdade de Engenharia Química de Lereia (Faeq/USP)	Bacia do Paraíba do Sul	Monitoramento Ecotoxicológico Afluentes Industriais	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	11/11/2007	06/10/2009	120.994,10	0,00	0,00	120.994,10	120.994,10	
2	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informações	1.2.2 Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Paraíba do Sul	Monitoramento Biológico de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul – sistema Piloto e implementação de Plano de Ação	Bacora, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Cambuí, Carbagão, São Sebastião do Rio, Santa Maria Madalena	Em andamento	16/07/2012	30/07/2016	23/02/2016	1.060.408,80	0,00	0,00	1.060.408,80	882.289,84	
3	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.1 Plano de Comunicação Social e tratamento da informação qualificada	Ex Libris Ltda	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração e acompanhamento do Plano de Comunicação Social	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/08/2015	26/02/2016	26/02/2016	428.000,00	0,00	0,00	428.000,00	0,00	
4	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul -AUMPA	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/11/2005	30/12/2006	30/12/2006	99.733,00	0,00	0,00	99.733,00	99.733,00	
5	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	estubo bananeira	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental Rural	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	11/03/2006	11/03/2006	14.089,00	0,00	0,00	14.089,00	14.089,00	
6	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	estubo Okico	Bacia do Paraíba do Sul	Gestão Participativa Uso Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	30/12/2006	30/12/2006	85.730,80	0,00	0,00	85.730,80	85.730,80	
7	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Conscientização da Sociedade Civil	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	27/12/2005	27/02/2007	27/02/2007	43.300,00	0,00	0,00	43.300,00	43.300,00	
8	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Casimiro Montenegro - FCM	Bacia do Paraíba do Sul	Básico Ensino Gestores Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/11/2005	09/05/2008	09/06/2008	152.400,00	0,00	0,00	152.400,00	152.400,00	
9	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	AGEVAP/Bio Tema	Bacia do Paraíba do Sul	Curso de Capacitação em Resco e Sistemas Alternativos de Abastecimento de Água para Indústria - Parte 1	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	14/02/2011	14/05/2011	16/07/2012	94.422,17	0,00	0,00	94.422,17	94.422,17	
10	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Casimiro Montenegro Filho	Bacia do Paraíba do Sul	Redeesc - Monitor Cursos e Oficinas com Temática Ambiental na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	16/07/2012	30/05/2014	23/08/2014	244.960,00	106.800,00	0,00	351.460,00	244.960,00	
11	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Constituição de Consultoria especializada para operacionalização do programa de educação ambiental com foco em recursos hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em contratação	-	-	-	1.617.486,10	-	-	1.617.486,10	-	

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Prevista	Atual	CEVAP	Contingência	Outras Fontes	TOTAL	Transferido
12	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	AGEVAP (Transposição)DRZ	RDR e BPOI	Elaboração do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nos Municípios de Água, Esgoto e Drenagem Urbana, dos municípios pertencentes à Região Hidrográfica VI (Rio Dorco Rio) e o município de Campos dos Goytacazes pertencente à Região Hidrográfica XI (Baixo Paraíba do Sul).	Bom Jardim, Santo Antônio de Pádua, Cordeiro, Quis Bems, Itaboraí, Maricó, Santa Maria das Graças, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Campos dos Goytacazes	Em andamento	06/07/2012	06/05/2013	31/12/2016	2.368.000,00	0,00	0,00	2.368.000,00	648.480,00
13	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	INSTM Estadual de Ambiente	RDR, BPOI, MPD e Planície	Elaboração de Projetos Básicos de Engenharia para Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios do Estado do Rio de Janeiro inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul.	Forquilha, Itaperuna, Cambuí, São Sebastião do Alto, Vargem-Alegre, Quis Bems, Natividade, Pinheiro, São Fidélis e Paraíba do Sul	Em cancelamento	30/05/2013	30/05/2014	30/08/2019	2.827.114,66	2.661.946,25	0,00	6479.060,91	0,00
14	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	PM Natividade (Transposição)	BPOI	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Natividade	Em andamento	30/12/2014	24/01/2016	24/01/2016	230.386,22	0,00	0,00	230.386,22	0,00
15	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	PM Porciúncula (Transposição)	BPOI	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Porciúncula	Em cancelamento	21/08/2014	22/11/2015	22/11/2015	291.599,29	0,00	0,00	291.599,29	0,00
16	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Cambuí	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
17	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Campos dos Goytacazes	Em contratação	-	-	-	758.476,07	0,00	0,00	758.476,07	0,00
18	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Carriço de Moreira	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
19	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Conceição de Macabu	Em contratação	-	-	-	216.072,26	0,00	0,00	216.072,26	0,00
20	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Itaia	Em contratação	-	-	-	145.712,08	0,00	0,00	145.712,08	0,00
21	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Itaperuna	Em contratação	-	-	-	444.878,85	0,00	0,00	444.878,85	0,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Prevista	Atual	CEVAP	Contingência	Outras Fontes	TOTAL	Transferido
22	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Laje do Murai	Em contratação	-	-	-	142.723,21	0,00	0,00	142.723,21	0,00
23	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Miracema	Em contratação	-	-	-	216.080,44	0,00	0,00	216.080,44	0,00
24	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Porciúncula	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
25	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Santo Antônio de Pádua	Em contratação	-	-	-	228.448,60	0,00	0,00	228.448,60	0,00
26	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	RDR e BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São Fidélis	Em contratação	-	-	-	219.526,09	0,00	0,00	219.526,09	0,00
27	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São Francisco de Itabapoana	Em contratação	-	-	-	228.448,60	0,00	0,00	228.448,60	0,00
28	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São João de Barra	Em contratação	-	-	-	219.561,03	0,00	0,00	219.561,03	0,00
29	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São José de Iguabaçu	Em contratação	-	-	-	142.723,21	0,00	0,00	142.723,21	0,00
30	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Vargem-Alegre	Em contratação	-	-	-	142.723,21	0,00	0,00	142.723,21	0,00
31	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Azeiteira	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Azeiteira	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
32	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Carapicuíba	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
33	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	AGEVAP	RDR e BPOI	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Trajano de Moraes	Em contratação	-	-	-	145.703,01	0,00	0,00	145.703,01	0,00
34	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem urbana e controle de cheias	2.2.3 Controle de Erosão em Áreas Urbanas	AGEVAP/COHEDRO	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Ocupação regular das Partes Marginais dos Cursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Resubstituição Fundeira	Bacia do Paraíba do Sul	Concluído	18/11/2011	18/07/2012	14/09/2014	271.361,14	0,00	0,00	271.361,14	271.361,14

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Prevista	Atual	CEVAP	Contingência	Outras Fontes	TOTAL	Transferido
35	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aperfeiçoamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso de Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campesina de Uso Racional de Água - PROCU (Q) 0405	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/05/2006	30/05/2007	31/06/2007	46.750,00	0,00	0,00	46.750,00	46.750,00
36	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aperfeiçoamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso de Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campesina de Uso Racional de Água - PROCU (Q) 0405 Vol. II - Ponta	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	30/06/2006	30/04/2007	31/07/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
37	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aperfeiçoamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso de Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campesina de Uso Racional de Água - PROCU (Q) 0405 Vol. II - BRUC	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	15/09/2006	15/05/2007	26/09/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
38	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aperfeiçoamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso de Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campesina de Uso Racional de Água - PROCU (Q) 0405 Vol. II - AMPAS	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	06/07/2006	06/05/2007	30/11/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
39	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aperfeiçoamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.2. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso de Água em Processos Industriais	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campesina de Uso Racional de Água - PROCU (Q) 0405 Vol. II - Fund. Cristóvão Ivoa	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/06/2006	12/05/2007	31/07/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
40	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Criação de Mapas Cartográficos e Temáticos	Fundação Professor Carlos Augusto Ribeiro - FUNCARB	Bacia do Paraíba do Sul e do Guandu	Caracterização Cartográfica e Estatística de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul e do Guandu	Concluído	24/05/2012	30/05/2013	30/06/2013	520.459,20	108.129,84	0,00	628.589,04	520.459,20
41	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Criação de Mapas Cartográficos e Temáticos	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Caracterização Geográfica e Estatística de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos -	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	19/01/2015	19/01/2016	19/01/2016	1.077.876,39	0,00	0,00	1.077.876,39	712.853,81
42	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Preservação das Fazendas do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/12/2005	31/01/2007	31/01/2007	61.400,00	0,00	0,00	61.400,00	61.400,00
43	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	AGEVAP/AGUA-Instalada	Bacia do Paraíba do Sul	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	08/04/2013	06/07/2013	06/09/2013	15.990,00	0,00	0,00	15.990,00	15.990,00
44	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	ACOMAD	Bacia do Paraíba do Sul	PSA Hídrico	Rio Paraíba (MG, Minas (MG, São Sebastião de Vargem-Alegre/MG)	Em andamento	08/04/2015	06/04/2017	06/04/2017	1.360.898,32	0,00	0,00	1.360.898,32	0,00
45	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	Esosant	BPOI	PSA Hídrico	Carapicuíba/RJ	Em andamento	01/06/2015	31/03/2017	31/03/2017	996.714,00	0,00	0,00	1.993.448,02	1.993.448,02
46	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	PM Carapicuíba	BPOI	PSA Hídrico	Carapicuíba/RJ	Em andamento	01/06/2015	01/05/2017	01/06/2017	17.200,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00
47	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	PM Itaboraí	BPOI	PSA Hídrico	Itaboraí/RJ	Em andamento	08/04/2015	06/04/2017	06/04/2017	245.605,30	0,00	0,00	245.605,30	0,00
48	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso de Terra	AGEVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Contribuição de Consultoria especializada Generadora PSA	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em contratação	-	-	-	902.755,69	-	-	902.755,69	-
49	3. Proteção e Aperfeiçoamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.6. Estudo e Projeto para Recuperação, Transporte e Disposição Final de Resíduos	AGEVAP/Tecroprog	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração de Estudos que Permitem Identificar, Localizar e Quantificar os Casos de Poluição de Planos Aquáticos, Principalmente macrófitas, ao Longo de Cálculo do Rio Paraíba do Sul, incluindo Trechos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	23/06/2011	23/04/2012	07/12/2012	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)			
										Prevista	Atual	CENAP	Contrapartida	Outras Fontes	TOTAL
50	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/Gema Engenharia	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo para Aperfeiçoamento de Metodologia da Cobrança	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	06/03/2009	06/02/2011	06/02/2011	454.538,86	0,00	0,00	454.538,86	454.538,86
51	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/PSR	Bacia do Paraíba do Sul	Desenvolvimento de Estudos com Objetivo de Avaliar os Impactos de Novas Temporárias de Vazões na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/10/2011	10/07/2013	06/07/2014	661.000,00	0,00	0,00	661.000,00	661.000,00
52	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/Contratual	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração do Termo de Referência para o Projeto e o Aperfeiçoamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	22/12/2010	22/04/2011	22/06/2011	24.789,80	0,00	0,00	24.789,80	24.789,80
53	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/Contratual	Bacia do Paraíba do Sul	Consolidação do Termo de Referência para o Projeto e o Aperfeiçoamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	06/07/2011	06/11/2011	06/03/2012	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
54	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/Boiza Engenharia	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Avaliação Ambiental Integrada - Ações Setoriais das Áreas: Murá, Ponta, Pádua e Perobore e Afluentes do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	21/12/2011	13/06/2015	11/11/2015	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	2.680.000,00
55	Alteramento e Deliberação CENAP		AGEVAP/COHIDRO	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Plano de Bacia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/11/2012	26/07/2014	10/12/2015	3.496.921,00	0,00	0,00	3.496.921,00	2.587.721,54
56	Alteramento e Deliberação CENAP		CEDAE	MFG e Quarta Pádua, FCR e BPSI	Ações Emergenciais - Estresse Hídrico de Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Piraí, Vassouras, Sepetiba e São Fidélis	Em andamento	15/05/2015	11/11/2015	11/11/2015	4.698.687,79	0,00	0,00	4.698.687,79	0,00
57	Alteramento e Deliberação CENAP			BPSI	Ações Emergenciais - Estresse Hídrico de Bacia do Rio Paraíba do Sul	São João de Gramma	Em contratação	-	-	-	1.638.018,00	0,00	0,00	1.638.018,00	-
58	Alteramento e Deliberação CENAP		ExLibris Ltda	Bacia do Paraíba do Sul	Avaliação da Implementação de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia pela Usinária	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/03/2015	26/02/2016	26/02/2016	15.400.000,00	-	-	40.000,00	-

Figura: Investimentos Federais no CBH BPSI – 2015
Fonte: Anexo III do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2015)

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI – 2016

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]

Investimentos Estaduais

Até novembro de 2016 p CBHBPSI havia deliberado R\$2.331.812,88 para serem investidos em projetos na bacia desde a implantação da cobrança na Região Hidrográfica IX.

Os investimentos estaduais em projetos totalizavam 16 ações das quais 06 sob responsabilidade do INEA e 10 sob responsabilidade da AGEVAP. O detalhamento das ações é apresentado no Anexo II/2016, a seguir:

ANEXO II
Investimentos Estaduais Oriundos da Cobrança pelo Uso da Água

ITEM	DADOS GERAIS			VALORES							
	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	PROJETO	MUNICÍPIO(S) ARBANGUOS(S)	STATUS	ACOMPANHAMENTO	DELIBERADO	CONTRATADO	TRANSFERIDO	
								R\$	R\$	R\$	%
1	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação da Base de Dados	1.2.1. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Aquisição e instalação de Equipamentos que Proporcionem Identificar, Analisar, Mapear e Monitorar as Áreas com Riscos de Inundações na Região Hidrográfica IX	Campos dos Goytacazes	Suspensa	AGEVAP	32.886,00	0,00	0,00	0,00
2	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação	Assessoria de Comunicação	Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Cancelado	AGEVAP	30.000,00*	0,00	0,00	0,00
3	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação	Apoio ao Projeto de Educação Ambiental: "Da Nascente à Foz: O que au tenho a ver com isso?"	São Fidélis	Concluído			11.830,00	11.830,00	100,00
4	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação	Apoio ao Projeto de Educação Ambiental: "Da Nascente à Foz: O que au tenho a ver com isso?"	São Fidélis	Concluído	AGEVAP	30.000,00	5.854,00	5.854,00	100,00
5	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.3. Programa de Mobilização Participativa	Sistema de Informação - Contrapartida - Conselho ANA	N/A	Concluído	INEA	107.095,44	-	-	-
6	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Plano de Saneamento do Município de Bom Jesus de Itabapoana	Bom Jesus de Itabapoana	Concluído	INEA	170.000,00	-	-	-
7	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Saneamento do Alto do Rio Preto	N/A	Concluído	INEA	25.737,28	-	-	-
8	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Elaboração de Estudo Ambiental e de Concepção, Projeto Básico e Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário	Aperibá	Não Iniciado	AGEVAP	-	0,00	0,00	0,00
9	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Contratação de Empresa para Construção de ETE	São José de Ubá	Não Iniciado	AGEVAP	-	0,00	0,00	0,00
10	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação do Dique Viana	N/A	Concluído	INEA	428.681,27	-	-	-
11	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação Est. Hidráulicas	N/A	Concluído	INEA	98.997,84	-	-	-
12	3. Proteção e aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de de Áreas de Preservação Permanente	Olhos d'Água	Carapebus	Em andamento	AGEVAP	200.000,00	199.983,33	21.245,24	10,62
13	3. Proteção e aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo	3.2.3. Estudo e Projeto para Recuperação, Transporte e Disposição Final de Macrófitas	Proliferação de Giogops	N/A	Concluído	INEA	362.621,35	-	-	-
14	Atendimento a Resolução CBH-BPSI	Atendimento a Resolução CBH-BPSI	Diária / Reembolso / Ajuda de Custo / Ações do diretorio	Ações do Diretorio	N/A	Em andamento	AGEVAP	328.419,15	147.365,74	126.638,45	85,93
15	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Contrato de Gestão(Anos 1-6)	N/A	Concluído	AGEVAP	438.240,04	438.240,04	438.240,04	100,00
16	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Atendimento ao Contrato de Gestão	Contrato de Gestão(Anos 7)*	N/A	Em andamento	AGEVAP	109.134,51	109.134,51	-	-
Total								2.831.812,88	-	688.807,73	-

Figura: Investimentos Estaduais no CBH BPSI – 2016 Fonte: Anexo II do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2016)

Investimentos Federais

Quanto aos investimentos federais, até novembro de 2016, o CEIVAP havia deliberado R\$ 32.498.436,32 para serem investidos direta ou indiretamente na Região Hidrográfica IX desde a implantação da cobrança na bacia do Paraíba do Sul.

No período, os investimentos federais nesta RH IX totalizavam 60 ações das quais: 26 concluídas, 13 em andamento, 18 em contratação e 3, canceladas. O detalhamento das ações está apresentado no Anexo III/2016, a seguir:

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REDE ADMINISTRATIVA	PROJETO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	DATA DA ANOTAÇÃO	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Previd	Atual	CEVAP	Contingência	Outros Fundos	TOTAL	Transferido
82	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/União Argentina	Bacia do Paraíba do Sul		Bacia para Ampliação de Monitoramento de Qualidade de Colúmbia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	08/09/2009	08/02/2011	08/02/2011	654.838,00	0,00	0,00	654.838,00	654.838,00
83	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/PMSE	Bacia do Paraíba do Sul		Desenvolvimento de Bacia com Objetivo de Melhorar as Condições de Pesca e Transporte de Peixes da Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	22/10/2011	12/07/2018	08/07/2014	663.200,00	0,00	0,00	663.200,00	663.200,00
84	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/Condomínio	Bacia do Paraíba do Sul		Realização do Termo de Referência para a Bacia e o Ampliação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	22/12/2013	22/04/2013	22/04/2013	14.798,80	0,00	0,00	14.798,80	14.798,80
85	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/Condomínio	Bacia do Paraíba do Sul		Constituição do Termo de Referência para a Bacia e o Ampliação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	08/07/2011	08/12/2011	08/04/2012	18.200,00	0,00	0,00	18.200,00	18.200,00
86	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/União Argentina	Bacia do Paraíba do Sul		Relatório de Avaliação Ambiental Integrado - IAAI da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Planos, Políticas e Perspectiva e Situação do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	21/12/2011	12/06/2018	16/12/2014	9.000.000,00	0,00	0,00	9.000.000,00	2.860.000,00
87	Atendimento e Gestão do CEVAP		NDRAP/CONDOM	Bacia do Paraíba do Sul		Realização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Plano de Bacia	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/11/2012	26/07/2014	19/12/2014	8.496.921,00	0,00	0,00	8.496.921,00	1.248.408,28
88	Atendimento e Gestão do CEVAP		OSAM	APRE Rio Preto, Prefeitura BPS e BPS		Atlas Emergencial - Risco Hídrico da Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio, Nevoeiro, Depoente e São Paulo	Concluído	15/09/2018	11/12/2018	19/12/2018	4.698.687,78	0,00	0,00	4.698.687,78	0,00
89	Atendimento e Gestão do CEVAP		Oper Sólidos Sanitários	Bacia do Paraíba do Sul		Atlas Emergencial - Risco Hídrico da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Realização de diagnóstico e projeto técnico de bacia para a remoção de nutrientes no Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Pendentes	28/12/2018	28/09/2018	19/08/2018	10.18.000,00	0,00	0,00	10.18.000,00	18.000,00
90	Atendimento e Gestão do CEVAP	Superfície gerenciamento de Contêineres	NDRAP	Bacia do Paraíba do Sul		Bacia de Projeto CEVAP	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	15/09/2016	15/06/2017	15/06/2017	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	148.271,18

Figura: Investimentos Federais no CBH BPSI – 2016
 Fonte: Anexo III do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2016)

Anexos do Relatório de Gestão do CBH BPSI – 2017

Detalhamento das Ações [Investimentos Estaduais e Federais]

Investimentos Estaduais

O CBH BPSI deliberou, até outubro de 2017, R\$ 3.633.074,93 para investimentos em projetos na bacia desde a implantação da cobrança na Região Hidrográfica IX. Os investimentos estaduais em projetos totalizavam, no período, 21 ações das quais: 06 sob responsabilidade do INEA e 15 sob responsabilidade da AGEVAP.

ANEXO II

INVESTIMENTOS ESTADUAIS Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana



ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	PROJETO	MUNICÍPIO(S) ABRANGIDOS	DATA DE REALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO NA ANA	DATA DO RECEBIMENTO DO RECEBIMENTO NA AGEVAP	STATUS	ACOMPANHAMENTO	VALORES				
										DELIBERADO	CONTRATADO	TRANSFERIDO		
										R\$	%	%		
1	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação de Base de Dados	1.2.1. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Cartografia Socioambiental e Mapeamento das Áreas de Risco e Inundações do Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	11/09/2014	10/10/2014	Suspensa	AGEVAP	32.886,00	0,00	0,00	0,00	
2	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação de Base de Dados	1.2.1. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Sala de Monitoramento	Bacia de Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/05/2016	17/03/2017	Em andamento	AGEVAP	133.023,75	133.023,75	425,50	0,32	
3	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação de Base de Dados	1.2.1. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos	Bacia de Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	24/01/2017	Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	17.808,39	0,00	0,00	0,00	
4	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2. Ampliação de Base de Dados	1.2.2. Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Bacia de Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016	07/06/2017	Não iniciado	AGEVAP	96.099,80	0,00	0,00	0,00	
5	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação Qualificada	Acessoria de Comunicação?	Bacia de Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	09/04/2013	25/04/2013	Cancelado	AGEVAP	30.000,00	0,00	0,00	0,00	
6	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação Qualificada	Apoio ao Projeto de Educação Ambiental: "De Recursos à Faz. que nos dão e ver com isso?"	São Fidélis	09/04/2013	25/04/2013	Concluído	AGEVAP	30.000,00	17.684,00	17.684,00	100,00	
7	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.1. Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação Qualificada	Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação Qualificada	Bacia de Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016	24/01/2017	Não recebido	Concluído	AGEVAP	137.649,10	0,00	0,00	0,00
8	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3. Ferramentas de Construção de Gestão Participativa	1.3.3. Programa de Mobilização Participativa	Sistema de Informações - Contrapartida - Convênio ANA	N/A	-	-	Concluído	INEA	107.095,44				
9	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Plano de Saneamento do Município de Bom Jesus de Itabapoana	Bom Jesus de Itabapoana	-	-	Concluído	INEA	170.000,00				
10	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Saneamento do Alto do Rio Preto	N/A	-	-	Concluído	INEA	25.737,28				
11	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Elaboração de Estudo Ambiental e de Consulta, Projeto Técnico e Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário	Aperibé	30/03/2016	Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	257.407,28	0,00	0,00	0,00	

ITEM	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL				DADOS GERAIS					VALORES			
	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	PROJETO	MUNICÍPIO(S) ABRANGIDOS	DATA DE SOLICITAÇÃO DO RECURSO AO SIAF	DATA DO RECEBIMENTO DO RECURSO NA AGEVAP	STATUS	ACOMPANHAMENTO	DELIBERADO	CONTRATADO	TRANSFERIDO	
												R\$	%
12	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Construção de Empresa para Construção de ETE	São José de Libia	30/03/2016	Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	450.000,00	0,00	0,00	0,00
13	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de Cargas Poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016 24/01/2017	Não recebido Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	413.017,69	0,00	0,00	0,00
14	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.2. Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção	Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção	Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016 24/01/2017	07/06/2017 23/08/2017	Não iniciado	AGEVAP	2.000,00	0,00	0,00	0,00
15	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação do Dique Mana	N/A	-	-	Concluído	INEA	428.681,27			
16	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Recuperação Est. Hidráulicas	N/A	-	-	Concluído	INEA	98.997,84			
17	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem Urbana e Controle de Cheias	2.2.5. Intervenções para Controle de Inundações	Intervenções para Controle de Inundações	Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016 24/01/2017	Não recebido Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	94.099,80	0,00	0,00	0,00
18	3. Proteção e aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo	3.2.1. Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos	Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos	Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	30/03/2016 24/01/2017	Não recebido Não recebido	Não iniciado	AGEVAP	223.202,48	0,00	0,00	0,00
19	3. Proteção e aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Cilios d'Água	Carapicuíba	10/08/2015	22/08/2015	Em andamento	AGEVAP	200.000,00	199.983,53	99.781,61	19,89
20	3. Proteção e aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo	3.2.8. Estudo e Projeto para Recuperação, Transposição e Disposição Final de Macrófitas	Profileração de Gigapas	N/A	-	-	Concluído	INEA	362.821,35			
21	Aterramento e Resolução CBH-BPSI	Aterramento e Resolução CBH-BPSI	Dúvia / Hambolho / Ajuda de Custo / Ações do diretorio	Ações do Diretorio	N/A	08/10/2011 15/05/2015 14/01/2016 24/01/2017	16/11/2011 11/06/2015 25/07/2016 Não recebido	Em andamento	AGEVAP	352.657,46	352.657,46	187.808,43	53,26
TOTAL										3.433.074,49	701.948,54	245.699,54	6,76

Figura: Investimentos Estaduais no CBH BPSI – 2017
 Fonte: Anexo II do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2017)

Investimentos Federais

Quanto aos investimentos federais, o valor deliberado para as ações acompanhadas pela AGEVAP totalizavam R\$ 2.439.941,75. Deste valor, foram contratados e desembolsados R\$ 245.699,54, conforme detalhado no Anexo III/2017, a seguir:

ANEXO III
 Investimentos Federais na Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	RÉGIMEN DE RESPONSABILIDADE	PROJETO	MUNICÍPIO(S)	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Previdência	Atual	CBRAP	Contratado	Desembolsado	TOTAL	Transferido
1	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informação	1.2.1 Desenvolvimento de um sistema de Monitoramento de Qualidade de Água dos Recursos Hídricos	Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Femaqui/USP)	Bacia do Paraíba do Sul	Monitoramento Ictioecológico Afluentes Industriais	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/1/2005	11/11/2007	06/01/2009	120.994,10	0,00	0,00	120.994,10	120.994,10
2	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.2 Ampliação da base de dados e informação	1.2.2 Desenvolvimento de um sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Associação dos Pescadores e Artistas do Rio Paraíba do Sul	CBR e BPSI	Monitoramento Biológico de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Sistema Piloto e Implementação de Plano de Ação	Itaboraí, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Camboriú, Carapicuíba, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena	Concluído	16/07/2012	02/07/2015	26/02/2016	1.060.408,80	0,00	0,00	1.060.408,80	1.060.408,80
3	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação qualificada	in Ulbris Ltda	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração e acompanhamento do Plano de Comunicação Social	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	26/08/2015	26/02/2016	26/02/2016	538.200,00	0,00	0,00	538.200,00	440.550,00
4	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação qualificada	Sol Caseros Serviços de Informática e Comércio Ltda	Bacia do Paraíba do Sul	Survey Monkey	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	14/03/2016	14/03/2017	14/03/2017	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00
5	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento de Informação qualificada	SET LIDERAÇÕES FIEBU REIO DOUTRINAS ASSOCIADAS MACHADO LTDA	Bacia do Paraíba do Sul	Fórum Interacional de Tecnologia e Soluções Ambientais - Polissol	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	05/04/2016	02/04/2016	30/04/2016	15.897,00	0,00	0,00	15.897,00	15.897,00
6	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul - AMAPAS	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/1/2005	06/12/2006	06/12/2006	99.739,00	0,00	0,00	99.739,00	99.739,00
7	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.2 Programas de Educação Ambiental	Instituto Ipanema	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Educação Ambiental Rural	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/1/2005	11/05/2006	11/05/2006	14.085,00	0,00	0,00	14.085,00	14.085,00
8	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	Instituto Olus	Bacia do Paraíba do Sul	Gestão Participativa Usos Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/1/2005	02/12/2006	02/12/2006	85.739,80	0,00	0,00	85.739,80	85.739,80
9	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.3 Programa de Mobilização Participativa	Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Consolidação da Sociedade Civil	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	27/12/2005	27/02/2007	27/02/2007	40.300,00	0,00	0,00	40.300,00	40.300,00
10	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Gasimiro Montenegro - IDA	Bacia do Paraíba do Sul	Rede Interinstitucional Gestores Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	11/1/2005	09/05/2008	09/06/2008	153.400,00	0,00	0,00	153.400,00	153.400,00
11	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Mio Terra	Bacia do Paraíba do Sul	Curso de Capacitação em Reuso e Sistemas Alternativos Abastecimento de Água para Indústria - Parte 3	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	14/03/2011	14/05/2011	16/07/2012	94.422,17	0,00	0,00	94.422,17	94.422,17
12	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Fundação Gasimiro Montenegro IDHO	Bacia do Paraíba do Sul	Rede Interinstitucional Gestores Recursos Hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	16/07/2012	06/05/2014	28/08/2014	244.960,00	106.500,00	0,00	851.660,00	244.960,00
13	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Consuminas	Bacia do Paraíba do Sul	Contratação de Consultoria especializada para operacionalização do programa de educação ambiental com foco em recursos hídricos	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	16/12/2015	16/12/2017	16/12/2017	1.207.963,57	0,00	0,00	1.207.963,57	1.068.689,91
14	1. Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.3 Melhorias de gestão participativa	1.3.4 Curso de Capacitação Técnica	Prélio Comunicação	Bacia do Paraíba do Sul	Implantação e Operacionalização do Plano de Comunicação CBVAP	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	25/01/2017	25/01/2018	25/01/2018	810.072,00	0,00	0,00	810.072,00	473.488,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	RÉGIM FISCAL	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VENCIMENTO		VALORES (R\$)				
										Previdência	Atual	CENAP	Contratado	Outros Fontes	TOTAL	Transferido
15	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	DAZ (Transporte)	RZ e BPS	Elaboração do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nas Modalidades Água, Esgoto e Resíduos Sólidos, com o município parceiro: a Região Hidrográfica VI (Rio Dois Rios) e município de Campos de Goytacases pertencente à Região Hidrográfica VI (Rio Paraíba do Sul)	Bom Jardim, Santo Antônio de Pádua, Cordeiro, Duas Barras, Itaboraí, Miracema, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Campos dos Goytacases	Cancelado	06/07/2012	06/06/2013	31/10/2015	2.358.000,00	0,00	0,00	2.358.000,00	648.450,00
16	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	Instituto Estadual do Ambiente	RZ, BPS, MP e Habante	Elaboração de Projeto Básico de Engenharia para Sistema de Esgotamento Sanitário em Município do Estado do Rio de Janeiro inserido na Bacia do Rio Paraíba do Sul	Itaboraí, Cardoso Moreira, Portão, Camburi, São Sebastião do Alto, Varmel, Apicima, Duas Barras, Natividade, Pinheiral, São Fidélis e Paraíba do Sul	Cancelado	30/05/2013	30/05/2014	30/08/2015	2.837.114,66	2.631.946,25	0,00	5.479.060,91	0,00
17	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	PM Natividade	BPS	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Natividade	Em andamento	30/12/2014	24/01/2016	29/12/2017	230.208,09	0,00	0,00	230.208,09	0,00
18	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	PM Portão (Transporte)	BPS	Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	Portão	Cancelado	21/08/2014	22/11/2015	22/11/2015	291.599,29	0,00	0,00	291.599,29	0,00
19	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	Consórcios	BPS	Sondagem - SES Portão	Portão	Concluído	21/02/2017	07/07/2017	05/10/2017	39.499,47	-	-	39.499,47	38.006,26
20	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	Consórcios	BPS	Topografia - SES Portão	Portão	Concluído	21/02/2017	07/07/2017	05/10/2017	74.812,45	-	-	74.812,45	0,00
21	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1. Coleta e Tratamento de Efluentes Domésticos	Paralela Consultoria	BPS e CEN-PS	Elaboração de projetos executivos de sistemas de esgotamento sanitário inseridos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	Portão, Natividade, São José do Bonfim, Azeite	Cancelado	01/08/2013	01/08/2015	-	1.722.456,37	-	-	1.722.456,37	20.627,00
22	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Camburi	BPS	Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Camburi	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
23	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Campos dos Goytacases	BPS	Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Campos dos Goytacases	Em contratação	-	-	-	663.822,11	0,00	0,00	663.822,11	0,00
24	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Cardoso Moreira	BPS	Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Cardoso Moreira	Em contratação	-	-	-	153.039,14	0,00	0,00	153.039,14	0,00
25	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Conceição de Macabu	BPS	Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Conceição de Macabu	Em contratação	-	-	-	206.340,41	0,00	0,00	206.340,41	0,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	RÉGIM FISCAL	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VENCIMENTO		VALORES (R\$)				
										Previdência	Atual	CENAP	Contratado	Outros Fontes	TOTAL	Transferido
26	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Itaboraí	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Itaboraí	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
27	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Itaperuna	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Itaperuna	Em contratação	-	-	-	401.391,81	0,00	0,00	401.391,81	0,00
28	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Laje do Muriaé	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Laje do Muriaé	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
29	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Miracema	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Miracema	Em contratação	-	-	-	206.340,41	0,00	0,00	206.340,41	0,00
30	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Portão	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Portão	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
31	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Santo Antônio de Pádua	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Santo Antônio de Pádua	Em contratação	-	-	-	214.008,44	0,00	0,00	214.008,44	0,00
32	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São Fidélis	RZ e BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São Fidélis	Em contratação	-	-	-	206.340,41	0,00	0,00	206.340,41	0,00
33	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São Francisco de Itaboraí	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São Francisco de Itaboraí	Em contratação	-	-	-	210.860,52	0,00	0,00	210.860,52	0,00
34	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São João da Barra	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São João da Barra	Em contratação	-	-	-	206.340,41	0,00	0,00	206.340,41	0,00
35	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM São José de Liberdade	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	São José de Liberdade	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
36	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Varmel	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Varmel	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
37	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Apicima	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Apicima	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
38	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Carapebus	BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Carapebus	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
39	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.3. Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PM Trajano de Moraes	RZ e BPS	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Trajano de Moraes	Em contratação	-	-	-	153.765,39	0,00	0,00	153.765,39	0,00
40	2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.2. Drenagem urbana e controle de cheias	2.2.3. Controle de Inundação em Áreas Urbanas	AGUAP/COMEDAO	Bacia do Paraíba do Sul	Estudo de Concepção, regularização das Falhas Marginais dos Corpos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul - Regularização Pontual	Bacia do Paraíba do Sul	Concluído	18/11/2011	18/07/2012	14/04/2014	271.361,34	0,00	0,00	271.361,34	271.361,34

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	DATA DA ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Prevista	Atual	CBVAP	Contrapartida	Outros Fontes	TOTAL	Transferido
41	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.1. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PRDG (I) 04/05	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	10/05/2006	30/05/2007	31/08/2007	46.750,00	0,00	0,00	46.750,00	46.750,00
42	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.1. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PRDG (I) 04/05 Vol. I Rioomba	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	30/06/2006	30/04/2007	31/07/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
43	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.1. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PRDG (I) 04/05 Vol. II BRSC	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	15/09/2006	15/05/2007	28/09/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
44	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.1. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PRDG (I) 04/05 Vol. III AMRAG	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	06/07/2006	06/05/2007	30/11/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
45	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.1. Aproveitamento e racionalização de uso dos recursos hídricos	3.1.1. Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Campanha do Uso Racional da Água - PRDG (I) 04/05 Vol. IV Fund. Cristiano Rosa	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/06/2006	12/06/2007	31/07/2007	22.175,00	0,00	0,00	22.175,00	22.175,00
46	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos	KZFS Sistemas e Projetos	Bacia do Paraíba do Sul	Sistema de Informações Geográficas e Geomatemática da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos - SIGA CBVAP	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	19/01/2015	19/01/2016	17/03/2018	3.676.306,94	0,00	0,00	3.676.306,94	3.076.836,61
47	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Paraíba do Sul	Programa Preservação Ilhas Fluviais do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	12/12/2005	31/01/2007	31/01/2007	61.400,00	0,00	0,00	61.400,00	61.400,00
48	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Escantoni	BPSI	PSA Hídrico	Carapebas/RJ	Em andamento	01/06/2015	31/08/2017	31/03/2018	999.676,70	0,00	199.983,30	1.199.660,00	238.650,34
49	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	PM Carapebas	BPSI	PSA Hídrico	Carapebas/RJ	Em andamento	01/06/2015	01/06/2017	31/03/2018	17.200,00	0,00	0,00	17.200,00	0,00
50	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	PM Itaipava	BPSI	PSA Hídrico	Itaipava/RJ	Cancelado	08/04/2015	08/04/2017	08/04/2017	245.605,30	0,00	0,00	245.605,30	0,00
51	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.2. Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	Geocambiente Sensoriament e Remoto Ltda	Bacia do Paraíba do Sul	Prestação de serviços de consultoria especializada para acompanhamento, vistoria e análise técnica dos projetos de pagamento por serviços ambientais com foco em recursos hídricos - PSA Hídrico	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	28/03/2015	08/04/2018	08/04/2018	652.947,75	0,00	0,00	652.947,75	389.942,54
52	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.5. Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra	AGAmbiental	Bacia do Paraíba do Sul	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	08/04/2013	08/07/2013	08/09/2013	15.960,00	0,00	0,00	15.960,00	15.960,00
53	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.8. Estudo e Projeto para Recuperação, Transporte e Disposição Final de Macrófitas	Tecnogeo	Bacia do Paraíba do Sul	Elaboração de Estudos que Permitem Identificar, Localizar e Quantificar as Causas de Proliferação de Plantas Aquáticas, Principalmente Macrófitas, ao longo da Calha do Rio Paraíba do Sul, inclusive Braços, Miriões, Reservatórios e Afluentes.	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Concluído	23/09/2011	23/04/2012	07/12/2012	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	260.000,00

ITEM	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	TOMADOR	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	MÊS DE EXECUÇÃO	DATA DA VIGÊNCIA		VALORES (R\$)				
										Prevista	Atual	CBVAP	Contrapartida	Outros Fontes	TOTAL	Transferido
54	Aterramento e Deliberação CBVAP		LUSCHI	Bacia do Paraíba do Sul	Prestação de serviços de remoção de macrófitas ao longo da Bacia do rio Paraíba do Sul.	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	15/05/2017	15/07/2018	21/07/2018	R\$ 3.359.950,00	0,00	0,00	3.359.950,00	1.205.523,07	
55	Aterramento e Deliberação CBVAP		Key Associados	Bacia do Paraíba do Sul	Implementação das Normas ISO 9001 na AGVAP aterramento ao 15º termo aditivo ao contrato de gestão - CG 014/ANA/2004	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	05/06/2017	05/06/2018	05/06/2018	R\$ 398.600,18	0,00	0,00	398.600,18	0,00	
56	Aterramento e Deliberação CBVAP	Suporte ao gerenciamento de Contratos	AGVAP	Bacia do Paraíba do Sul	Escola de Projetos CBVAP	Bacia do Rio Paraíba do Sul	Em andamento	15/08/2016	15/08/2017	31/12/2020	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00	778.583,17	
											TOTAL	33.977.581,95	2.758.446,25	199.983,30	34.936.011,50	11.865.025,61

Figura: Investimentos Federais no CBH BPSI – 2017
 Fonte: Anexo III do Relatório de Gestão CBH BPSI/AGEVAP (2017)

